



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**EPIDEMIAS E TRANSFORMAÇÕES FÚNEBRES NA FREGUESIA DE NOSSA  
SENHORA DA CONCEIÇÃO DO ARACAJU (1855-1896)**

BRUNA MORRANA DOS SANTOS CAVALCANTE

BRASÍLIA/DF

2023

BRUNA MORRANA DOS SANTOS CAVALCANTE

**EPIDEMIAS E TRANSFORMAÇÕES FÚNEBRES NA FREGUESIA DE NOSSA  
SENHORA DA CONCEIÇÃO DO ARACAJU (1855-1896)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para obtenção do título de Doutora em História.

**Linha de Pesquisa:** História, Sociedade, Política e Cultura.

**Orientador:** Prof. Dr. Tiago Luís Gil.

BRASÍLIA/DF

2023

**EPIDEMIAS E TRANSFORMAÇÕES FÚNEBRES NA FREGUESIA DE NOSSA  
SENHORA DA CONCEIÇÃO DO ARACAJU (1855-1896)**

BRUNA MORRANA DOS SANTOS CAVALCANTE

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para obtenção do título de Doutora em História à seguinte Banca Examinadora.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Tiago Luís Gil  
PPGHIS – Universidade de Brasília – UnB  
(Presidente)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Rodrigues  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO  
(Membro Examinador)

---

Prof. Dr. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque  
Universidade Federal de Sergipe – UFS  
(Membro Examinador)

---

Prof. Dr. Jonas Wilson Pegoraro  
PPGHIS – Universidade de Brasília – UnB  
(Membro Examinador)

---

Prof. Dr. Marcos Aurélio de Paula  
Universidade de Brasília – UnB  
(Suplente)

Dedico este trabalho ao meu pai José Bispo  
(*in memoriam*), que nos deixou há pouco tempo.

## AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese em tempos tão difíceis foi a tarefa mais desafiadora da minha vida, principalmente porque, dos quatro anos de doutorado, dois deles passamos enfrentando uma pandemia. Na semana em que finalizei a escrita deste texto, meu pai partiu deste mundo. Pela primeira vez, pude sentir na pele a desordem que a morte de alguém tão próximo provoca em nós.

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder sabedoria e capacidade intelectual para atingir os meus objetivos e também por me fazer resiliente diante das dificuldades que ameaçaram a realização do doutorado.

À minha família, minha base, meu tudo. Agradeço à minha mãe Marcléa pelo seu amor incondicional e por ser essa mulher forte que nunca mediu esforços para me ver alcançar tudo aquilo que almejo. Ao lado dela, estão os meus avós maternos Heraldo e Nadir, que são as minhas grandes referências nesta vida. Mesmo sem entender das formalidades acadêmicas, eles me acompanham em cada passo, recarregando as minhas forças quando elas parecem faltar. Ao meu pai, que, apesar do pouco tempo em que compartilhamos desse sonho, sempre me incentivou a estudar e vibrou com cada conquista.

Ao meu esposo, Glenedy Cavalcante, pelo companheirismo e pela parceria de quase nove anos. Além de ser o meu principal apoiador, te agradeço por entender as minhas ausências nos momentos em que precisei me dedicar inteiramente a este trabalho. Querido, desejo que sigamos caminhando de mãos dadas até o fim! Amo você!

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos, irmãos, primos, primas, tios e tias que, quando me encontravam, sempre tinham uma palavra de estímulo para me dar.

A toda equipe do Arquivo Público do Estado de Sergipe, em especial a Eden Filipe, por me auxiliar a encontrar a documentação necessária através do seu conhecimento e pela agradável e profícua troca de ideias na sala de pesquisa. Estendo o agradecimento à direção e aos estagiários dessa mesma instituição pela presteza e dedicação.

A José Matos, funcionário do Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe (AGJSE), pela cordialidade e pelo auxílio constantes durante os meses em que diariamente estive pesquisando nos inventários e testamentos da Comarca de Aracaju.

A Fernanda Carolina, que, pesquisando nesse mesmo arquivo, sempre me ajudava a decifrar a difícil grafia dos documentos do século XIX.

Aos professores do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, minha “primeira casa”, pelas conversas informais, trocas e indicações.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS-UnB) pelas críticas construtivas em cada disciplina que, ao longo do curso, ajudaram a construir este trabalho. Às professoras Cláudia Rodrigues e Tânia Salgado Pimenta pelas valiosas contribuições dadas na Banca de Qualificação de doutorado.

Por fim, agradeço em particular ao meu orientador, Prof. Dr. Tiago Luís Gil, pelo aceite em orientar o trabalho quando eu estava concluindo o mestrado na UFS, pelos ensinamentos e por me dar a liberdade de conduzir a pesquisa e produzir esta tese com tranquilidade e autonomia. Obrigada por tudo!

## RESUMO

Sob a égide do discurso da modernidade e do progresso, após o ato administrativo de 17 de março de 1855, um pequeno reduto de pescadores tornou-se o novo centro administrativo da Província de Sergipe. Apesar dos problemas estruturais e sanitários que a acompanharam até o final do Oitocentos, a recém-criada cidade de Aracaju deveria ser, ao mesmo tempo, o centro político e econômico de que a província precisava. Além das transformações urbanas e da tessitura de estratégias sociais, econômicas e políticas, é importante desvendar também como os agentes históricos se relacionavam com a morte neste mundo, dando ênfase à antiga concepção de boa-morte e dos meios materiais e espirituais empenhados para garanti-la, bem como identificar a inserção de novos costumes fúnebres para a realidade brasileira da segunda metade do século XIX. Dessa maneira, esta pesquisa volta-se para o estudo dos ritos fúnebres praticados pela população católica e livre da cidade de Aracaju/SE e seu termo numa época de discussões efervescentes a respeito da secularização e da medicalização da morte. O trabalho concentra-se no período entre a transferência da capital da Província de São Cristóvão para Aracaju (1855) e a última grande epidemia de varíola do século XIX (1896). A partir do diálogo com variados tipos de fontes primárias (inventários, testamentos, ofícios, relatórios provinciais, jornais, registros de óbito) e com a bibliografia especializada, buscou-se analisar as práticas e representações relativas à morte nesse contexto específico, assim como as mudanças históricas por que passou a sociedade aracajuana durante o recorte temporal estudado.

**Palavras-chave:** Ritos fúnebres. Século XIX. Aracaju.

## ABSTRACT

After the administrative act of March 17, 1855, a small fishermen's village became the new administrative center of the Province of Sergipe under the discourse of modernity and progress. Despite the structural and sanitary problems that it had until the end of the 1800s, the newly created Aracaju town had to be, at the same time, the political and economic center that the province needed. Besides urban transformations and the composing of social, economic and political strategies, it is also important to investigate how historical agents dealt with death in this world, emphasizing the ancient conception of a good death and the necessary material and spiritual means to guaranteeing it, as well as identifying the insertion of new funeral customs for the Brazilian reality of the second half of the 19th century. Therefore, this research focuses on the study of funeral rites practiced by the Catholic and free population of Aracaju/SE and its term in a time of high-spirited discussions about the secularization and medicalization of death. The work aims at the period between the transfer of the capital from the Province of São Cristóvão to Aracaju (1855) and the last severe smallpox epidemic of the 19th century (1896). Based on dialogues from several types of primary sources (inventories, wills, letters, provincial reports, newspapers, death records) and specialized bibliography, we sought to analyze the practices and representations related to death in this specific context, as well as the historical changes that Aracaju society faced during that period.

**Keywords:** Funeral rites. 19<sup>th</sup> century. Aracaju.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Distância entre a capital e os principais centros da província.....	16
<b>Figura 2:</b> Crítica de morador de Estância a membros da Igreja Católica.....	54
<b>Figura 3:</b> Estatística mortuária do cemitério de Aracaju até o início do mês de dezembro de 1855.....	79
<b>Figura 4:</b> Aracajú, arruamento em 1865.....	90
<b>Figura 5:</b> Trecho da planta de Aracaju em 1868.....	91
<b>Figura 6:</b> Arredores de Aracaju, com destaque para as casas cobertas de palha.....	96
<b>Figura 7:</b> Desembarque de passageiros do vapor “Estrela” na Ponte do Imperador.....	106
<b>Figura 8:</b> Túmulo de 1876, o mais antigo encontrado no Cemitério Santa Isabel, que, atualmente, é de caráter privado.....	111
<b>Figura 9:</b> Rua da Aurora em 1908.....	116
<b>Figura 10:</b> Quartel de Polícia de Aracaju em 1909.....	123
<b>Figura 11:</b> Anúncio pedindo caridade para o problema da fonte.....	130
<b>Figura 12:</b> Anúncio de venda das bichas.....	140
<b>Figura 13:</b> Hospital de Caridade Santa Isabel em 1901.....	140
<b>Figura 14:</b> Estatística dos atendimentos realizados durante o ano de 1874.....	147
<b>Figura 15:</b> Cemitérios Santa Isabel e São Benedito.....	188
<b>Figura 16:</b> Recibo da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Aracajú.....	191
<b>Figura 17:</b> Cemitério Santa Isabel.....	195
<b>Figura 18:</b> Anúncio de missa de um ano do falecimento de Maria Etelvina da Paixão.....	198
<b>Figura 19:</b> Anúncio da Loja Tupy.....	209
<b>Figura 20:</b> Anúncio de Antônio Cândido de Souza.....	210
<b>Figura 21:</b> Anúncio de Manoel Joaquim de Mello.....	210
<b>Figura 22:</b> Anúncio de Manoel José do Nascimento.....	212
<b>Figura 23:</b> Anúncio da Loja Veneza.....	216
<b>Figura 24:</b> Anúncio da Casa Mortuária.....	217
<b>Figura 25:</b> Colina de Santo Antônio: Igreja de Santo Antônio.....	242
<b>Figura 26:</b> Anúncio da Loja Cotinguiba.....	251
<b>Figura 27:</b> Diário Oficial dando conta da morte de D. Joaquina Guimarães de Menezes Valadão.....	259
<b>Figura 28:</b> General Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão.....	263
<b>Figura 29:</b> Exemplo de cartão de condolências.....	264
<b>Figura 30:</b> Inscrição no túmulo de D. Joaquina.....	265
<b>Figura 31:</b> Thereza de Figueiredo Lobo.....	268

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Vítimas da febre amarela sepultadas em Aracaju (janeiro de 1873 a julho de 1874).....	155
<b>Quadro 2:</b> Naturalidade declarada pelos(as) testadores(as) da Comarca de Aracaju (1855-1896).....	160
<b>Quadro 3:</b> Nome dos redatores citados nos testamentos da Comarca de Aracaju (1855-1896).....	162
<b>Quadro 4:</b> Justificativas de redação dos testamentos na Comarca de Aracaju (1855-1896)....	164
<b>Quadro 5:</b> Preços das missas por ano (1855-1896).....	199
<b>Quadro 6:</b> Profissionais que atuaram no comércio de artigos fúnebres durante o recorte estudado.....	218
<b>Quadro 7:</b> Recorrência aos sacramentos dos mortos pela varíola – Aracaju (1873).....	225
<b>Quadro 8:</b> Mortalha dos indivíduos livres e escravizados sepultados no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição durante a epidemia de varíola (1873).....	238

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Causas de falecimento entre fevereiro de 1864 a fevereiro de 1866.....	141
<b>Gráfico 2:</b> Causas de falecimento entre fevereiro de 1866 a fevereiro de 1868.....	142
<b>Gráfico 3:</b> Curva de óbitos por varíola em 1873.....	147
<b>Gráfico 4:</b> Óbitos por varíola divididos em faixas etárias (1873).....	148
<b>Gráfico 5:</b> Número de óbitos por varíola em 1873.....	152

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – A PREOCUPAÇÃO COM A SALUBRIDADE PÚBLICA EM SERGIPE NA DÉCADA DE 1850.....	24
1.1 O clero e os sepultamentos (1850-1854).....	33
1.2 A mudança no tratamento dado aos mortos e a criação dos cemitérios durante a epidemia de cólera (1855-1856).....	45
CAPÍTULO 2 – AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA “JOVEN TREFEGA E RISONHA ARACAJÚ” NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.....	70
2.1 A cólera e a medicalização da morte em Aracaju (1855-1858).....	70
2.2 “À casa queimada, todos trazem água”: as olarias e as casas de palha na contramão do progresso.....	83
2.3 “Os mortos fora do Quadrado de Pirro”: a construção do Cemitério de Nossa Senhora da Conceição.....	100
2.4 Da feira livre à casa do mercado.....	114
2.5 “O estado sanitario d’esta linda mas descuidada capital”: os novos (velhos) problemas de uma capital no final do Império (1880-1889).....	120
CAPÍTULO 3 – ENTRE A VIDA E A MORTE: O ADOECIMENTO NA CAPITAL E OS DESAFIOS PARA CONTROLAR AS EPIDEMIAS.....	127
3.1 A criação das primeiras enfermarias e do Hospital de Caridade de Nossa Senhora da Conceição.....	127
3.2 O medo do contágio e da morte: as epidemias de varíola e febre amarela entre os anos de 1872 e 1873.....	141
CAPÍTULO 4 – “DETERMINO FAZER O MEU SOLENE TESTAMENTO DE ÚLTIMA E DERRADEIRA VONTADE”: AS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS PELO BEM DA ALMA.....	158
4.1 O ato de testar.....	158
4.1.1 As motivações para redigir os testamentos.....	163
4.2 As últimas vontades e as ações necessárias para a salvação da alma.....	168
4.3 Irmandades e doações.....	187
CAPÍTULO 5 – A RIQUEZA E O BEM-MORRER NA COMARCA DE ARACAJU.....	197
5.1 O comércio funerário em Aracaju.....	197
5.1.1 Os preços dos instrumentos de salvação e dos objetos e serviços funerários.....	199

5.1.2 As trajetórias dos profissionais da morte.....	204
<b>CAPÍTULO 6 – “A PARTIDA A CAMINHO DO CÉU”: RITOS FÚNEBRES NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO ARACAJU.....</b>	<b>222</b>
<b>6.1 Os costumes fúnebres durante os surtos epidêmicos.....</b>	<b>223</b>
6.1.1 A varíola e a febre amarela em 1873-1874.....	223
6.1.2 A “ <i>Peste das Bexigas</i> ” ataca novamente: a onda epidêmica do final do século XIX.....	228
<b>6.2 O vestuário fúnebre.....</b>	<b>235</b>
<b>6.3 A escolha da última morada.....</b>	<b>242</b>
<b>6.4 A maçonaria e os seus últimos rituais.....</b>	<b>249</b>
<b>6.5 A morte continua sendo uma festa.....</b>	<b>256</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>270</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>275</b>

## INTRODUÇÃO

A Capitania de Sergipe tornou-se independente da Bahia através da carta régia assinada pelo Rei D. João VI em 8 de julho de 1820. Num contexto de intensificação da imigração reinol e de conseqüente crescimento populacional, estima-se que a população total da capitania recém-criada era de aproximadamente 114.916 pessoas<sup>1</sup>. Apesar da separação política e administrativa, a economia de Sergipe ainda era dependente da capitania vizinha, principalmente pelo fato de as exportações continuarem sendo feitas pelo porto da Bahia.

De acordo com Felisbello Freire, já no início do século XIX, “*a lavoura açucareira era a base da riqueza publica*”<sup>2</sup>, seguida da exportação de algodão, que se tornou o segundo mais importante produto da lavoura sergipana, fumo, cereais, couros secos, sola branca, gado, cavalos e porcos. A produção de açúcar conseguiu atingir o ápice durante o Oitocentos em razão do aumento do número de pequenas e médias unidades produtoras, se comparadas aos engenhos da Bahia e de Pernambuco. Por esse motivo, a atividade pastoril continuava sendo necessária, pois, além do fornecimento de carne para o consumo da população e outros aproveitamentos, “o uso de bois era fundamental para movimentar as moendas e transportar a cana.”<sup>3</sup>

Os dados estatísticos disponíveis para o período imperial são escassos ou não mais acessíveis ao historiador por causa da ação do tempo. Então se faz necessário recorrer aos trabalhos daqueles que ainda puderam acessar esses manuscritos, como Luiz Mott. Esse historiador e antropólogo foi um dos que se propôs a estudar a estrutura demográfica da população sergipana na primeira metade do século XIX a partir das quatro matrizes iniciais: *brancos, pardos, pretos e indígenas*. Segundo ele, em 1834, ainda durante o período regencial, a maioria da população era composta por *não-brancos*, ou seja, pardos, que representavam 44% dos sergipanos.<sup>4</sup>

O relatório provincial de 1841, apresentado pelo Presidente Coronel João Pedro da Silva Ferreira à Assembleia, já durante o governo de Pedro II, constatou que, quando esse jovem monarca subiu ao trono depois do golpe da maioridade, o território sergipano era pouco povoado. A partir da Lei-Geral de 03 de dezembro de 1841 e do Regulamento nº 120 de 31 de

---

<sup>1</sup> ANTONIO, Edna Maria Matos. “*A independência do solo que habitamos*”: poder, autonomia e cultura política na construção do Império Brasileiro. Sergipe (1750-1831). 391 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011, p. 145.

<sup>2</sup> FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe (1575-1855)*, 3. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IGHSE, 2013, pág. 265.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>4</sup> MOTT, Luiz R. B. *Pardos e pretos em Sergipe: 1774-1851*, p. 4.

janeiro de 1842, os delegados, subdelegados, juizes de paz e párocos ficaram incumbidos de fazer o arrolamento da população sergipana.

Mesmo assim, há de se considerar que existia uma dificuldade dessas autoridades em organizar tais dados com precisão, já que nem todas as localidades enviavam as informações. Contudo, com o avançar dos anos, os relatórios presidenciais tornaram-se mais detalhados, e ocasionalmente nos anexos se encontram mapas estatísticos referentes ao número anual de batizados, casamentos e óbitos registrados em cada freguesia. No início dos anos 1850, o gado continuava se espalhando pelo interior da província, e nessa atividade se destacavam três vilas, sendo duas do Agreste sergipano: Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, Santo Antônio e Almas de Itabaiana, vila distante 53 quilômetros da futura capital Aracaju e que possuía solo fértil para o cultivo do algodão, e Campos do Rio Real (atual Tobias Barreto), que também passou a se destacar na cultura algodoeira.

O mapa estatístico referente ao ano de 1850 indicava que a Vila do Lagarto, Comarca da Estância, tinha 6.376 indivíduos livres e 1.516 escravizados. Itabaiana, pertencente à comarca da capital, era a mais populosa das três vilas e mais até do que a capital São Cristóvão, tendo 13.955 indivíduos que correspondiam à população livre e 4.266 escravizados. Por fim, na Vila de Campos, distante 115 quilômetros, residiam 3.899 homens e mulheres livres e 472 cativos. Quando se compara o número de escravizados dessa última vila com os números de Laranjeiras, por exemplo, que possuía uma população escravizada de 5.054 pessoas, percebemos a importância que a monocultura açucareira estava alcançando na economia sergipana.<sup>5</sup>

Naquela época posterior à cessação do tráfico de escravizados, verificou-se um aumento demográfico na província que acompanhou uma ampliação da rede urbana, e, dessa maneira, “as vilas rurais crescem e se transformam em cidades: as mais florescentes serão aquelas que conseguem fazer-se centros comerciais ativos como Estância, Maruim, Laranjeiras, Propriá e Lagarto.”<sup>6</sup> Cogitou-se, inclusive, que a rica Laranjeiras, localizada na zona canavieira, poderia ser a nova capital, mas a sua posição de destaque na produção do principal produto da província não conseguiu competir com a geografia e com o auspicioso futuro que o quase inabitado

---

<sup>5</sup> ANDRADE, Amâncio João Pereira de. Falla que dirigio a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe na abertura da sua sessão ordinaria no 1º de março de 1850. Sergipe: Typographia provincial, 1850, p. 43. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item\\_id=5383#?c=0&m=19&s=0&cv=1&r=0&xywh=-986%2C-1%2C3507%2C2474](http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item_id=5383#?c=0&m=19&s=0&cv=1&r=0&xywh=-986%2C-1%2C3507%2C2474).

<sup>6</sup> ALMEIDA, Maria da Glória Santana. Atividades Produtivas. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Org.). *Textos para a História de Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS, 2013, p. 118.

Aracaju poderia vir a ter. Passaram a entrar pela *barra do Aracajú* ou da *Cotinguiba* navios de alto bordo, fato que a diferenciava das demais barras da província.

Assim, a cidade de São Cristóvão deixou de ser o centro das decisões político-administrativas a partir da Resolução de 17 de março de 1855, e, como reflexo dessa transferência da capital, “aumentou o número de pessoas que se afastaram do setor primário, por necessidades de direção dos trabalhos de construção da cidade.”<sup>7</sup> Quem desejasse sair da antiga capital para Aracaju provavelmente percorreria cerca de 19 quilômetros até o seu destino. Além disso, o crescimento da vida urbana na nova capital e os estímulos dados principalmente pela ampliação do comércio e do setor de serviços fizeram com que muitas pessoas saíssem do interior da província em direção à recém-criada Aracaju para tentar fazer fortuna.

Afirmou Maria Thetis Nunes em conhecida obra que “o braço escravo foi decisivo na expansão dos canaviais sergipanos.”<sup>8</sup> Porém, a grave epidemia de cólera morbus, colocou a economia sergipana em dificuldades, pois a elevada mortalidade causada pela doença fez com que a mão de obra para a lavoura da cana ficasse escassa. A título de exemplo, entre setembro de 1855 e janeiro de 1856, foram 3.500 vidas perdidas somente em Laranjeiras. Em segundo lugar, ficou a Vila do Lagarto, localizada a 67 quilômetros de Aracaju, com 1.374 mortes. No geral, quantificou-se que 15.122 sergipanos baixaram à sepultura durante a epidemia.<sup>9</sup> Se em 1850 a população da província era de 219.620 habitantes, em 1858 alcançava a cifra de 132.640 habitantes. A explicação para essa baixa dada pelo Dr. Felisbelo Freire, autor da clássica obra *História de Sergipe*, foi a devastação causada pela marcha da cólera, juntamente com os efeitos da seca de 1857.<sup>10</sup>

Sem contar a comunicação estabelecida pela navegação fluvial entre as barras, e, apesar da precária estrutura de estradas, vias de comunicação foram abertas a fim de integrar Aracaju às principais vilas e cidades, como Laranjeiras, localizada aproximadamente a 15 quilômetros da capital; Simão Dias, uma das vilas mais distantes com seus 101 quilômetros até Aracaju; Santo Amaro, mais próxima, com 14 quilômetros, e Maruim, que ficava a 24 quilômetros de distância. Os itinerários aqui citados foram convertidos porque, originalmente, eram medidos em léguas, antiga medida colonial de extensão muito utilizada no Nordeste e que já se encontra

---

<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup> NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840/1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006, p. 21.

<sup>9</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe. Bahia: Typ. Carlos Poggetti, 1856, p. 53. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1051/>.

<sup>10</sup> MENDONÇA, Manoel Curvello de. *Sergipe republicano: estudo crítico e histórico*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1896, p. 14.





Censo, a maioria da população era livre, analfabeta, solteira e branca (2.321). De acordo com o qualificativo social, na sequência vinham os pretos (1.888), pardos (1.533) e caboclos (89). Desses habitantes, 473 ainda viviam sob o regime da escravidão.<sup>13</sup> Dentre os 62 estrangeiros radicados na capital, a maioria era de africanos, seguidos dos portugueses. Também se encontravam pela cidade 3 franceses e 2 chineses. Em relação às profissões, os lavradores e empregados do serviço doméstico estavam em maior número do que as demais ocupações.

Cidade que já foi citada em outros momentos desta breve introdução, Laranjeiras possuía uma população total de 16.076 pessoas, mais que o dobro de Aracaju. E o território mais habitado de Sergipe era o da Freguesia de Santo Antônio de Propriá por causa de seus 18.130 residentes. Apesar de figurar entre as localidades menos populosas em 1872, Aracaju ainda conseguia ficar à frente de municípios como Santo Amaro (4.651), Divina Pastora (4.352), Socorro (3.716), a antiga capital São Cristóvão (5.602) e Campos (4.826). Não se registraram dados para Capela e Itabaiana, que vivenciava o auge da produção algodoeira. De maneira geral, houve uma progressiva substituição da mão de obra escravizada pela livre, uma vez que “em 1850, quando da abolição do tráfico negro, representava 25% de população da Província, começando, porém a diminuir sua presença, registrando o censo de 1872 apenas 12,8%.”<sup>14</sup>

Antes da abolição da escravatura, ocorrida em maio de 1888, o jornal liberal *A Reforma* publicou artigos intitulados “A população de Sergipe” e assinados pelo historiador Felisbello Firmo de Oliveira Freire. Em um deles, o intelectual afirmou que a expectativa de vida dos sergipanos girava em torno de 31 a 40 anos e que essa cifra estaria dentro do valor preconizado pelos higienistas daquela época. Alertou também para o fato de que em Sergipe havia a ausência dos fatores que poderiam proporcionar uma maior longevidade humana: “*a extensão da vaccina, a riqueza e os progressos da hygiene publica. Só temos a nosso favor a primeira destas causas e muito imperfeitamente posta em pratica. As outras são improficuas, por isso mesmo que não existem.*”<sup>15</sup> No ano seguinte, 1889, o mesmo jornal noticiava o deslocamento em massa dos sergipanos para outros pontos do Império, como Amazonas, Pará (onde se desenvolvia a produção de borracha), Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (centros produtores de café), “*afim de procurarem os recursos que não encontram na terra onde nasceram.*”<sup>16</sup>

<sup>13</sup> Recenseamento do Brasil em 1872. Vol. 12 (Sergipe). Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1872, p. 1. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>.

<sup>14</sup> NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II...* op. cit., p. 21.

<sup>15</sup> *Jornal A Reforma*, Edição nº 63, 18 de março de 1888, p. 4.

<sup>16</sup> *Jornal A Reforma*, Edição nº 107, 02 de janeiro de 1889, p. 1.

Anos mais tarde, Manoel Curvello também apontou que a emigração vinha sendo o fator determinante para o decréscimo da população sergipana: “[...] *ha muitos annos que a emigração de sergipanos dá-se em escala mais ou menos consideravel; mas somente de uns seis annos a esta parte o facto assumiu maiores proporções [...]*.”<sup>17</sup> Se no começo do século XIX existiam uma cidade (São Cristóvão) e 7 vilas, no final dele o Estado de Sergipe já tinha 12 cidades e 25 vilas. E Aracaju, capital, mas centro urbano ainda pobre em 1890, possuía 4 mil casas, e os seus 16.336 mil habitantes representavam 5,25% da população do Estado, que havia ultrapassado a marca dos 300 mil indivíduos.<sup>18</sup>

\*\*\*

Apesar de ser um fenômeno natural na vida do ser humano, falar sobre a morte e o morrer entre os que estão vivos suscita desconforto, pois tendemos a hostilizar, estigmatizar e negatizar tudo aquilo que envolve a passagem final. Ainda hoje entoar essa palavra, originária do latim *mors*, e obviamente toda carga semântica que ela carrega consigo, pode significar, assim como em outros temas, um “tabu”, parafraseando o antropólogo José Carlos Rodrigues. Essa mentalidade tão corriqueira em nossa vida social também se refletiu nos objetos estudados pelos historiadores, pois, desde a consolidação da História como disciplina no século XIX até meados do século XX, a morte não foi um dos temas mais privilegiados por aqueles que investigavam o passado.

Quatro questões centrais norteiam a nossa busca pela compreensão das práticas fúnebres adotadas pelos agentes na segunda metade do século XIX: de que maneira os aracajuanos externalizavam a sua preocupação com a morte? Ou seja, quais eram os rituais praticados por esses agentes na hora derradeira? Como a recém-criada Aracaju vivenciou os processos de secularização e medicalização da morte já em marcha em outras cidades do Império como São Paulo e Rio de Janeiro? Além disso, as alterações no conteúdo e na forma dos testamentos estão relacionadas à criação dos cemitérios extramuros?

Tais problemáticas foram levantadas a partir das seguintes hipóteses: o estilo de morte existente nessa freguesia urbana (Nossa Senhora da Conceição do Aracaju) apresenta elementos que descaracterizam a chamada “morte barroca<sup>19</sup>”, já em decadência na segunda metade do século XIX. Isso quer dizer que, com o impacto das epidemias e a criação dos primeiros

<sup>17</sup> MENDONÇA, Manoel Curvello de. *Sergipe republicano...* op. cit., p. 12.

<sup>18</sup> FONTES, José Silvério Leite. Cidades e Vilas de Sergipe no Século XIX – Depoimentos. *Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História* – ANPUH, Belo Horizonte, setembro de 1973, p. 570-571.

<sup>19</sup> “O funeral barroco se caracterizava pela pompa: o luxo dos caixões, dos panos funerários, a quantidade de velas queimadas o número de participantes do cortejo – de padres, pobres, confrarias, músicos, autoridades, convidados, – a solenidade e o número de missas de corpo presente, a decoração da Igreja, o prestígio do local escolhido para a sepultura.” (REIS, 1991, p. 74).

cemitérios, os habitantes da freguesia vivenciaram uma mudança de mentalidade relacionada à morte e ao morrer, corroborando novas formas de se lidar com a finitude da vida. E, ainda, o progressivo empobrecimento da “nova elite”<sup>20</sup> ao longo da segunda metade do século contribuiu para a redução dos gastos com certas atitudes fúnebres, como, por exemplo, o aparato festivo dos funerais.

Para tentar responder a essas questões, estruturou-se esta tese em seis capítulos. A ideia inicial era estudar o período que vai de 1855, ano da transferência da capital da Província de São Cristóvão para Aracaju, a 1900. Porém, esse recorte temporal sofreu alterações ao longo da pesquisa, já que se preferiu recuar a análise até 1896, ano em que ocorreu a última grande epidemia de varíola em Aracaju no século XIX.

No capítulo um, “A preocupação com a salubridade pública em Sergipe na década de 1850”, criado com a finalidade de reconstruir o contexto em que se efetivou a mudança da capital, nos propusemos a examinar o discurso das autoridades civis e eclesiásticas envolvidas no processo de transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios a partir de jornais, correspondências, códigos de posturas e relatórios provinciais, documentos que ampliam a visão do pesquisador sobre a vivência da morte naquela sociedade. Consultamos, principalmente, manuscritos produzidos durante as epidemias de cólera (1855 e 1863) e de febre amarela. É nessa parte do capítulo que recontamos a história do casal Cypriana e Thomaz José de Aquino, vítimas da epidemia, e dos seus três filhos escravizados para explicar como se deu a construção dos cemitérios em diferentes pontos da Província de Sergipe. Também se fizeram necessárias a identificação e explicação das teorias médicas a que os médicos sergipanos se filiavam naquela época. Além da pesquisa nas fontes e da consulta em bibliografia sobre o tema, alguns autores, como Amâncio Cardoso, Acrísio Torres, Epifânio Dória, Maria Thetis Nunes, Orlando Vieira Dantas e Terezinha Alves Oliva, nos auxiliaram a entender as transformações que ocorreram em território sergipano naquela década.

Na sequência, em “As condições sanitárias da *‘joven trefega e risonha Aracajú’* na segunda metade do século XIX”, apresentamos a recém-criada capital Aracaju acompanhando o seu processo de urbanização até o final do século. Através do olhar dos correspondentes jornalísticos, apontamos os problemas gerados em decorrência de uma infraestrutura inadequada para uma cidade que foi criada para ser o símbolo do progresso. Diferente do que se via até então, Aracaju já “nasceu” sob a determinação de se enterrarem os mortos no cemitério, e, por causa disso, contamos como se deu a construção dos seus campos santos

---

<sup>20</sup> A denominação “nova elite” refere-se a um grupo de pessoas detentoras de capital econômico e simbólico que não eram ligadas exclusivamente à grande lavoura, mas ao comércio e ao funcionalismo público, por exemplo.

oitocentistas – o primeiro, conhecido como “Alto da Santa Cruz”, e o Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, em funcionamento até os dias de hoje. A história de Canuto Severino de Araújo, o sacristão, confeccionador de caixões e urnas, médico e parteiro das classes pobres, foi mencionada várias vezes ao longo da tese e serviu para mostrar que não eram só os diplomados que detinham os poderes da cura em Aracaju. No decorrer do capítulo, trabalhamos com questões relacionadas a salubridade pública, moradia e desigualdade social.

Já no terceiro capítulo, “Entre a vida e a morte: o adoecimento na capital e os desafios para controlar as epidemias”, objetivamos explicar como era a assistência médica fornecida aos doentes da cidade desde a criação das primeiras enfermarias militares até a inauguração do Hospital de Caridade de Nossa Senhora da Conceição. Ao longo do texto, elencamos as dificuldades financeiras e administrativas enfrentadas por essa instituição para se manter de portas abertas e receber pacientes de diversas partes da província. Demos destaque também à atuação do médico Dr. Guilherme Pereira Rabelo, figura que apareceu recorrentemente na documentação dos primeiros anos da cidade em função de ter ocupado vários cargos provinciais. Discorremos sobre outros problemas estruturais da cidade que acabavam contribuindo para o adoecimento da população, tais como a dificuldade em se obter água potável de boa qualidade, a irregularidade das habitações e a falta de uma rede de esgoto. Mostramos que, desde o início, a varíola sempre esteve presente na lista de moléstias que mais vitimavam os habitantes da capital e, por isso, destinamos uma seção específica para tratar da grave epidemia de varíola de 1872 e 1873, que ceifou um número considerável de vidas. Em menor quantidade, também chegaram à cidade estrangeiros infectados com a febre amarela. Para produzir os gráficos que foram inseridos ao longo do texto, consultamos os livros de óbito da freguesia, disponíveis online no banco de imagens *Family Search*.

É interessante perceber de que maneira os registros eclesiásticos de óbito e os judiciários (testamentos), enquanto fontes históricas para o estudo da morte, foram e estão sendo utilizados pelos estudiosos do passado. De acordo com Maria Luiza Marcilio (1983)<sup>21</sup>, essas duas séries de documentos são primordiais para o estudo das representações coletivas da morte no passado. Ao longo da pesquisa, foram localizados 83 testamentos da Comarca de Aracaju que estão sob a custódia do Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe. Esses documentos são provenientes dos inventários judiciais do século XIX (1811-1900). Utilizamos um modelo de ficha produzido no software *Microsoft Word* para organizar as informações extraídas dos

---

<sup>21</sup> Ver: MARTINS, José de Souza (Org.). *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1983.

inventários e testamentos. Para facilitar a consulta, cada arquivo criado no computador recebeu a mesma referência arquivística do documento físico.

A análise testamentária empreendida para produzir o quarto capítulo nos forneceu subsídios para sustentar o argumento de que em Aracaju não houve a predominância de elementos que caracterizariam o que Michel Vovelle chamou de “descristianização da morte”. Contemporâneo de outros estudiosos no campo da história da morte, Vovelle diferenciou-se metodologicamente dos demais por utilizar os testamentos como fonte e empreender uma análise quantitativa das séries homogêneas. Na sua tese de doutorado sobre a morte na Provença, *Piedade barroca e descristianização* (1978), ele analisou milhares de testamentos para identificar as variações de atitudes diante da morte. Assim, as transformações ocorridas na prática testamentária ao longo do século XVIII, como o desaparecimento de cláusulas de devoção, estão relacionadas a um recuo da religiosidade.

No Brasil, vários trabalhos relevantes para o campo dos estudos sobre a morte vieram a público na década de 1980, como a dissertação *A vivência da morte na Capitania das Minas*, de Adalgisa Arantes Campos. Durante a pesquisa, a historiadora dedicou-se a estudar a morte barroca mineira no século XVIII. No mesmo ano, foi defendida a dissertação de mestrado de Sandra Paschoal Guedes, *Atitudes perante a morte em São Paulo (Séculos XVII a XIX)*, que contemplava o terreno da História das mentalidades. Aqueles que produziram no campo da historiografia brasileira nessa década foram amplamente influenciados pela história cultural e das mentalidades, que já estava em processo de transformação na Europa e desembocaria na Nova História Cultural.

Ainda no capítulo quatro, dialogamos com pesquisadores que estudaram outras regiões do Brasil no mesmo período, como Rio de Janeiro, Salvador, Goiás e Belém, a fim de identificar comportamentos similares ou diferentes dos aracajuanos. Em vista disso, foi realizada uma atenta leitura das obras de João José Reis e Cláudia Rodrigues, estudiosos do campo da morte no Brasil, para analisar os ritos fúnebres praticados pela população católica e livre de Aracaju. Aproveitamos, também, para reconstruir o cotidiano religioso da cidade falando das festas, procissões e irmandades ali atuantes. Foi de suma importância verificar trabalhos produzidos por pesquisadores de outras áreas, como as dissertações de Fernando Lins de Carvalho, para entender a dinâmica espacial dos dois cemitérios vizinhos, e de João Mouzart de Oliveira, que se propôs a recontar a história da Irmandade de São Benedito na primeira metade do século XX.

Buscou-se identificar, no quinto capítulo, os serviços funerários que estavam à disposição das famílias aracajuanas. Os recibos encontrados nos inventários *post-mortem* foram a principal fonte para descobrir quanto os inventariados gastavam com os seus funerais, e, nessa

empreitada, pudemos identificar os preços cobrados pelos profissionais por cada tipo de serviço e verificar se os valores sofreram ou não alterações ao longo do tempo.

Os recibos emitidos pelos padres nos forneceram informações sobre as esmolas pagas pelas missas e também pelas encomendações, simples ou solenes. Nessa parte, estabelecemos comparações entre as quantias pagas pelos moradores de Aracaju e de São Cristóvão, aproveitando o fato de serem cidades próximas. Isso foi possível quando tomamos conhecimento da pesquisa de Márcia Gama, que, durante o mestrado, consultou inventários, testamentos, jornais e o livro de assentos de óbito da Paróquia de Nossa Senhora da Vitória. Assim como a pesquisadora, usamos largamente os anúncios (e também necrológicos) publicados na imprensa local. Nesse sentido, escolhemos alguns comerciantes e narramos fragmentos das suas trajetórias a fim de perceber como eles organizaram os seus negócios na cidade e criaram laços de sociabilidade entre si.

No último capítulo, “*A partida a caminho do céu*”: ritos fúnebres na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju”, retornamos aos surtos epidêmicos de varíola ocorridos em 1873, 1888 e 1896 para averiguar se os ritos fúnebres continuaram sendo realizados se levarmos em consideração o contexto de desordem provocado pela enfermidade. A leitura dos inventários, somada às informações retiradas dos registros de óbito, nos permitiu falar sobre os tipos de tecidos escolhidos para confeccionar as mortalhas, vestimenta fúnebre que envolvia os cadáveres, bem como sobre os itens que compunham o vestuário do luto das famílias aracajuanas. Mais uma vez, as últimas vontades dispostas nos testamentos serviram para nos revelar o desejo manifestado por alguns testadores de serem enterrados em locais específicos, como capelas de engenhos e igrejas.

O estudo feito por Cláudia Rodrigues (2005) embasou a nossa análise de dois casos de negação de sepultura em Aracaju. A pesquisadora associou a ocorrência dessas tensões envolvendo os sepultamentos às transformações pelas quais o Império brasileiro passou nos anos 1870, como a emergência dos movimentos protestante, maçônico, liberal, republicano, cientificista e positivista, e às transformações da Igreja Católica no plano internacional. Em virtude disso, também destinamos uma seção para tratar dos últimos rituais da maçonaria, com base nas publicações do jornal *A Fraternidade*. Demos ênfase ao projeto de secularização do Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, apresentado no início da República e que foi visto como uma solução aos impasses de outrora. Essa nova forma profana de gerir os cemitérios faz parte do processo de secularização, segundo Catroga. Ele afirma que a secularização nem sempre se definiu em oposição à igreja e muito menos à religião, ao contrário da laicização ou descristianização. Por outro lado, a definição de secularização dada por Cláudia Rodrigues

igualmente nos ajudou a assimilar o que estava acontecendo naquela época: “Estou compreendendo esse processo como resultado do recuo do controle eclesiástico sobre o morrer, como parte da atenuação de se poder sobre a sociedade.”<sup>22</sup>

Apoiando-nos nas ideias de Philippe Ariès (2014), precursor dos estudos sobre as atitudes e sensibilidades coletivas diante da morte, e Fernando Catroga (1999), demonstramos que os indivíduos passaram a canalizar suas preocupações para a *morte do outro*, e é nesse contexto que emergem a visão romantizada da morte (a dramatização e o sofrimento motivados pela perda) e o culto aos mortos e às sepulturas. Para exemplificar a emergência dessa nova mentalidade, acompanhamos a repercussão que a morte de alguém do seio da elite causou na população, além de detalhar como aconteceu o funeral de D. Joaquina Valadão, primeira-dama do Estado, falecida em março de 1896.

---

<sup>22</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Nas Fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 337.



## CAPÍTULO 1 – A PREOCUPAÇÃO COM A SALUBRIDADE PÚBLICA EM SERGIPE NA DÉCADA DE 1850

*“Emílio, reconhecendo-se muito fatigado, uma tarde de excessivo calor, cometeu a imprudência de tomar um banho frio. A consequência foi uma febre de mau caráter que o levou em poucos dias”.*<sup>23</sup>

Assim como a febre de “*mau caráter*” (pneumonia) que ceifou inesperadamente a vida de um dos personagens do romance *Senhora* (1875), de José de Alencar, ao longo do século XIX, as províncias brasileiras tiveram de lidar com os impactos de outras doenças que circulavam pelo território do Império, inclusive algumas em caráter epidêmico, como a febre amarela e a varíola, as quais vitimavam indivíduos desde o período colonial. Eis, então, o contraste, pois cidades que, ao mesmo tempo, cresciam impulsionadas pelas inovações da ciência e pelas modernidades urbanísticas desde a época da chegada da Corte em 1808, careciam de melhoramentos materiais, como rede de esgoto, abastecimento de água, recolhimento de resíduos, além de calçamento e iluminação pública, o que as tornava foco de disseminação de doenças.

Em paralelo, o recuo da revolução política e o avanço do processo de industrialização na Europa fizeram emergir um cenário de insalubridade que, aliado às condições de miséria, provocou o aparecimento e o agravamento de diversas epidemias graças ao aumento da virulência bacteriana em densos centros populacionais. Londres, por exemplo, possuía 20 milhões de habitantes em um território de 140 km<sup>2</sup>, sem contar que “era ainda uma metrópole vitoriana às voltas com uma infraestrutura pública elisabetana.”<sup>24</sup> Nessas circunstâncias, o médico John Snow foi o pioneiro em demonstrar que a ingestão de água potável contaminada proveniente das bombas da Broad Street, no bairro de Soho, ocasionou um aumento, de forma epidêmica, dos casos de cólera naquela cidade inglesa entre 1853 e 1854.

Nessa era do progresso e da burguesia triunfante, a maior circulação de pessoas e mercadorias ao redor do globo, conseqüentemente, fez com que as doenças também percorressem longas distâncias, assim como os vapores. À medida que a economia capitalista se expandia e as migrações aumentavam, a cólera também percorria os continentes e, por onde aportou, espalhou medo e terror entre as populações. Para Michelle Perrot, esse momento da nossa História “[...] assim, esboçaria uma idade de ouro do privado, onde as palavras e as coisas

<sup>23</sup> ALENCAR, José de. *Senhora*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002, p. 91.

<sup>24</sup> JOHNSON, Steven. *O mapa fantasma: uma epidemia letal e a epopéia científica que transformou nossas cidades*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 15.

se precisam e as noções se refinam.”<sup>25</sup> Então, o maior refinamento das sensibilidades, principalmente nas cidades, engendrou uma privatização dos costumes que antes eram realizados em público. A individualização também se tornou uma tendência a partir de meados desse século, e a sociabilidade, enquanto efeito das novas invenções, fez com que as pessoas saíssem às ruas e tivessem mais contato entre si.

Naquele período, cuidar dos doentes passou a ser não só um gesto natural de compaixão, mas também um dever *social* e *coletivo* de assistência que liga a nação ao indivíduo.<sup>26</sup> Por isso, em períodos epidêmicos, o Estado, enquanto responsável por prestar a assistência necessária, esteve incumbido da distribuição de recursos como alimentos e medicamentos, da contratação de médicos e outros profissionais, do estabelecimento de lazaretos e hospitais, da criação de cemitérios e da organização de estratégias para conter o avanço das doenças. Dessa forma, conhecer as teorias médico-científicas que orientavam as práticas da elite médica é de fundamental importância para entender qual era a percepção que se tinha, num determinado contexto, sobre a origem das doenças e como as sociedades se prepararam para enfrentar as moléstias.

De acordo com José Vilhena Mesquita, professor da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, “o cólera foi a partir do século XIX, a primeira doença pestífera, isto é, de carácter epidemiológico altamente contagioso, a tornar-se objecto de apertada vigilância internacional.”<sup>27</sup> Portanto, a grave epidemia de cólera que atingiu diversas províncias do Império, incluindo a de Sergipe entre os anos de 1855 e 1856, foi parte de uma terceira onda da doença no mundo que fez vítimas no Brasil e em toda a América do Sul e Central. Encontramos a definição dada pelo médico Pedro Luiz Napoleão Chernoviz para essa enfermidade que teve origem no continente asiático: “*Molestia aguda, rapida em sua marcha, muito dolorosa e grave, cujos symptomas mais notaveis consistem em vomitos numerosos, evacuações alvinas abundantes, suppressão das ourinas e câimbras nos membros.*”<sup>28</sup> Até meados do século XIX, não se sabia a forma de propagação da cólera, que se dava pela água contaminada, o que

<sup>25</sup> PERROT, Michele et al. *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 10.

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020, p. 42.

<sup>27</sup> MESQUITA, José Carlos Vilhena. Para a História da Saúde no Algarve: As epidemias de cólera mórbus no século XIX. *Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, n 15, 2015, p. 33. Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/10865/1/Para%20a%20Hist%C3%B3ria%20da%20Sa%C3%BAde%20no%20Algarve.%20As%20epidemias%20de%20c%C3%B3lera%20m%C3%B3rbus%20no%20s%C3%A9culo%20XIX.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

<sup>28</sup> CHERNOVIZ, P. L. N. *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das familias contendo a descripção das causas, symptomas e tratamento das moléstias; As receitas para cada moléstia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis*. A. Roger & F Chernoviz, Paris, 1890, p. 577.

dificultava o combate à doença. Como o dicionário de medicina popular de Chernoviz foi publicado em 1890, àquela altura já se conhecia mais sobre o morbo asiático graças às descobertas do italiano Filippo Pacini e do alemão Robert Koch, que comprovaram o agente da tuberculose em 1882: “*O contágio mui provável do cholera faz crêr que esta molestia devia ter por causa o desenvolvimento de uma parasita, isto é, um microbio que necessariamente devia ser procurado*”<sup>29</sup>.

As terríveis experiências com a cólera até o final daquele século fizeram Chernoviz e tantos outros esculápios deduzirem que cidades sujas e populosas eram as condições perfeitas para a disseminação da sua forma epidêmica. Comumente, somos levados a confundir duas nomenclaturas muito encontradas em trabalhos acadêmicos e em fontes históricas diversas: cólera e colerina. O conjunto dos sintomas iniciais recebe o nome de colerina, isto é, seria a forma mais benigna da doença. Porém, se não houvesse a cura, esses sintomas poderiam durar mais tempo e evoluir para a cólera grave. Infelizmente, era difícil, num cenário de escassez de recursos, travar e vencer essa luta contra uma doença que poderia matar em apenas algumas horas.

De acordo com Foucault, “basta que uma afecção esporádica se reproduza algumas vezes e simultaneamente para que haja epidemia.”<sup>30</sup> Assim, a cólera deixou um rastro de destruição em decorrência da alta mortalidade e da crise de abastecimento que provocou no solo sergipano. Podemos dizer que essa epidemia foi um importante acontecimento para as transformações que viriam a ser sentidas no âmbito da saúde pública em Sergipe e também por conta das implicações sociais, econômicas e políticas que gerou.

Muitos acadêmicos de Medicina voltaram a Sergipe para trabalhar no enfrentamento à essa epidemia que castigava os sergipanos, independentemente da classe social. Segundo a historiadora Maria Thetis Nunes, esses futuros médicos ou bacharéis, novos elementos da cidade e integrantes da elite letrada, saíam dos engenhos e aos poucos começavam “a substituir os pais ou parentes que os haviam encaminhado às escolas superiores da Europa, à Escola de Medicina da Bahia e de Direito do Recife e São Paulo.”<sup>31</sup> Emergia, então, a figura do fazendeiro-doutor.<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> Ibidem, p. 579.

<sup>30</sup> FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica...* op. cit., p. 23.

<sup>31</sup> NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840/1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006, p. 51.

<sup>32</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos – Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15. ed. São Paulo: Global Editora, 2004, p. 74.

Deve-se ressaltar que a “medicina oficial” desconhecia a origem de várias doenças mortais. Nesse sentido, havia uma falta de concordância entre os médicos, que se dividiam entre os pressupostos infeccionistas e os contagionistas. Nossos vizinhos argentinos também se guiavam por esses paradigmas médicos<sup>33</sup>. A primeira, também conhecida como teoria miasmática,

[...] advogava que as enfermidades se originavam das emanções pútridas (miasmas) de regiões insalubres. Desde o período colonial, várias doenças eram atribuídas à ação dos miasmas invisíveis e fétidos, que infeccionavam o ar e só seriam percebidos através da vigilância olfativa. A segunda apontava ser a moléstia adquirida através de algo que passava de pessoa para pessoa, por contato direto ou indireto.<sup>34</sup>

A partir das visões fornecidas por essas duas teorias, eram tomadas as medidas de controle e profilaxia.

Além disso, é importante frisar que o pensamento médico também esteve sob influência da climatologia médica, que associava a emergência de certas doenças às particularidades do clima de uma determinada região. Essas noções demonstram a existência de contato entre os clínicos brasileiros e seus colegas europeus. Por exemplo, para o aparecimento de alguns casos de “*diarrhea de líquidos brancos*” na cidade de Laranjeiras, o médico daquela municipalidade supôs em 1º de outubro de 1857 que “[...] *não se tendo dado causas, á que se possa atribuir a uma indigestão, é de suppor-se que seja p.º influencia attemospherica, o que levo ao conhecimento de V. Ex.*”<sup>35</sup>. Já em documento datado de 10 de fevereiro de 1853, o provedor de saúde pública da província desde 1848, Dr. Joaquim José de Oliveira, ao tratar do estado sanitário durante a epidemia de febre amarela e outras doenças, afirmou que, para descrever uma enfermidade, seja endêmica ou epidêmica, contagiosa ou infecciosa, duas coisas eram indispensáveis:

1ª. Conhecimentos exactos da posição, exposição e composição dos terrenos e athmosphera das differentes localidades e bem assim da alimentação, maneiras de viver e modificações individuaes dos seus habitantes – 2ª. Observação rigorosa da natureza e sede do character e índole, desenvolvimento e marcha, terminação e mortalidade relativa aos tratamentos empregadoz nas

<sup>33</sup> “Argentina was site for three cholera epidemics during the second half of the 19<sup>th</sup> century: in 1867, 1868, and 1871.” (CARBONETTI, Adrián; RODRÍGUEZ, María Laura. Cholera epidemics in Córdoba as seen through the press. The supply of preventive and curative products during the 1867-68 epidemic. *Hist. Cienc. Saúde, Manguinhos*, v. 14, n. 2, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/JFHDk86pC4Y3JZfgTNyT9yc/?lang=en>. Acesso em: 10 out. 2021.)

<sup>34</sup> PIMENTA, T. S.; MOTA, A.; FRANCO, S. P. (Orgs.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória: EDUFES, 2019, p. 219.

<sup>35</sup> APES, Fundo Governo G1, Vol. 2204, *Doc. 101*, p. 1.

diferentes molestias. **Ora nas diversas classes da sociedade brasileira só conheço um homem capaz de satisfazer estas duas condições - É o médico.**<sup>36</sup> (grifo nosso)

Percebe-se claramente que o autor buscou conferir legitimação socioprofissional à elite médica, grupo de que ele fazia parte. E, ainda, as ideias do provedor comprovam que, no âmbito da medicina moderna, nascida em fins do século XVIII, “o conhecimento das doenças é a bússola do médico; o sucesso da cura depende de um e exato conhecimento da doença.”<sup>37</sup> Nesse contexto, a medicina passou a ser a reguladora das relações físicas e morais do indivíduo, bem como da sociedade em que ele se insere. Manuais de como manter bons hábitos para evitar certas doenças começaram a circular, e artigos foram publicados nos jornais, com o objetivo de instruir e educar a população.

Contudo, em meados do século XIX, os médicos ainda não dispunham de projeção social e de poder político suficientes para participar ativamente do aparelho estatal e implantar com facilidade os seus projetos de civilização e urbanização, pois estes esbarravam na vontade das autoridades. E mais: “concordam todos os estudiosos da medicina no Brasil, bem como com o fato de que apenas em épocas de crises (de epidemias) os médicos faziam valer sua opinião de modo mais efetivo.”<sup>38</sup> Em tom irônico, o provedor de saúde continuou a afirmar que “[...] *a classe médica é uma das menoz bem servidas no grande banquete nacional. O que é empregado tem um mesquinho ordenado: vende o seu tempo ao Governo ou a Nação – Está a sua mercê [...]*.”<sup>39</sup> Estava, portanto, a criticar o fato de que o médico era preterido em relação a outros profissionais, como militares e magistrados. Os integrantes dessa elite médica desejavam “não somente alcançar sua autoridade científica, em meio a disputas intraprofissionais, interprofissionais e extraprofissionais, como buscavam construir e manter o seu status socioeconômico.”<sup>40</sup> Apesar disso, a figura do médico, investida de capital simbólico e cultural, deveria se sobrepor à dos curandeiros, milagreiros e charlatães, o que levaria o clínico a ocupar uma posição central e se tornar o vigilante da saúde pública e da moral no campo de atuação do higienismo. Assim,

<sup>36</sup> APES, Fundo Governo G1, Vol. 2204, Doc. 82, p. 2.

<sup>37</sup> FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica...* op. cit., p. 7.

<sup>38</sup> CAMARGO, Luís Soares de. *Viver e Morrer em São Paulo: A vida, as doenças e a morte na cidade do século XIX*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 51.

<sup>39</sup> APES, Fundo Governo G1, Vol. 2204, Doc. 82, p. 2-3.

<sup>40</sup> GONÇALVES, Monique de Siqueira. Entre livros e apólices: a trajetória do clínico, lente e acadêmico Antonio Corrêa de Souza Costa. In: CAMPOS, A. P.; RIBEIRO, G. S. (Orgs.). *Histórias sobre o Brasil no Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 77.

Cada vez mais, esses doutores articulam ações higienistas, no sentido de esquadrinhamento do espaço urbano e da tentativa de controle social, mesmo que atravancados por desafios de alta monta, entre eles o recrudescimento, a partir de 1850, de epidemias, como as de febre amarela, de cólera e de varíola.<sup>41</sup>

Mesmo na tentativa de estabelecer o controle dessas epidemias, existiam dificuldades como as enfrentadas pelo Dr. Joaquim José de Oliveira na província sergipana: “*Mas, meo Deus, como informar sobre causas, que se não viu, nem examinou? Ja houve quem em seis ou oito mesez, um ou dous annoz, mesmo percorresse e estudasse medicamente uma Provincia inteira? Oh! não, mil veses não!*”<sup>42</sup> Para o provedor, os saberes provenientes da experiência e a observação *in loco* eram fundamentais para formular um quadro sanitário e apresentá-lo em relatório. Então, sem o subsídio necessário para os deslocamentos, o funcionário ficava restrito à sua localidade de residência e a qualquer outra que tivesse visitado nesse período. Esse médico, nascido na cidade de São Cristóvão, retornou à primeira capital de Sergipe depois de ter concluído os estudos na Faculdade de Medicina da Bahia.

As consequências dessa falta de “polícia médica”, apesar das boas condições de salubridade da província naquele ano de 1853, foram apresentadas com base na teoria infeccionista: “*Más tambien notei n’essa m.<sup>ma</sup> ocasião que estas excellentes disposições erão alteradaz pelos agentes ou modificadorez naturaez viciadoz pela existencia de focos de infecção dentro dos povoados [...]*”<sup>43</sup> Assim se apresentava a consciência médica naquele período, sendo responsável pela informação, pelo controle e pela coação. O primeiro foco de infecção citado pelo provedor eram os enterramentos nas igrejas, seguidos de outros, a saber: os despejos públicos, a falta de saneamento básico, a má qualidade da água para consumo, ocasionada pela falta de fontes e poços, e a reunião de um grande número de pessoas em lugares estreitos e não asseados, como prisões e quartéis. Com o recrudescimento dos casos de cólera e febre amarela em 1857, a polícia e a Câmara Municipal de Laranjeiras foram direcionadas a fiscalizar o asseio dos quintais das casas de particulares, bem como ordenar aos moradores “[...] roçar os matos que existem nos bêcos onde costumão fazer suas necessidades e despejos de materiais fecaes [...]”<sup>44</sup> Esses detritos lançados na rua, além da podridão, causavam medo, pois estariam ao alcance da visão e do olfato dos transeuntes.

<sup>41</sup> PIMENTA, T. S.; MOTA, A.; FRANCO, S. P. (Orgs.). *No rastro das províncias...* op. cit., p. 11.

<sup>42</sup> APES, Fundo Governo G1, Vol. 2204, *Doc. 82*.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>44</sup> APES, Fundo Governo G1, Vol. 2204, *Doc. 102*, p. 1.

Na sequência, ao tratar especificamente dos sintomas da febre amarela, afirmou serem iguais aos de outros pontos do Império. Levantou-se na época a hipótese de que o primeiro doente teria entrado pela barra da Cotinguiba em um barco vindo da Bahia entre os meses de janeiro e fevereiro de 1850. Naquele mesmo ano, a Corte também sofria com a erupção da primeira grande epidemia de febre amarela. Nos anos seguintes à chegada da doença ao solo sergipano, a febre amarela continuou “infeccionando” a província na direção centro-litoral. O próprio Dr. Joaquim José de Oliveira, conhecido por ser adepto da homeopatia, ofereceu tratamento às suas custas para algumas pobres vítimas do “*mal do vômito negro*” na cidade de Estância, utilizando-se de sudorífico e purgativos, que provocariam evacuações inferiores. A utilização dessa terapêutica pelo médico nos revela a sua compreensão da doença e de cura baseada nas ideias de Hipócrates e Galeno, “segundo os quais a doença era decorrência do desequilíbrio dos humores [...]”.<sup>45</sup> Assim, através de uma “medicina excretora”, o doente reequilibraria os seus humores, e a sua saúde seria restabelecida.

O Dr. Joaquim de Oliveira também foi solicitado na Vila de Itabaiana a fim de socorrer a classe indigente acometida pela epidemia das “*febres reinantes*” de 1850. Da mesma forma, para auxiliar no tratamento dos doentes da “*febre epidêmica*” em outras localidades, foi nomeado o facultativo Dr. Francisco Jacintho Silva Cardozo. Durante a primeira metade do século XIX, difundiu-se a ideia de que a febre amarela seria contagiosa, porém o provedor de saúde de Sergipe já estava discordando de tal teoria, alegando que muitos médicos já haviam descartado essa possibilidade:

Prevenir-se hão contra o contagio esses médicos q’ no Hospital ou na clinica civil levavão 12, 16 e 20 horas p’ dia no espaço de m.<sup>tos</sup> mesez ao pé dos doentes **respirando o ar pestifero de suas expirações, sorvendo a longos tragos os gases infestos de suas seccrecções em decomposição** tendo dia e noite seus ouvidos e suas maos applicados immediatam<sup>e</sup> á cutis do doente, ou as visceras do cadaver? Não.<sup>46</sup> (grifo nosso)

Então, o moribundo estaria *infectando* o ambiente e o ar que o circundava, levando o médico à conclusão de que a febre amarela era uma doença infecciosa. Por causa do desconhecimento científico, não se cogitava a ideia de que o mosquito era o vetor da doença. Anos depois, para evitar a disseminação da cólera, houve um alinhamento dos esculápios e governantes sergipanos a essa teoria infeccionista, uma vez que o problema era a falta de salubridade nos núcleos urbanos, o que estimulou a adoção de uma política sanitária que visava

---

<sup>45</sup> TEIXEIRA, L. A.; PIMENTA, T. S.; HOCHMAN, G. (Orgs.). *História da Saúde no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 29.

<sup>46</sup> APES, Fundo Governo G1, Vol. 2204, *Doc.* 82.

fazer “*desaparecer de nossas ruas e praças os focos de infecção, e para outras despesas indispensáveis, e recomendadas pela hygiene [...]*.”<sup>47</sup> A palavra infecção, neste caso, foi utilizada para “identificar os lugares sujos e mal cheirosos da cidade.”<sup>48</sup>

Apesar da estreita fronteira entre as duas teorias, que chegaram a ser usadas em conjunto em certas ocasiões, medidas sanitárias defendidas pelos contagionistas também foram postas em prática ainda na administração de Inácio Joaquim Barbosa, como a quarentena e a visitação às embarcações provenientes de portos contaminados. Essa medida de profilaxia era conhecida, pois no passado foi colocada em prática pelas autoridades no início do século XVIII, durante um surto de varíola no Nordeste. No Rio de Janeiro, também propuseram o controle da entrada e saída de navios dos portos, porém essa proposta não “[...] era interessante para o Estado, visto que obstaría o fluxo do comércio e da imigração na capital.”<sup>49</sup>

O futuro Barão de Propriá manteve essa medida propalada pelos contagionistas, a qual logo foi revogada pelo seu sucessor, majoritariamente em nome do comércio, porque a quarentena era uma medida antipática aos liberais, visto que provocava a diminuição da circulação de mercadorias e, conseqüentemente, do fornecimento de gêneros alimentícios oriundos da Bahia. E a Província de Sergipe, “tendo na agropecuária o suporte da estrutura econômica, encontrava-se na dependência do mercado externo e suas flutuações.”<sup>50</sup> Encontramos na documentação um ofício de 19 de agosto de 1855 que trazia um requerimento feito ao presidente Inácio Barbosa por Romão Lourenço de Magalhães. Este pedia ao governo a suspensão da quarentena da sumaca Flor da Conceição, uma vez que a embarcação já havia passado pelo processo de desinfecção.<sup>51</sup> Três anos antes, o mesmo proprietário, radicado na cidade de Estância, contestou uma multa que foi impetrada à sua sumaca Nova Alegria pela Tesouraria Provincial.<sup>52</sup>

Assim que assumiu o governo em fins de setembro de 1855, João Gomes de Melo, o Barão de Maruim, revogou a ordem que freava a livre navegação na província. E a justificativa dada pelo Barão foi a de que, naquele momento, já se haviam registrado casos de cólera na Vila de Nossa Senhora da Imperatriz dos Campos<sup>53</sup>, atual Tobias Barreto. Além disso, a orientação

<sup>47</sup> BARBOZA, Inácio Joaquim. *Relatório com que foi aberta a sessão ordinária no dia 1º de março de 1855*. Sergipe: Typografia Provincial, 1855, p. 2. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1050/>.

<sup>48</sup> CAMARGO, Luís Soares de. *Viver e Morrer em São Paulo...* op. cit., p. 209.

<sup>49</sup> CAMPOS, A. P.; RIBEIRO, G. S. (Orgs.). *Histórias sobre o Brasil no Oitocentos...* op. cit., p. 78.

<sup>50</sup> NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840/1889)*... op. cit., p. 20.

<sup>51</sup> APES, Fundo Governo G1, Vol. 2204, *Doc. 37*, 12 de agosto de 1855.

<sup>52</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 6, 21 de janeiro de 1852, p. 1.

<sup>53</sup> Em 1835, foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real, a povoação de Campos (DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. Vol. 1, p. 88.).



era de que, quando os passageiros de vapores vindos da Bahia<sup>54</sup> chegassem a Sergipe, ficassem sob a observação dos sanitaristas até a liberação. Essa era uma determinação do Regimento das Medidas Sanitárias dos Portos do Império, o qual “exigia que as embarcações vindas de lugares onde a doença já havia se manifestado ou que transportassem tripulantes doentes deveriam ser colocadas em quarentena.”<sup>55</sup> Em fins de setembro, Antônio Pitanga, vigário da Vila do Espírito Santo, denunciou a entrada de um “sujeito negociante” vindo da Bahia, “[...] *ou do meio da epidemia sem ter passado ao menos por uma quarentena de trez dias, e já o mal a Villa do Campos, segundo he forma.*”<sup>56</sup> As medidas no campo da saúde pública geraram repercussão política na pequena província, mesmo em época de Conciliação entre conservadores e liberais. A política de Conciliação “representou um acordo entre os partidos, proporcionando ao governo a trégua política necessária ao enfrentamento de novas questões que se colocavam interna e externamente.”<sup>57</sup>

A título de exemplo, no início de 1856, o periódico oficial *Correio Sergipense*<sup>58</sup>, em tom de resposta e desacordo, noticiou que *A União Liberal*, “jornal pollitico, litterario e commercial”<sup>59</sup>, através do seu artigo “*O cholera morbus – O Vice-Presidente da Provincia*”, teceu críticas ao combate à epidemia pelo Barão de Maruim, sucessor de José da Trindade Prado na administração da província, e uma das principais lideranças do partido conservador em Sergipe. Segundo o *Correio*, jornal que estava a serviço do governo e que saiu em defesa do Barão, o artigo da oposição caracterizava-se pelo “sombrio e carregado da injustiça e inverosimelhança.”<sup>60</sup> O teor principal das críticas do jornal liberal era a formação de comissões e o envio de médicos às vilas e cidades, especialmente em Maruim<sup>61</sup>, que, ao alcançar o status de cidade em 1854, já despontava como importante centro urbano.

<sup>54</sup> Sobre a epidemia de cólera na Bahia, ver: DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível. Epidemia do cólera na Bahia em 1855-56. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH, UFBA, 1994.*

<sup>55</sup> PIMENTA, T. S.; MOTA, A.; FRANCO, S. P. (Orgs.). *No rastro das províncias...* op. cit., p. 131.

<sup>56</sup> *Ofício de Antônio Joaquim Pitanga para o vice-presidente Major José da Trindade Prado.* APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 66, 21 de setembro de 1855, p. 2.

<sup>57</sup> OLIVA, Terezinha Alves de. *Estruturas de Poder.* In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Org.). *Textos para a História de Sergipe.* São Cristóvão: Editora UFS, 2013, p. 167.

<sup>58</sup> “Jornal nascido da fusão acontecida em 1839, entre o *Noticiador Sergipense* e o *Sergipe Constitucional*. Folha política e literária, foi inicialmente editada em São Cristóvão, nas oficinas do Convento do Carmo, e depois da mudança da capital, em Aracaju até quando deixou de circular em 1866, durante a presidência de José Pereira da Silva Morai. “Na província, foi o jornal de mais duração. Hebdomadário, circulava mais vezes quando em sessão a assembleia provincial. Tinha contrato com o governo provincial.” (TORRES, Acrísio. *Imprensa em Sergipe.* Brasília, 1993, p. 23.)

<sup>59</sup> O jornal estanciano *A União* tornou-se *A União Liberal* em 1853. Fazia oposição ao *Correio Sergipense*. (TORRES, Acrísio. *Imprensa em Sergipe.* Brasília, 1993, p. 30).

<sup>60</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 3, 15 de janeiro de 1856, p. 3.

<sup>61</sup> Em 1837 foi criada a Freguesia de Maruim sob a invocação do Senhor dos Passos de Maruim, servindo provisoriamente de Matriz a capela de Nossa Senhora da Boa Hora. (DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas.* Vol. I, p. 112.)

O trecho reproduzido pelo *Correio Sergipense* descrevia um dos ataques ao Barão, feito pelo *União Liberal*: “no entanto, o vice-presidente, que é titular em Maroim, que tem um título de Barão nessa cidade embalava se muito tranqüillo no seo palacio do Aracajú e nada se lhe dava o Maroim e nem a provincia de Sergipe.”<sup>62</sup> No relatório apresentado à Assembleia Provincial em 1856, o Barão de Maruim declarou ter recebido essas críticas por parte da oposição e se defendeu:

[...] tenho desaffectedos que procurão cavilosamente compurscar minha conducta na Administração da Provincia em quadra tão terrivel, mas creia Vossa Excellencia que não he esta circumstancia, a que alias dou um solemne desprezo, que me move a apresentar a relação distinta e individuada de taes providencias.<sup>63</sup>

### 1.1 O clero e os sepultamentos (1850-1854)

A preocupação com os enterramentos e com a localização dos cemitérios nos arredores das cidades era um dos pilares da discussão a respeito da higiene e da salubridade verificadas em âmbito nacional entre o final do século XVIII e o início do XIX. Na Europa setecentista, autoridades políticas e médicas já discutiam medidas para pôr fim aos enterramentos no interior dos territórios sagrados, especialmente na França. O discurso científico ilustrado preconizava que, se os cadáveres não fossem sepultados de maneira correta, principalmente em tempos de epidemias, poderiam viciar a atmosfera com a exalação de miasmas que prejudicariam a salubridade pública. Sem dúvidas, também foi recepcionada em Sergipe essa determinação que previa o fim do costume de se enterrar no interior das igrejas, prática comum desde a sociedade colonial. Assim, precisamos entender como os atores envolvidos diretamente com a questão se comportaram no processo de “civilização” que combateria hábitos como esse que estava consolidado na mentalidade popular.

O trecho a seguir foi retirado de um ofício de outubro de 1851, no qual o Vigário Geral José Francisco de Menezes Sobral reportou ao presidente da província de Sergipe, Dr. José Antônio de Oliveira e Silva, o caso de José Rodrigues Vieira e Almeida, morador de Capela, vila integrante da comarca de Villa Nova e que possuía 18.448 moradores<sup>64</sup>: “[...] tendo V.Ex.<sup>a</sup>

<sup>62</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>63</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe*. Bahia: Typ. Carlos Poggetti, 1856, p. 4. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1051/>.

<sup>64</sup> ANDRADE, Amâncio João Pereira de. *Falla com que dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe na abertura da sua sessão ordinária*. Sergipe: Typographia Provincial, 1851, p. 78. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item\\_id=5383](http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item_id=5383).

*por muito conveniente exigir de mim informações a cerca da maneira ante-religiosa por que se fazem á flor da terra na Villa da Capella os enterramentos dos cadaveres, de que resulta a profanação dos corpos por animais danninhos, a corrupção do ár Atmosferico*<sup>65</sup>. José Rodrigues entrou com uma representação para informar ao Governo Imperial o descaso em relação à forma como os sepultamentos estavam sendo realizados naquela localidade, bem como para relatar a situação de abandono em que se encontrava a única fonte de água potável da vila.

Denunciou-se que animais como cães e porcos estariam retirando os restos mortais das sepulturas presentes no campo sagrado da antiga Igreja Matriz e os levando pelas ruas até chegarem às casas de seus donos. Segundo a acusação, por causa desse fato, a vila levou um tempo maior para se livrar da febre amarela. Alegou-se ainda que esses mesmos animais também utilizavam a única fonte que abastecia os habitantes como pântano para se refrescarem. Tal profanação dos corpos teria acontecido durante a administração da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação, iniciada em 1849 pelo padre Francisco José da Silva Porto, que, para se livrar das acusações do representante, se utilizou da sua influência e enviou cartas com o objetivo de obter os testemunhos de figuras importantes da vila, como do presidente da Câmara Municipal, do Juiz Municipal, de um vereador e do Delegado de Polícia.

Capela, a “Princesa dos Tabuleiros”, assim chamada pelo jornalista Orlando Vieira Dantas, iniciou a sua história com o desmembramento do povoado de Nossa Senhora da Purificação de Capela do município de Santo Amaro das Brotas, ocorrido em 1780. A partir daí, “foi erigido em Vila com a mesma denominação por Decreto Provincial de 19 de fevereiro de 1836. Naquela época, a sociedade capelense vivia sobre a influência do padre Gratuliano José da Silva Porto, vigário da Freguesia, e de João Batista Monteiro.”<sup>66</sup> Em fins do século XIX, Capela já tinha alcançado o status de cidade e era “um município de potencialidade econômica, social e política”<sup>67</sup>, principalmente pela atuação de homens como Manuel Correia Dantas.

Naquele ano de 1851, o padre deve ter encarado essa representação como uma afronta, já que ele provinha de uma família influente na localidade (seu irmão, Gratuliano Porto, era uma figura de destaque) e também porque deveria ser o guardião espiritual e, de certa forma, material de seus fiéis, mesmo após a morte. Cordialidade e desejos de “gozo de perfeita saúde” ao contactado e à família, e respostas em “abono da verdade”, estão presentes nas cartas do

---

<sup>65</sup> *Ofício de Francisco José da Silva Porto ao Vigário Geral da Província José Francisco de Meneses Sobral*. APES, Fundo Clero, AG4, Vol. 12, Doc. 18, p. 1.

<sup>66</sup> DANTAS, Orlando Vieira. *A Vida Patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 89.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 60.

padre remetidas às autoridades locais. Identificamos, no conteúdo desses documentos, questões comuns à época: o problema dos sepultamentos nas igrejas, o que compreendia, inclusive, relatos sobre a situação da estrutura dos templos e, de maneira específica, a respeito da profundidade das sepulturas em que os corpos eram depositados.

Seguindo a ordem da documentação salvaguardada no Arquivo Público Estadual de Sergipe, que nos auxiliou a reconstruir essa narrativa, primeiramente, o padre acusado revelou que até aquele momento os sepultamentos estavam sendo realizados no terreno sagrado da antiga Igreja Matriz, que havia sido demolida, e na capela de Nossa Senhora do Amparo. Ademais, o padre noticiou que em 1850 a vila da Capela também foi acometida pela epidemia de febre amarela, com “*tanta força que parecia incrível deixasse o povo de sucumbir em poucos dias; e reinar ella por mais de anno.*”<sup>68</sup> Na sequência, ele expôs argumentos em sua defesa, ressaltando as providências tomadas durante a sua administração a respeito das sepulturas:

[...] por um vez observando que alguns óssos tirados das sepulturas em tempo de meo Antecessor, jaziam sobre a superficie da terra (o que só devo attribuir a incuria do Sacristão de então) **ordenei ao novo sacristão que mandasse abrir uma cavidade de dez palmos de profundidade (o que vi) e ahi fossem sepultados tais óssos.** Ordenei mais que não só no Campo sagrado, como tambem na Capella de Nossa Senhora do Amparo, se não abrissem sepulturas se não com sete palmos de profundidade para aquelles corpos que houvessem de ser sepultados sem caixão ou esquife, e com mais palmos para aquelles que com elles o devessem ser: a vista do exposto, **julgo ser impossivel que os porcos e cães podessem foçar a terra e condusir os restos mortaes para casa de seos donos, parecendo assim ser esses cães dotados de tão atilado raciocinio!!!** [...] <sup>69</sup> (grifos nossos)

Na sequência, o pároco supôs que as acusações de Francisco José foram motivadas pelos seus interesses individuais de vingança: “*Estou altamente convencido, que se o nobre Representante tanto se estigmatizou comigo, foi talvez por me não haver prestado á um perjurio afim de elle melhor debellar com suas questões particulares seus inimigos.*”<sup>70</sup> O texto referente à sessão ordinária ocorrida na Câmara Municipal em 13 de dezembro de 1851, mostrou que José Rodrigues tornou-se um desafeto do padre Francisco e dos demais que foram contra as suas afirmações pela forma como foi descrito o caso ao presidente da província:

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor = A Camara Municipal d’esta Villa  
siente de haverem sido contrariados os factos allegados na representação que

<sup>68</sup> *Ofício de Francisco José da Silva Porto ao Vigário Geral da Província José Francisco de Meneses Sobral.* APES, Fundo Clero, AG4, Vol. 12, Doc. 18, p. 3.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 5.

o desvelado Cidadão José Rodrigues Vieira e Almeida levou a consideração do Governo Imperial, acerca da necessidade de faser-se n'esta Villa uma Matriz, ou Cemiterio, e de beneficiar-se a fonte do Brejo, de que se serve o publico d'esta mesma Villa, e isto por que entenderão, assim a Camara, alias composta do Presidente e de um Vereador effectivo, e de Supplentes remotos, a drêde convocados por aquelle Presidente, e por elles dirigidos, como o Vigario encommendado da Freguesia, que desafectos do representante com elle exercião hum acto de vingança negando os factos por esse Cidadão expostos na sua indicada representação, embóra faltassem como faltarão a verdade, e o Municipio ficasse privado dos beneficios que o patriotismo d'esse Cidadão o levou a promover [...].<sup>71</sup>

O segundo testemunho cotejado foi o do Capitão Manoel Pedro de Barros, vereador da Câmara Municipal. Em resposta à carta do padre, de maneira sucinta, o político afirmou:

*Não me consta que porcos e cães houvessem desinterrado os restos dos sepultados por quanto tenho visto em algumas veses q.<sup>do</sup> vou a Missa, ou quando aconteço a passar, se abrirem cóvas que calcúlo ter de sete para oito palmos de fundura, e mesmo quanto á porcos e cães n'esta Villa qua si não os há, em rasão da Policia que sempre tem havido até o presente.*<sup>72</sup>

Mais um integrante da Câmara Municipal foi convidado a prestar esclarecimentos, desta vez, o Tenente Coronel Manoel Paes de Azevedo. O presidente da Câmara elogiou o zelo religioso com que o padre Francisco Porto estava administrando a Freguesia, destacando os reparos que foram empreendidos na casa de oração e a fiscalização quanto à profundidade das sepulturas. Sobre o episódio em questão, Manoel Paes de Azevedo assim declarou:

**[...] affirmo-lhe que nunca me constou, que os porcos e cães foçassem as sepulturas, e exumassem os restos dos fieis e muito menoz os conduzissem pelas ruas,** apesar de serem elles sepultados no campo sagrado da antiga Matriz (hoje demolida) [...].<sup>73</sup> (grifo nosso)

O último testemunho arrolado na documentação foi o do Delegado de Polícia Capitão Antônio Ferreira de Novaes e Mello, que também defendeu o vigário da Freguesia: “*Attesto e jurarei se preciso for que durante o tempo que o supplicante exerce o cargo de Parocho d'esta Freguesia não me consta ter os porcos e cães desinterrado os corpos que tem sido sepultados nos lugares aonde tem sido interrados.*”<sup>74</sup> De maneira geral, os relatos das autoridades religiosas

<sup>71</sup> APES, *Coleção Câmara Municipal*, CM<sup>1</sup> Vol. 40, 13 de dezembro de 1851.

<sup>72</sup> *Carta de Francisco José da Silva Porto ao vereador municipal Capitão Manoel Pedro de Barros*, APES, Fundo Clero, AG4, Doc. 18, p. 2.

<sup>73</sup> *Carta de Francisco José da Silva Porto ao presidente da Câmara municipal Tenente Coronel Manoel Paes de Azevedo*, APES, Fundo Clero, AG4, Doc. 18, p. 1-2.

<sup>74</sup> *Carta de Francisco José da Silva Porto ao Delegado de Polícia Capitão Antônio Ferreira de Novaes e Mello*. APES, Fundo Clero, AG4, Doc. 18, p. 1.

e civis da vila reiteravam a falta de verdade nos fatos apresentados por José Rodrigues e que a não existência de uma Igreja Matriz e de um cemitério naquela vila causou tal embaraço que exigiu explicações. Da mesma maneira que outros, o padre Francisco José solicitou ao governo verbas para a construção do cemitério fora das ruas, “*d’onde o vento não possa infeccionar a Villa.*”<sup>75</sup>

Apesar dos apelos feitos pelo vigário da Freguesia da Estância, Raimundo de Campos e Silveira<sup>76</sup>, em dezembro de 1851, era péssimo o estado da Igreja Matriz daquela localidade e havia a reclamação para a construção de um cemitério, já que a indecência interna do templo se devia em parte pela condição das sepulturas, que contaminavam o ambiente com barro e “areia podre”. Um ano antes, em ofício de 03 de março de 1850, o vigário já relatava às autoridades a necessidade de reparos urgentes nas sepulturas, principalmente naquele período em que os desvalidos estancianos estavam sofrendo com o “*flagelo da terrível febre*”<sup>77</sup> desde o mês de janeiro. Por causa da peste, a dinâmica comercial da vila foi afetada:

[...] manifestou-se nesta Villa a horrível peste e tal foi o seu disenvolvimento rapido e violento o seu progresso, que em menos de oito dias, excedia de duzentos o numero dos enfermos e começou a mortandade. Huma Villa, pouco populosa como esta, naturalmente devera estar logo reduzida a extremosa penuria, contando tão grande numero de doentes. Deixarão-se as logas, e as vendas, e sem o Commercio interno, e porque o povo de fora abandonou a feira, cessou também o commercio externo.<sup>78</sup>

Em setembro de 1850, o Dr. Antônio Ribeiro Lima, formado pela Imperial Faculdade de Medicina da Bahia e comissário vacinador do município, escreveu para avisar que a epidemia de febre amarela havia declinado, embora “*athe meiado do dito mez ainda vi algumas pessoas atacadas della nas ruas sitas nos confins da cidade, principalm<sup>e</sup> pelo lado do poente.*”<sup>79</sup> De acordo com os princípios da teoria hipocrático-galênica, a variação do clima, a influência dos astros e a posição de uma área, que se volta seja para o nascente ou para o poente, determinavam maior ou menor a salubridade de um lugar. Porém, a cidade de Estância

<sup>75</sup> Ofício de Francisco José da Silva Porto ao Vigário Geral da Província José Francisco de Meneses Sobral. APES, Fundo Clero, AG4, Doc. 18, p. 6.

<sup>76</sup> Faleceu em 14 de julho de 1852, aos 45 anos de idade. “Seu cadáver foi sepultado na noite deste mesmo dia na matriz da cidade.” (DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. Vol. II, p. 59.)

<sup>77</sup> Ofício do Vigário Raimundo de Campos e Silveira ao Presidente da Província Dr. Amâncio José Pereira de Andrade, APES, Fundo Clero, AG4 Vol. 10, Doc. 16.

<sup>78</sup> APES, Fundo Clero, AG4 Vol. 10, Doc. 17.

<sup>79</sup> Ofício de Antonio Ribeiro Lima. APES, Fundo Clero AG4 Vol. 10, Doc. 29, p. 1.

continuou sofrendo com as constantes moléstias, e esse foi um dos motivos para que a tipografia do jornal *União Liberal* fosse transferida para São Cristóvão em 1853.<sup>80</sup>

Retomando o conteúdo do ofício de 1851, além dos reparos que já haviam sido feitos com a verba repassada pelo governo, o vigário deixou clara a intenção de afastar os sepultamentos do interior da igreja, e, para isso, o sacerdote usou a ideia de benefício à salubridade pública para embasar mais uma vez o seu pedido feito ao presidente da província:

[...] Hũa outra precisão, temos e da maior utilidade Hum Cemiterio he reclamado p<sup>r</sup> todos, mesmo a bem da salubridade publica e bem que outrora eu á pedisse a Assembleia Provincial, e esta não me prestasse atenção alguma, ainda assim reclamo de V. Ex.<sup>a</sup> este benefício p.<sup>a</sup> os meus Parochianos, notando á V. Ex.<sup>a</sup> q. ' algumas esmollas existentes p.<sup>a</sup> esta obra, no caso de que haja algũa consignaço, ou coadjuvaço, pela Assembleia [...].<sup>81</sup>

Como se lê no trecho acima, esmolas foram doadas pelos fregueses para a manutenção e o melhoramento do templo utilizado por eles. Naquele ano, a cidade de Estância contava com 64 quarteirões e 5.231 fogos, somando no total, entre livres e escravizados, 38.631 habitantes.<sup>82</sup> Essa prática de os fregueses darem contribuições era defendida pelo presidente da província, pois, se as igrejas eram consideradas obras municipais, já que acomodavam habitantes de diferentes municipalidades, eram estes que deveriam zelar pelos reparos delas. Sobre esse assunto, o presidente afirmou: “[...] *é por isso que intendo devem ter a preferencia na distribuição dos dinheiros provinciaes aquellas matrizes, cujos Freguezes mais provas derem de zêlo religioso [...].*”<sup>83</sup>

Estariam, então, à frente das demais localidades, as matrizes das cidades de Estância e Laranjeiras, que foram elevadas à categoria de cidade no mesmo ano de 1848. A relação entre essas duas cidades assim foi explicada em 1900 por Manoel P. de Oliveira Telles: “Dissemos que Estancia é a rival de Laranjeiras: são os dois ninhos bem-fadados dos melhores talentos sergipanos; como a Estancia, Laranjeiras é a pátria da musica, a officina de differentes artes.”<sup>84</sup> Nesse caso, a responsabilidade pela aquisição de recursos era dos párocos locais, que deveriam excitar o zelo dos fiéis para que suas igrejas fossem incluídas nos orçamentos. O presidente reforçou também o pedido para que se encerrasse a prática de enterramentos dentro das igrejas,

<sup>80</sup> TORRES, Acrísio. *Imprensa em Sergipe...* op. cit., p. 30-31.

<sup>81</sup> *Ofício de Raimundo de Campos e Silveira (Vigário da Freguesia da Estancia) para Dr. José Antônio de Oliveira Silva (Presidente da Província)*. APES, Fundo Clero AG4, Doc. 14, p. 2.

<sup>82</sup> ANDRADE, Amâncio João Pereira de. *Falla com que dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe na abertura da sua sessão ordinária...* op. cit., p. 77-78.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>84</sup> TELLES, M. P. Oliveira. *Sergipenses (escriptos diversos)*. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013, p. 82.

embora faltassem recursos às Câmaras Municipais para isso: “*Farieis, Senhores, eminente serviço á Religião e á salubridade publica se apdotasseis medidas tendentes a desenraizar o prejudicialismo e inveretado costume das inhumações no interior dos templos.*”<sup>85</sup>

Ainda em 1851, a falta de providências por parte do governo imperial também foi reclamada por Francisco José Travassos, vigário da Freguesia de Divina Pastora. O estado da Igreja Matriz também exigia reparos urgentes: “*He pêna, Ex.<sup>mo</sup> Senhôr ver-se hum dos milhores edificios d’esta Prov.<sup>a</sup> em tal estado!*”<sup>86</sup> Somado a isso, o vigário também compactuava com a ideia de que, mesmo a igreja sendo pequena, não se deveria enterrar corpos dentro dela, estando ou não em tempos epidêmicos. A solução imediata seria a construção de um cemitério.

O fato é que a Província de Sergipe apresentava recursos escassos, inclusive, para as obras direcionadas ao culto público. Naquele ano de 1851, os cofres provinciais registraram um *déficit* de vinte e sete contos, cento e dois mil e setecentos e trinta e um réis (27:102\$731).<sup>87</sup> Diante desse quadro, o presidente Dr. José Antônio de Oliveira e Silva tentou justificar o péssimo estado em que se encontravam os templos religiosos espalhados pelo território sergipano:

Não é por certo devido esse estado á falta de interesse pelo culto quer da parte do Governo, quer da parte do poder Legislativo Provincial: pois que constantemente se tem votado não pequenas quantias nos orçamentos para este ramo do serviço publico, mas infelizmente em nem-um anno tem permittido as circumstancias dos cofres, que essas quantias tenham tido em sua integralidade a devida applicação.<sup>88</sup>

No relatório provincial de 1850, publicado no *Correio*, cuja redação estava sendo liderada pelo notável jornalista baiano Mondim Pestana, percebeu-se que o Dr. Amâncio de Andrade, além de defender o fim dos enterramentos nas igrejas, pontuava como necessária a construção de um cemitério na capital da província, São Cristóvão. Além disso, através desse texto, pudemos ter contato com as suas ideias a respeito do local derradeiro onde deveriam jazer os corpos dos cristãos:

Já o meo antecessor vos havia fallado da necessidade de construir-se fóra do recinto da Capital hum cemiterio que tivesse por fim acabar com a pratica de

---

<sup>85</sup> ANDRADE, Amâncio João Pereira de. *Falla com que dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe na abertura da sua sessão ordinária...* op. cit., p. 25.

<sup>86</sup> *Ofício de Francisco José Travassos para Dr. José Antônio de Oliveira Silva (Presidente da Província)*. Fundo Clero AG4, Doc. 33, p. 1.

<sup>87</sup> ANDRADE, Amâncio João Pereira de. *Falla com que dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe na abertura da sua sessão ordinária...* op. cit., p. 48.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 24.



sepultar-se nos Templos cadaveres humanos em manifesto detrimento da saude publica. Não he só a decencia dos Templos e a necessidade de afastar os perigos da putrefação que deve trazer o cuidado d’esses estabelecimentos par sepultura dos mortos. O amor e o reconhecimento, a ternura dos pais, a piedade filial, os laços sagrados do consorcio, a paz dos túmulos, a Religião mesma, protestão por esses lugares fechadas a profanação, onde, respirando tudo à triste melancolia e o respeito religioso que se deve aos mortos e que sobremodo reflecte sobre os vivos, se vá honrar os deploraveis restos de huma existência passada, sobre a urna funérea de hum amigo, de hum pai, de hum filho, de huma esposa, de hum bemfeitor.<sup>89</sup>

Nesse mesmo ano, o vigário da Freguesia de Santo Antônio de Propriá, comarca de Villa Nova, utilizou a assustadora epidemia que atingia aquela vila e outras partes da província como um bom motivo para o fim do costume de enterrar os mortos nas igrejas em função da falta de sepulturas dentro delas. Essa postura dos padres pode ser considerada à luz da época “ilustrada”, porque “levava em consideração os novos conhecimentos médicos.”<sup>90</sup> Assim como nos casos citados anteriormente, o vigário suplicou ao presidente o envio de verbas para a construção de um cemitério com a devida decência:

Outro sim nutrindo a’ m.<sup>10</sup> os mais inflamados desejos de fazer cessar n’esta Freg.<sup>a</sup> o abusivo costume de se enterrarem os cadaveres dentro das Igrejas, como assas pernicioso á Saude Publica, principal.<sup>e</sup> em huma quadra tão calamitosa como a actual, tenha reffectido ser esta a occasião mais opportuna de abolir este inveterado costume visto como de pres.<sup>e</sup> nas duas únicas Igrejas d’esta Villa não ha mais lugar, onde possa ser sepultado cadaver algum; de sorte q. d’ora em diante os que fallecerem, serão sepultados (com summo pesar de m.<sup>a</sup> Parochial caridade) em hum Cemiterio, exposto a ser violado até pelos animaes immundos, se V. Ex.<sup>a</sup> se não dignar de auxiliar-me com algum quantitativo dos Cofres Publicos, p.<sup>a</sup> construção de hum Cemiterio decente, onde de agora p.<sup>a</sup> sempre seão sepultados os cadaveres. Se porem V. Ex.<sup>a</sup> não for possivel, q se edifique esse premeditado cemiter.<sup>o</sup> com alguma decencia, desaparecendo nas Igrejas a falta de sepulturas, ver-me-hei então na dura collisão ou de admittir outra vez sepulturas dentro das igrejas, ou de attrahir contra mim as odiosidade de meos Parochianos.<sup>91</sup>

Em resumo, o clérigo afirmou encontrar-se numa situação delicada, pois precisava de uma solução urgente para a falta de local onde seriam sepultadas as vítimas da epidemia de febre amarela, que também atacou o Rio de Janeiro e, dentro de um mês e meio, fez quarenta

<sup>89</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição n° 33, 04 de maio de 1850, p. 4.

<sup>90</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997, p. 132.

<sup>91</sup> *Ofício de Manoel Joaquim Nunez (Vigário Colado) para Dr. Amâncio João Pereira de Andrade (Presidente da Província)*. APES, Fundo Clero AG4, Doc. 136, 07 de agosto de 1850, p. 1.

vítimas na Vila de Propriá, que naquele período tinha 8.992 habitantes<sup>92</sup>. Caso o governo não tomasse nenhuma providência a respeito disso, o sacerdote autorizaria novamente o enterramento dos corpos na igreja, mesmo a contragosto dos seus fregueses.

Uma situação interessante foi relatada em agosto de 1850 pelo vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro do Gerú, que alegou estar sendo coagido por causa dos sepultamentos realizados dentro da igreja. No trecho a seguir, observamos como o religioso descreveu a situação que estava sendo vivenciada por ele: “[...] *selvagens insistem e querem p’ força, a pontos de me insultarem com palavras offensivas, e atacantes; e o pontos de deixarem o cadaver inseulto [...]*”<sup>93</sup>. Segundo o vigário, um homem que pensava e agia conforme os moldes da organização católica, os indígenas, que foram nomeados como “selvagens” e que provavelmente seriam da etnia Kiriri, estavam invadindo o templo sagrado para sepultarem os mortos mediante a utilização da força. Para exemplificar tal argumento, recorreu a um fato acontecido no mês anterior: “[...] *No dia 28 de julho deste vigente comparecerão p<sup>a</sup> sepultar hum recém nascido q’ examinando delles não tinha sido batizado, e por maiz advertencia q lhes fizesse, jamais cediao da opinião falsa, e queriao assim deixase sepultar aquelle pagão no Corpo da Igreja [...]*.”<sup>94</sup> Para acabar com os ataques, o pároco solicitou que o subdelegado fosse ordenado a controlar a entrada de pessoas durante os sepultamentos e que fosse estabelecido um cemitério:

Afim de sanar todo qualquer mau proceder destes; determinando ao Subdelegado desta Freguezia, que com certaz [ilegível] se edifique fora deste povoado hum Cemiterio, q’ por enquanto, cercado de madeiras, e benzido sirva logo, ate que de outro modo mais bem edificado como pelo exemplo e hei que no Correio Sergipensse o observei numero 48 = que diz parte official do Arcebispado, determina e approva o uzo de Cemiterios, já d antes praticado; e juntamente advertido o mesmo subdelegado, por não consentir quando estiverem conduzindo os cadaveres, entrar turbos de gente p’ dentro deste povoado athe a entrada do templo sagrado; porque para sepultar tão som<sup>e</sup> basta duas ate tres pessoas; e as turbas servindo de fazer motins uzando de bebederas dentro da mesma Igreja [...].<sup>95</sup>

Vale lembrar que o ofício dirigia-se ao presidente da província, Dr. Amâncio Pereira de Andrade, o qual, “inicialmente, se manteve defensor dos problemas dos indígenas, mas depois,

<sup>92</sup> ANDRADE, Amâncio João Pereira de. *Falla que dirigio a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe na abertura da sua sessão ordinaria no 1º de março de 1850*. Sergipe: Typographia provincial, 1850, p. 43. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item\\_id=5383#?c=0&m=19&s=0&cv=1&r=0&xywh=-986%2C-1%2C3507%2C2474](http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item_id=5383#?c=0&m=19&s=0&cv=1&r=0&xywh=-986%2C-1%2C3507%2C2474).

<sup>93</sup> *Ofício do Vigário para Dr. Amâncio João Pereira de Andrade (Presidente da Província)*. APES, Fundo Clero AG4, Doc. 135, 02 de agosto de 1850, p. 2.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 3.

tomaria posição contrária, influenciado pelos interesses dos proprietários rurais [...].”<sup>96</sup> Além disso, o vigário chegou a citar no seu texto, com o objetivo de fundamentar a sua requisição, uma publicação do jornal *Correio Sergipense* que continha uma apreciação de D. Romualdo Antônio de Seixas, um homem da igreja e de Estado, da alta hierarquia católica, líder de seu rebanho na Bahia e referência no Brasil católico,<sup>97</sup> a respeito da discussão do projeto na Assembleia Provincial da Bahia sobre o estabelecimento de cemitérios. De antemão, o prelado afirmou:

Creio que o pensamento da assembléa, ouvindo-me, teve principalmente em vista o lado religioso da questão, isto he, se as inumações fora das igrejas, ou em cemiterios colocados fora dos povoados offerecem alguma opposição com as leis e ritos da igreja christã. Desde já posso assegurar a V. Ex. que, longe de existir semelhante opposição, o espirito da igreja consignado nos monumentos de sua historia, e legislação antiga e moderna favorece a medida proposta no citado projeto.<sup>98</sup>

Em suma, através de referências históricas e citações de cânones, o arcebispo reiterou que as inumações realizadas fora das igrejas não encontrariam oposição da Igreja Católica, principalmente porque “*os primeiros lugares, que a religião consagrou para sepultura dos fieis forão catacumbas ou cemiterios collocados, na conformidade da lei civil, extra muros [...]*.”<sup>99</sup> Apesar de utilizar esse argumento “em favor” do projeto, o arcebispo, que possuía projeção nacional, fez vários questionamentos que contrariavam o que ele pontuou anteriormente:

Mas será opportuno decretal-os já para nossa provincia, e sem que o povo esteja sufficientemente preparado para semelhante innovação? Não irá ella despertar antigos preconceitos, que em objecto tão melindroso sempre tem uma força de resistência? Nao offenderá interesses e direitos adquiridos de irmandades e ordens 3<sup>a</sup>, que despenderão grandes sommas na construção de sepulturas, não dentro das igrejas, mas junto ou em roda dellas em carneiros ou catacumbas? Serão os enterramentos dentro das cidades, com as convenientes cautellas tão nocivos, como se tem dito e escripto, á saude publica, ou poder-se-ha demonstrar, que a mortalidade he maior nos paizes, onde não existem taes cemiterios, ou mais frequentes e funestas as invasões da peste, e molestias epidêmicas?”<sup>100</sup>

<sup>96</sup> NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840/1889)*... op. cit., p. 47.

<sup>97</sup> Ver: SANTOS, Israel Silva dos. *D. Romualdo Antônio de Seixas e a reforma da Igreja Católica na Bahia (1828-1860)*. Tese de Doutorado - Salvador, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2014; e FIGUEIREDO, Angela Cristina Sarvat de. *D. Romualdo Antônio de Seixas e o poder: entre a fé e a política*. 2014. 222 f. Tese (Doutorado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

<sup>98</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição n° 48, 26 de junho de 1850, p. 2.

<sup>99</sup> *Ibidem*.

<sup>100</sup> *Ibidem*.

Inserido no grupo do catolicismo reformado ou ultramontano<sup>101</sup>, D. Romualdo Seixas afirmou que a prática de enterramento nos cemitérios era muito antiga e, de certa forma, bem aceita pela igreja, apesar de se mostrar preocupado com a aceitação da população. Não podemos esquecer o levante popular conhecido como Cemiterada, que aconteceu na Bahia em 1836<sup>102</sup>. Cláudia Rodrigues afirmou que D. Romualdo

[...] não só teria aprovado, como ajudado a redigir o projeto da lei provincial nº 17, que determinou a criação dos cemitérios públicos em Salvador, obviamente, estabelecendo a condição que os empresários executariam o regulamento que lhes fosse dado pela autoridade eclesiástica, a respeito das cerimônias religiosas indispensáveis naquele estabelecimento.<sup>103</sup>

Interessante notar que, mesmo não sendo uma matéria diretamente ligada à Província de Sergipe, os leitores do jornal oficial dessa localidade ficavam cientes do que estava acontecendo nas demais províncias, através dos periódicos trazidos pelos vapores. O mesmo periódico publicou debates entre os deputados gerais a respeito da relação entre doenças, a construção de cemitérios no Rio de Janeiro e a saúde pública<sup>104</sup>.

Enfim, o sacerdote do Gerú obteve a seguinte resposta, também divulgada pelo jornal oficial:

[...] *tenho a dizer que taes estabelecimentos dependem de medida legislativa, que pertence ao poder competente decretar; e quanto aos disturbios que costumão praticar-se nessa mesma freguezia por ocasião de enterramentos de indios, tenho providenciado, officiando ao respectivo subdelegado, para que empregue os meios legaes de os evitar.*<sup>105</sup>

Ao longo da década, o *Correio Sergipense* noticiou que a verba de cem mil réis (100\$000) destinada para a construção de um cemitério na Vila do Espírito Santo, atual Indiaroba, não foi entregue a tempo, e, portanto, o dinheiro não poderia ser utilizado até que o

---

<sup>101</sup> “O ultramontanismo foi um movimento cultural surgido na Europa, principalmente na França, dentro do contexto da Restauração, e que se opunha radicalmente ao racionalismo iluminista. Defendia o ponto de vista segundo o qual, ao invés de se tentar colocar a religião a serviço do Estado, o Estado é que deveria estar a serviço da Igreja. Defenderam o predomínio das verdades reveladas sobre as que resistem ao tribunal da razão e a primazia da fé sobre a Ciência.” (MATRANGOLO, B. H. S. *Formas de bem-morrer em São Paulo: transformações nos costumes fúnebres e a construção do cemitério da Consolação (1801-1858)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 48).

<sup>102</sup> Ver: REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>103</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos...* op. cit., p. 132.

<sup>104</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 81, 23 de outubro de 1850, p. 4.

<sup>105</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 92, 04 de dezembro de 1850, p. 3.

poder legislativo autorizasse novamente.<sup>106</sup> Em 1853, o vigário solicitou a verba para construção do cemitério, sendo, desta vez, o valor de quatrocentos mil réis (400\$000) pretendido.<sup>107</sup> Os motivos para a obra seriam o “estado de indecência” e o tamanho reduzido da Igreja Matriz daquela localidade.

De igual teor, também foi requisitada à presidência da província pelo vigário da Vila de Itabaiana, Félix Barreto de Vasconcelos, a construção de um cemitério “em lugar conveniente”<sup>108</sup>. Em ofício de março de 1854, o mesmo vigário, ao solicitar recursos para melhorar a estrutura da Matriz da Freguesia, explicou que os rendimentos da Fábrica da Igreja não excediam a quantia de cem mil réis (100\$000) por ano, provenientes em sua maioria dos sepultamentos feitos dentro da Matriz, que era o único local sagrado disponível para as inumações. Por cada cadáver sepultado, era paga a “diminuta” quantia de seiscentos réis para os adultos e trezentos réis para os menores de sete anos.<sup>109</sup> Esse panorama de dificuldade já era vivenciado anos antes, por exemplo, em 1850, quando o vigário explicou a situação dos enterramentos que estavam acontecendo dentro da igreja:

[...] totalmente incapaz de receber hum só cadaver até o meado do anno próximo vindouro de 1851, **em virtude da grande abundancia de enterramentos, que ocorrerão no presente anno por ocasião da epidemia, não restando mais huma só sepultura, que abrir se possa;** acontece que estão sendo enterrados os corpos dos fieis defuntos pelos matos, pés de cruces não bentas, e outros lugares igualmente profanos e indecentes, sem, ao menos, serem incomendados, e nem se tomarem dos que morrem os assentos do estilo.<sup>110</sup> (grifo nosso)

Até o momento, já conseguimos perceber que o impacto da epidemia de febre amarela, que se instalou em 1850 e percorreu diversas localidades sergipanas, fez com que a familiaridade entre os vivos e os mortos passasse a ser cada vez mais abalada, notadamente em razão do medo do contágio e das teorias médicas em difusão na época. Segundo Jean Delumeau, o medo é “inerente à nossa natureza, é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte”.<sup>111</sup> Mal sabiam os sergipanos que o irrompimento de uma outra epidemia avassaladora iria apressar a construção desses campos santos na província e provocaria transformações no modelo de morte

<sup>106</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 26, 10 de abril 1850, p. 3.

<sup>107</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 60, 03 de setembro de 1853, p. 2.

<sup>108</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 38, 22 de maio de 1850, p. 2.

<sup>109</sup> *Ofício do Vigário da Freguesia de Santo Antonio e Almas de Itabaiana*. APES, Fundo AG4 10, Doc.121, 16 de março de 1854, p. 1.

<sup>110</sup> APES, Fundo Clero AG4 Vol. 10, *Doc. 24*, p. 1.

<sup>111</sup> DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300-1800)*. Companhia de Bolso, 2009, p. 23.

conhecido como barroco, “rico em detalhes simbólicos, rituais e míticos, característicos da cultura barroca.”<sup>112</sup>

## **1.2 A mudança no tratamento dado aos mortos e a criação dos cemitérios durante a epidemia de cólera (1855-1856)**

A trama familiar aqui exposta provém da análise do inventário *post-mortem* de Thomaz José de Aquino e sua mulher, Cypriana. O casal morava em “*huma morada de casas de telha e taipa, em chãos próprios com duas frentes na rua do Rosário*”<sup>113</sup>, localizada na Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba. Na época, essa Freguesia era termo da cidade de Aracaju, e, sendo assim, a Câmara Municipal, antes localizada em Socorro, foi instalada na capital recém-fundada. O documento pertence à Comarca de Aracaju, criada em 1857. Antes disso, no ano de 1856, Socorro era subdelegacia da capital, que, por sua vez, fazia parte da Comarca de São Cristóvão.

Sabe-se que do consórcio entre Thomaz José de Aquino e Cyprianna nasceram três filhos: Francisco, Luís e Felisberto, que em 1855 já eram maiores de idade (21 anos), porém escravizados. Pela análise do inventário, inferiu-se que os pais desses escravizados se utilizavam de meios diferentes para sobreviver. A casa em que moravam possuía duas frentes, talvez porque Thomaz e Cyprianna possuíssem uma venda, na qual comercializavam variados produtos conhecidos como “molhados”, a exemplo de flor de sabugo, azeite doce, sardinhas e café pilado, além de outros gêneros como garrafas, caixas de sabão etc. Como foi dito, além da venda, eles também produziam sal, já que possuíam uma salina na região chamada de Aratú. O sal produzido por essas propriedades era exportado pela província sergipana para a praça da Bahia.

O casal de pequenos comerciantes faleceu em 9 de outubro de 1855, vítima da “*epidemia reinante*”, e, de acordo com a documentação, tudo indica que seja a de *cólera-morbo* ou *morbo gálico*, que atingiu violentamente a Província de Sergipe entre agosto de 1855 e fevereiro de 1856. Essa enfermidade era assim chamada “em virtude de seu alto índice de mortalidade e, por vezes, representada com certo grau de personificação – o cólera, viajante que veio de terras longínquas, como instrumento de Deus para punir a humanidade por seus desregramentos.”<sup>114</sup> Seguindo essa linha de pensamento, assim a descreveu o Barão de Maruim: “*mortifero flagello*

<sup>112</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos...* op. cit., p. 12.

<sup>113</sup> AGJ - AJU/C. 2º OF. *Inventário de Thomaz José d’Aquino*. Cx. 13/2320, p. 14.

<sup>114</sup> PIMENTA, T. S.; MOTA, A.; FRANCO, S. P. (Orgs.). *No rastro das províncias...* op. cit., p. 90.

*mandado por Deos ás nossas plagas para castigo nosso e pouco a pouco aniquilar-nos, desde o meado de Setembro d'este anno [...].*<sup>115</sup> Por um lado, atribuíam-se o aparecimento da epidemia ao divino e, por outro, “a douta medicina, e consequentemente, o Estado, atribuíam a doença à pobreza e à promiscuidade dos menos favorecidos economicamente.”<sup>116</sup>

De acordo com o relatório provincial de 1855, a doença teria chegado a Sergipe através da comunicação constante com a “Bahia infeccionada”, e, segundo o presidente e membro do partido conservador José da Trindade Prado, as maiores dificuldades para controlar a epidemia que se espalhava eram a falta de dinheiro nos cofres públicos, a falta de boticas e médicos para atender a população e a pouca solidez do comércio sergipano.<sup>117</sup> Por causa da impossibilidade de certos médicos assumirem o tratamento dos enfermos ou em casos de abandono, o presidente seguinte recorreu à prática dos curandeiros em certos pontos menos populosos da província.

Para Laranjeiras, localidade em que o número de mortos pela cólera foi o maior da província, foi recomendada a intimação dos proprietários de alambiques da cidade para que procedessem à suspensão da destilação enquanto estivessem no enfrentamento à epidemia. De acordo com a opinião médica, “[...] *a destilação não hera salutar em razão dos miasmas produzidos pelos caxixes lançados no Rio*”<sup>118</sup>, mais um discurso no qual os miasmas permaneciam dominando. No tocante ao tratamento dos povos, o Barão de Maruim afirmou ter nomeado, em 16 de novembro de 1855, o “curioso José Joaquim Teixeira para se encarregar do tratamento da população do Arrayal dos Pintos – Termo d aquella Cidade, mediante a diaria de 5\$ rs., e remetti-lhe uma porção de remedios com um directorio para applicação dos mesmos.”<sup>119</sup> O mesmo aconteceu com a Vila de Santo Amaro, que recebeu, em 21 de dezembro de 1855, uma comissão chefiada pelo “curioso” Antonio Neutel Ayres Souza.<sup>120</sup> Próximo da capital, José Pinto da Cruz foi encarregado de tratar dos enfermos do Povoado de Santo Antônio e arredores<sup>121</sup>, e, em Socorro, atuou o Capitão Manoel Alexandrino da Silveira, que acabou se

<sup>115</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., p. 1.

<sup>116</sup> PIMENTA, T. S.; MOTA, A.; FRANCO, S. P. (Orgs.). *No rastro das províncias...* op. cit., p. 129.

<sup>117</sup> BARBOZA, Inácio Joaquim. *Relatório com que foi aberta a sessão ordinária no dia 1º de março de 1855...* op. cit., p. 2.

<sup>118</sup> *Ofício de Agostinho José Ribeiro Guimarães ao Barão de Maruim*. Laranjeiras, 09 de novembro de 1855. APES, Coleção Câmara Municipal, CM<sup>1</sup> – Vol. 43, p. 1.

<sup>119</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., p. 8.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>121</sup> GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da duodecima Legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe no dia 27 de abril de 1859*, p. 23. Disponível em [http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item\\_id=5383#?c=0&m=35&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1201%2C-1%2C4161%2C2936](http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item_id=5383#?c=0&m=35&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1201%2C-1%2C4161%2C2936).

tornando mais uma vítima da cólera.<sup>122</sup> Esses “curiosos” dispunham também do “ofício de curar”, auxiliando os médicos e buscando levar o tratamento para enfermos ricos e pobres.

Entre meados de setembro de 1855 até janeiro de 1856, quando a epidemia esteve mais controlada, foram ceifadas 1.306 vidas na Vila do Socorro<sup>123</sup>, e dentre elas estavam as de Thomaz e Cyprianna. Amâncio Cardoso, estudioso da cólera em Sergipe, assim descreveu a situação daquela vila durante a passagem dessa epidemia pela região dos rios Sergipe e Cotinguiba: o juiz municipal disse que o morbo apareceu com “*passos de gigante e ambição de lobo.*” Atarantado, ele teme pelo patrimônio da municipalidade, pois que já aparecem casas inabitadas pelo óbito de seus moradores, “*onde inda restão vestígios de mercadoria e erdeiros [sic] dispersos.*”<sup>124</sup>

Além disso, em novembro de 1855, o delegado daquela vila alertou a presidência da província sobre “*a urgente necessidade de se fazer guardar as Casas dos Negociantes que morrerão, e cujos domicílios estavam em abandono, afim de evitar o roubo nelles [...]*”<sup>125</sup> Para promover a segurança das casas, a Guarda Nacional foi designada. Nesse caso, as autoridades mencionadas poderiam estar se referindo ao caso de Thomaz Aquino e sua consorte, que, ao morrerem, deixaram para trás um modesto patrimônio e herdeiros que dificilmente recebê-lo-iam. Esse mesmo juiz municipal foi o responsável por emitir uma portaria no ano de 1856 para que se procedesse à avaliação dos bens deixados pelo casal.<sup>126</sup>

Os três herdeiros escravizados pertenciam a donos diferentes: Luís era propriedade do Capitão José Francisco de Araújo e Melo; Francisco era escravizado de José Antônio de Vasconcellos, e Felisberto, escravizado de Anacleto José Chavantes. Os três senhores não eram donos de uma grande escravaria, e há de se considerar também que, na segunda metade do século XIX, pequenos proprietários tenderam a vender seus escravizados aos senhores mais ricos. Na época em que se procedeu ao inventário, todos moravam na cidade de Laranjeiras, que “era a cidade intelectual da Província, além de centro produtor e exportador de açúcar.”<sup>127</sup> Concomitantemente, no mesmo mês de outubro de 1855, a cólera atingia a cidade em que residiam os cativos e vitimava os pais desses três escravizados. Por ironia do destino, um dos

---

<sup>122</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>123</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe*. Bahia: Typ. Carlos Poggetti, 1856. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1051/>.

<sup>124</sup> AMÂNCIO NETO, Cardoso. Apud [Ofício do Juiz Municipal, Paulo Freire de Mesquita Barreto, ao Barão de Maruim. Nossa Senhora do Socorro, 22 de novembro de 1855]. APES, Coleção Câmara Municipal, CM<sup>3</sup>, Vol. 17.

<sup>125</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., p. 22.

<sup>126</sup> AGJ - AJU/C. 2º OF. *Inventário de Thomaz José d’Aquino*. Cx. 13/2320, p. 4.

<sup>127</sup> DANTAS, Orlando Vieira. *Vida patriarcal de Sergipe...* op. cit., p. 20



filhos do casal, Felisberto, pode ter auxiliado no trabalho de inumação dos corpos durante o flagelo causado pela doença em Laranjeiras, como relatou o *Jornal do Commercio*:

Dando-se o caso de ficarem muitos cadáveres insepultos, reunirão-se para enterrar quatro negociantes, os srs. Anacleto José Chavantes, Agostinho José Ribeiro Guimarães, Antonio José Pereira Forte e Virissimo José Gomes, os quaes, com os poucos escravos que tinham em estado de trabalhar, abrirão uma valla em um dos suburbios da cidade.<sup>128</sup>

Em agosto de 1857, o advogado Anacleto Chavantes publicou um anúncio no *Correio Sergipense*, pois o escravizado Felisberto havia fugido do seu domínio pela segunda vez no dia 26 de abril daquele ano. Os “sinais” de Felisberto foram assim descritos no anúncio: “*crioulo, oficial de sapateiro, côr não muito preta, idade de 20 annos, pouca mais ou menos, sem buço algum de barba, estatura e corpo regular, os dentes da frente em cima limados não muito aguçados e hum delles partido pelo meio; pode ser que tenha mudado de nome para não ser descoberto [...]*.”<sup>129</sup> Até aquele ano, Laranjeiras possuía o Cemitério da Matriz e existia a pretensão de se construir um outro cemitério através da Irmandade do Senhor do Bomfim.<sup>130</sup>

Assim como Anacleto Chavantes, que auxiliou na condução dos cadáveres ao cemitério de Laranjeiras, outros membros da elite também emprestaram seus escravizados e realizaram gestos filantrópicos. Porém, a regra “era a utilização de soldados e presos para a condução de inumação dos coléricos. Tal expediente preservaria uma mão-de-obra a cada dia mais difícil por conta da proibição do tráfico em 1850.”<sup>131</sup> Por causa da falta de pessoas em Laranjeiras para cuidar e enterrar os cadáveres dos coléricos com urgência, determinou-se, no fim de 1855, que os soldados empenhados nesse serviço deveriam receber a gratificação diária de \$800 réis, além do soldo, e aqueles que recusassem a atividade seriam castigados com a remoção para a primeira linha. Caso as inumações não pudessem ser feitas a tempo, a recomendação do governo era incinerar os cadáveres “para que sua putrefação não resulte além do cholera o typho talvez mais terrível.”<sup>132</sup> Ressalta-se que a autorização para a construção do cemitério naquela cidade foi dada a Lourenço José de Barros em 28 de outubro de 1855.<sup>133</sup>

<sup>128</sup> *Jornal do Comércio*. Edição nº 326, 27 de novembro de 1855, p. 2.

<sup>129</sup> *Correio Sergipense*, Edição nº 38, 12 de agosto de 1857, p. 4.

<sup>130</sup> BROTERO, João Dabney. *Relatorio com que foi aberta 1ª sessão da duodecima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe*. Bahia: Typographia de A. Olavo da França Guerra, 1858, Anexo G, p. 5. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item\\_id=5389#?c=4&m=34&s=0&cv=1&r=0&xywh=-822%2C604%2C3274%2C2310](http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item_id=5389#?c=4&m=34&s=0&cv=1&r=0&xywh=-822%2C604%2C3274%2C2310).

<sup>131</sup> CARDOSO NETO, Amâncio. *Sob o signo da peste: Sergipe no tempo do cholera (1855-1856)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 2001, p. 186.

<sup>132</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 1, 05 de janeiro de 1856, p. 1.

<sup>133</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., p. 7.

Pelas informações cotejadas no *Correio Sergipense*, jornal oficial que acompanhou a epidemia de cólera e noticiou as ações do governo, percebeu-se que havia uma preocupação mais urgente em se tomar medidas como estabelecer quarentenas nos portos, principalmente no porto da Cotinguiba, o mais frequentado da província, construir lazaretos, instituir comissões para o tratamento dos pobres, bem como distribuir mantimentos a estes, enviar ambulâncias para várias partes da província e garantir a chegada dos medicamentos vindos de Alagoas, Pernambuco ou Bahia. Somado a isso, para a opinião pública da época, era urgente a necessidade de transferir os enterramentos para fora das igrejas, e, em Sergipe, essa medida começou a receber mais atenção durante a epidemia de cólera de 1855-1856. Sem dúvidas, foi uma decisão que estremeceu a relação entre os médicos, defensores da salubridade pública, e a Igreja Católica. Na parte final do relatório provincial de 1855, o Barão de Maruim discorreu algumas linhas sobre essa causa:

A epidemia do cholera morbus que voraz e cruel ceifou tantas vidas, e que, louvado Deos já lá vai de retirada, esse flagelo que deixou-nos tão tristes recordações, e que cobrio de luto a maior parte do povo Sergipano, fez durante sua carnificina, banir o abuso dos enterramentos nas Igrejas, de forma que os cadáveres dos mortos, por maior que houvesse sido, quando vivos, sua posição na Sociedade, erão sem repulsa levados aos Cemiterios. Ora se he, a olhos vistos, um mal das mais terriveis consequencias a sepultura dos Corpos dentro dos Templos, qual seria o governo, que desejozo do bem publico, e do progresso não ordenasse a inteira prohibição de taes enterramentos, deixando escapar uma quadra em que o povo resignado não repelia os Cemiterios?<sup>134</sup>

Enquanto presidente da província, o Barão defendia o fim do “pernicioso hábito” de se enterrarem cadáveres nas igrejas, independentemente da doença e da condição social dos falecidos. No entanto, sem generalizar, o político sabia que essa não seria uma medida aceita tão facilmente por membros da Igreja Católica e, assim, ele relatou: “*He de se suppor que alguns dos Parochos se apresentem em manifesta opposição ao acto da Presidencia prohibitivo dos enterramentos nas Igrejas, allegando perda de seos interesses e o mais que lhes possa ocorrer.*”<sup>135</sup> A respeito disso, o relato prossegue reiterando a necessidade de os párocos fazerem um “sacrifício”, principalmente por serem “*Discipulos de um Deos de paz, cujo Reino não era deste mundo, não podem eles ultrajar seo Divino Mestre, eximir-se de contribuirem para o bem do Estado, sob futeis pretextos, e muito menos resistir aos poderes do mesmo Estado.*”<sup>136</sup>

---

<sup>134</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>135</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., p. 39.

<sup>136</sup> Ibidem, p. 39.

As autoridades provinciais de Sergipe (Vigário Geral, Delegado e Chefe de Polícia) seguiram a ordem da presidência, que determinava o estabelecimento de espaços nas vilas e cidades que pudessem acomodar os cadáveres, focos da doença e do contágio. Além disso, deveriam ser construídas, às custas das Irmandades e Confrarias, catacumbas e carneiras dentro dos cemitérios para os irmãos que falecessem. Segundo Maria Aparecida Borges, elas “não adequaram facilmente suas atividades sociais, fúnebres e religiosas às novas práticas de enterramento, totalmente diversas das até então executadas e que se chocavam com seus principais interesses.”<sup>137</sup> Cemitérios provisórios foram construídos em caráter de urgência, já que, durante a quadra epidêmica, existia o risco de os cadáveres ficarem insepultos.

Em setembro de 1855, a cólera ainda não havia chegado a São Cristóvão, porém já se tinha registro da doença nas localidades vizinhas. Os ofícios enviados pela Câmara Municipal esquadriavam os problemas sanitários da colonial cidade, tais como os enormes buracos nos quais eram depositados “[...] *de toda a imundície, e como taes, bastante nocivos a salubridade publica.*”<sup>138</sup> E, para tentar barrar a entrada da doença, algumas medidas foram autorizadas para acabar com os focos de infecção que poderiam existir naquela cidade: a limpeza e desinfecção das ruas, da cadeia e da casa do mercado, além da remoção da banca do peixe desse local para o porto das Salinas. Falando nisso, as casas dos pobres, na maioria pescadores, compunham um ambiente insalubre e também viraram “alvo” dessa política. Ali, “o olhar médico desloca-se de fora para dentro, entra na casa, descrevendo-a em minúcias, qualificando-a como uma ferida, prestes a contaminar toda a cidade.”<sup>139</sup>

Dois praças do corpo policial ficaram responsáveis por fazer diariamente a vigilância para coibir possíveis infrações referentes à higiene do matadouro público e dos açougues. A proximidade com o matadouro também incomodava e, por esta razão, passou-se a recomendar que a lavagem das partes do corpo dos animais não fosse feita às margens do rio Paramopama<sup>140</sup>. Apesar de ser uma instituição necessária por produzir os alimentos, existia o medo de propagação de doenças por causa dos dejetos que poluíam as águas e a atmosfera. Em novembro, o delegado recomendou que um médico deveria escolher o local apropriado para o cemitério, cuja obra foi contratada junto ao cidadão José Victorino de Moraes.<sup>141</sup> Assim como

---

<sup>137</sup> ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Igrejas e Cemitérios: as transformações nas práticas de enterramentos na cidade de Cuiabá - 1850 a 1889*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001, p. 39.

<sup>138</sup> APES, Coleção Câmaras Municipais, CM<sup>1</sup> Vol. 43. *Ofício da Câmara Municipal de São Cristóvão*, 19 de setembro de 1855.

<sup>139</sup> CAMARGO, Luís Soares de. *Viver e Morrer em São Paulo...* op. cit., p. 230.

<sup>140</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 45, 3 de outubro de 1855, p. 2.

<sup>141</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., p. 18.

em Santo Amaro, percebeu-se pelas fontes oficiais a existência de mais desentendimentos entre o Delegado da cidade e o Vigário da Freguesia, como acusou o presidente da província em ofício datado de 17 de novembro:

Respondendo ao officio de 15 do Delegado, declarei-lhe que merecia o meo assenso o acordo que ele tomara de fazer sepultar os cadaveres dos cholericos no lugar em que se estava fazendo o Cemiterio, sentindo que o Vigario da Freguezia ainda senão compenetrasse da urgente necessidade de fazel-o sagrar mandei que se entendesse de novo com o dito Vigario, fizesse-lhe sentir aquella necessidade, e era de esperar que elle a reconhecesse: aprovei o emprestimo de 50\$000 que o mesmo Delegado contrahio com o Negociante José Narboni para as despezas dos enterramentos, e porque confiava o governo do prestimo d'aquelle Negociante que não exigia premios a que os Cofres publicos senão sujeitavão, autorisei o Delegado para tomar mais ao dito Negociante até a somma de 200\$000.<sup>142</sup>

José Narboni<sup>143</sup>, negociante argelino que se destacou no combate à epidemia em São Cristóvão, também foi fundamental durante os primeiros anos de existência de Aracaju. Narboni, descrito como “*judeu caridoso*”<sup>144</sup>, tornou-se comendador e deve ter sido agraciado com as comendas graças às suas ações filantrópicas nesses tempos de calamidade. A título de exemplo, o argelino organizou um hospital para os coléricos da Praia do Mosqueiro, localizada em São Cristóvão. A situação parecia ser mais tranquila naquele município, já que os sepultamentos eram realizados sem maiores intercorrências e, prontamente, uma carroça passou a ser utilizada para a condução dos cadáveres.

Contudo, em fins de novembro de 1855, outro caso embaraçoso envolvendo Igreja e Estado aconteceu: o capuchinho Frei Apolônio, que faleceu de cólera, foi sepultado na igreja de seu convento, fato que, na opinião do Barão de Maruim, “*não tem sido bom, attentas as conveniencias da salubridade publica que seo cadaver fosse sepultado dentro da Igreja – parecendo-me infundada a allegação produzida pelo Vigario e Clerigos para conseguirem aquele fim [...]*”<sup>145</sup> Nesse sentido, compactuamos com a ideia de Claudia Rodrigues quando a autora explica que, no Rio de Janeiro, “a contestação às medidas proibitivas com relação aos sepultamentos eclesiásticos partiram dos conventos.”<sup>146</sup> Mais uma situação envolvendo as autoridades civis e eclesiásticas e a questão dos enterramentos aconteceu em 1856.

<sup>142</sup> Ibidem, p. 18-19.

<sup>143</sup> Ver: SANTOS, Bruna Morrana dos. *Riqueza e Sociedade na Comarca de Aracaju*: um estudo sobre a dinâmica familiar da primeira elite de Aracaju (1855-1889). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. 143 f.

<sup>144</sup> *Correio Mercantil*, Edição nº 359, 31 de dezembro de 1855, p. 1.

<sup>145</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., p. 19.

<sup>146</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos...* op. cit., p. 129.

Na ocasião, o Reverendo Vigário de São Cristóvão enviou um ofício ao governo, na pessoa do Presidente Salvador Correia de Sá e Benevides, informando sobre a recusa do delegado em entregar-lhe a chave do cemitério público, que, na verdade, nada mais era que um terreno cercado de madeira. O vigário José Gonçalves Barroso acusou que, por ordem da delegacia da cidade, a chave estaria “*sob a guarda de um particular*”<sup>147</sup>, impedindo-o de realizar as encomendações e as inumações com celeridade. A resposta, publicada no *Correio Sergipense*, anunciava que ordens foram dadas ao delegado de polícia para que a exigência do reverendo fosse atendida.<sup>148</sup> O primeiro cemitério público de São Cristóvão foi inaugurado em 1859 pela Irmandade da Misericórdia. Recebeu o nome de Cemitério da Misericórdia e alcançou a posição de ser um dos melhores da província, sendo superior, inclusive, ao cemitério da nova capital.

Mortes repentinas por causa da cólera foram registradas na Vila de Itaporanga. A classe indigente da vila estava sofrendo com o avanço da “*Cholera dos Ceos*”. Sendo assim, o vigário José Evangelista de Campos anunciou que naquele 2 de novembro de 1855 ele iria “[...] *benzer solenemen<sup>e</sup> hum terreno q.’ prestou o Cor<sup>el</sup> Domingos Dias fora do povoado [...]*”<sup>149</sup> Tal terreno, doado pelo Coronel Domingos, serviria para a construção do cemitério. Ao todo, foram feitos quatro cercados durante a epidemia, mas que, em 1857, já se encontravam em estado de ruína.<sup>150</sup> Na cidade de Estância, antes mesmo da grave epidemia de cólera, já existia a preocupação com a salubridade pública, como foi registrado em 18 de abril de 1855 através de ofício enviado pelo Inspetor de Saúde Pública Joaquim José de Oliveira, ao vigário colado Manoel José Álvares<sup>151</sup>. Podemos encarar o teor do ofício como mais uma tentativa do poder estatal no sentido de interferir nas manifestações de cunho religioso em nome da salubridade pública. O motivo para tal posição do inspetor foi a realização da procissão de penitência na cidade. Segundo ele, esse ato seria

[...] muito louvavel em outros tempos, e occasiões, agora porem [ilegível] prejudicial a salubridade publica, vou pedir a VS<sup>a</sup> a bem da humanidade, e do

<sup>147</sup> *Offício de vigário José Gonçalves Barroso ao presidente da província Salvador Correia de Sá e Benevides*. APES, Fundo Clero AG4 Vol. 13, Doc. 23, 04 de março de 1856, p. 1.

<sup>148</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 15, 29 de março de 1856, p. 2.

<sup>149</sup> APES, Fundo AG4 10, Doc. 78, p. 1.

<sup>150</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da undécima legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*, 1857, Anexo G, p. 4. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item\\_id=5389#c=0&m=31&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1102%2C0%2C4011%2C2830](http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item_id=5389#c=0&m=31&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1102%2C0%2C4011%2C2830).

<sup>151</sup> O Padre Manoel José Álvares fora colado pelo metropolitano D. Romualdo Antônio de Seixas, a 17 de dezembro de 1852, e tomou posse solene a 23 de janeiro de 1853. Foi proposto para pároco da Freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe pelo Imperador D. Pedro, por decreto de 15 de novembro de 1852. (DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. Vol. I, p. 81.)

serviço publico á meo cargo que se serve de empregar todos os meios ao seu alcance, para que tal acto não tenha lugar hoje, e nem em qualquer outro dia, enquanto durar a quadra epidemica actual. Não limito o meo pedid somente a isto. Peço mais e insisto no meo pedido, que VS<sup>a</sup>, como Parocho, prohiba os terços e todos os mais actos religiosos, que se praticão nas Igrejas, de 6 horas da tarde em diante. Para este fim acho bom que VS<sup>a</sup> determine, que no mesmo dia não haja terço em mais de huma Igreja, ou o que será melhor, que o terço se reza ao mesmo tempo em todas as Igrejas. Espero que VS<sup>a</sup> attenderá ao meo pedido, o qual vou levar ao conhecimento do EX<sup>m</sup> Presidente da Província.<sup>152</sup>

Para reiterar essa determinação, o artigo 11º do Código de Posturas da Câmara Municipal de Estância estabeleceu regras para os períodos de epidemia, principalmente de febre amarela e cólera, indicando o que deveria ser feito no que diz respeito aos sepultamentos: “[...] *são prohibidos os enterros pomposos, os mementos e [ilegível] pelas ruas d’esta cidade; e bem assim os toques de sinos que excederem de dous moderados [...]*.”<sup>153</sup> Nesse caso, o morador da cidade que não obedecesse às determinações poderia pagar uma multa de quinze mil réis (15\$000) ou sofrer oito dias de prisão em caso de reincidência. Entre janeiro e março de 1856, o cemitério de São Sebastião já estava recebendo corpos de coléricos para serem sepultados. Ao todo, foram ali enterradas 254 pessoas em apenas três meses.<sup>154</sup> Apesar disso, o problema das inumações continuava existindo naquela cidade devido à quantidade de cadáveres e à demora para serem realizados os sepultamentos. Por um lado, o vigário afirmava que, mesmo com a existência de um local apropriado para isso, os estancianos continuavam “abandonando o cemitério” e dando sepulturas aos mortos fora dele.<sup>155</sup>

Em contrapartida, uma carta particular, publicada em 16 de março de 1856 no jornal da corte imperial, *O Correio da Tarde*, atribuía o estado de calamidade daquela cidade à falta de assistência do governo provincial: “[...] *e seja dito, que nenhuma providencia tem dado o governo por alli, em ordem a extinguir o mal, cuja pertinacia, consta-me, que com rasão se atribui ao estado de infecção em que ficou a cidade por desleixo nos enterramentos, e falta de desinfecção das casas, onde morriam cholericos [...]*.”<sup>156</sup> Nessa esteira, utilizando como meio de divulgação o principal jornal sergipano, um morador de Estância criticou a atuação dos membros da Igreja Católica no que dizia respeito aos enterramentos, como se pode ver na figura abaixo:

<sup>152</sup> *Ofício do Inspetor de Saúde Pública Joaquim José de Oliveira para o Vigário Manoel José Alves*. Estância, 18 de abril de 1855. APES, Fundo AG4, Doc. 38.

<sup>153</sup> *Posturas Municipais*. APES, Fundo Câmaras Municipais. CM, Cidade da Estância, 18 de agosto de 1855.

<sup>154</sup> APES, Fundo AG4 13, *Doc. 24*, p. 1.

<sup>155</sup> *Ofício do vigário Manoel José Álvares ao vice-presidente da província Barão de Maruim*. APES, Fundo Clero AG4 13, Doc. 78, 1º de janeiro de 1856.

<sup>156</sup> *O Correio da Tarde*, Edição nº 83, 10 de abril de 1856, p. 2.

**Figura 2:** Crítica de morador de Estância a membros da Igreja Católica

**PERGUNTAS INNOCENTES.**

É já permitido aos vigários tornar as igrejas seus cemiterios enchendo as de cadáveres diariamente e fazerem assim voltar o cholera ou outra talvez peor molstia?

Mentio o Governo á provincia quando em seo relatório affirma que de accordo com o vigário geral fizeram continuar a prohibição absoluta de enterramento nos templos?

*Um da Estancia.*

Fonte: *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 28, 14 de maio de 1856, p. 4.

Observa-se que as críticas foram direcionadas ao governo da província, tanto no quesito da assistência prestada aos coléricos quanto sobre a proibição absoluta dos sepultamentos dentro das igrejas, que não estava sendo respeitada em todas as partes do território sergipano. Esse assunto continuou dividindo opiniões e marcando presença nas edições seguintes do jornal, desta vez com a publicação de uma carta particular, na qual o “*Amigo e Senhor*” escreveu sobre o problema que a cidade estava enfrentando. A carta é muito rica em informações e nos revela o pensamento de um cidadão de meados do século XIX sobre os papéis do cemitério e da igreja, a efetividade dos códigos de posturas e as lições que a sociedade pode tirar de uma epidemia como a de cólera.

Antes de qualquer coisa, o autor iniciou a carta apresentando o que se via no cemitério que estava recebendo os cadáveres:

[...] *ossadas contendo ainda restos de podridão, craneos inteiros, despedaçados, ou naturalmente abertos pelas suturas, cabellos em pessimo estado, pedaços de caixões, fragmentos de mortalhas, queixadas, solas de sapatos, e tudo quanto he mais proprio para contristar e compugnir os nossos corações.*<sup>157</sup>

Na sequência, justificou a decisão do “bom pastor” em consentir os enterramentos dentro da Igreja Matriz: “[...] *mas em seo lugar o que fariamos, não tendo onde sepultar os mortos? Deixal-os insepultos? Não. Mandai os para a margem esquerda do Piapitinga? Não. Sepulta-os na igreja? Sim. por não haver outro recurso. A necessidade não tem lei.*”<sup>158</sup> Por fim, ele entendia que tal atitude era perniciososa à saúde pública e que cemitério e igreja eram duas repartições distintas: “*A igreja (o material della) he o edificio destinado aos fieis para os*

<sup>157</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 29, 17 de maio de 1856, p. 3.

<sup>158</sup> *Ibidem*.

*exercícios divinos, cemiterio he o lugar onde com a decencia possível, devem repousar os nossos restos, até que sejam todos consumidos, e tenha lugar a ressurreição da carne.*”<sup>159</sup> Então, o cidadão propôs que as autoridades civis e religiosas da cidade, incluindo as confrarias, elaborassem um “plano sepulcral” “[...] *que nos pozesse a salvo da vergonha, que fazemos passar aos restos dos nossos mortos, e dos miasmas exalados desses restos.*”<sup>160</sup>

Voltando a tratar do percurso da cólera, foi enviado para a Vila de Campos, primeiro local atingido com virulência pela doença, o Dr. Constantino Gomes de Souza para que fosse dado o devido tratamento aos pobres,<sup>161</sup> além de terem sido autorizadas, em novembro de 1855 pelo Barão de Maruim, as despesas com a sepultura das vítimas. A cólera chegou àquela vila rancorosa e medonha, “[...] *cauzando grandes receios ao povo, ao ponto de abandonarem a Villa, a excepção de pôcos.*”<sup>162</sup> Meses depois da criação desse cercado, o cotidiano religioso de Campos continuava sendo impactado pela epidemia, já que as missas, que deveriam ser celebradas na Igreja Matriz, estavam acontecendo em casas pequenas “[...] *por causa de estar a Matriz unica que ha infectada com as sepulturas de muitos cholericos [...]*”<sup>163</sup> E a solução para esse problema, que era o cemitério, foi assim descrita pelo mesmo relator: “[...] *vê se o sem cerco algum, coberto de arbustos, expostos os cadaveres a animaes danninhos, não havendo ali como signal de lugar sagrado mas do que uma Cruz de cedro isto é de ripas com 4 á cinco palmos de altura.*”<sup>164</sup>

Na região Centro-Sul, na Vila do Lagarto, grande curral sergipano desde o período colonial, o presidente de província autorizou e enviou a quantia de 150\$000 réis ao Subdelegado Antonio Dias de Souza, em 5 de outubro, para a construção de um cemitério provisório.<sup>165</sup> No dia 19 do mesmo mês, foi autorizada a compra do terreno escolhido para o cemitério, e, em 22 de outubro, o presidente recomendou através de *ofício* “*todo o zelo e esmero para que os enterramentos se fizessem em dia, e de maneira a não viciar a athmosfera com exalação de miasmas tão prejudiciaes [...]*”<sup>166</sup> Sendo assim, foi erigido, em caráter de urgência, um cercado a fim de enterrar naquele local os cadáveres dos coléricos, já que era inviável construir um cemitério em virtude da epidemia reinante.<sup>167</sup> Apesar da construção do cemitério, a dificuldade

---

<sup>159</sup> Ibidem.

<sup>160</sup> Ibidem.

<sup>161</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 45, 03 de outubro de 1855, p. 3.

<sup>162</sup> APES, Fundo Clero AG4 10, *Documento nº 73*, 08 de outubro de 1855, p. 1.

<sup>163</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 32, 31 de maio de 1856, p. 4.

<sup>164</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 32, 31 de maio de 1856, p. 4.

<sup>165</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., p. 5.

<sup>166</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>167</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 49, 27 de outubro de 1855.



em se contabilizar os mortos pela cólera foi presente nessa vila, principalmente porque cadáveres estavam sendo sepultados nos matos, nas igrejas e no cemitério.<sup>168</sup>

Da mesma forma que em Laranjeiras, enfrentou-se o problema da falta de pessoas para realizar os sepultamentos, e, assim sendo, os praças do corpo de Polícia ficaram com essa responsabilidade. Essa mesma dificuldade de transporte dos cadáveres de coléricos também foi identificada por Jucieldo Ferreira Alexandre para a província do Ceará.<sup>169</sup> As dificuldades na vila lagartense não se encerraram aí, visto que, em ofício de 5 de novembro, o presidente reiterou as determinações dadas para os sepultamentos dos cadáveres, pois “*estes estavam sendo sepultados pelos matos e campos, recommendei a cessação absoluta de semelhante abuso, tão bárbaro, como contrario as Leis Canonicas.*”<sup>170</sup> Geralmente, os párocos afirmavam que a responsabilidade de fazer a estatística mortuária era das autoridades policiais. Assim, recomendou o vigário da Freguesia do Socorro, Eliziário Vieira Muniz Telles<sup>171</sup>, que estava encontrando dificuldades para construir o mapa de mortalidade desde a aparição da cólera na sua Freguesia:

Tenho de ponderar a V. Ex.<sup>ca</sup>, q. o melhor meio de poder aprontar esse mappa, he p.<sup>r</sup> via das Authoridades policais do lugar, e estes incumbindo aos Seus Inspectores de Quarteiroens, p.<sup>a</sup> estes darem o arrolamento de todos os Obitos q. tenham havido no districto de sua jurisdição [...].

As justificativas dadas pelo vigário para a imprecisa contabilidade dos óbitos era a falta de carregadores, o que dificultava o transporte dos corpos até o cemitério da vila e a falta de comunicação entre as autoridades policiais e as eclesiásticas. Ficou indicado nesse documento que o cemitério de Aracaju já estava em atividade: “*Consta-me com certeza haverem-se Sepultado m.<sup>tos</sup> desses infelizes Cadaveres; bem como no Semiterio do Aracaju, ou m.<sup>mo</sup> dessa nova Capital q’. não posso saber quantos ahi jazem [...].*”<sup>172</sup>

Maruim, cidade que se fazia presente no título nobiliárquico do Barão, teve a construção do cemitério autorizada em 26 de outubro de 1855, mediante o contrato feito com Alberto de

<sup>168</sup> *Ofício de José Saraiva Salomão ao presidente da província.* APES, Fundo Clero AG4 Vol. 10, Doc. 88, 17 de dezembro de 1855, p. 1.

<sup>169</sup> ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. *A peste serve qual partido?: disputas políticas e epidemia do cólera (Ceará, 1862-1863).* Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2020.

<sup>170</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., p. 6.

<sup>171</sup> Nascera no Engenho Soledade, na Vila do Socorro, a 27 de setembro de 1830, sendo filho legítimo do Coronel Gonçalo Muniz Telles (primo do Barão de Maruim) e de D. Rita Perpétua de Jesus, irmã do ilustre latinista Padre Antônio Muniz Telles. Faleceu na Vila do Socorro em 08 de janeiro de 1904, sendo sepultado na Matriz da mesma vila. (DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas.* Vol. I, p. 43).

<sup>172</sup> APES, Fundo Clero AG4 Vol. 10, Doc. 84, p. 1.

Campos Caldas.<sup>173</sup> Ainda na região da Cotinguiba, no mês de novembro do mesmo ano, permitiu-se a construção de um cemitério provisório na Vila do Rosário do Catete, caso lá não existisse nenhum, além da contratação de pessoal para conduzir e sepultar os cadáveres.<sup>174</sup> A situação se agravou naquela vila, e, em 28 de novembro, o Barão de Maruim respondeu a um ofício que tratava de um problema assim relatado por ele:

Respondendo ao officio do sobredito Academico de 25, em que me communicou ter encontrado mais de 120 cadaveres insepultos, em estado de putrefação, e outros já em decomposição, fazendo enterrar aquelles, e ensinerar estes, lamentei um quadro de tanto horror, e louvei ao mesmo Academico seus serviços.<sup>175</sup>

Nesse ínterim, até o final de 1855, essa localidade também sofreu com a fome que assolava os moradores e com o aparecimento de alguns casos de tifo, doença que acometeu e vitimou o Dr. Augusto Francisconi. Na verdade, outra notícia de jornal apontou que o médico foi mais uma vítima da cólera, e a afirmação de que ele teria morrido de tifo pode ter sido divulgada em função de um processo que acontecia durante a recuperação (período de reação) dos coléricos, segundo Chernoviz: “*Em alguns doentes, a reacção é seguida dos symptomas graves do typho.*”<sup>176</sup> Ou seja, se os sintomas típicos do período de reação forem fortes, o indivíduo poderia sofrer convulsões e até morrer. O ilustrado médico italiano Francisconi partiu da Bahia para Sergipe em dezembro de 1855 em um dos vapores da Companhia Santa Cruz. A sua ida foi noticiada pelo *Correio Mercantil*, que, apesar de ressaltar as “exageradas condições” de Francisconi, desejou ao médico: “*Deus queira que faça alguma fortuna em Sergipe.*”<sup>177</sup> Acompanhado do enfermeiro Matheus Pierre, que também sucumbiu, o médico prestou serviços à população daquela vila no combate à cólera.<sup>178</sup> Além do envio de gêneros alimentícios, como farinha de mandioca, farinha de trigo, carne verde, bolachas e arroz, o governo da província ordenou as despesas com a “*desinfecção da Villa, que era toda um foco de infecção.*”<sup>179</sup>

Ainda naquele ano, também foi divulgada por meio da imprensa a necessidade de construção de cemitérios em outras vilas, cidades e povoações da província. Em 10 de dezembro

---

<sup>173</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., p. 9.

<sup>174</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>175</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>176</sup> CHERNOVIZ, P. L. N. *Diccionario de Medicina Popular...* op. cit., p. 580.

<sup>177</sup> *Jornal Correio Mercantil*, Edição nº 339, 09 e 10 de dezembro de 1855, p. 1.

<sup>178</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 12, 27 de fevereiro de 1856, p. 3.

<sup>179</sup> *Ibidem*.

de 1855, o vigário José Cardoso da Fraga reclamava ao Barão de Maruim a falta de autoridade policial em Vila Nova, atual Neópolis, o que causou o desamparo da população mais pobre da Freguesia, que carecia de alimentos básicos e de medicamentos para tratar da cólera. De acordo com Amâncio Cardoso, os coléricos desvalidos eram “considerados focos de infecção miasmática pela carência de recursos morais e materiais que satisfizessem as exigências propugnadas pelos médicos acadêmicos.”<sup>180</sup> Além disso, o vigário afirmou que nenhuma providência havia sido tomada pelo governo provincial para construir um cemitério.<sup>181</sup>

No mesmo dia, o vigário de Vila Nova, o bacharel Gonçalo Vieira de Mello, delegado de polícia, também relatou ao Barão o “lastimoso estado” em que a cólera deixou a vila do Pé do Banco, atual Siriri. Em novembro, a horrorosa epidemia já estava fazendo vítimas lá, pois não havia na vila “[...] *pessoa alguma curiosa, nem remedios amoldados a natureza da molestia* [...]”.<sup>182</sup> Solicitou, então, o envio de um médico e de remédios para o tratamento dos coléricos. Além da falta de curativos, verificava-se ainda a falta de força policial na Freguesia porque as autoridades competentes estavam recolhidas em casa a fim de resguardar e tratar as suas famílias. Aliás, existiram casos em que funcionários provinciais foram exonerados por tal comportamento de abandono à população. Ressaltou o vigário que, em época de calamidade, o envio de praças também serviria para sepultar os corpos das vítimas. Não obstante, apesar dos socorros médicos enviados aos pobres doentes um mês depois, a fome e o número de mortos estavam crescendo. Por isso, o vigário revelou estar preocupado com outro inconveniente: “[...] *o de haverem aqui defficiencia de abridores de sepulturas, de sorte q.’, se não houverem providencias energicas, ficarão os cadaveres p.r inhumar-se e p.r conseq.e putrifificados, e que contribuirá e m.<sup>to</sup> para exarbeção da molestia.*”<sup>183</sup> Em março de 1856, o contratante Francisco José Soares deu como concluída a obra do cemitério do Pé do Banco.<sup>184</sup>

Em meio à epidemia, os párocos também estavam enfrentando dificuldades para dar socorro espiritual aos coléricos. Deve-se frisar que os padres acompanhavam o seu rebanho até o momento da passagem, concedendo os últimos sacramentos e realizando a encomendação do corpo. Assim aconteceu em Itabaiana quando o vigário anunciou que, ao dar entrada naquela vila em 22 de dezembro de 1855, a terrível doença já havia ceifado oito vidas em apenas um dia. Foram construídos cinco cercados “*pouco duraveis a quem a calamidade e, 1856 fez dar o*

<sup>180</sup> PIMENTA, T. S.; MOTA, A.; FRANCO, S. P. (Orgs.). *No rastro das províncias...* op. cit., p. 465.

<sup>181</sup> *Ofício do Vigário José Cardoso de Fraga para o Barão de Maruim*. APES, Fundo Clero AG4 Vol. 10, Doc. 92, 10 de dezembro de 1855, p. 1.

<sup>182</sup> APES, Fundo Clero AG4 Vol. 10, 21 de novembro de 1855, *Doc. n° 76*, p. 1.

<sup>183</sup> APES, Fundo Clero AG4 Vol. 10, 10 de dezembro de 1855, *Doc. n° 87*, p. 1-2.

<sup>184</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição n° 14, 19 de março de 1856, p. 2.

*nome de Cemiterios.*”<sup>185</sup> No entanto, o motivo principal do envio do ofício foi a dificuldade do pároco em atender tantas pessoas ao mesmo tempo: “*Vou rogar a V. Ex.<sup>a</sup> q. de accordo com o R.<sup>mo</sup> Senhor Vigr.<sup>o</sup> Geral, a quem nesta data tambem me dirijo, hajão de mandar para aqui hum sacerdote, afim de q. não se vejão sem recursos espirituaes aquelles, a quem até o presente nenhum [ilegível] tem chegado.*”<sup>186</sup> Mesmo que àquela época o Prelado Diocesano tivesse recomendado a realização de preces públicas e procissões nas diversas paróquias e capelas para debelar a marcha da cólera, houve, por parte da presidência da província, a iniciativa de não seguir essas determinações – com exceção do socorro aos enfermos – em prol da manutenção da salubridade pública em tempos de epidemia:

Quanto ao que V.Ex.<sup>a</sup> me ordenou [ilegível] m<sup>mo</sup> officio para determinar a todos os Vigarios da Provincia que não mandarem abrir suas Igrejas, se não depois das sete horas da manhã, e feichalas as cinco da tarde, salvo o cazo de ser levado o Viatico para os enfermos, bem como que não consintão mesmo nas horas do dia, que nellas hajão grandes reunioens, para rezas, penitencias e V, e nem mesmo pelas ruas em q.<sup>to</sup> durar a epidemia por assim convir as conveniencias de salubridade publica [...].<sup>187</sup>

Enquanto isso, o vigário Antônio Joaquim Pitanga expôs a urgência com que a Vila do Espírito Santo esperava pela construção de um cemitério, já que a pequena capela que servia de Igreja Matriz estava “*ha mezes, incapaz de receber mais cadaveres.*”<sup>188</sup> Vale ressaltar que, em setembro do mesmo ano, o vigário buscou justificar os pedidos que já tinha feito ao Poder Legislativo da província, na esperança de receber alguma consignação para a obra. Embora tivesse afirmado que na capela não havia mais espaço para abrir covas para adultos, a exceção eram os sepultamentos de párocos que ainda tinham seu lugar reservado dentro do templo. Finalizou o documento reforçando a necessidade em questão: “*Mas q. ’ fazer se o bem estar meo e dos meos Parochianos aqui moradores assim o reclama?*”<sup>189</sup>

Em outra correspondência enviada no final desse mês, o vigário informou ao vice-presidente da província que não recebeu o dinheiro prometido pelo governo para a construção do cemitério, dizendo: “[...] *com tal infelicidade, que a Camara nunca chegou officio algum do*

---

<sup>185</sup> BROTERO, João Dabney. *Relatorio com que foi aberta 1ª sessão da duodecima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., Anexo G, p. 7.

<sup>186</sup> *Ofício do Vigário da Freguesia de Santo Antonio e Almas de Itabaiana para o Barão de Maruim.* APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 91, 23 de dezembro de 1855, p. 1.

<sup>187</sup> *Ofício do Vigário Geral Antonio da Costa Lobo para o Barão de Maruim.* APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 99, 01 de dezembro de 1855, p. 1.

<sup>188</sup> *Ofício de Antônio Joaquim Pitanga para o Barão de Maruim.* APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 89, 06 de dezembro de 1855, p. 1.

<sup>189</sup> *Ofício de Antônio Joaquim Pitanga para Ignacio Joaquim Barbosa.* APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 68, 10 de setembro de 1855, p. 1.

*Governo, quiçá por se ter extraviado, como fez me um dia ver o respectivo Presidente do dito Corpo Municipal.*<sup>190</sup> A cólera já fazia vítimas entre os baianos, e o medo da chegada da cólera ao território sergipano pode ser notado no trecho a seguir: “*A necessidade pois, Ex<sup>mo</sup> Sñr, agora he mais q’. urgente, attento o magno receio de invasão da epidemia reinante na prov<sup>a</sup> limítrofe e já mesmo nesta nossa na Villa dos Campos [...].*”<sup>191</sup> A pequenez da Igreja Matriz da Freguesia não suportava a realização de mais sepultamentos, e, por esse motivo, o vigário pediu a quantia de duzentos mil réis (200\$000) para erigir um cemitério um pouco mais afastado e que o muro fosse constituído de barro e telha.<sup>192</sup>

Embora a epidemia ainda não tivesse chegado à vila, a Câmara Municipal já havia enviado representações às autoridades superiores informando-as sobre essa questão dos enterramentos. A construção de um cemitério seria, portanto, medida preventiva, já que, com a chegada da epidemia, o número de mortos tenderia a aumentar, e o problema da falta de local para enterrar os corpos apareceria, como em outras regiões da província. De maneira geral, isso foi comum porque, “quando se avizinhava a chegada da epidemia, as autoridades constituídas tomavam providências no intuito de evitar tal perigo ou, se fosse inevitável, socorrer a população afligida, tentando impedir que a doença tomasse maiores proporções.”<sup>193</sup> Novamente, dois meses depois da solicitação citada anteriormente, o vigário pedia: “[...] *nos authorize, a mim, e ao Subdelegado deste Districto, para mandar fazer m.<sup>mo</sup> um Cemiterio de cerca com uma Cruz coberta de telha [...].*”<sup>194</sup> As reclamações não se encerraram com a questão do cemitério, visto que Antônio Pitanga denunciou a entrada de um “sujeito negociante” vindo da Bahia, “[...] *ou do meio da epidemia sem ter passado ao menos por uma quarentena de trez dias, e já o mal a Villa do Campos, segundo he forma.*”<sup>195</sup> Nesse ínterim, foram publicadas as posturas da Câmara Municipal dessa vila, e, logo no primeiro artigo, podemos perceber o quanto o problema dos enterramentos era algo urgente e que precisava ser disciplinado:

Art. 1º Fica absolutamente prohibido a Sepultura dos Cadaveres, excepto dos Parochos, no recinto dos Templos deste Municipio, devendo o jasigo dos mortos ser nos Cemiterios. Os contraventores, tanto os que permittirem

<sup>190</sup> *Ofício de Antônio Joaquim Pitanga para o vice-presidente Major José da Trindade Prado.* APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 66, 21 de setembro de 1855, p. 1.

<sup>191</sup> *Ibidem.*

<sup>192</sup> *Ofício de Antônio Joaquim Pitanga para o vice-presidente Major José da Trindade Prado.* APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 66, 21 de setembro de 1855, p. 2.

<sup>193</sup> PIMENTA, T. S.; MOTA, A.; FRANCO, S. P. (Orgs.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista...* op. cit., p. 123.

<sup>194</sup> *Ofício de Antônio Joaquim Pitanga para o Barão de Maruim.* APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 89, 06 de dezembro de 1855, p. 2.

<sup>195</sup> *Ofício de Antônio Joaquim Pitanga para o vice-presidente Major José da Trindade Prado.* APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 66, 21 de setembro de 1855, p. 2.

enterrar nos Templos, como os que acceitarem a permissão de o fazerem, sofrerão a pena de trinta mil reis, e seis dias de prisão, cada hum, e o dobro nas reincidencias.<sup>196</sup>

Naquele mesmo dia, a Câmara Municipal agradeceu ao Barão de Maruim pelo envio da quantia de quatrocentos mil réis (400\$000), e, a partir de então, a Câmara sinalizou: “[...] *que estão tomadas as medidas para a aquisição das madeiras precisas para a sua edificação, e que breve será a obra posta em andamento [...]*.”<sup>197</sup> Além do agradecimento, o ofício solicitava que medidas fossem tomadas para a “cura dos vivos”, visto que moradores do termo da vila já estavam sofrendo com a cólera. Em tom de consternação, o ofício relatou a situação vivenciada por José Francisco d’Almeida Couto:

[...] que tendo sido atacado no Saco, lá na Barra, onde estava em Serviço, e sendo chamado p.<sup>lo</sup> administrador, que ignorava seu estado, recolheu se á sua casa ainda doente. Que terrivel futuro aguardamos! **Não ha neste lugar Medico! Não ha medicamentos!** Grande estrago o fará aqui o Cholera-morbo no meio de tão avultado numero de pobres! Já está bem perto! Assóla em Santa Lusía!<sup>198</sup>

Provavelmente, o cidadão José Francisco foi requisitado pelo administrador da mesa de rendas do Espírito Santo, onde trabalhava como guarda desde dezembro de 1854, quando foi nomeado.<sup>199</sup> De igual teor, em 27 de dezembro de 1855, o vigário solicitou uma ambulância com medicamentos para o tratamento dos pobres habitantes do Arraial dos Campinhos e do Povoado da Chapada, bem como o envio de um médico para atendê-los. Ele reiterou que, se o médico porventura residisse no centro da Vila do Espírito Santo, ficaria difícil o deslocamento dele para o arraial e o Povoado da Chapada. Até aquele dia, o pároco relatou ter confessado dois ataques pelo morbo asiático, além de ter sido noticiado do sepultamento de quatro indivíduos ao pé do Engenho do Sabiá.<sup>200</sup>

A súplica do religioso somou-se a outro ofício datado de 28 de dezembro de 1855, no qual reforçava o pedido de construção urgente de um cemitério em função do medo da propagação da cólera, que já havia chegado à vila, e, mais uma vez, por causa da distância enfrentada pela população para enterrar as vítimas da doença:

<sup>196</sup> *Código de Posturas da Câmara Municipal da Vila do Espírito Santo*. APES, Fundo Câmaras Municipais, CM Vol. 43, 20 de dezembro de 1855.

<sup>197</sup> APES, *Fundo Câmaras Municipais*, CM-43, 20 de dezembro de 1855.

<sup>198</sup> *Ibidem*.

<sup>199</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 95, 20 de dezembro de 1854, p. 2.

<sup>200</sup> *Ofício de Antônio Joaquim Pitanga para o Barão de Maruim*. APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 96, 27 de dezembro de 1855, p. 1.

*Honro-me de reiterar a V. Ex.<sup>a</sup> o meo pedido de consentir se marque aqui tãobem um lugar p.<sup>a</sup> Cemiterio, e esse feito mesmo por hora, attenta a urgencia, tão somente de estacas rachadas, a ver se não continua se no criminoso abuso de se enterrarem os percidos do cholera no mato, como se tem praticado com cinco infelizes.<sup>201</sup>*

Além disso, no final do ofício, o vigário encomendado reforçou que o apoio das autoridades policiais seria de suma importância para garantir que os corpos não fossem abandonados e o cemitério não servisse apenas de pasto. Em outro ofício, Antônio Pitanga explicou que o atraso no envio das informações a respeito dos sepultamentos se devia à sua falta de tempo, uma vez que ele precisava dar o socorro espiritual aos vários paroquianos que estavam sucumbindo ao mesmo tempo. O vigário desabafou: “[...] pois sou um só aqui, e, creame V. Ex.<sup>a</sup>, que nem tempo para almoçar ou jantar á hora do costume, assim como hontem que, sahindo de manhan bem cêdo, seria meio dia quando tomei a casa, e perto de hora e meia da tarde, quando tomei por almoço uma chavena de café.”<sup>202</sup>

O vigário da Vila de Santo Amaro, alinhado à teoria miasmática, anunciou no dia 13 de novembro de 1855 que havia proibido as “dobras dos sinos” para não assustar a população. “Em outras palavras, seria o medo – ele próprio – um fator que desencadearia o mal e, por conseguinte, a morte”<sup>203</sup>. Foram proibidas também as solenidades na Freguesia e se demonstrou uma inclinação contra os sepultamentos dentro da igreja. Ficou clara a preocupação do vigário com a aceitação popular em relação aos enterramentos no cemitério que seria construído, bem como sua relação conflituosa com o delegado de polícia:

**Hontem quasi q’ forçado pelo Delegado de Policia fui benser o Cemiterio,** não estando roçado se não uma pequena parte do lugar designado, e isso fiz p<sup>r</sup> não passar pelo desgosto de ver sepultar-se no Campo, sem benção, [...] D’onde sem duvida alguma pode concluir q’ o Delegado de Policia d’esta Villa, entende ser tão bem Delegado do Ex.<sup>mo</sup> Snr. Arcebispo; **e p<sup>a</sup> que não apareça algum conflicto entre os dous poderes Civil e Ecclesiastico Digne=se VEx<sup>a</sup> dar as convenientes ordens,** a fim de q’ o V Delegado me auxilie no exercicio de meos deveres, **caso p<sup>r</sup> ventura encontra da parte do povo alguma reluctancia, visto não estarem acostumados com Cemiterio,** podendo assegurar a VEx.<sup>a</sup> que serão o p.<sup>ro</sup> a não querer que sejam sepultados nas Igrejas os Cadaveres, durante a epidemia e em caso de abuso tomará as precisas providencias [...].<sup>204</sup> (grifos nossos)

<sup>201</sup> *Ofício de Antônio Joaquim Pitanga para o Barão de Maruim*. APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 95, 28 de dezembro de 1855, p. 1.

<sup>202</sup> *Ofício de Antônio Joaquim Pitanga para o Barão de Maruim*. APES, Fundo Clero AG4 Vol. 13, Doc. 15, 08 de fevereiro de 1856, p. 1.

<sup>203</sup> CAMARGO, Luís Soares de. *Viver e Morrer em São Paulo...* op. cit., p. 241.

<sup>204</sup> Fundo Clero AG4 Vol. 10, *Doc. 81*, 13 de novembro de 1855, p. 2-3.

No relatório provincial, o presidente relatou que enviou um ofício ao sacerdote com a intenção de acalmá-lo, declarando que este “*poderia ficar seguro que sua autoridade seria sempre mantida e respeitada por aquelle Funcionario Publico, o qual se lhe exigia que fosse benzido o terreno em que se estavam enterrando os cholericos [...]*.”<sup>205</sup> Ao que tudo indica, o delegado estaria pressionando o pároco para benzer o dito terreno, já que os cadáveres dos fiéis católicos não poderiam ser sepultados em lugar não sagrado. Mesmo com todas as recomendações, o problema ainda existia em algumas localidades no ano de 1856, pois foi enviado um ofício ao Cônego Vigário Geral Ignacio Antônio da Costa Lobo, que passou a autorizar o benzimento dos terrenos, pelos párocos, onde os cadáveres estivessem sendo sepultados.<sup>206</sup>

Em ofício destinado ao delegado de Santo Amaro, o presidente da província atendeu ao pedido do vigário e assim ordenou à autoridade civil para que o trabalho fluísse de maneira conjunta: “*Ao mesmo Delegado officiei recommendando o seu concurso e auxilio ao Reverendo Parocho da Freguezia no cumprimento de seus deveres no caso, não esperado, de alguma reluctancia popular a respeito dos enterramentos no Cemiterio.*”<sup>207</sup> Os indivíduos ilustrados daquela época estavam cientes de que “*só poderia haver medicina das epidemias se acompanhada de uma polícia: vigiar a instalação das minas e dos cemitérios [...]*.”<sup>208</sup> Além de tudo, o presidente buscava apaziguar os ânimos a fim de manter uma boa relação que deveria existir entre a autoridade religiosa e a autoridade civil envolvidas nessa questão.

Tal querela foi o assunto do ofício de 9 de fevereiro de 1856, no qual o vigário Manoel Ribeiro Pontes afirmou ter atendido às ordens superiores de buscar entender-se com as autoridades policiais, já que a contagem do número de mortos pela cólera deveria ser feita por estas e repassadas ao governo pelos vigários. Porém, justificou que as suas tentativas não foram respondidas igualmente pela Polícia: “[...] *durante a epidemia os Parochos só cuidavão da administração do Parto Espiritual; o Delegado com alguma rasão respondêo-me que eu deveria saber mais do que elle.*”<sup>209</sup> Da mesma forma, alegou que o subdelegado também não tomou providências a respeito da relação dos paroquianos mortos, obrigando que o vigário solicitasse aos fiéis que apresentassem, durante a missa, a declaração com os nomes das pessoas

---

<sup>205</sup> Ibidem.

<sup>206</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 12, 27 de fevereiro de 1856, p. 2.

<sup>207</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., p. 14.

<sup>208</sup> FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica...* op. cit., p. 26.

<sup>209</sup> *Ofício do Vigário Manoel Ribeiro Pontes ao Vice-presidente da província Barão de Maruim*. 09 de fevereiro de 1856, APES, Fundo Clero AG4 Vol. 13, Doc. 07, p. 1.



falecidas em suas respectivas famílias. Anos depois, os cercados lá criados durante essa epidemia “já se achão cobertos de mattos, e confundidos com terrenos não bentos.”<sup>210</sup>

Situação similar aconteceu em Pé do Banco. Francisco José dos Santos, vigário local, reclamou da omissão dos inspetores de quarteirão no trabalho de levantamento dos mortos, ao mesmo tempo que indicou o motivo principal que dificultava a realização de tal atividade: “Parece que os embaraços andão d’encontro aos desejos que tenho de ser prompto á minhas obrigações: mas como, donde maior foi o nº dos sepultados pelos matos, e cruzeas avulças, do q os que chegarão ao cymiterio?”<sup>211</sup> Ou seja, mesmo com a existência dos cemitérios, o hábito de sepultar os mortos nesse local até aquele momento não havia vingado entre a população.

Ainda sobre esse assunto, na Freguesia de Nossa Senhora da Boa Hora do Campo do Brito, o vigário Eugênio Lopes da Costa escreveu um extenso ofício para informar que lá os cadáveres também estavam sendo sepultados nos mais diversos lugares: “[...] como seião pelas estradas, curraes de gado, e nas malhadas de mandiocas, com o pretexto frivolo de não haver quem os conduza p.<sup>a</sup> os Cemiterios q’ os benzi nesta Parochia [...]”<sup>212</sup> Além desses locais, segundo o vigário, corpos de indivíduos livres ou escravos também eram enterrados às margens do rio Vaza-Barris, o que dificultava o recebimento dos sacramentos que deveriam ser administrados pelo sacerdote. Segundo ele, o problema estava na superstição popular que provocava a rebeldia contra as determinações vigentes. Quando tratou das autoridades civis, o vigário afirmou: “[...] além de rogar as m.<sup>mas</sup> Autoridades, e Inspectores de Quarteirão, e outras pessoas encarregadas d’esses enterram.<sup>tos</sup>, mostrando-se todos negativos, afim de não declararem onde estejam sepultados.”<sup>213</sup> De outra parte, um ofício dirigido ao mesmo vigário em março de 1856 revelou a desobediência do sacerdote ao deslocar os enterramentos dos coléricos do cemitério construído para uma pequena igreja arruinada, como se lê no *Correio Sergipense*:

[...] além de que está V. Reverendissima vexando os povos com o pesadíssimo ônus de 10\$000 rs. por cada corpo que s’ enterre. Tenho profunda magoa em saber que V. Reverendissima por sua alta missão na sociedade devendo dar o exemplo de respeito e obediencia ao Governo ao contrario se apresenta como transgressor de suas ordens. E tanto mais extranhavel he tal procedimento quanto trata-se de salvar o povo por meio de medidas higienicas em tempos,

<sup>210</sup> BROTERO, João Dabney. *Relatorio com que foi aberta 1ª sessão da duodecima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., Anexo G, p. 9.

<sup>211</sup> *Ofício de Francisco José dos Santos ao Vice-presidente da província Barão de Maruim*. 28 de fevereiro de 1856, APES, Fundo Clero AG4 Vol. 13, Doc. 09, p. 1.

<sup>212</sup> *Ofício de Eugênio Lopes da Costa ao Vice-presidente da província Barão de Maruim*. 15 de fevereiro de 1856, APES, Fundo Clero AG4 Vol. 13, Documento nº 10, p. 1.

<sup>213</sup> *Ofício de Eugênio Lopes da Costa ao Vice-presidente da província Barão de Maruim*. 15 de fevereiro de 1856, APES, Fundo Clero AG4 Vol. 13, Documento nº 10, p. 3.

as quaes avulta a prohibição de se conservarem no centro dos povoados cadaveres, cujos miasmas produzem muitas vezes morte instantanea [...].<sup>214</sup>

E a situação só piorou naquela Freguesia porque o vigário Eugênio Lopes da Costa continuou a desobedecer às determinações do subdelegado de polícia ao enterrar os cadáveres dentro do templo, mas desta vez com as portas da igreja fechadas para que as autoridades não vissem tal prática. Além disso, proferiu insultos contra o subdelegado e os oficiais de justiça, o que provocou a expedição de um mandado de prisão contra ele por não ter feito o que ordenou a presidência da província.<sup>215</sup> Condenado pela Delegacia do Termo de Itabaiana, o sacerdote foi recolhido à prisão, fruto da acusação de “desobediência”. Ao dar a notícia, o redator do jornal lamentou: “*Sentimos cordialmente que o Snr. Vigario dêse lugar a isso, e Deos queira que outros olhem para o exemplo, e não queirão soffrer o mesmo.*”<sup>216</sup>

Porém, a situação de indecência da cadeia daquele termo não condizia com a condição social do réu, que foi conduzido ao quartel de primeira linha, localizado em Aracaju, a fim de cumprir a sua pena de um mês.<sup>217</sup> A permanência do sacerdote na cadeia não foi tão longa porque o comandante da companhia fixa o pôs em liberdade, a contragosto do presidente da província: “[...] *com tudo lhe advirto que não devia v. m. por meras illações ou conjecturas dar liberdade a um prezo confiado a sua vigilancia sem que para isto recebesse ordem expressa, que o salvasse de qualquer responsabilidade.*”<sup>218</sup>

No início de 1856, mesmo com o declínio da virulência da cólera, o presidente demonstrou preocupar-se com as inumações, “*mandando com tudo continuar com as providencias tendentes a não serem os cadaveres sepultados dentro das Igrejas.*”<sup>219</sup> Em geral, as orientações para os sepultamentos eram as mesmas nas localidades citadas. O valor repassado pelo governo girava em torno de quatrocentos mil réis (400\$000), sendo que os contratantes recebiam metade no início da obra e o restante ao fim dela. Possuíam as mesmas dimensões, como assim ficou determinado para o cemitério de Capela: 25 braças de extensão (45 metros) e 20 de largura (36,5 metros). Durante a quadra epidêmica, foram construídos naquela vila doze cercados “*de podres madeiras*”<sup>220</sup>, que deixavam os restos mortais dos fiéis expostos à ação dos

<sup>214</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 15, 29 de março de 1856, p. 2.

<sup>215</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 26, 07 de maio de 1856, p. 1.

<sup>216</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 40, 02 de agosto de 1856, p. 4.

<sup>217</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 51, 02 de setembro de 1856, p. 2.

<sup>218</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 57, 11 de outubro de 1856, p. 2.

<sup>219</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., p. 33.

<sup>220</sup> BROTERO, João Dabney. *Relatório com que foi aberta 1ª sessão da duodécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., Anexo G, p. 11.

animais, já reclamada outrora. Quando não se seguia o protocolo, era necessária a intervenção do governo, que ameaçava tomar medidas mais enérgicas contra os transgressores. Assim como em Campo do Brito, também houve relutâncias na cidade de Estância e denúncias do delegado da Vila de Capela contra o vigário, que estava realizando as encomendações na igreja para depois encaminhar os cadáveres para o cemitério. A presidência da província ordenou que essa “prática abusiva” não continuasse, visto que era preciso enterrar os coléricos o mais rápido possível,<sup>221</sup> e assim respondeu: “*Recomende v. s. ao Delegado da Villa da Capella e mais autoridades policiaes que com toda energia evitem quaesquer obstáculos que oponhão ao prompto enterramento dos cadaveres.*”<sup>222</sup>

Já na Vila do Lagarto, onde a cólera também havia reaparecido, a prática de sepultar cadáveres dentro da Igreja Matriz continuou sendo realizada diariamente, e o mais interessante é que surgiu uma denúncia de que os próprios parentes dos falecidos pela cólera estariam omitindo a *causa mortis* do indivíduo para conseguir realizar o enterramento nesse local.<sup>223</sup> Foi publicado na imprensa um ofício destinado ao delegado de Vila Nova que continha certas providências que deveriam ser tomadas caso a doença chegasse a atingir aquela vila. Chama atenção o item número 5, que previa a disponibilidade de verbas “Para contractar a conducção dos cadaveres para o lugar de seu enterramento, que jamais deverá ser feito dentro das Igrejas.”<sup>224</sup> Para isso, o documento previa também a contratação de uma pessoa por parte do governo para construir um cemitério provisório naquela localidade.

E assim aconteceu com a nova capital da província, que já “nasceu” sob os ideais higienista e civilizatório. Nas palavras de M. P. Oliveira Telles, em fins do século XIX, Aracaju era “a mais importante das cidades por sua elegancia e regularidade nas construcções.”<sup>225</sup> Encontram-se, na imprensa local da época, diversos registros que revelam a existência de uma preocupação com as constantes moléstias que afetavam a população e, de maneira geral, uma associação com a teoria miasmática, como se vê no trecho a seguir, que trata dos aterros dos pântanos e do tratamento dos esgotos, que eram vistos como serviços essenciais: “[...] não só para o areio [sic] e limpeza da cidade, como para livrar os habitantes dos funestos miasmas exalados pelas aguas estagnadas e potridas que rodeiavão quase todas as casas [...]”<sup>226</sup>

<sup>221</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 15, 29 de março de 1856, p. 2.

<sup>222</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 18, 09 de abril de 1856, p. 1.

<sup>223</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 17, 05 de abril de 1856, p. 1.

<sup>224</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 2, 09 de janeiro de 1856, p. 2.

<sup>225</sup> TELLES, M. P. Oliveira. *Sergipenses (escriptos diversos)*... op. cit., p. 126.

<sup>226</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 41, 09 de agosto de 1856, p. 2.

Os contratos celebrados entre o governo e particulares para a construção de cemitérios foi um assunto que causou polêmica entre as autoridades. Em setembro de 1856, o provedor de saúde Pedro Autran da Motta Albuquerque informou ao Presidente Salvador Correia de Sá e Benevides que os locais designados para a construção dos campos sagrados não deveriam seguir os interesses pessoais, e sim o bem da salubridade pública. Segundo ele, cemitérios foram construídos em terrenos inapropriados que poderiam trazer danos à população, assim como aconteceu em Itabaiana e São Cristóvão. O provedor afirmou: “*Sou do parecer que esses logares p<sup>a</sup> cemiterios deverão ser escolhidos p<sup>r</sup> uma comissão.*”<sup>227</sup> Na sua visão, o presidente da Câmara Municipal deveria fazer parte da comissão e, depois de dado o parecer por esta, comunicar o provedor de saúde, que autorizaria o benzimento ou não do local escolhido. Além de opinar sobre os cemitérios, o provedor relatou, no final do ofício, a deficiência existente de farmacêuticos, médicos, cirurgiões e boticários no centro da província.

“- *A epidemia parece querer fazer completa despedida, e Deos queira que não mais volte*”<sup>228</sup>. Esse era o desejo para o ano de 1856, porém, em meados de 1857, foi registrado o aparecimento da cólera e da febre amarela em algumas partes da província sergipana, como na Vila de Campos. O pároco da freguesia, que havia construído um cemitério às suas custas e com a ajuda dos fiéis, conjecturou que o reaparecimento da doença se deu em razão da existência de um outro cemitério próximo da Igreja Matriz, “*onde são feitos os enterramentos indinstictamente, e sem formalidade [...]*”<sup>229</sup> No mês de setembro, a Vila de Simão Dias<sup>230</sup>, sertaneja, afastada da capital, assolada pela fome e pela peste, registrou o aumento do número de doentes, bem como de mortos em decorrência da cólera. Por isso, foi solicitado o estabelecimento de um ponto sanitário, e, novamente, a questão dos sepultamentos naquele local também esteve presente na pauta do ofício. Tal como reclamado pelo vigário, outro cemitério foi providenciado pelo provedor de saúde Pedro Autran da Mota Albuquerque para a sepultura dos coléricos, haja vista que os cemitérios já existentes dentro da vila não estavam em consonância com as condições higiênicas preconizadas nesses casos de epidemia.<sup>231</sup> Até aquele momento, existiam em Simão Dias três cemitérios: dois deles estavam localizados nos subúrbios da vila, o Campo Santo de Senhora Santa Anna, e o de São João Batista, e, por fim,

<sup>227</sup> APES, Fundo G1 Vol. 2204, Doc. 48, p. 2.

<sup>228</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 25, 03 de maio de 1856, p. 3.

<sup>229</sup> BROTERO, João Dabney. *Relatório com que foi aberta 1ª sessão da duodécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., Anexo G, p. 18.

<sup>230</sup> Em 1835, com o desmembramento da Freguesia do Lagarto, foi criada a Freguesia a Capella de Simão Dias. No ano de 1850, esta Freguesia foi elevada à categoria de Vila. (TELLES, M. P. O. *Sergipenses (escriptos diversos)*... op. cit., p. 133).

<sup>231</sup> APES, Fundo Governo G1 Vol. 2204, Doc. 94, p. 1.

o cemitério de Cosme e Damião, que estava localizado no Paracatu de Cima, termo daquela freguesia.<sup>232</sup>

Em outro ofício enviado no dia 25 do mesmo mês, foi noticiado que o “*inimigo do Ganges*” continuava grassando na vila, provocando até 15 mortes por dia. Ressaltou-se a agressividade da doença, que chegava a ceifar a vida dos afetados em menos de 24 horas. Além da já citada abertura de um novo cemitério “ao poente da vila”, e de dar uma maior celeridade aos sepultamentos com a abertura de valas, uma outra medida relatada pelo provedor de saúde e que nos chamou atenção foi a compra de cal para jogar algumas camadas desse material nos corpos antes do sepultamento. Os cinco coveiros existentes recebiam a diária de seiscentos e quarenta réis (640\$) e também trabalhavam na condução dos corpos.<sup>233</sup> Para combater o flagelo que se instalou naquela vila, foram distribuídas aos desvalidos cargas de farinha e arroz oriundas de Laranjeiras, além de alguns medicamentos. Estavam trabalhando ao lado do provedor de saúde Pedro Autran da Mota Albuquerque para socorrer a população simão-diense o vigário, os inspetores de quarteirão e o subdelegado Francisco Antônio de Oliveira.<sup>234</sup>

No início de outubro, os habitantes de Laranjeiras estavam com medo de que a cólera invadisse novamente aquela cidade. Antônio de Oliveira Ribeiro alertava que medidas de saúde pública para combater a disseminação do mal, que já haviam sido postas em prática na cidade de Estância, deveriam ser executadas pela polícia, através dos inspetores de quarteirão e pela Câmara Municipal, representada pelo fiscal da Câmara. Juntamente com a recomendação de higiene das casas, orientou-se que os animais fossem sepultados na maré para que não apodrecessem próximo das residências. Concomitantemente, ressaltou-se que era necessária a construção de uma fonte de água potável no centro da cidade, principalmente para evitar que os pobres estivessem expostos de forma direta à contaminação pelo vibrião colérico.<sup>235</sup> O médico municipal Dr. João de Carvalho Borges reiterou em 16 de outubro a falta “*d’aguas de beber nesta Cidade*” e a “*má qualidade da pequena porção q’ se pode obter [...]*”<sup>236</sup>

Pelos comunicados oficiais, percebeu-se que havia o medo de nova propagação da cólera, inclusive pelo porto e pelo ancoradouro da capital, que até aquele momento gozavam de boas condições higiênicas.<sup>237</sup> Em 1857, muitas freguesias ainda necessitavam de cemitérios, porém um dos empecilhos apontados pelo governo para esse problema foi falta de recursos, já

---

<sup>232</sup> APES, *Fundo Clero AG 13*.

<sup>233</sup> APES, *Fundo Governo G1, Vol. 2204, Doc. 97, p. 2-3*.

<sup>234</sup> APES, *Fundo Governo G1, Vol. 2204, Doc. 106*.

<sup>235</sup> APES, *Fundo Governo G1, Vol. 2204, Doc. 102, p. 1-2*.

<sup>236</sup> APES, *Fundo Governo G1, Vol. 2204, Doc. 107*.

<sup>237</sup> APES, *Fundo Governo G1, Vol. 2204, Doc. 104, p. 4*.

que Sergipe era uma província pobre. A abundante estação chuvosa daquele mês de outubro trouxe esperanças para a lavoura, que precisava produzir cada vez mais gêneros alimentícios e parece ter levado o terrível monstro do *Ganges* nas suas águas e decretado a extinção desse mal em solo sergipano. Não por muito tempo.

## CAPÍTULO 2 – AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA “JOVEN TREFEGA E RISONHA ARACAJÚ” NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

### 2.1 A cólera e a medicalização da morte em Aracaju (1855-1858)

“*Desta feita, não é do velho e taciturno S. Christóvão que lhe escrevo; é da joven trefega e risonha Aracajú.*”<sup>238</sup> Como uma selvagem menina de tez morena e cabelos desgrenhados: assim foi descrita a nascente capital da Província de Sergipe em 8 de junho de 1856 por um correspondente do jornal *Correio Mercantil e instructivo, político*. A correspondência enviada à redação do referido periódico tratava de anunciar o progresso que a jovem cidade situada às margens do Cotinguiba vivenciava ao longo do seu primeiro ano de existência.

Na visão daquele missivista, Aracaju “*é moça meio civilizada, bella e viçosa, que já entrança seus cadellos, poem-lhe flôres, toma os ademans da arte, e, mirando-se nas águas que lhe beijão os pés, tem enamorado a muita gente.*”<sup>239</sup> No ano anterior, afirmou-se que a capital era “*uma povoação situada em uma bella planicie bem arejada e salubre, com boas agoas potaveis*”<sup>240</sup> e que seu desenvolvimento comercial logo se concretizaria. A princípio, não havia muitos motivos para acreditar em Aracaju, e foram várias as publicações na imprensa que ironizaram a transferência da capital, como esta publicada no *Jornal do Commercio*:

Dizem-me que é engraçado e pittoresco ver-se aquelle improvisado acampamento; é mesmo uma scena patriarchal!... **Os empregados habitão debaixo das arvores; o culto celebra-se no templo da natureza sob as abobadas de um céu anil!** O presidente qual outro S. Luiz dará suas audiencias recostado à sombra de alguma copa da mangueira.<sup>241</sup> (grifo nosso)

Esse acontecimento também gerou repercussão política. Nesse sentido, *O Liberal Pernambucano* teceu críticas à decisão política da mudança e ao local escolhido: “***O Aracajú é um logar epidemico, é uma praia, que estava deserta. Porém ahi mesmo convem que seja a capital, porque o Sr. Barão e mais alguns deputados edificarão alguns casebres e com ele farão seu monopólio [...].***”<sup>242</sup> A impressão do jornal *O Republico* foi ainda mais enfática ao acusar o “maldito presidente”, que teve a audácia de abandonar a velha capital São Cristóvão “[...] so

<sup>238</sup> *Correio Mercantil*, Edição nº 193, 14 de julho de 1856, p. 1.

<sup>239</sup> *Idem*, p. 1.

<sup>240</sup> *Correio Mercantil*, Edição nº 89, 1º de abril de 1855, p. 1.

<sup>241</sup> *Jornal do Comércio*, Edição nº 81, 22 de março de 1855, p. 1.

<sup>242</sup> *O Liberal Pernambucano*, Edição nº 755, 18 de abril de 1855, p. 1.

*para se xarafudar no lamaçal dos mangues do Aracajú!!!...*”<sup>243</sup> Além disso, demonstrou não acreditar que o local escolhido para ser a capital vingasse no futuro próximo: “*Agora o quero do governo fará o milagre de improvisar em tão inhospito dezerto uma cidade?*”<sup>244</sup> Em outra edição desse jornal do Rio de Janeiro, explicou-se por que Aracaju havia recebido a alcunha de “Praia desértica, pestífera e epidêmica”:

E’ o Aracaju **uma praia de á muito reconhecida por insalubre e epidemica, circundada de vastos pantanos, apicuns e xarcos, diserta**, contendo apenas poucas e pequenas casas de pescadores, cobertas de palha, e em um numero tão limitado e tão afastadas umas de outras, que jamais mereceu que se ali chamasse um povoado; essa praia offerecendo montões de areias movediças, **segundo a impetuosidade e direcção dos ventos**, que ali sopram rijos, sendo por isto mesmo bastante desabrigada, á ponto de que até hoje foi sempre julgada incapaz de prestar seguro ancoradouro ás embarcações, é assaz tortuosa, interceptada por mangues, e formando tão reintrantes sacos, que nem permitem á vista alcançar grande extensão, que ao menos por isso possa tornar-se aprazivel; **é absolutamente falta de agua potavel e de rios correntes, apenas contendo alguns pequenos buracos ou casimbas de tão desagradavel gosto e adstringencia**, que so por necessidade á ellas recorrem os seus habitantes para o gasto [...]; á vista do que, se á um doente fôr ali prescripto o uzo de banhos frios de rios correntes, terá elle de procurar com grave incommodo seu em qualquer outro ponto da provincia o que, por desgraça, somente falta á praia do Aracaju.<sup>245</sup> (grifos nossos)

E o correspondente prosseguiu criticando as impressões do periódico conterrâneo *Correio Mercantil*, que, em sua opinião, mascarava a insalubridade do “nojento Aracaju”. Por outro lado, as boas expectativas em relação à nova capital também tiveram seu espaço nas páginas dos periódicos: “*Muito se falla da nossa capital, muita gente pretende desacredita-la, porém a pezar de tudo isto, floresce bella e risonha como a flôr no jardim. Tudo nella é vida e animação.*”<sup>246</sup> Em janeiro de 1855, antes mesmo da transferência da capital, já se anunciava a procura por terrenos naquele “pequeno arraial de pescadores”: “*Ha muita fé no futuro da localidade, e isto fez augmentar o valor dos terrenos, de modo que vende-se e afóra-se por alto preço cada braça.*”<sup>247</sup> Em geral, durante os primeiros anos, acreditava-se que a nova capital ainda não alcançara a estrutura ideal digna de uma sede provincial, mas que já possuía notáveis progressos em seu desenvolvimento, o que aos poucos a colocaria na marcha da civilização.

No entanto, a sensação de que ali nada faltava e de aspecto agradável da cidade era constantemente abalada pelas moléstias que acometiam os seus moradores, principalmente

<sup>243</sup> *O Republico*, Edição nº 138, 24 de março de 1855, p. 3.

<sup>244</sup> *O Republico*, Edição nº 161, 14 de julho de 1855, p. 1.

<sup>245</sup> *O Republico*, Edição nº 157, 02 de julho de 1855, p. 3.

<sup>246</sup> *Jornal do Comércio*, Edição nº 284, 13 de outubro de 1856, p. 1.

<sup>247</sup> *Correio Mercantil*, Edição nº 17, 18 de janeiro de 1855, p. 2.



depois da chegada da epidemia de cólera em 1855. É sabido que naquele período as grandes famílias da província e até os funcionários públicos estariam postergando a transferência para Aracaju em face da sua “atmosfera viciada” e da falta de habitações. Para ilustrar isso que estava acontecendo, invocamos o relato de um correspondente do *Correio* que precisou viajar para São Cristóvão a fim de “**procurar restabelecer-nos das sezões do Aracajú, que por fim batêrão-nos á porta**”.<sup>248</sup> O artigo foi encerrado evidenciando o terror espalhado pela doença: “**Basta, que nos chegou a lembrança da bicha, e ficou-nos a penna paralytica.**”<sup>249</sup> O termo “bicha” foi utilizado para se referir à cólera. A mesma situação de dificuldade causada por essa doença foi relatada pelo *Correio Paulistano*, que deu ênfase aos já citados investidores da capital: “*Aracajú estava despovoado e os influentes que concorrerão para a mudança da capital, vendo que não podião tirar interesse da mudança, retirarão-se e estavão só os empregados da tesouraria e pequena força de permanentes.*”<sup>250</sup>

Período difícil na vida dessa robusta menina, que logo se tornou órfã do seu criador. O presidente da província, Dr. Inácio Joaquim Barbosa, que adorava percorrer as ruas da sua Aracaju, foi mais uma vítima das epidemias que infelizmente ameaçavam as possibilidades de um porvir brilhante da nova capital. Além dele, diversos funcionários públicos também procuraram “fugir” das enfermidades de Aracaju, buscando refúgio para tratarem da saúde em São Cristóvão, Maruim, Estância ou na Barra dos Coqueiros. Em uma correspondência enviada ao *Diário Pernambucano*, o remetente “Cotinguibeiro” queixava-se ao redator do jornal de ser mais uma vítima dos *sezões* daquela localidade: “[...] *derrotaram-me com engorgitamento do baço, do fígado. etc. Estive muito perto da sepultura – esse abysmo que separa dous mundos – real e dos enganos.*”<sup>251</sup> O correspondente criticou ainda a inexistência de médicos homeopatas em Sergipe,<sup>252</sup> o que o obrigou a recorrer a um tratamento alopata para obter a cura. A respeito de Inácio Barbosa, o “Cotinguibeiro” afirmou: “*Veio para o Aracajú morar em cabanas humidas, administrar obras, etc., donde recebeu a moléstia que motivou a sua morte. [...] Foi-se para a Estancia, onde está com vida ou na sepultura.*”<sup>253</sup>

Nesse contexto, o nome da doença que havia acometido o presidente recebeu várias denominações, como “terrível mal do Aracaju”, “terríveis intermitentes” e “infernial epidemia”.

<sup>248</sup> *Correio Mercantil*, Edição nº 324, 24 de novembro de 1855, p. 2.

<sup>249</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>250</sup> *Correio Paulistano*, Edição nº 353, 08 de janeiro de 1856, p. 3.

<sup>251</sup> *Diário de Pernambuco*, Edição nº 232, 08 de outubro de 1855, p. 2.

<sup>252</sup> Em meados do século XIX, o médico sergipano Dr. Sabino Olegário Ludgero de Pinho foi o primeiro propagador da homeopatia em Pernambuco e nas demais províncias do Norte. Estabeleceu residência em Recife, onde abriu um consultório e tornou-se deputado provincial daquela província. (GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico*, p. 470).

<sup>253</sup> *Ibidem*.

Em 4 de agosto de 1855, Inácio Barbosa retirou-se de Aracaju, o local que tanto acreditava, e foi para Estância porque, de acordo com os médicos, ele precisava “mudar de ares” caso quisesse se curar. Além disso, também foi aconselhado a se confessar e receber os últimos sacramentos em função do estado adiantado da doença. Alguns detalhes do tratamento feito pelo presidente da província foram revelados na publicação por alguém que defendia claramente a homeopatia:

Sentio-se com sezões, **usou o quinino sem proveito, mostrou-lhe um medico uma receita composta de arsenicum**, consultou-o se queria experimenta-la, elle deliberou-se; e depois muitos descobrem todos os symptomas de envenenamento. [...] O medico tem feito algumas publicações a respeito do uso do arsenicum para se livrar das calumnias. Coitado do Dr. Barbosa! foi martyr de sua idéa!<sup>254</sup> (grifo nosso)

Circulou no Rio de Janeiro, província onde nasceu Inácio Barbosa, a notícia de que a dose de arsênico prescrita pelo médico assistente Guilherme Pereira Rabelo e tomada por aquele para tentar amenizar os efeitos provocados pela doença contribuiu significativamente para a piora do seu quadro de saúde. E assim, em 9 de outubro de 1855, dia seguinte à publicação dessa notícia no jornal pernambucano, o jovem presidente, que estava perto dos 34 anos, não resistiu e veio a óbito, vítima da malária. Dando conta da pujança de Aracaju, no mês de julho daquele mesmo ano, divulgou-se a seguinte nota no *Diário Pernambucano*: “**O Aracaju vai caminhando a passos de gigante; e para alli corre para especular, o pedreiro, o vendelhão, o farinheiro, o padeiro, o carnicheiro, etc.**”<sup>255</sup>

O núcleo inicial de desenvolvimento de Aracaju foi o Quadrado de Pirro<sup>256</sup>, área mais valorizada da nova cidade, que, durante os primeiros anos, foi o local da construção de novos imóveis particulares e públicos. Nesse propósito, destacaram-se alguns “capitalistas” que foram os responsáveis pelo aforamento dos terrenos, como o Barão de Maruim, Antônio da Silva Daltro, Guilherme Pereira Rabelo e os negociantes estrangeiros José Teixeira da Cunha e José Narboni. No entender de Fernando Porto, essa primeira fase da evolução de Aracaju poderia ser chamada de “período da conquista”, pois foi “caracterizado pelos movimentos iniciais de expansão de favorecidos e estimulados, como não podia deixar de ser, pela ação do governo

---

<sup>254</sup> Ibidem.

<sup>255</sup> *Diário de Pernambuco*, Edição nº 155, 07 de julho de 1855, p. 2.

<sup>256</sup> Inspirado em um tabuleiro de xadrez e com traços extremamente simétricos, assim ficou conhecido o projeto urbanístico de Aracaju desenvolvido pelo capitão de engenheiros Sebastião Basílio Pirro, que estava em Sergipe desde 1848. Durante a elaboração da primeira planta de Aracaju, Pirro foi auxiliado pelo engenheiro Francisco Pereira da Silva. O carioca Pirro permaneceu em Sergipe até 1860, quando seguiu para o Amazonas.

provincial.”<sup>257</sup> Aracaju já nasceu sob os auspícios de progresso, e o comércio foi a primeira atividade econômica que impulsionou a ocupação dessa região da cidade. Esse novo núcleo urbano, escolhido em função do porto, precisava tornar-se um ponto comercial e, talvez, uma nova praça – algo que a diferenciava das outras vilas e cidades sergipanas em que a agricultura era primordial para a existência delas. A respeito de todo esse investimento, um residente preferiu com ansiedade: “*O porto de Aracajú será dentro em pouco um dos mais procurados do Imperio*”.<sup>258</sup> De fato, para uma cidade com poucas diversões, à exceção dos bailes que aconteciam esporadicamente, causava um verdadeiro *frisson* nos observadores a entrada na barra da Cotinguiba dos vapores luxuosos da Companhia Baiana de navegação, que, pela dimensão, não conseguiam entrar nas outras barras da província. A geografia estava do lado de Aracaju por causa da proximidade com a zona mais rica da província, e era comum o vaivém de embarcações nacionais e estrangeiras que carregavam passageiros e o açúcar. Por conta disso, os trapiches passaram a se tornar um elemento comum na paisagem dessa zona portuária.

Ainda na época da cólera, assim foi descrita a capital sergipana no início de 1856 pelo correspondente do *Correio Mercantil*:

**Aqui estou no degredo do Aracajú, que está despovoado**, e os influentes que concorrerão para a mudança da capital, vendo que não podião tirar interesse da mudança, retirarão-se, e está só o barão com os empregados da thesouraria geral e provincial, e pequena força de linha e permanentes. Attenda que isto que acabo de dizer é a verdade pura: uma só casa não se tem feito, e nem se fará, **de fôrma que ainda moramos em pequenas charnecas de telha ou palha, expostas a sezões malignas, e demais ao terrível flagello, sem recursos, nem de comida nem de botica**; porquanto, contratando o barão um boticario para vir morar no Aracajú, assentou este senhor que os remedios que deveria trazer para esta capital erão só remedios para cholera, e isto para 40 ou 50 pessoas! **Até hoje, neste logar ermo, contamos mais de cem mortos.**<sup>259</sup> (grifos nossos)

Segundo o relato, os moradores da capital sofriam com a incipiente infraestrutura da cidade, com as doenças chamadas de “sezões” ou “febres intermitentes”, causadas pela proximidade com os rios São Francisco e Vaza-Barris, e pela falta de assistência médica. Os contemporâneos acreditavam que a movimentação constante do terreno por causa de obras que estavam acontecendo nos primeiros meses de vida da cidade seria um dos responsáveis pela exalação dos miasmas nocivos à saúde. No trecho, também foi citada a atuação dos boticários

<sup>257</sup> PORTO, Fernando. *A cidade do Aracaju (1855-1865)* – Ensaio de Evolução Urbana. Aracaju: Livraria Regina, 1945, p. 14.

<sup>258</sup> *Jornal do Comércio*, Edição nº 160, 10 de junho de 1855, p. 1.

<sup>259</sup> *Correio Mercantil*, Edição nº 1, 1º de janeiro de 1856, p. 1.

que já exerciam a arte de curar na pantanosa Aracaju desde 1855. Essa característica alagadiça não era apenas encontrada na capital de Sergipe, mas em outras cidades como Maceió, capital da Província de Alagoas desde 1839.<sup>260</sup>

No mês de agosto daquele ano, foi firmado o contrato entre Marcelino José Jorge, farmacêutico diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1845, e o governo para o fornecimento de medicamentos às tropas da cidade, o que deixou o resto da população desamparada. Marcelino Jorge transferiu-se para Aracaju, porém, de acordo com as informações divulgadas pelo *O Republico*, questões de saúde motivaram a suspensão do contrato: “[...] *ha mais de 2 mezes que o infeliz boticario aqui se acha quasi a espirar, e a botica feixada, porque primeiro que tudo estava a salvar sua vida!*”<sup>261</sup> Depois desse acontecimento, atuou na cidade ainda o farmacêutico Cândido do Prado Pinto, que celebrou contrato com o governo em maio de 1856 para estabelecer uma botica e fornecer medicamentos vindos da Bahia aos soldados recolhidos nas enfermarias militares, que constantemente também sofriam com as febres intermitentes.<sup>262</sup> Também não escaparam ilesos da cólera os funcionários da tipografia do já referenciado jornal *Correio Sergipense*, principal periódico em circulação na província. Ao dar explicações aos seus leitores, foi informado que a falta de publicações se deu em razão disso: “*Dos seis compositores da officina, cinco permanecem doentes; um apenas restando vai, só, fazendo o que pode.*”<sup>263</sup>

Não eram somente os diplomados que detinham os poderes da cura em Aracaju. Canuto Severino de Araújo ficou conhecido por usar os seus conhecimentos para atender a classe pobre da cidade. Canuto, médico, dentista e parteiro, foi o padrinho de inúmeras crianças livres e escravizadas, as quais ajudou a trazer ao mundo. Homem de vida modesta, ele “aprendera na prática diuturna a arte de curar sem nunca ter manuseado os livros que levam ao doutorado, os que logram ir às faculdades de ensino superior, tão inacessíveis aos que não contam com os mimos da fortuna.”<sup>264</sup> Isso nos mostra que, “no Brasil Oitocentista, qualquer terapeuta era autorizado a curar, desde que obtivesse uma licença concedida após aprovação em exames ou apresentação de testemunhos de que a sua atuação era necessária e benéfica em determinada

---

<sup>260</sup> Ver: FIGUEIRA JÚNIOR, Oseas Batista. *A ordem médica sobre o alagadiço: higienismo, epidemias na Alagoas oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Maceió, 2018.

<sup>261</sup> *O Republico*, Edição nº 193, 17 de novembro de 1855, p. 1.

<sup>262</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 26, 07 de maio de 1856, p. 1.

<sup>263</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 26, 12 de julho de 1856, p. 3.

<sup>264</sup> DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. Vol. II, p. 77.

região.”<sup>265</sup> Do consórcio com Maria Victoria da Conceição, ele teve Argemira, batizada em 21 de abril de 1867, e Idelfonso Toletano de Araújo, nascido em 15 de fevereiro de 1870 e que na mocidade se destacou nas letras. Durante a epidemia de varíola de 1888-89, o “*humanitario enfermeiro*” morava na Praça do Rio Real e foi escolhido pelo Dr. Daniel Campos para auxiliá-lo no tratamento dos variolosos de Aracaju.<sup>266</sup> Naquele mesmo ano, Canuto Severino trabalhou no socorro aos pobres atacados pelo mal na Vila de Simão Dias. Já no alvorecer da República, o velho Canuto foi descrito como “*enfermeiro e desinfector*” de um hospital montado para isolar doentes de varíola e peste bubônica.<sup>267</sup>

Acredita-se que, na época da transferência da capital e antes de ter sido construído o primeiro cemitério, os enterramentos daqueles que residiam em Aracaju eram feitos na Igreja Matriz da Vila do Socorro ou na capelinha de Santo Antônio, localizada na povoação de mesmo nome. “Provavelmente a capelinha aí erigida foi o elemento formador deste arraial.”<sup>268</sup> Um documento quase ilegível daquela época expôs que os enterramentos da capital eram realizados nas “*Capelas Filiaes*”, o que muito provavelmente acontecia antes da inauguração do seu primeiro cemitério.<sup>269</sup> Em 1º de dezembro de 1855, comunicou-se ao Vigário Geral que a capela de Santo Antônio já não tinha espaço para novos enterramentos, e, por esse motivo, o governo deveria ordenar a criação de um cemitério que pudesse atender a capital e seu termo. A priori, a proposta era de que se fizesse “*uma pequena capellinha cobrindo uma Cruz e uma cercadura com portão, a qual ficará em 15 dias prompta.*”<sup>270</sup>

Em ofício feito no dia seguinte, o vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro, Elizário Vieira Muniz Telles, relatou ao primo do seu pai, o Barão de Maruim, a dificuldade que havia em se contabilizar a quantidade de mortos pela doença, além de expor a situação dos enterramentos, assunto que, como se sabe, esteve na esteira das discussões em várias regiões do Império principalmente a partir da segunda metade do século XIX:

[...] visto q. **p<sup>a</sup> falta de carregadores têm esses corpos deixado de virem ao Semiterio bento desta Villa**, como mais longe do arraial de suas moradas; e p<sup>f</sup>. isso q. em cada Canto dos limites desta Freguesia, consta-me com certeza haverem-se sepultam<sup>tos</sup>. desses infelises Cadaveres; **bem como no Semiterio**

<sup>265</sup> PIMENTA, T. S.; GOMES, F.; KODAMA, K. Das enfermidades cativas: para uma história da saúde e das doenças. In: TEIXEIRA, L. A.; PIMENTA, T. S.; HOCHMAN, G. (Orgs.). *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 87-88.

<sup>266</sup> *A Reforma*, Edição nº 149, 28 de setembro de 1889, p. 3.

<sup>267</sup> *Relatórios dos presidentes dos Estados Brasileiros*, Edição nº 01, 1907, p. 15.

<sup>268</sup> PORTO, Fernando. *A cidade do Aracaju (1855-1865)*... op. cit., p. 18.

<sup>269</sup> APES, Fundo Clero, AG4, Vol. 13, *Doc. 31*, p. 3.

<sup>270</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 56, 1º de dezembro de 1855, p. 2.

**do Aracaju**, ou m<sup>mo</sup>. dessa nova Capital q'. não posso saber quantos ali jazem [...] <sup>271</sup>. (grifos nossos)

Os impactos dessa epidemia de cólera desembocaram na construção do primeiro cemitério de Aracaju, conhecido como “Alto da Santa Cruz”. Retomando o exemplo citado no capítulo anterior, podemos nos perguntar: os corpos de Thomaz e Cyprianna, vítimas da cólera, poderiam ter sido sepultados em Aracaju? Não se sabe ao certo, mas provavelmente não, uma vez que o casal faleceu em 9 de outubro de 1855 e, ao que tudo indica, mesmo sem condições, o local demarcado para ser o cemitério teria começado a receber os primeiros cadáveres de coléricos a partir do final desse mês. Tal informação se confirma através de um ofício de 30 de outubro de 1855, enviado pelo Barão de Maruim ao Vigário Geral:

Constando-nos haver VEx<sup>a</sup>. mandado escolher hum lugar nas imediações d'esta Capital, que fosse mais proprio, para se fazer hum Simiterio, e **constando-nos mais, que já para esse lugar indigitado fora mandado sepultar o Cadaver de hum individuo**, que sucumbia pela força do terrível mal que ora nos opprime, não estando ainda o dito lugar preparado como devera para n'elle se sepultarem os corpos d'aquelles que tendo nascido, e creados com o leite da Nossa Santa Religião o adquirirão por isto o direito de serem enterrados em lugar Sagrado [...]. <sup>272</sup> (grifo nosso)

O mesmo vigário respondeu que, apesar da realização desse sepultamento, aquele local precisaria receber uma cruz para depois ser benzido. Era preciso conciliar os preceitos da higiene com a religião. Além do mais, o ofício de 31 de outubro de 1855 revelou que o terreno para o cemitério foi escolhido pelo capitão dos portos, José Moreira Guerra, figura importante no contexto da transferência da capital e no desenvolvimento desta durante os primeiros anos. <sup>273</sup> No mês seguinte, o Barão enviou outro ofício ao Vigário Ignacio Antônio da Costa Lobo, desta vez para solicitar a bênção do novo cemitério de Aracaju pelo Cônego José Alberto de Santa Anna. Observou-se que, diante da urgência que a quadra epidêmica engendrava, o Estado precisava intervir para apressar tais providências religiosas:

Havendo já officiado ao Rr.<sup>mo</sup> Conego José Alberto de S. Anna, convidando-o, para que se prestasse á fazer a benção do novo Cimiterio, mandado construir n'esta Capital por V. Ex<sup>a</sup>, para n'elle se enterrarem os Cadaveres, dos que perecerem do mal, que ora nos cerca, assim commonico á VEx<sup>a</sup> para que logo que coberto fôr o lugar, onde se dverá collocar a Crus no meio do Cimiterio,

<sup>271</sup> *Ofício do Vigário Elizario Vieira Muniz Telles, ao Barão de Maroim*. Nossa Senhora do Socorro, 2 de dezembro de 1855. APES, Fundo Clero AG4, Vol. 10.

<sup>272</sup> *Ofício do Barão de Maroim, ao Vigário Geral*. Aracaju, 30 de outubro de 1855. APES, Fundo AG4, Vol. 10.

<sup>273</sup> APES, Fundo Clero, AG4 Vol. 10, *Doc. 69*, 31 de outubro de 1855, p. 1.

**mande VEx<sup>a</sup> encarregado da obra avisar ao referido Conego José Alberto, para ir ao lugar e fazer a bênção**, embora não esteja ainda de todo cercado, visto a urgencia que ha de sepultar-se aos que perecerem do referido mal.<sup>274</sup> (grifo nosso)

Enquanto a obra não ficava pronta, pessoas morriam de cólera e não se sabia onde sepultar esses corpos. Assim aconteceu com um marinheiro falecido num barco que estava no ancoradouro de Aracaju:

*[...] de noite lançado-no em terra; e de manhã era preciso sepultar-se, mas onde o lugar sagrado para esse fim? Deveria ficar o cadáver de um catholico, de um filho da Lei de Cristo insepulto em putrefação exposto á voracidade dos cães e infeccionando o ar em prejuizo da saude publica? Mandou-se enterrar no lugar já demarcado embora ainda não bento.*<sup>275</sup>

Para realizar mais prontamente as inumações da gente do mar, e por causa da dificuldade em se transferir esses corpos para a terra, o capitão do porto sugeriu que se realizassem os sepultamentos no cemitério da “coroa da quarentena”. Os ingredientes e drogas necessários para promover a desinfecção dos navios que entravam em Aracaju eram enviados de Salvador.

A construção do cemitério de Aracaju foi contratada junto ao alferes Francisco José Alves, que pela obra receberia o valor de quatrocentos mil réis (400\$000).<sup>276</sup> Esse mesmo cidadão foi encarregado de coordenar os trabalhos de outras obras importantes para a cidade: o da Mesa de Rendas da capital, da enfermaria militar, da iluminação pública, da segunda fonte de água potável, cuja bomba foi encomendada no Rio de Janeiro em 1856, e do aterramento dos pântanos da cidade. A previsão era de que o cemitério da capital estivesse pronto para ser inaugurado no dia 2 de janeiro de 1856, durante a gestão do Dr. Salvador Correia de Sá e Benevides. Em circular de 19 de maio destinada às Câmaras Municipais da Província, o presidente pediu: “*Conto com a bôa vontade, civismo, e dedicação de vv. mm. e espero ver brevemente cada Municipalidade estabellecido um Cemiterio decente, que preencha o duplice fim de satisfazer os preceitos da nossa Religião, e exigencias da salubridade publica.*”<sup>277</sup> A estatística mortuária a seguir, publicada no *Correio Sergipense*, indica a quantidade de corpos (108) que foram sepultados no cemitério de Aracaju até o início do mês de dezembro de 1855:

<sup>274</sup> *Ofício do Barão de Maroim, ao Vigário Geral*. Aracaju, 3 de novembro de 1855. APES, Fundo Clero AG4, Vol. 10.

<sup>275</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 56, 1º de dezembro de 1855, p. 2.

<sup>276</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 55, 24 de novembro de 1855, p. 3.

<sup>277</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da undécima legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe...* op. cit., Anexo nº 07, p. 2.

**Figura 3:** Estatística mortuária do cemitério de Aracaju até o início do mês de dezembro de 1855



Fonte: *Correio Sergipense*, Edição nº 58, 12 de dezembro de 1855, p. 4.

De acordo com o médico e pesquisador Antônio Samarone, também existia “o cemitério dos ingleses”, destinado à inumação dos ricos e bem-nascidos. Porém, não encontramos registros desse cemitério na documentação até aqui analisada. As fontes sugerem que, no final de 1855, a epidemia já estava controlada em Aracaju, que não sofreu tanto em relação a outras localidades sergipanas. Porém, alguns casos da doença ainda estavam sendo notificados no início de 1856 em Santo Antônio do Aracaju, povoado localizado a uma certa distância da capital. Depois, foi construída uma estrada para ligar esses dois pontos. Enfermos indigentes necessitavam de tratamento, e, para isso, o governo nomeou o acadêmico Manoel Antônio Marques Faria para auxiliar o único médico que estava atuando na capital, o Dr. José Antônio de Freitas Júnior, no trabalho de distribuição de ambulâncias para o Povoado de Santo Antônio e outros pontos da província.<sup>278</sup>

No relatório provincial, constava que, no ano de 1857, Aracaju possuía “*dous cercados de madeira [...] por ocasião do cholera em 1855.*”<sup>279</sup> Um requerimento feito por Barnabé José do Couto em 28 de janeiro questionava o governo provincial se deveria ser feito o pagamento dos enterros dos coléricos que “[...] *forão sepultados quase sem descencia alguma*”<sup>280</sup>, já que os párocos estavam realizando a cobrança desses emolumentos. Vale ressaltar também que, em abril daquele mesmo ano, houve a transferência da sede da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro para Aracaju. O único templo existente até então, e que servia de Igreja Matriz, era a Capela de São Salvador, inaugurada em 23 de outubro de 1857. Em resposta ao requerente, Ignacio Antonio da Costa Lobo, Vigário Geral, afirmou que “[...] *o direito espiritual das*

<sup>278</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 04, 19 de janeiro de 1856.

<sup>279</sup> BROTERO, João Dabney. *Relatorio com que foi aberta 1ª sessão da duodecima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., Anexo G, p. 2.

<sup>280</sup> APES, Fundo Clero, AG4, Vol. 13, Doc. 89.



*exequias, ou encomendações da alma d'aquela que morre, é incontestavel, e exclusivamente Parochial*". Sendo assim, concordou que as encomendações dos fregueses deveriam ser pagas aos párocos:

[...] por que o Pastor é quem guia o seu rebanho nas sendas tortuosas da vida, não podendo por isto abandonal-o, **são os Parochos obrigados á administrar-lhes os sacramentos, como pois desamparal-os depois de mortos, quando á elles compete o encômendal-os?**.. E, como só o Parocho é devido o direito de encômendar aos seus Fregueses, como fica demonstrado, só a elles tambem é devido o direito de se lhes pagar as referidas encomendações. (grifo nosso)

Percebeu-se que a autoridade eclesiástica estava tentando reforçar, perante o governo e a sociedade, a importância do papel que a Igreja Católica tinha sobre as questões espirituais do seu rebanho. E também se mostrou preocupado em garantir que os pagamentos das encomendações continuassem sendo feitos aos padres.

O medo que a doença provocara fez com que outras medidas sanitárias fossem propostas pelo governo de Salvador Benevides ainda no final de 1855, como a transferência do matadouro do centro da cidade em virtude da propagação da cólera, pois, para os administradores, o matadouro se achava “[...] *pessimamente collocado (a léste), sendo os miasmas e exhalações mephiticos que se desenvolvem nesses logares trazidos sobre a cidade pelos ventos actualmente reinantes, que são os do quadrante norte*”.<sup>281</sup> Assim como os cemitérios e as prisões, o matadouro era um dos elementos de insalubridade e malefício à higiene pública, e, neste caso, deveria ser expulso para os arredores da cidade. Porém, o primeiro projeto de uma cadeia para a capital, planejado pelo engenheiro Sebastião Pirro, indicava que o edifício deveria ser construído à beira-mar. Mesmo com opiniões contrárias, o projeto inicial se manteve de acordo com a fala do presidente: “*alguem impugnou a construcção junto ao mar por dever affectar a salubridade do edificio; mas pondera-se rasoavelmente que no Aracajú está demonstrado que são mais sadias as habitações proximas ao rio.*”<sup>282</sup>

Como se vê, a preocupação com a salubridade pública de Aracaju foi prematura porque, ao mesmo tempo que se construía a nova capital, lutava-se contra a cólera e outras doenças. No ano seguinte à Resolução de 17 de março de 1855, instituiu-se uma comissão composta pelos médicos Dr. Raymundo Valois Galvão e Dr. Guilherme Pereira Rabello, com o objetivo de

<sup>281</sup> *Correio Mercantil*, Edição nº 340, 11 de dezembro de 1855, p. 1.

<sup>282</sup> BROTERO, João Dabney. *Relatorio com que foi aberta 1ª sessão da duodecima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe*, op. cit., p. 39.

conhecer melhor as condições higiênicas de Aracaju, tratando especificamente da atmosfera e da qualidade do solo. Sendo assim, os facultativos deveriam emitir um parecer:

[...] sobre a salubridade ou insalubridade do local em que está edificada a Cidade, e quaes as causas (se as houverem) que fação receiar de presente ou de futuro o desenvolvimento de epidemias de character mais ou menos funesto, e n'esse caso quaes os meios de prevenir esses males. Outro-sim procedera a Commissão a um rigoroso e minucioso exame sobre a qualidade de agua potavel de que fazem geral uso os habitantes d'esta Capital, e de que existe em alguns lugares um pouco mais distantes não sendo por isso muito procurada pelos habitantes. Finalmente examinará a Commissão qual o lugar mais apropriado para se estabelecer o matadouro n'esta Capital.<sup>283</sup>

Àquela época, obras importantes como a instalação de lampiões para a iluminação das ruas, o aterramento dos pântanos e o serviço de esgoto, a construção da Capela de São Salvador e do Palacete do Governo estavam acontecendo na cidade. Assim como em outros municípios, Aracaju também teve um código de posturas, instituído pela Resolução nº 458 de 03 de setembro de 1856<sup>284</sup>. Esse instrumento normativo visava regular a vida cotidiana da população através das regras de convivência em sociedade propostas pelos legisladores. Segundo Gilberto Freyre, no século XIX a rua passou a ganhar mais importância e ser um espaço onde novas relações sociais eram tecidas, e, portanto, as posturas municipais vieram para defendê-la:

[...] dos abusos da casa-grande que sob a forma de sobrado se instalara nas cidades com os mesmos modos derramados, quase com as mesmas arrogâncias, da casa de engenho ou de fazenda: fazendo da calçada, picadeiro de lenha, atirando para o meio da rua o bicho morto, o resto de comida, a água servida, às vezes até a sujeira do penico.<sup>285</sup>

Assim, no contexto de edificação da cidade, as posturas comunicavam aos seus moradores as medidas que deveriam ser tomadas, como o padrão de construção e o asseio das habitações, por exemplo. Se fossem seguidas, contribuiriam para melhorar a estética e a condição higiênica da capital. Esse era o anseio da elite, que desejava controlar a população, através das restrições à liberdade, e o espaço urbano. Porém, no ano seguinte, reclamava-se na imprensa da não aplicabilidade das posturas municipais:

Não póde esta presidência deixar de extranhar tão grande indiferentismo por parte dessa corporação que devendo auxiliar efficazmente á presidencia no seu

<sup>283</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 25, 03 de maio de 1856, p. 1.

<sup>284</sup> Em documentação datada de 13 de dezembro de 1855, citou-se a arrecadação feita em razão das “*multas por infrações de posturas*”. APES, *Fundo Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup> Vol. 43.

<sup>285</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, op. cit., p. 33.

empenho de promover a regularidade da edificação nesta nova cidade, seu aformoseamento e aceio, pelo contrario deixa-a só, isolada e obrigada a ver por si mesmo aquillo que he da competencia da camara para desde já fazer effectivas as disposições dos artigos 1, 2, 6, 7 e 13 das referidas posturas.<sup>286</sup>

No mês de junho, em correspondência ao Rio de Janeiro, um sergipano escreveu sobre Aracaju: “*A nova capital, que cada dia cresce, não póde já fazer receiar a falta de comodidades e outros misteres da vida; a salubridade do Aracajú, removidas como se achão as causas de infecção, já não póde infundir terror; Cada dia vão residir no Aracajú familias que outr’ora por ali nem passarião.*”<sup>287</sup> Apesar da seca e da quadra epidêmica que assolaram algumas partes da província em 1857, Aracaju contava com um abastecimento regular de gêneros alimentícios, principalmente de carne verde. De maneira geral, “*o seu nascente commercio não esmoreceu; durante o mez passado entrarão da Bahia carregamentos de fazendas e mercadorias que excederão as proporções ordinarias.*”<sup>288</sup> Porém, dois anos depois, os gêneros básicos para consumo estavam “*carissimos e escassos*”.<sup>289</sup> Supôs-se que a calamidade instalada era fruto da falta de braços provocada pela alta mortalidade da cólera. Sobre a situação dos enterramentos, em 5 de novembro de 1857, o vigário da Freguesia informou ao governo, através de ofício, que a Vila do Socorro e a capital possuíam “[...] *duas malhadas cercadas a que dão o nome de Cemiterios, onde descansão os restos humanos.*”<sup>290</sup> A comparação feita dos cemitérios com malhadas, uma espécie de curral para bois, indicava que, estruturalmente, ambas as localidades não estariam enterrando os seus mortos com a devida decência.

Nesse ínterim, aconteceu a transferência dos restos mortais do ex-presidente da província Inácio Joaquim Barbosa da Igreja Matriz da cidade de Estância para Aracaju. O projeto foi proposto e debatido na Assembleia Provincial em 8 de agosto de 1856. A princípio, nem todos foram favoráveis a essa ideia de trasladação. Transferir e construir um mausoléu em Aracaju seria uma forma de homenagear o ilustre presidente, que no discurso de apresentação do projeto teve sua morte relacionada a um “*acatamento profundo aos Decretos inescrutaveis da Divina Providencia.*”<sup>291</sup> Na ocasião, o Deputado Antônio Nobre de Almeida e Castro assim clamou aos demais: “*Ergamos um Mausoleo modesto, já que o não podemos grandioso, as cinzas, e memoria d’aquelle, que foi Benfeitor, amigo, e pai de Sergipe! Em torno a esse Tumulo*

<sup>286</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 24, 13 de maio de 1857, p. 3.

<sup>287</sup> *Jornal do Comércio*, Edição 00153, 05 de junho de 1857, p. 2.

<sup>288</sup> *Jornal do Comércio*, Edição 00324, 25 de novembro de 1857, p. 1.

<sup>289</sup> GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da duodecima legislatura*. Bahia: Typographia de Carlos Poggetti, 1859, p. 24.

<sup>290</sup> APES, *Fundo Clero*, AG4 Vol. 13, 05 de novembro de 1857.

<sup>291</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 43, 16 de agosto de 1856, p. 2.

*adorado esparjamos flores, e derramemos copioso o pranto da gratidão, e da saudade...*”<sup>292</sup> No final, o modesto mausoléu custou aos cofres provinciais mais de oito contos de réis, sendo dois contos empregados na organização do túmulo e o valor restante gasto com a exumação, a transladação e o funeral.<sup>293</sup>

Porém, não se tratava de qualquer pessoa, e sim do ex-presidente da província. O Vigário Geral Ignacio da Costa Lobo afirmou que *“houvesse de concorrer tudo q. for possível p<sup>a</sup> maior pompa religiosa, do acto funebre q’. se tem de fazer nesta Capital [...].”*<sup>294</sup> Os despojos trasladados do ilustre presidente morto deveriam ser colocados em um túmulo de mármore adquirido em Pernambuco e localizado no cemitério construído exclusivamente para isso nos fundos da Igreja de São Salvador. Um monumento foi erigido em memória do fundador da capital sergipana, e, no início do século XX, os restos mortais do fundador da capital foram transferidos dos fundos da Igreja de São Salvador para um obelisco localizado na atual Praça Inácio Barbosa, em Aracaju. Naquele momento do percurso da sua breve história, falava-se o seguinte sobre a salubridade de Aracaju: *“- Nosso estado sanictario não é tão desfavoravel como a principio; já se vive mais commodamente; e muitos que, sem conhecerem, fugião e maldizão ao Aracajú, hoje o gostão, procurão-o, e desejão nelle estabelecer se. O tempo é o melhor descobridor das verdades.”*<sup>295</sup>

## **2.2 “À casa queimada, todos trazem água”: as olarias e as casas de palha na contramão do progresso**

A parte mais central da cidade ficou conhecida como *Olaria do Aracaju*, nomenclatura usada por causa da atividade realizada naquela região. Afirmou o presidente da Câmara em 1861 que os “primitivos” habitantes do lugar onde viria a ser edificada a capital *“se empregavão na vida do mar indiferentes á cultura da terra, ou tinham como unica industria o trabalho das Olarias, buscando a materia prima no lugar mais proximo a suas officinas, promovendo com isto profundas escavações.”*<sup>296</sup> Assim que nasceu Aracaju em 1855, as primeiras posturas já determinavam a proibição da retirada de barro e escavações nos terrenos que estivessem dentro dos limites da nova planta da cidade. Àqueles que já haviam feito escavações, ordenou-se que

---

<sup>292</sup> Ibidem.

<sup>293</sup> BROTERO, João Dabney. *Relatorio com que foi aberta 1<sup>a</sup> sessão da duodecima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., p. 79.

<sup>294</sup> APES, Fundo Clero, AG4 Vol. 13, *Doc. 152*, 21 de outubro de 1857.

<sup>295</sup> *Jornal do Comércio*, Edição nº 115, 29 de abril de 1858, p. 1.

<sup>296</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup> Vol. 49, 17 de dezembro de 1861.

aterrassem, visto que o terreno da capital “*he baixo e humido*”, e essas valas abertas estavam acumulando a água das chuvas que caíam ao longo do inverno.

Por causa da concessão de aforamentos de terrenos ao longo dos primeiros anos, pessoas importantes e desejosas de progresso passaram a edificar seus imóveis nessa região. E junto com elas veio a necessidade de se fabricarem mais telhas, ainda mais pelo fato de que, após as posturas de 1856, as casas cobertas de palha passaram a ser malvistas. Vê-se que, desde o começo, Aracaju se destacava na produção de telhas e tijolos, que eram em grande parte destinados ao mercado interno. Inclusive, assim como aconteceu na Bahia, um dos artigos versava sobre o costume de soltar foguetes no ar, proibição justificada “*por causa de evitar os incendios de um sem numero de casas de palha.*”<sup>297</sup> Até então, comerciantes, advogados e empregados públicos estavam habitando pequenas casinhas, e repartições funcionando em ranchos com esse aspecto. Apesar disso, as casas de palha continuaram sendo edificadas e fazendo parte da paisagem de Aracaju durante um bom tempo. Por outro lado, a retirada de barro para a produção das telhas e tijolos, bem como os barracões que serviam de fábrica, também estava prejudicando o embelezamento e a salubridade da cidade. Nesse cenário, denunciava-se o posicionamento dos construtores e proprietários das olarias:

[...] não podemos deixar de deplorar o mau gosto com que o mesquinho interesse privado de alguns edificadores, e proprietários de olarias tem nulificado o benefico rezultado das providencias que acima fallamos infringindo da maneira mais flagrante, a postura municipal, mandando tirar todos os dias **carradas de barro para olaria, e obra de taipas, fazendo d’esta arte praticar profundas escavações, que se convertem em outros tantos charcos, focos permanentes de cauzas mórbidas** para os habitadores deste bello local.<sup>298</sup> (grifo nosso)

Um desses, a que a matéria se referiu, certamente era o Barão de Maruim, um dos principais edificadores de Aracaju, que possuía uma olaria de adobes, na qual se produziam objetos à base de barro. O que causava desagrado era o fato de que as escavações para retirada do barro estavam acontecendo na zona mais privilegiada da cidade. Ao mesmo tempo que carros cheios dessa matéria-prima transitavam pelas incipientes ruas do Quadrado de Pirro, cobrava-se uma presença mais efetiva da vigilância por parte do subdelegado. Mas será que essa autoridade estava disposta a arranjar problemas com particulares tão poderosos como o Sr. João Gomes de Mello?

<sup>297</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 45, 09 de outubro de 1857, p. 4.

<sup>298</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 33, 04 de julho de 1855, p. 4.

Em 1857, em ofício dirigido à presidência da província, relatou-se que o fiscal da Câmara Municipal de Aracaju estava descontente e sem condições de realizar o seu trabalho: “[...] *n’ um lugar como este, onde a acção do mesmo Fiscal é mórtá, é nenhuma, porque todos presumem com poder de recalcitrar contra seos actos, e contra as proprias posturas Municipaes, muito e muito precisa o mesmo Fiscal do auxilio e favor da Presidencia.*”<sup>299</sup> Apesar das reclamações dos fiscais do não cumprimento das posturas por parte da população, eles foram acusados de “*incuria e desleixo*” e de permitirem a construção desenfreada das casas de palha “*nos terrenos destinados para ruas da capital*”. Ademais, outra ordem vigente era a de demolição das olarias que estavam localizadas no “*coração da cidade*”, porém os proprietários seguiram as determinações das posturas e apenas destruíram os fornos, mantendo os barracões onde funcionavam as olarias de pé. Os barracões também serviam de depósito para guardar o material que estava sendo utilizado nas obras dos prédios por toda a cidade. Mesmo assim, o governo lamentava

[...] *que ainda se conservão os disformes e toscos barracões, que só a necessidade faz tolerar no meio de uma bella rua, vedando o tranzito publico, e transtornando completamente o alinhamento, e aformoseamento da Cidade. Não é possível por muito tempo conservar esses immundos barracões.*<sup>300</sup>  
(grifo nosso)

E as cobranças pela execução das posturas novamente foram divulgadas pela imprensa: “*As posturas da nossa camara parece que dormem: continuam escandalosamente as escavações no centro da cidade, e as edificações de casebres de palha. Por credito desta nova cidade da camara dispertamos sua atenção.*”<sup>301</sup> Criticava-se também o aquartelamento dos militares da força de linha “*num tósco barracao de palha que sobre ser immundo, he ainda mais indigno de conservar-se o centro d’uma Cidade, sede do Governo.*” A precária estrutura e a falta de asseio faziam com que os soldados adoecessem constantemente.<sup>302</sup> O artigo 9º das posturas aprovadas em 1858 estabelecia o seguinte: “*Fica prohibido fazerem-se casas de palha desde a casa, que se acha edificando José Carlos do Nascimento; até a varzea, e d’ahi para cima até a valla, que corta esta Cidade: as existentes não serão reedificadas, ou concertadas. O infractor soffrerá multa de 10\$ reis.*”<sup>303</sup>

<sup>299</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 45, Documento sem Número, 1857.

<sup>300</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da undécima legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe...* op. cit., p. 13.

<sup>301</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 42, 19 de setembro de 1857, p. 3.

<sup>302</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 25, 12 de maio de 1858, p. 1.

<sup>303</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 42, 14 de agosto de 1858, p. 1.

O problema continuou sendo discutido nos anos seguintes, pois ainda se solicitava à Câmara Municipal que tomasse providências para fazer com que a população abandonasse o nocivo costume de fazer escavações nos quintais e no meio das ruas porque os buracos abertos estavam provocando a estagnação das águas, um mal à saúde pública.<sup>304</sup> O próprio governo provincial considerava que as posturas municipais eram “letra morta” e que os vereadores se aproveitavam do cargo apenas para fins eleitorais. Por conta desse cenário, o chefe de polícia Ângelo Francisco Ramos reclamou em seu relatório que dirigiu vários ofícios ao presidente da Câmara de Aracaju a fim de tratar dos melhoramentos de que a capital precisava, mas “*até hoje não se dignou dar solução á nenhum dos officios que dirigi á Camara.*”<sup>305</sup>

Ainda no ano de 1859, o presidente da Câmara Agostinho Rodrigues Braga ordenou ao fiscal que “*fize-se executar pontualmente e com a maior brevidade*”<sup>306</sup> as determinações contidas nas posturas municipais, que versavam sobre a proibição dessas escavações no interior da cidade. Antes disso, foi registrado um incêndio numa grande palhoça que cobria a olaria de adobes do Barão de Maruim. As chamas se espalharam e acabaram atingindo casas próximas à olaria, que também possuíam cobertura de palha. A existência desse tipo de casas no centro era um outro problema que colocava a capital na direção oposta ao progresso:

Temos por mais de uma vez chamado a atenção da nossa camara municipal para **proibir a construção de casas de palha dentro da área da cidade**; nossos clamores tem sido em vão, e ellas ahi estão se reproduzindo em quantidade, e o que mais é fora da direcção das ruas projetadas na planta, **de maneira que uma cidade nova que poderia ser talvez a mais linda e regular do Brasil, vai-se tornando defeituosissima.**<sup>307</sup> (grifos nossos)

Ainda estava em vigor a proibição de soltar foguetes de qualquer tipo e em qualquer ponto da capital, justamente para evitar acidentes desse tipo. Outro incêndio envolvendo uma casa de palha aconteceu em 28 de dezembro de 1859, desta vez na Rua do Fiado. Mesmo essa rua sendo afastada do centro, novamente foi emitido um alerta sobre o perigo dessas construções: “*Temos por mais de uma ves fallado contra a condemnavel permissão de se faserem casas de palha dentro do recincho da cidade, e mesmo fora do quadro não se deveria permittir que ellas fossem construidas em contiguidade senão com o intervallo de uma ou duas braças.*”<sup>308</sup> O olhar lançado à cidade pelo presidente da província, Dr. Manuel da Cunha Galvão,

<sup>304</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 38, 21 de julho de 1858, p. 3.

<sup>305</sup> GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da duodecima legislatura...*, op. cit., p. 55.

<sup>306</sup> APES, *Coleção Câmara Municipal, CM<sup>1</sup>*, Vol. 47, 21 de março de 1859.

<sup>307</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 17, 23 de março de 1859, p. 4.

<sup>308</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 89, 30 de dezembro de 1859, p. 4.

fez com que ele classificasse a população que vivia nos arredores, principalmente de mulheres, como preguiçosa e indolente.

E assim o presidente comparou o que viu em Aracaju com o ambiente da cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro: “*Vejo em cada uma dessas cazas grande numero de mulheres sem a menor occupação, e absorto em presença de ta expetaculo commigo mesmo comparo a vida inerte que si passa nos contornos dessa Cidade com a vida laboriosa e activa que si observa nos da Cidade de Petropolis.*”<sup>309</sup> Na sequência, afirmou: “[...] *vemos cazas de palha contiguas umas a outras sem commodos alguns, quaes outras cabanas de pobres indígenas, não se vê um cercado, não se vê uma chacara e muito menos industria, e lavoura [...].*”<sup>310</sup> E, no entender do governo, a aglomeração das pessoas nessas casas pequenas era a raiz da disseminação da epidemia de varíola daquele ano. Apesar das afirmações anteriores, Manuel Galvão considerou, baseado nos dados da época, que “*o Aracajú é mais saudavel do que a Capital do Imperio.*”<sup>311</sup>

Já em 1860, mais um incêndio foi registrado pelo inspetor de quarteirão. O ocorrido foi na Rua do Topo, também localizada fora da região projetada da cidade. Na ocasião, sete casas de famílias pobres que ali residiam foram consumidas pelo fogo. Pediu-se ao delegado de polícia da capital que “*tome sobre suas vistas aquelles infelises, providenciando em ordem a que não fiquem expostos as intemperies da estação.*”<sup>312</sup> Além de pôr um fim a esse problema das construções e, conseqüentemente, dos incêndios, o aterro e o nivelamento das ruas e praças eram serviços vistos como essenciais. Mais uma vez, a teoria miasmática foi utilizada para alertar sobre o mal que esses pântanos originados das escavações provocavam:

Estes males ajudados pela natureza do terreno derão origem á grandes pantanos que apesar dos cuidados dos Administradores, solicitos em removellos com tudo ainda alguns existem taes como antes da mudança da Capital, e outros mesmo depois de atterados conservão a sua origem, pois no inverno tornão-se depositos d’águas pluviaes, **cuja evaporação desenvolve measmas mui prejudiciais á salubridade publica.** E’ pois a primeira das necessidades d’esta Capital.<sup>313</sup> (grifo nosso)

Em relação às casas feitas de palha, a ideia era a de que, dentro do espaço limitado e projetado, era inviável a existência delas, pois desajustavam o *aspecto regular* que uma capital

---

<sup>309</sup> GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da duodecima legislatura...*, op. cit., p. 26.

<sup>310</sup> *Ibidem.*

<sup>311</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>312</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 76, 19 de setembro de 1860, p. 1.

<sup>313</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 49, 17 de dezembro de 1861, p. 2.



deveria ter. Os artigos de posturas aprovados em 1862 reforçaram o que estava sendo dito há quase dez anos: nada de se edificarem casas dentro do recinto da cidade sem a licença da Câmara, sobretudo se forem de palha. O artigo 3º estabeleceu que: “*As casas que se houverem de reedificar ou construir serão seos donos obrigados á chamal-as ao alinhamento com assistencia do fiscal*”. Em caso de desobediência dos artigos referentes às construções, os contraventores pagariam uma multa de trinta mil réis (30\$000) ou seriam obrigados a demolir a obra.<sup>314</sup>

Entretanto, mesmo sabendo das restrições, moradores solicitaram em 1863 a reedificação das habitações cobertas de palha. E a Câmara, com o intuito de desestimular a construção e “empurrar” essas residências para lugares mais afastados do centro, afirmou: “[...] *ao passo que fora deste espaço, e a muitas pequenas distancias existe uma grande porção de terreno plano e cômodo em que poderão livremente construir de palha.*”<sup>315</sup> Uma discussão acirrada ocorrida na sessão do dia 13 de maio de 1864 da Assembleia Legislativa Provincial foi transcrita no periódico oficial da época. O motivo foi a apreciação pelos deputados dos já citados artigos contidos no projeto nº 18, lançado no ano anterior, que proibiam a edificação de casas dentro dos limites da cidade sem a licença da Câmara Municipal de Aracaju, além do reparo daquelas que não estavam em conformidade com as posturas de 1856.

Inicialmente, o parlamentar Dr. João Paulo votou a favor da aprovação dos artigos, porém com ressalvas à imposição contida no segundo de não se permitirem os reparos nas casas de palha e telha. Segundo ele:

*Achando-se compreendidas nessa area, grande numero de casinhas de palha e telha, pertencentes á pessoas pobres, que não podem construir melhores, mas que podem faser algum reparo, **julgo que não devemos aprovar uma postura que põe esses pobres de corrida, destruindo as suas pequenas habitações.*** (grifo nosso)

O Sr. João Paulo continuou questionando o fato de não ser permitido aos pobres fazerem pequenos consertos, asseverando que as melhores casas disponíveis na capital custavam caro:

*[...] e como ha de se deitar esta gente de corrida, sobre tudo agora, na estação invernosa, que o pobre procura lançar um pouco de palha sobre sua casinha para evitar a chuva, que procura faser qualquer concerto? **Se passar essa postura teremos o Fiscal embarçando tudo, e esses pobres irão para o pé de algum cajueiro.*** (grifo nosso)

<sup>314</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 56, 10 de julho de 1862, p. 2.

<sup>315</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 53, 08 de agosto de 1863, p. 2.

Em resposta, comentou o Sr. José Florêncio dos Santos que os empregados públicos na época da transferência da capital, realizada em 1855, também habitaram casas de palha. Na sequência, o Dr. Guilherme Pereira Rabelo lamentou: “*Não recorde destas vergonhas á gente...*” E José Florêncio completou:

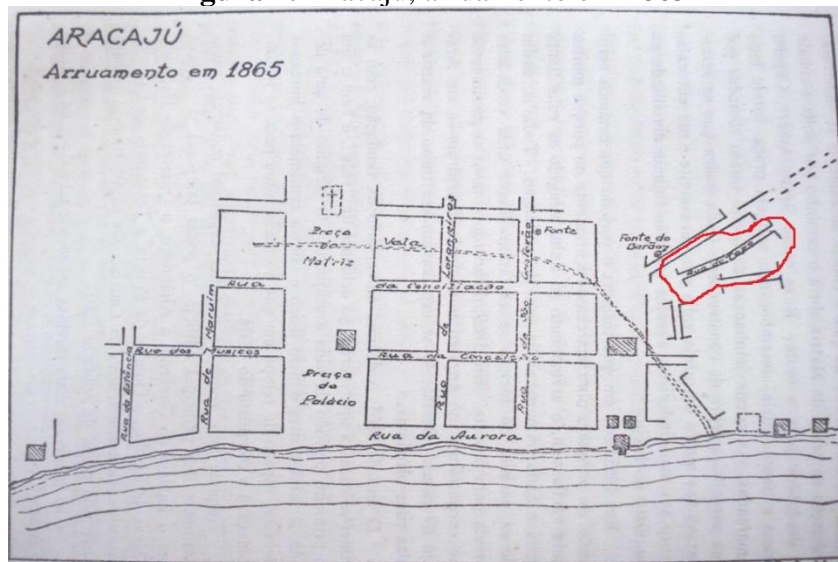
*Estamos aqui para atender a todos: nossas atenções devem porem convergir mais para os pobres do que para os ricos. Nós não temos palacios; **esta capital é eminentemente pobre, é uma capital oficial e proletario**, e quando o pobre poder morar em caza de telha sem duvida que deixará a de palha, e assim, sem vexame, se irá reformando a edificação.* (grifo nosso)

Também se mostrou contra o Dr. Norberto José Diniz Villas Boas por considerar o artigo em discussão “*inútil e ocioso*”, além de afirmar que em função do “[...] *desejo pelo engrandecimento material do lugar, fizeram posturar-se contra o pobre, o que não podia pôr uma palha sobre sua caza, sem que uma multa de 30\$000 lhe fosse imposta*”<sup>316</sup>. Apesar das opiniões contrárias aqui expostas, uma emenda foi proposta pelo Deputado João Paulo, que, na prática, só suprimia os termos “ou” e “qualquer reparo” no texto do artigo 3º, que sem muitas dificuldades foi votado e aprovado. As relações entre os fiscais e a população nem sempre eram amistosas, pois, sem terem opção, os moradores mais pobres pediam à Câmara que reconsiderasse as ordens impetradas pelo seu fiscal.

Assim sucedeu com o casal Leandro José Pereira e Rosalina Gonçalves da Trindade, que, ao se mudarem de São Cristóvão para Aracaju, estavam construindo ilegalmente uma casa de taipa e palha na Rua do Topo em 1865. Contudo, o fiscal os intimou a pararem a obra e procederem à demolição do que já havia sido construído. A intimação veio em virtude de o casal não ter obtido a licença, que já havia sido negada uma vez para edificar ali, e por não ter seguido o alinhamento estabelecido pelo engenheiro que estava a serviço da província. O mapa a seguir contém uma representação das ruas para além do Quadrado de Pirro, o que incluía a Rua do Topo (em destaque):

---

<sup>316</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 39, 21 de maio de 1864, p. 4.

**Figura 4:** Aracajú, arruamento em 1865

Fonte: Porto (1945, p. 45).

O casal continuou recorrendo, alegando que o engenheiro deu o consentimento para a construção e que o alinhamento exigido foi regularmente dado à casa. Quando interrogado sobre esse fato, o fiscal negou completamente a existência desse alinhamento, afirmando também que não havia aplicado nenhuma multa aos petionários, e sim a pena de demolição. A Câmara, por sua vez, acusou o fiscal de descuido e incompetência por não ter embargado a obra antes de chegar àquele estágio. Apesar do erro cometido pelo funcionário, no fim das contas, a petição do casal, acusado de violar o alinhamento da planta da cidade, foi indeferida pela municipalidade:

[...] **tal alinhamento lhes não foi concedido pela Camara**, as allegações dos Supp.<sup>es</sup> não tem sobre si a presumpção da verdade, e os danos, sobre q'. clamão, e de q'. são elles mesmos a couza exclusiva, são tão insignificantes, q'. mais parecem caprichosa pertinacia, q' outra couza, pois q'. podem elles aproveitar todas as madeiras, e mais peças, q'. compõem a referida obra de palha e taipa, alias ainda em atraso, e levarem-na p.<sup>a</sup> onde convier em relação ao alinhamento, q' pertencer-lhes.<sup>317</sup> (grifo nosso)

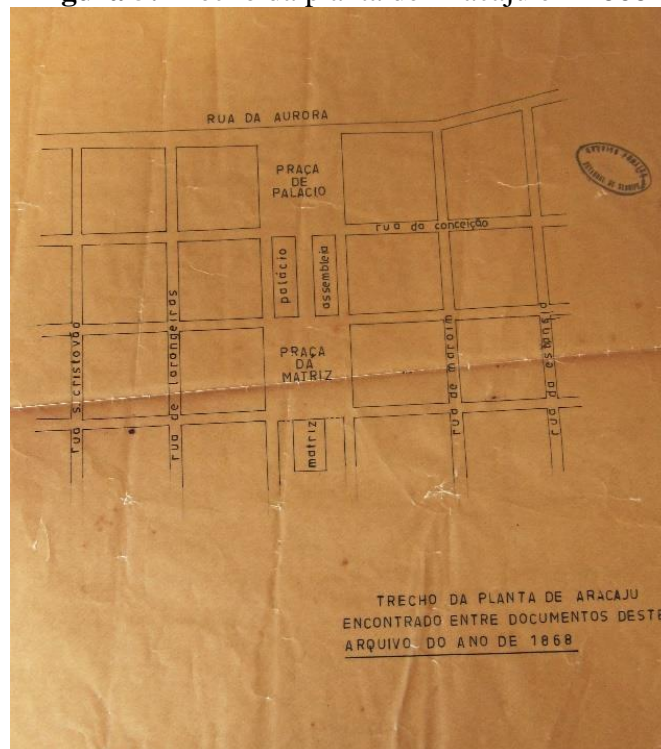
Sem argumentos que justificassem a súplica, Leandro José Pereira foi acusado de recorrer “*ao artificio das lammurias, invocando a atenção de VEx<sup>a</sup> p<sup>a</sup>. sua pobresa, como se esta podesse dar jús a alguém p.<sup>a</sup> á seu alvitre ferir as disposições sagradas da lei, e desrespeita-as plenamente, como caprichosa e systematicamente o tem elle feito.*”<sup>318</sup> A multa de trinta mil réis (30\$000), que não foi aplicada pelo fiscal, deveria ser paga pelo suplicante, e,

<sup>317</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 53, Documento 11. 04 de fevereiro de 1865, p. 6.

<sup>318</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 53, Documento 10. 21 de fevereiro de 1865, p. 1.

assim, ele “*estaria punido de sua rebeldia.*” Esse caso é mais um exemplo de que os quatro vereadores não estavam preocupados em resolver os problemas dos habitantes de Aracaju, mas em manter a qualquer custo uma cidade limpa, alinhada e organizada dentro dos limites estabelecidos. Nesse mapa de 1868, conseguimos visualizar a simetria do projeto urbanístico da cidade, além de notarmos também que as ruas mais afastadas do tabuleiro de xadrez foram invisibilizadas nessa representação:

**Figura 5:** Trecho da planta de Aracaju em 1868



Fonte: BR SEAPES MAP 02 0194.

Segundo um levantamento de 28 de outubro de 1870, a Rua do Topo, onde o casal pretendia construir a casa, possuía 95 casas que abrigavam 235 moradores. A presença feminina era maior na rua, e as ocupações dos seus habitantes eram bem diversificadas: engenheiro civil (2), negociante (2), lavrador (1), militar (10), marítimo (11), pescador (1), carpina (6), marceneiro (1), pedreiro (8), sapateiro (2), agências (69). A população cativa daquela rua era quase inexistente, pois só residia nela uma escravizada que tinha entre 21 e 30 anos. Em Aracaju, a média de escravizados era mais baixa “em decorrência da própria localização litorânea da capital, onde muitos terrenos não eram aptos ao cultivo da cana, sendo, por isso, utilizados para culturas de subsistência, nas quais, por evidente falta de recursos, o trabalho

escravo era menos frequente.”<sup>319</sup> Ao todo, a cidade contabilizava 1.493 casas, incluindo as denominadas “avulsas” e as localizadas nos arrabaldes de Jabotiana, Telha, Grajerú e Povoado de Santo Antônio.<sup>320</sup>

O fim das escavações continuou sendo apontado pelo poder público como medida urgente a ser tomada porque se temia que alguns acidentes acontecidos nesses buracos formados ocorressem novamente. Segundo ofício da Câmara, as escavações eram “[...] *d’antes toleradas e até mesmo permitidas, deparam-se a cada instante profundos barrancos que é (facto historico) ha poucos annos na estação humida deram morte a mais de uma criança, que nunca pensariam encontrar ali o seu tumulo.*”<sup>321</sup> As escavações para a extração de barro deveriam ser autorizadas, e, assim que terminasse o serviço, o responsável teria de executar o aterro de imediato. Donos de terrenos pantanosos também estariam incumbidos da tarefa de aterrál-os, em até quinze dias após a intimação do fiscal, sob pena de multa ou prisão. Caso o proprietário não quisesse fazer o serviço, poderia pagar por ele. E esse trabalho de aterro de terrenos particulares teria o acompanhamento do engenheiro da província a fim de que o nivelamento fosse mantido. Aqueles que declarassem situação de indigência ao pároco ou às autoridades policiais da cidade teriam a opção de oferecer a sua força de trabalho nas ações de aterramento realizadas pela Câmara.<sup>322</sup>

Simultaneamente, a preocupação com a edificação das casas de palha continuou explícita através das posturas, ao passo que os incêndios continuaram acontecendo, pois esses tipos de casas ainda eram as habitações da gente menos favorecida. Em 1872, Maria de Jesus Dias, moradora da Rua de Santo Amaro, solicitou licença à Câmara para realizar a cobertura da sua casa de palha, porém foi negada. O valor locativo da sua casa era de vinte e quatro mil réis (24\$000), muito aquém se compararmos com outros imóveis de ruas próximas à Rua da Aurora, por exemplo.<sup>323</sup> Outra solicitação também feita por ela naquele mesmo ano ao presidente da Câmara versava sobre a permissão para cobrir uma outra casa de palha na Rua da Independência. Neste caso,

*[...] o Presidente da Camara mandando ouvir o Fiscal, este pouco pratico e alheio as posturas municipaes, divido ao seo pouco tempo de exercicio,*

---

<sup>319</sup> AMARAL, Sharyse Piroupo. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. 273 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, p. 56.

<sup>320</sup> APES, Fundo Clero, AG4, Vol. 18, *Documento n° 22*.

<sup>321</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 58, 28 de janeiro de 1870.

<sup>322</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 59. Paço da Câmara Municipal de Aracajú em sessão extraordinária, 14 de junho de 1871, p. 1-2.

<sup>323</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição n° 361, 19 de março de 1873, p. 4.

*informou-lhe que achava de justiça o pedido; a vista de que o Presidente da Camara concedeo a permissão requerida, e isto contra a prohibição estabelecida em posturas municipaes.*<sup>324</sup> (grifo nosso)

Sete anos depois, com o desenvolvimento da capital e da especulação imobiliária, Maria de Jesus Dias estava morando na Rua de Propriá em casa alugada a Felisberto Paes e Mello. Maria mudou-se para uma casa mais próxima do Quadrado de Pirro, de valor locativo maior que a anterior (60\$000). Na lista da décima urbana referente ao período de 1880 a 1881, essa casa em que residiu Maria de Jesus constava como arruinada.<sup>325</sup>

Contudo, no ato da negativa concedida àquela moradora em 1872, recomendou-se ao fiscal que *“empregue todo o cuidado e vigilancia para que não se edifique e nem se concerte qualquer casa de palha que estiver dentro dos limites traçados pelas respectivas posturas.”*<sup>326</sup> Um incêndio acontecido dias depois do requerimento de Maria de Jesus destruiu um grupo de casas de palha no local conhecido como *“Catinga”*, que ficava no *fundo da cidade*. Estava nesses imóveis *“pobre gente que ahi vive arruada em tão fracas e arriscadas habitações.”* Assim foi relatada a causa do acidente: *“[...] o descuido de uma mulher quasi idiota, que morava em uma pequena casa deixando cair fogo do caximbo nas palhas que revestiam a mesma casa. Tarde clamou ella por socorro, de modo que o fogo propagou-se, destruindo mais seis casas como ja disse, uma a direita e cinco a esquerda.”*<sup>327</sup> Esse acontecimento reacendeu novamente a discussão sobre o problema.

Questionou-se à Câmara o motivo pelo qual não havia posturas para as construções que estavam localizadas nessas regiões mais afastadas: *“[...] parece-me que a camara deve zelar tambem por aquelles que vivem em semelhante contingencia.”*<sup>328</sup> Criando regras, as casas passariam a ser construídas com maior regularidade e distanciamento entre elas a fim de evitar os incêndios. O redator da notícia ainda complementou: *“Si a municipalidade traça as normas de edificação dentro dos limites urbanos, por mais de um motivo conhecido e acceito, não seria máu que se posturasse a respeito das casas de palha nos lugares onde ellas ainda se podem construir [...].”*<sup>329</sup> Depois do incêndio ocorrido no dia 3 de agosto de 1872, e da pressão exercida pela opinião pública, os membros da Câmara Municipal visitaram o local. Se era dever da Câmara zelar pelo bem-estar dos munícipes e suas propriedades, essas pessoas moradoras dos

<sup>324</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 60, Documento nº 12, Paço da Câmara Municipal do Aracaju, 21 de junho de 1872.

<sup>325</sup> *Jornal de Sergipe*, Edição nº 83, 13 de setembro de 1880, p. 4.

<sup>326</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 291, 17 de julho de 1872, p. 1.

<sup>327</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 297, 07 de agosto de 1872, p. 2.

<sup>328</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 291, 17 de julho de 1872, p. 2.

<sup>329</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 297, 07 de agosto de 1872, p. 2.

subúrbios também deveriam ser notadas. Além disso, se dentro do Quadrado de Pirro se prezava pelo embelezamento, os que estavam fora dele precisavam de mais segurança para viver.

Em outubro de 1872, Manoel da Paixão dos Santos pediu à Câmara que relevasse a multa de trinta mil réis (30\$000) recebida pela infração do artigo 3º das posturas municipais. O homem foi multado por cobrir uma casa de sua propriedade com palha e obrigado a descobri-la por ordem do poder competente.<sup>330</sup> No ano seguinte, os donos das casas de palha tiveram de lidar, ao mesmo tempo, com o risco de incêndios e com a epidemia de varíola. O fogo atingiu uma casa de palha situada na região da “Aroeira” em junho de 1873. Faziam parte desse conjunto as ruas próximas à fonte de água de mesmo nome, onde praticamente não existiam casas de telha. Ali, outro grande incêndio foi visto dois anos depois: “*Entre os prejudicados destacava-se uma pobre mulher, de avançada idade, que não podia conter o pranto, e a dor da miséria a que ficára redusida.*”<sup>331</sup>

Da mesma forma que em episódios anteriores, a capitania do porto, integrantes da companhia de aprendizes marinheiros e autoridades, foi mobilizada para controlar o incêndio.<sup>332</sup> Algumas modificações nos artigos até então vigentes foram propostas através da Resolução nº 973 de 1874. A multa para quem edificasse casas de palha dentro dos limites da cidade passou a ser de vinte mil réis (20\$000). Agora a novidade contida no artigo 4º: os contraventores também poderiam receber a pena de oito dias de prisão, além de serem obrigados a parar a obra, caso estivessem construindo, ou desfazer os reparos. Nos lugares em que a edificação de casas de palha era permitida, a distância estabelecida entre elas deveria ser respeitada. Aos que não seguissem, multa de seis mil réis (6\$000) ou três dias de prisão. Era obrigatório também que os donos das casas, sobrados e muros da cidade pintassem e caiassem as frentes e os oitões dos seus imóveis no mês de dezembro de cada ano.<sup>333</sup> A respeito das escavações já mencionadas alguns parágrafos antes, essa mesma Resolução determinou que:

Art. 47. Ninguém poderá sem licença da camara municipal abrir escavações para extração de barro dentro da capital, seus suburbios sejam os terrenos proprios ou não.

Aquelles que assim praticarem sem a respectiva licença soffrerá multa de 20\$ ou 8 dias de prisão e o duplo na reincidencia.

A mesma pena será imposta aquelle que o faserdo com licença não proceder immediatamente ao aterro sendo alem disto compellido a faser este em prazo certo assignado pelo fiscal ou ser o mesmo feito a sua custa.<sup>334</sup>

<sup>330</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 313, 02 de outubro de 1872, p. 2.

<sup>331</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 597, 05 de junho de 1875, p. 4.

<sup>332</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 387, 21 de junho de 1873, p. 4.

<sup>333</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 481, 06 de maio de 1874, p. 1.

<sup>334</sup> *Ibidem*, p. 1-2.

O comportamento da população durante os atos religiosos realizados na capital também causava preocupação. O primeiro caso a ser relatado trata de um incêndio que acometeu uma casa de palha localizada nas imediações da Igreja de São Salvador, que, em 1875, ainda servia de Matriz para a cidade. A causa do fogaréu foi “*uma flexa de foguete*” que caiu sobre o telhado de palha da residência. E esse não havia sido o primeiro caso de incêndio provocado por foguetes. O problema residia no fato de que, no ato das procissões que eram realizadas perto da Igreja, não se respeitava a postura que proibia a soltura de fogos dentro das principais ruas da cidade: “*Ao fogo dado na Matriz devia dar-lhe a direcção do mar, ou qualquer outra que fosse mais cautelosa. Nas procissões tem se visto os fogueteiros tocar o fogo no meio da multidão, sem se importarem com as desgraças que possam acontecer.*”<sup>335</sup>

Em outro caso, verificado durante a Semana Santa do ano de 1877, um pobre pescador que morava na Rua da Boa Vista, próxima à fundição<sup>336</sup>, viu a sua casinha de palha ser destruída pelas chamas. Essa fundição “*permitiu a difusão do uso da máquina a vapor, tanto para as moendas da cana-de-açúcar quanto para as descaroçadoras de algodão*”.<sup>337</sup> De acordo com os relatos, no momento em que aconteciam as celebrações na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o incêndio principiou. O homem do mar estava em casa quando decidiu dar “*expansão aos seus sentimentos religiosos por meio de tiros de roqueira*”. Contudo, ao utilizar essa espécie de pequeno morteiro, “*a bucha incendiada conduzida pelo vento, que então assoprava com força, foi poisar no tecto de palmeira da modesta morada do descuidado artilheiro, servindo de comburente ao rapido combustivel a quem associou-se.*”<sup>338</sup>

Em poucos minutos, a casa não mais existia, apesar dos esforços de policiais, marinheiros e particulares. Sempre que um incêndio acontecia, o trabalho principal dos que tentavam ajudar era evitar que o fogo atingisse as casas mais próximas. Além disso, no conteúdo das notícias publicadas por vários jornais e sob óticas diferentes, havia uma preocupação com a descrição “*verídica*” do fato e com o pós-incêndio, ou seja, em relação às perdas humanas caso viessem a ocorrer e aos prejuízos materiais, já que as maiores vítimas eram pessoas pobres que não possuíam recursos para se reerguer e passavam a depender da caridade de outrem.

<sup>335</sup> A *Fraternidade*, Edição nº 08, 05 de dezembro de 1875, p. 2.

<sup>336</sup> A solicitação de Cameron Smith e Cia para construir uma fundição na Rua do Tramandahy foi feita à Câmara Municipal no ano de 1869. A petição foi aprovada, pois não havia naquele momento pretensão do poder público de realizar obras públicas ali (APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 57, Documento nº 06, 10 de fevereiro de 1869).

<sup>337</sup> AMARAL, Sharyse Piroupo. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888...* op. cit., p. 48.

<sup>338</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 788, 04 de abril de 1877, p. 3.



E, assim, a situação dos pobres aracajuanos continuava a mesma: poderiam reparar as suas residências com um pouco de barro, porém, diante da impossibilidade de fazerem reformas para atender ao padrão estabelecido ou pagar os caríssimos aluguéis, eles é quem estavam sendo os alvos das reformas modernizadoras pretendidas para a capital.

**Figura 6:** Arredores de Aracaju, com destaque para as casas cobertas de palha



Fonte: *Kosmos* – Revista Artística, Científica e Literária (RJ), Edição nº 06, 1906, p. 39.

Após a narrativa do incêndio na Rua da Boa Vista, a denúncia de um problema urbano ficou clara, visto que não existia na Aracaju oitocentista uma estrutura que desse conta de socorrer prontamente as casas em chamas<sup>339</sup>: “*A bomba da capitania, lerdamente rodando á beira mar, chegou justamente, com sua mangueira estragada, quando tudo estava concluído.*”<sup>340</sup> Até aqui, a partir desses casos elencados, observou-se que a maioria dos incêndios acontecidos ao longo do século teve como agente causador alguma situação do cotidiano, como o descuido dos moradores, por exemplo. Porém, dois processos encontrados no Poder Judiciário revelaram que incêndios criminosos envolvendo uma olaria e uma casa de palha foram provocados em decorrência de motivações pessoais. Como toda fonte histórica, esses documentos contêm narrativas que foram construídas a partir dos interesses dos agentes envolvidos, bem como informações insuficientes que não dão conta de recontar o que de fato aconteceu.

O primeiro deles, acontecido em 1867, envolveu João Barbosa “Cabeça Mole”, o réu, e José Joaquim de Sant’Anna, o queixoso. De acordo com os autos do processo, o acusado teria

<sup>339</sup> O Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe só foi criado em 1º de outubro de 1920, sob o nome de seção “*Sapadores-Bombeiros*”, anexa à Polícia Militar do Estado, através do Decreto nº 791 do então Governador Dr. Pereira Lobo. Disponível em: <https://www.cbm.se.gov.br/a-historia/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

<sup>340</sup> *Ibidem*.

colocado fogo intencionalmente na olaria de José Joaquim durante a madrugada do dia 26 de setembro daquele ano. Por conta do incêndio, a olaria de telha e louças que funcionava em terrenos foreiros à Fazenda Pública, no local conhecido como Quiribeiras, ficou completamente destruída. Naquele momento, mesmo sem provas que o acusassem imediatamente, José Joaquim acreditava com convicção que o autor do crime tinha sido “Cabeça Mole”, dono de um terreno vizinho à olaria. O fato ocorreu num lugar “ermo” e afastado da cidade, segundo os documentos da época.

No dia 27, o queixoso solicitou um exame de corpo de delito à Subdelegacia de Polícia e afirmou que o réu “*jamais deixou de persistir em querer que o supp<sup>e</sup> pagasse o arrendam<sup>to</sup> dêsse terreno, e como o supp<sup>e</sup> tendo pago a Fazed<sup>a</sup> não podia paga a outro dono o ditto Cabeça Molle declarava a m<sup>tas</sup> pessoas que ainda havia queimar a Propriedade do supp<sup>e</sup> [...]*”.<sup>341</sup> Ali começava a desavença entre eles por causa do aforamento de terrenos. Era de conhecimento popular que João Barbosa era detentor de uma grande parte dos terrenos nos quais fora edificada a capital e, apesar disso, ele reclamava a posse do terreno onde estava a olaria de José Joaquim. O subdelegado José de Campos Cajazeira, os peritos Eslebão Alves Ramos e João Peixoto de Sant’Anna e o escrivão José Antônio Peixoto dirigiram-se ao local incendiado. O exame feito por eles revelou que a casa, uma porção de telha e tijolos, purrões e demais utensílios da olaria estavam danificados. Além disso, avaliaram os prejuízos causados pelo incêndio em trezentos mil réis (300\$000). As contas geradas pelo exame de corpo de delito, como o pagamento aos peritos, incluindo a condução deles, foram pagas pelo queixoso, que estava empenhado em revelar a culpa de “Cabeça Mole”.

Na sequência do processo, testemunhos foram colhidos a fim de esclarecer esse mistério. Todas as pessoas que prestaram depoimento eram conhecidas do réu. João Appolonio Rodrigues, estanciano, 50 anos, um viúvo vivendo de agências, foi a primeira testemunha convocada. Appolonio estava na casa de João Barboza, que, mesmo doente dos pulmões, lhe pediu para comprar fumo na cidade, quando percebeu que o incêndio estava acontecendo.<sup>342</sup> No depoimento, culpou João Barboza pelo ocorrido e relatou que, durante a tragédia, o acusado demonstrou ar de escárnio, ou seja, de não se importar com o que estava acontecendo. Depois, revelou o que sabia sobre o caso Braz Joaquim de Oliveira, cearense de 40 anos. O fato mais relevante afirmado por Braz foi ter avistado o réu nas proximidades da olaria na véspera do incêndio com “*um torção de fôgo e um cachimbo*”.<sup>343</sup> Porém, não pôde afirmar que “Cabeça

---

<sup>341</sup> AJU/1ª V. *CRI Processo Crime*: diversos. CX. 01/2552, p. 9.

<sup>342</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>343</sup> *Ibidem*, p. 26.

Mole” havia ateado fogo na olaria. Ao contrário dele, Antônio dos Passos Correia, 52 anos, oleiro, ouviu do próprio réu a sua intenção de “*queimar a olaria ou dar-lhe um tiro.*”<sup>344</sup>

O próximo foi o alfaiate Luiz Francisco de Assis de 42 anos, que desconhecia qualquer desavença entre as partes, mas ouviu João Appolonio culpar João Barboza pelo crime. A quinta testemunha foi um jovem laranjeirense de apenas 14 anos, Domingos José dos Santos, e ele também ouviu do autor do feito a sua intenção de queimar intencionalmente a olaria. Ademais, quando frequentava a fonte de água, acabou conversando com uma escravizada de “Cabeça Mole”, a qual revelou que “*seu senhor houvera feito outras couzas e não tinha soffrido nada.*”<sup>345</sup> Com tantos boatos circulando na comunidade, a dúvida também pairava na cabeça de Delfina Maria da Victoria, costureira de 42 anos, que, por não ter visto nenhuma atitude suspeita do réu, não pôde afirmar que ele teria sido o responsável pelo incêndio.

E o réu também foi intimado para dar o seu depoimento. João Barboza declarou-se natural daquele termo e que trabalhava como lavrador. Disse que, na hora do incêndio, estava na sua casa, mais especificamente “*em cima da cama para morrer*”<sup>346</sup>, em razão da *Thysica Pulmonar* (tuberculose) que o atacava. De maneira geral, no ano de 1867, a população aracajuana foi largamente acometida pelas doenças respiratórias como “*bronchites, pneumonias, pleurites.*”<sup>347</sup> Então, o processado sustentou o argumento de que, se estava impossibilitado de sair da cama, não teria como ter cometido esse crime. Em relação à acusação feita por Braz Joaquim de Oliveira, que o encontrou perto da olaria, “Cabeça Mole” respondeu “*que estando muito doente na entre vespera da queima da olaria, sahira passeiando em seus terrenos com um cachimbo fumando, rumado em um cacete [...].*” Confirmou que conversou com a testemunha, principalmente sobre seus infortúnios de saúde, e que, depois de alguns minutos, despediram-se.

Mesmo estando doente, em dezembro de 1867, João Barboza “Cabeça Mole” foi recolhido ao insalubre Quartel da Força de Linha da capital, que na época servia como cadeia, porém existia a possibilidade de o réu sair da prisão através do pagamento de fiança. Sendo assim, alguns dos seus bens, como terrenos e uma casa de telha na Rua da Conceição, foram hipotecados com o objetivo de lhe dar a liberdade novamente. Finalmente, o réu foi solto, o processo continuou, mas não conseguimos acompanhar o seu desfecho. Apenas foi adicionada aos autos a informação de que “Cabeça Mole” também havia causado outros danos a José

---

<sup>344</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>345</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>346</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>347</sup> BROTERO, João Dabney. *Relatorio com que foi aberta 1ª sessão da duodecima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe...* op. cit., p. 23.

Joaquim Sant'Anna ao invadir e destruir uma malhada de capim e plantação do queixoso localizada no sítio Quiribeiras.

Quase vinte anos depois desse ocorrido, outro incêndio criminoso envolvendo a gente simples de Aracaju começou a ser investigado. Maria Theodora do Espírito Santo, uma jovem de 25 anos, foi acusada de atear fogo em duas casas de palha na Rua do “*Disperta*”, subúrbio de Aracaju, durante a noite de 19 de outubro de 1888. Ao contrário do que acontecera com João Barboza, Maria Theodora foi presa em flagrante, confessando ali mesmo o que fez. Uma das casas queimadas pertencia a Senhorinha Professora de Jesus, solteira, maior de 30 anos e natural da Província de Sergipe. No momento do incêndio, Senhorinha estava na casa acompanhada de Manoel Fortunato de Almeida, “*que segundo dizem tem relações ilícitas com a acusada presente.*”<sup>348</sup>

Possivelmente motivada por ciúmes de Fortunato, Maria Theodora teria provocado as chamas para vingar-se da mulher que o abrigava. Por volta das 22 horas, a culpada esperava a passagem do inspetor de quarteirão Agostinho Marcelino da Lapa pela rua para depois cometer o crime. As chamas atingiram outras casas, porém a de Senhorinha e a da sua vizinha ficaram completamente destruídas. Pouco a pouco, as testemunhas foram sendo convocadas, e a primeira delas foi Manoel dos Santos, 28 anos, negociante, morador da Rua do Disperta. Ele se encontrou com a ré nas imediações da Rua do Topo, e ela “*lhe perguntou se a patrulha andava na rua*”, pois estava com medo de ser presa. Na rápida conversa que teve com Manoel, Theodora afirmou ser ama de Dona Constança e que morava na Rua da Victoria.

A segunda testemunha foi o lavrador Fortunato, solteiro, 31 anos, com quem a ré tinha envolvimento amoroso. Ele afirmou não ter visto a acusada pôr fogo na casa, pois estava dormindo, mas atribuíu a autoria a Maria Theodora porque ela “*propalava tirar uma vingança de mim, embora acabasse na Cadeia.*”<sup>349</sup> O motivo para a vingança foi a decisão tomada por Fortunato de não mais viver com Theodora e de ter deixado a casa onde eles moravam juntos. Em seguida, Manoel Vicente Marques, 42 anos, foi intimado a testemunhar no caso. Ele e dois praças juntaram-se ao inspetor de quarteirão para capturar a incriminada. Logo depois, Antônio Joaquim de Araújo, a quarta testemunha, contou que naquela noite estava recolhido na sua casa descansando quando Theodora bateu-lhe à porta para perguntar “*se Fortunato estava em casa de Senhorinha, e onde era a casa della.*”<sup>350</sup> Afirmou ele que não sabia de Fortunato, mas indicou

---

<sup>348</sup> AJU/1ª V. CRI Cx. 01/2552, Documento nº 1033, p. 7.

<sup>349</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>350</sup> Ibidem, p. 14.

onde era a casa da possível rival. A situação ficava difícil para a ré porque o inspetor de quarteirão encontrou uma caixa de fósforos no vestido dela.

No seu depoimento, Maria Theodora revelou ser natural de Laranjeiras e que havia chegado há pouco tempo na cidade, onde trabalhava no serviço doméstico, atividade que empregava muitas mulheres, principalmente depois da abolição da escravatura. Apesar de ter confessado sua culpa no local do crime, após ser conduzida à cadeia, mudou o discurso e disse que estava na sua residência na hora que as chamas destruíram as casas. Depois de transcorrido o processo, o júri considerou que Theodora não foi a autora do incêndio.

Analfabetos, pouco letrados, pobres, remediados ou possivelmente libertos e afrodescendentes, vivendo nos subúrbios. Os personagens dos episódios retratados neste tópico revelaram traços do cotidiano da população simples de uma cidade que estava se desenvolvendo através das formas de agir dos seus agentes em um determinado espaço. Aracaju não era uma cidade de ricos, mas, enquanto ruas e casas eram alinhadas e remodeladas para satisfazer aos anseios de uma elite desejosa de progresso, esses sujeitos, que, em sua maioria, migraram de outras partes da província para a capital atraídos pela ampliação dos postos de trabalho, tentavam sobreviver estabelecendo laços de amizade e solidariedade, desafiando as regras estabelecidas, caso fosse preciso, para lidar com os dilemas pessoais que o lado humano da História busca recontar.

### **2.3 “Os mortos fora do Quadrado de Pirro”: a construção do Cemitério de Nossa Senhora da Conceição**

Como já foi dito, ao longo da segunda metade do século XIX, o poder público preocupou-se em realizar melhoramentos para que fosse possível viver melhor em Aracaju. De acordo com as fontes da época, seis anos após a transferência, encontrava-se uma melhor condição para habitar nessa cidade atribuída à “*maior somma das commodidades da vida, á certos melhoramentos locaes, como á **desecação de alguns charcos, e ao mais pronto esgoto das aguas pluviaes.***”<sup>351</sup> Com certeza, essa publicação estava se referindo à zona mais privilegiada da cidade, pois, ao noticiar um incêndio ocorrido em 12 de setembro de 1860, o *Jornal do Comércio* revelou que o fogo deteriorou sete propriedades que eram feitas de palha, “*verdadeiros ranchos de soldados e de pessoas miseraveis.*”<sup>352</sup>

<sup>351</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 57, 30 de julho de 1861, p. 3.

<sup>352</sup> *Jornal do Comércio*, Edição nº 290, 19 de outubro de 1860, p. 2.

A matéria quis enfatizar que, naquela rua vitimada pelas chamas, morava a “pobreza da cidade”, que vivia em péssimas condições, pois as principais obras contemplavam a zona mais central – por onde a classe mais abastada transitava. Passados alguns anos, a especulação imobiliária fez com que os pobres ficassem cada vez mais afastados das principais ruas, que, em fins de 1860, já contavam com várias edificações particulares, e precisassem morar nos subúrbios. Enquanto isso, essa gente comum de Aracaju tentava ganhar a vida comercializando nas ruas, trabalhando nas salinas, vendendo nos tabuleiros e nas olarias e pescando em canoas na barra da Cotinguiba. Transitar pelos arredores da cidade e outras localidades requeria canoas de passagem que eram fornecidas por contratantes junto ao governo. Por exemplo, a travessia do rio do Sal era feita num barco conduzido por dois remadores escravizados, que trabalhavam das 5 às 21 horas, levando pessoas e animais.<sup>353</sup> Cleber Santana afirmou que, ao longo do século XIX, “duas cidades” distintas foram sendo construídas,

[...] uma da ordem, projetada, recebendo toda a infraestrutura necessária, arquitetura, serviços urbanos, com padrões reguladores por um ideário de civilização e comportamento; a outra, a da periferia e dos arrabaldes, seja suburbana ou rural, expunha um contingente de moradores pobres morando em ruas tortas, calçamento irregular, casas simples, tanto no emprego do material quanto no tipo de habitação.<sup>354</sup>

O projeto urbanístico elaborado pelo engenheiro Sebastião Basílio Pirro, que deixou de viver em Aracaju em 1860, previa a construção de uma “vala da cidade” para promover a canalização do riacho Caborge. Em 1861, a vala localizada na praça da feira ainda existia e servia para comportar as águas da chuva. Porém, o estado da vala era péssimo por acumular lixo e outros detritos, e o município não possuía recursos para realizar a obra. Cinco anos depois, a Câmara propôs a revitalização dessa vala ou a extinção desta. Também não possuía dinheiro para efetuar a obra de um bueiro existente no largo da feira. Desde o início, as autoridades trabalhavam para colocar em prática “a obra do cano de esgoto que se pretende faser na rua entre a Capella de São Salvador e a rua da Aurora.”<sup>355</sup> Ao prosseguir seu relato sobre a capital, o inspetor de Saúde Pública, que estava em consonância com o discurso higienista daquela época, bradou:

<sup>353</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 48. 03 de setembro de 1860.

<sup>354</sup> SANTANA, Cleber de Oliveira. Sonoridades na cidade aracajuana: sons, vozes e práticas culturais. *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*, v. 1, n. 1, p. 124-148, jan./jun. 2018. Disponível em: [https://revistas.uneb.br/index.php/nhipe/user/setLocale/en\\_US?source=%2Findex.php%2Fnhipe%2Farticle%2Fview%2F5278%2F3330](https://revistas.uneb.br/index.php/nhipe/user/setLocale/en_US?source=%2Findex.php%2Fnhipe%2Farticle%2Fview%2F5278%2F3330).

<sup>355</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 55, 24 de novembro de 1855, p. 1.

E por ventura, sem que mister se torne remontar á mais longe, não representa a Capital o quadro quasi fiel de todas essas violações aos direitos da humanidade? **Não resente se ella do pouco trato das aguas de seu uzo, da estagnação em muitos de seus pontos durante a estação pluvial, das inhumações sem a menor fiscalização,** etc? E quem deixará de alcançar a maligna influencia, que o **estado sordido e nojoso de uma valla,** que corre ao lado do norte, deverá ter sobre sua salubridade?<sup>356</sup> (grifos nossos)

Foram citados nessa fala do inspetor três grandes problemas para o quadro de infecção do ambiente: a falta de movimento das águas, as imundícies e a questão das inumações. Na verdade, “não era o excremento que metia medo, mas sim a podridão decorrente de sua imobilidade.”<sup>357</sup> É de se supor que as publicações sobre saúde ganharam mais relevo no jornal oficial da época pelo fato de que o seu redator era o médico baiano Dr. Luiz Álvares dos Santos. No mesmo relatório de governo já citado, o Dr. Francisco Sabino Coelho<sup>358</sup> demonstrou ser mais um integrante do grupo médico dos infeccionistas, que predominava no Brasil, e defendeu a edificação de cemitérios:

**Não devem ser collocados taes estabelecimentos no interior ou ainda em muita proximidade dos povoados;** medida esta forçosamente emanada dos progressos da sciencia e civilização, pois que trouxe-nos com os melhoramentos sanitarios o verdadeiro acatamento à Caza de Deos, tomada anteriormente pelo erro, **um foco de continuo desenvolvimento de exalações miasmaticas.**<sup>359</sup> (grifos nossos)

Até aquele momento, a utilização desses campos santos ainda não era hábito corriqueiro entre a população sergipana. Só a título de exemplo, os cemitérios que foram construídos em vários locais da província na época da epidemia de cólera (1855-1856) já não estavam sendo mais utilizados para esse fim porque os corpos das vítimas de epidemias deveriam se manter à distância dos vivos. Mesmo assim, em passagem pela cidade de Laranjeiras no ano de 1861, o presidente de província Tomaz Alves Júnior “muito estranhou que ainda se sepultassem cadáveres dentro da cidade, pois o cemitério existente no fundo da matriz ficava no centro urbano.”<sup>360</sup>

<sup>356</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 57, 20 de julho de 1861, p. 2.

<sup>357</sup> CAMARGO, Luís Soares de. *Viver e Morrer em São Paulo...* op. cit., p. 213.

<sup>358</sup> “Entre os anos de 1859 e 1880, o Dr. Francisco Sabino Coelho Sampaio era a grande autoridade sanitária da Província, ocupando cargos de Provedor de Saúde Pública, de Inspetor do Porto e de Comissário Vacinador, além de ser médico nomeado do Hospital de Nossa Senhora da Conceição.” (SANTANA, Antonio Samarone de. *As Febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju, 2005, p. 107).

<sup>359</sup> *Jornal Correio Sergipense*, 1861, Edição nº 57, 20 de julho de 1861, p. 3.

<sup>360</sup> DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. Vol. 1, p. 138.

Durante essa visita, ele “ponderou que o mesmo cemitério deveria ter sido construído n’outra, posição, em relação à corrente mais constante dos ventos, além disto, porque, disse, pela proximidade do seu lugar, corriam águas para a cidade as quais eram utilizadas pela população.”<sup>361</sup> No relatório de 1861, o inspetor de saúde incentivou os ricos a construírem túmulos nos cemitérios assim que desaparecesse deles “*esse aspecto medonho*”. O Dr. Francisco Sabino Coelho apelou para o *capital simbólico* que tal atitude poderia conferir a essas pessoas: “[...] *não se envergonhem o nobre e o opulento, conhecendo a nihilidade ao pé do termo fatal, de legar seus restos inanimados á esses silenciosos domicilios, e de sobre seus túmulos elevarem-se, embora, soberbos e vaidosos monummentos, que attestem á posteridade a recordação de seus nomes [...]*.”<sup>362</sup> Identificamos, portanto, mais uma estratégia usada pelo poder público para estimular o uso dos cemitérios.

O fato é que, muito antes da construção de um outro campo santo, já se criticava o estado de precariedade do cemitério em atividade na capital:

*O engenheiro Pyrrho está encarregado de tirar a planta para um cemiterio digno da capital, cuja falta nos era tão sensível e dolorosa em muitas ocasiões de vermos nossos finados enterrados em um campo coberto de arbustos, mal guardado, penetrado por animaes, e além disso, tão estreitado á cidade que não a pode dispensar de ser influenciado por esses miasmas.*<sup>363</sup>

No relatório, o provedor de saúde pública afirmou estar surpreso de que a religiosidade dos fiéis tivesse tolerado a existência daquele cemitério em Aracaju e que ali “*ha muito não mais deveria prestar-se aos enterramentos.*”<sup>364</sup> O medo de contaminação fez com que a proximidade com os mortos passasse a ser perigosa, pois o cemitério estava localizado “dentro” do Quadrado de Pirro:

*Segundo a planta da Cidade acha-se occupando um dos quarteirões, e quasi ao mesmo nivel dos actuaes edificios – o solo é arenoso; está exposto á pastagem dos animaes pela ruina de sua cerca, e coberto de immundicia e mato; conserva no fundo sob um pequeno telheiro aberto elevada uma cruz, e as sepulturas são escavadas á alvitre dos coveiros.*<sup>365</sup>

<sup>361</sup> Ibidem, p. 143.

<sup>362</sup> ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatorio apresentado a assembleia provincial de Sergipe*. Typographia Provincial de Sergipe, 1861, p. 86. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=40&s=0&cv=2&r=0&xywh=1035%2C-1%2C3653%2C2577>.

<sup>363</sup> *Jornal do Comércio*, Edição nº 104, 16 de abril de 1859, p. 1.

<sup>364</sup> GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatorio apresentado a Assembléa Provincial de Sergipe*. Bahia: Typographia Poggetti de Catellina & Comp., 1860, p. 100. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=37&s=0&cv=1&r=0&xywh=-4%2C1634%2C1899%2C1339>.

<sup>365</sup> Ibidem.



Por isso, algumas medidas que rumariam para a construção de um novo cemitério na capital passaram a ser tomadas. A autorização para essa edificação tão necessária veio através da Resolução nº 500 de 28 de maio de 1858. Primeiro, foi aberto um crédito de trinta contos de réis (30:000\$000) que seriam utilizados na edificação do cemitério em Aracaju e em outras regiões da província. Em 1859, foi instituída uma comissão que se encarregaria de coordenar a obra, formada pelos cidadãos: Cônego Agostinho Rodrigues Braga (presidente da Câmara), Elizário Muniz Telles (vigário da Freguesia), Dr. Guilherme Pereira Rabelo, engenheiros Francisco Pereira da Silva e Sebastião Pirro, além do Dr. Francisco Sabino Coelho de Sampaio.<sup>366</sup> Esses homens, que estavam inicialmente empenhados na obra do cemitério, eram pessoas que possuíam uma posição social de destaque e ocupações que contemplavam a relação entre o discurso científico em ascensão, representado por médicos e engenheiros, e pela Igreja Católica, representada pelos padres.

Porém, a primeira comissão não mostrou resultados até o início de 1860, o que provocou a exoneração de alguns membros e a entrada de outros. Assim, o Cônego Agostinho Braga saiu e foram nomeados para os lugares dos doutores Guilherme Pereira Rabelo e Francisco Sabino, respectivamente, José Casado Aciole de Lima (chefe de Polícia) e Carlos Esperidião de Melo e Matos (promotor público). Uma das primeiras medidas tomadas pela nova comissão foi convidar os Missionários Apostólicos Capuchinhos Frei Davi de Umbértide Perúgia e Frei Paulo Antônio de Casanova para realizar uma Santa Missão em Aracaju. Segundo Tatiane Oliveira da Cunha, o Frei Davi de Perúgia “foi companheiro de missão de Frei Paulo, permanecendo em Sergipe até 1879.”<sup>367</sup>

Ao passo que mudanças aconteciam na comissão, as majestades imperiais visitaram a província sergipana e, claro, a sua capital recém-inaugurada. Meses antes, a euforia da notícia e de tão importante chegada fez a Câmara preocupar-se com o “*acêio e melhoramento desta Capital*”, além de recomendar aos munícipes que “[...] *dirijão as SS. MM. II. suas felicitações em signal do publico regosijo, illuminem suas casas durante o tempo em que os Augustos visitantes estivessem nesta Capital.*”<sup>368</sup> Além disso, lampiões usados na iluminação da cidade foram consertados para que a população pudesse apreciar a passagem dos ilustres visitantes. No dia 6 de janeiro de 1860, o presidente da província confirmou à Câmara Municipal de

<sup>366</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 41, 16 de maio de 1860, p. 2.

<sup>367</sup> CUNHA, Tatiane Oliveira da. *Liberdade religiosa em questão no Brasil: práticas e representações e imprensa nos conflitos entre católicos e protestantes em Sergipe (1867-1927)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro -UNIRIO, Rio de Janeiro, 2021, pág. 83.

<sup>368</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 47, 29 de setembro de 1859.

Aracaju a chegada de D. Pedro II, da Imperatriz Teresa Cristina de Bourbon e de sua comitiva. Encheu-se o caminho a ser percorrido pelo imperador e sua esposa com bandeirolas em tom escarlate, verde e amarelo, contendo a representação das armas imperiais.<sup>369</sup> A notícia de tão faustosa visita levou milhares de pessoas de vários pontos da província para Aracaju.

Os homens mais ricos da província foram convocados para organizar a recepção às majestades imperiais. Por causa dessa nobre visita, tentou-se melhorar a aparência da capital através do aterramento de praças, em especial a do Palácio, do nivelamento de ruas e da abertura de uma vala de esgoto.<sup>370</sup> Moradores da capital, escravizados e livres, se dispuseram a realizar o trabalho, porém o estado exíguo dos cofres não permitiu a realização de todos eles. O governo também estava preocupado em modificar a aparência da Rua da Aurora, a principal rua da cidade. Organizou-se a construção de dois bueiros de pedra para dar escoamento às águas formadas por duas grandes escavações.<sup>371</sup> Também foi construído na Rua da Aurora, em 1860, um atracadouro de madeira para o desembarque de suas majestades que estavam a bordo do vapor “Apa”. A ponte estava “*elegantemente preparada*”<sup>372</sup> para recebê-los. Ali mesmo, o imperador recebeu das mãos do presidente da Câmara Municipal, Cônego Agostinho Braga, as chaves da cidade como símbolo de homenagem e respeito à Monarquia. Depois de muitas mudanças e reparos, a famosa “Ponte do Imperador” se tornou um dos marcos arquitetônicos da paisagem aracajuana. No seu diário, o augusto visitante escreveu sobre a impressão que teve da paisagem da pequena cidade situada à beira-mar: “*Aracaju não é feio com seu grande coqueiral defronte na margem esquerda do Cotinguiba.*”<sup>373</sup>

---

<sup>369</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 47, 29 de setembro de 1859.

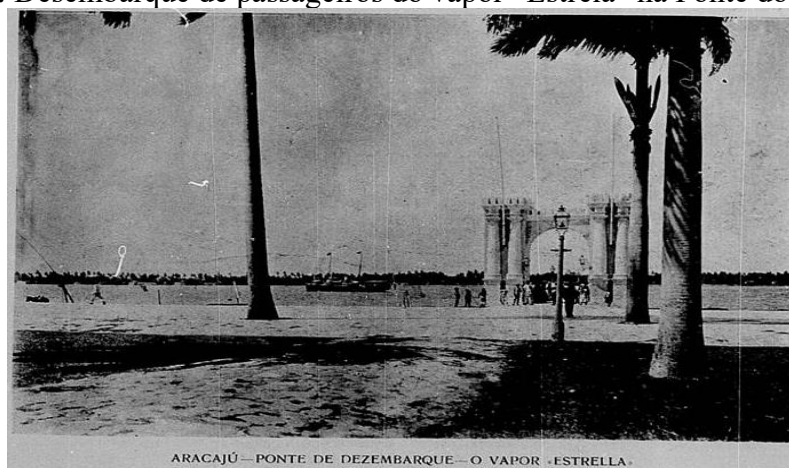
<sup>370</sup> GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatório apresentado a Assembléa Provincial de Sergipe...* op. cit., p. 26.

<sup>371</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>372</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 06, 11 de janeiro de 1860, p. 1.

<sup>373</sup> Início do texto do diário de D. Pedro II. Viagem à costa leste – 3ª parte (Paraíba, Alagoas e Sergipe), 25/12/1859 a 11/01/1860, p. 13. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/VOL04.pdf>.

**Figura 7:** Desembarque de passageiros do vapor “Estrela” na Ponte do Imperador



Fonte: *Kosmos* - Revista Artística, Científica e Literária (RJ), Edição nº 06, 1906, p. 37.

Já pisando em solo aracajuano desde o dia 11 de janeiro, em meio a foguetes – que eram proibidos na cidade, a não ser nas solenidades religiosas –, saudações eufóricas, cerimônias e beija-mão, D. Pedro II visitou alguns locais no dia seguinte à sua chegada. A “maquiagem” feita pelo governo para esconder a real situação das ruas da cidade não passou despercebida aos olhos do imperador: “*Que agora é que botaram terra sobre a areia das ruas, não contavam com a chuva de hoje que formou bastante lama e que as ruas de Maroim acabaram de calçar-se por causa de minha visita [...]*.”<sup>374</sup> No dia 12, saiu cedo do Paço, dirigiu-se a algumas obras, foi ao Povoado de Santo Antônio e, na volta, visitou o cemitério da cidade, que ficava “na quadra do terreno entre as ruas da Capela e Lagarto ao nascente e, ao poente, as ruas de S. Cristóvão e Laranjeiras ao Norte e ao Sul [...]”.<sup>375</sup> A primeira visão do monarca foi a seguinte: “*Cemiterio num alto, menos mal situado, e com cerca só de paus. Telheiro capoeira, a cerca tem grandes aberturas.*”<sup>376</sup> O *Correio Sergipense*, jornal encarregado de fazer a cobertura da visita, descreveu a cena em que Pedro II “*perguntou ao vigario desta capital porque era assim tão pouco respeitado na capital de um paiz christão o jazigo dos mortos*”. Então, o vigário respondeu que “*acontecia isso porque o povo nesta terra ia a noite furtar a cerca do cemiterio para fazer lenha.*”<sup>377</sup> O imperador, abismado com tal comportamento, sugeriu que se colocassem guardas para vigiar o cemitério e também reforçou a urgente necessidade de se construir um novo campo santo para a cidade. Além disso, auxiliou os cofres sergipanos com uma doação de um conto de réis (1:000\$000) destinada à construção do novo “Cemitério do

<sup>374</sup> Ibidem.

<sup>375</sup> DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. Vol. I, p. 59.

<sup>376</sup> Início do texto do diário de D. Pedro II. Viagem à costa leste – 4ª parte (De Aracaju ao Espírito Santo), 11/01 a 28/01/1860, p. 01. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/VOL05.pdf>.

<sup>377</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 07, 16 de janeiro de 1860, p. 1.

Aracajú”. A quantia foi entregue ao presidente da província, Dr. Manoel da Cunha Galvão<sup>378</sup>, que, por sua vez, a repassou ao vigário Elizário Muniz Telles para a compra do material necessário. Outros valores também foram doados pelo imperador para a construção de mais cemitérios em Maruim, Laranjeiras e Estância.

Numa manhã de domingo, dia 14 de maio de 1860, foi feita a bênção do terreno escolhido no ano anterior, além da solenidade de lançamento da primeira pedra. Estiveram presentes nesse ato de fervor e devoção autoridades civis, militares e eclesiásticas. O terreno em que seria edificado o cemitério foi comprado a João Barbosa<sup>379</sup>, conhecido como “Cabeça Mole”, e estava localizado próximo à estrada que ligava Aracaju ao Povoado de Santo Antônio, atualmente chamada de Avenida João Ribeiro. De acordo com o *Correio Sergipense*, a robusta pedra foi conduzida por dez mil pessoas do porto ao local da obra durante os dias da Santa Missão, iniciada pelos freis capuchinhos no dia 4 de maio de 1860<sup>380</sup>. A filantrópica Sociedade de São José dos Artistas também foi fundamental para o início dos trabalhos, pois concedeu para o primeiro dia de serviço 39 homens entre pedreiros e serventes. No final daquele ano, a obra ainda estava na fase inicial, mas o governo esperava que pelo menos o portão fosse colocado e que o cemitério já pudesse atender a população.

Novamente, houve a troca de membros da comissão administrativa responsável pela feitura do cemitério, desta vez no ano de 1861. Passaram por ela o Dr. Hugulino Avres de Freitas Albuquerque, que assumiu a presidência, o Coronel Antônio Carneiro de Menezes, o Alferes Antônio José Pereira Guimarães e o negociante José Pereira de Magalhães. Em vários momentos, a obra acabou sendo paralisada por falta de recursos, visto que as contas provinciais eram deficitárias.<sup>381</sup>

Depois de transcorridos alguns anos, marcados pela instituição de comissões para a construção do cemitério, doações e arrecadação de fundos, o novo cemitério público da capital iniciou suas atividades em 27 de fevereiro de 1862<sup>382</sup> com a denominação de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Império e de Aracaju.<sup>383</sup> No período imperial, apesar de serem públicos

---

<sup>378</sup> Nascido em Porto Alegre, assumiu o governo da província nomeado por carta imperial de 31 de janeiro de 1859. Recebeu o governo das mãos do Dr. João Dabney d’Avelar Brotero e dirigiu a província até 15 de agosto de 1860. (DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. Vol. 1, p. 290).

<sup>379</sup> João Barbosa e Luiz Francisco das Chagas, o “Luizinho”, eram proprietários da maior parte das terras da cidade.

<sup>380</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 70, 15 de agosto de 1860, p. 1.

<sup>381</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 64, 14 de agosto de 1861, p. 2.

<sup>382</sup> Nesse mesmo ano, estava sendo construído um novo cemitério em Cuiabá, que foi inaugurado em 1863 e recebeu a designação de Cemitério da Piedade. (ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Igrejas e Cemitérios: as transformações nas práticas de enterramentos na cidade de Cuiabá - 1850 a 1889*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001).

<sup>383</sup> No âmbito religioso, o século XIX foi marcado pela expansão das unidades eclesiásticas em Sergipe, e, conseqüentemente, novas freguesias foram criadas durante esse período. A igreja, enquanto peça fundamental da

por causa do regime do padroado, “os cemitérios eram destinados exclusivamente ao público católico.”<sup>384</sup> A partir daquele momento, o artigo 5º do regulamento estabeleceu que “*ficção desde já proibidas nesta cidade e seus arredores inhumações em qualquer outro lugar, que não no cemitério [...]*.”<sup>385</sup>

Por volta de 1862, a cólera reapareceu na Vila de Propriá e voltou a preocupar de maneira mais intensa as autoridades sanitárias. Esse mal “vinha fazendo numerosas vítimas por várias partes e a exigir do governo esforços ingentes para debelá-lo.”<sup>386</sup> Em Aracaju, por exemplo, havia uma preocupação com a limpeza da cidade e as condições de conservação dos gêneros alimentícios nos estabelecimentos comerciais e mercados. Durante a sessão extraordinária da Câmara Municipal ocorrida em 11 de setembro de 1862, ordenou-se que o fiscal tentasse se entender com o provedor de saúde para que as posturas pudessem ser cumpridas pela sociedade “*afim de destruir os focos de infecções tão prejudiciais principalmente em epochas epidêmicas.*”<sup>387</sup> Encontraram-se dados que comprovam a existência de medidas como essas que visavam prevenir a invasão do mal, a organização do socorro aos indigentes e a construção de novos cemitérios, incluindo espaços destinados novamente aos que morreriam de cólera.

A doença manifestou-se na capital em 11 de março de 1863, e, a partir daí, supôs-se que o vetor de contaminação foi uma criança recém-chegada da cidade de Maruim. A pequena criatura não resistiu à gravidade da doença, e “*tres dias depois na mesma casa, em que morrera aquella criança, foi acometida uma mulher, seguiu-lhe o marido e mais outra pessoa, que nella residia, e todas tiverão igual destino.*”<sup>388</sup> Seguindo o curso das infecções, em pouco mais de um mês, 236 pessoas foram atacadas pela doença, sendo que 27 delas morreram. O medo do reaparecimento da cólera fez com que o governo também destinasse uma soma para a construção de um outro cemitério na capital, onde seriam sepultados os cadáveres dos que

---

união “trono e altar”, esteve intimamente ligada ao processo de consolidação das cidades, já que a expansão e o adensamento urbano aconteceram em torno principalmente dos prédios religiosos. Ao elevar o Povoado de Santo Antônio do Aracaju à condição de cidade, o presidente Inácio Barbosa instituiu Nossa Senhora da Conceição como a padroeira da cidade.

<sup>384</sup> RODRIGUES, Cláudia, 2005, p. 153.

<sup>385</sup> MENDONÇA, Joaquim Jacinto de. Falla com que foi aberta a 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe. 1862, Documento nº 07, *Regulamento do Cemitério*, 1862, p. 2. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=43&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1158%2C0%2C4170%2C2941>.

<sup>386</sup> DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. Vol. 1, p. 547.

<sup>387</sup> *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 50, p. 1, Documento nº 10/11. 11 de setembro de 1862.

<sup>388</sup> MELLO, Antonio Dias Coelho e. *Relatorio com que foi aberta no dia 3 de maio de 1864 a primeira sessão da decima quarta legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*. Sergipe: Typ. Provincial, 1864, Relatório do Inspector de Saúde Pública, p. 7. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=50&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1369%2C0%2C4385%2C3093>.

viesses a morrer por causa da doença.<sup>389</sup> Ao mesmo tempo que se temia a entrada da cólera, uma epidemia de sarampo ceifou a vida de muitas crianças, principalmente no mês de dezembro, o mais quente e mortífero.

Embora existissem sepulturas vagas no Cemitério de N. Sra. da Conceição, foi posto em operação o “cemitério dos coléricos”, que também era administrado pela diretoria do Hospital de Caridade. No total, sepultaram-se 40 cadáveres, 22 do sexo masculino e 18 do sexo feminino. Destes, nove eram escravizados. De acordo com o governo, “*o serviço do transporte e inhumação dos mortos se fez com a prestesa, e ordem que o caso exigia.*”<sup>390</sup> Determinou-se que todas as despesas feitas com o porteiro, o coveiro e a condução dos cadáveres de pessoas miseráveis seriam pagas pelos cofres da tesouraria da fazenda e que o chefe de polícia seria o responsável por transportar os cadáveres dos lazaretos e enfermarias para esse cemitério.<sup>391</sup>

Cadáveres de indivíduos que não professavam a fé católica poderiam ser sepultados num terreno anexo e separado do Cemitério de Nossa Senhora da Conceição. Esse espaço também deveria “*ser fechado por muro ou cerca de madeira, visto pertencer ao Cemiterio, haver entrada diferente.*”<sup>392</sup> No entanto, até o ano de 1866, a Câmara Municipal de Aracaju não registrou nenhuma execução do Decreto nº 3.069 de 19 de abril de 1863, que regulava o registro dos nascimentos, casamentos e óbitos de “*pessoas que profissão religião diferente da do estado.*”<sup>393</sup> A direção do cemitério foi transmitida pelo governo provincial para as mãos da comissão administrativa do Hospital de Caridade, que também dependia da receita que o cemitério produzia. Contratou-se um porteiro para trabalhar todos os dias no cemitério, e o primeiro a assumir esse cargo foi o cidadão Francisco Joaquim da Trindade.<sup>394</sup> Ele era o responsável pelo controle dos sepultamentos e pelo asseio do cemitério. Também prestava serviços o mordomo do Hospital de Caridade, que cuidava principalmente da parte financeira da instituição. Nesse mesmo ano, foram reiniciadas as obras da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, atual Catedral Metropolitana. O regulamento também dispunha de normas que visavam padronizar o comportamento da população naquele espaço: “[...] *permitindo-se*

---

<sup>389</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 08, 31 de janeiro de 1863, p. 4.

<sup>390</sup> MELLO, Antonio Dias Coelho e. *Relatorio com que foi aberta no dia 3 de maio de 1864 a primeira sessão da decima quarta legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe, Relatório da Comissão Administrativa do Hospital de Caridade*, p. 6.

<sup>391</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 15, 23 de fevereiro de 1863, p. 2.

<sup>392</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>393</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM1, Vol. 54, Documento nº 12, 17 de julho de 1866.

<sup>394</sup> *Ibidem*, p. 2.

*entrada franca ás pessoas, que quizerem visitar, uma vez que entrem a pé, descobertas e se condução com todo o respeito. No cazo contrario, serão disso advertidas [...].*<sup>395</sup>

Algumas dificuldades foram aparecendo ao longo dos primeiros anos de funcionamento do cemitério, sendo que a mais citada era a dificuldade de acesso da população ao campo santo. Meses depois da inauguração, o Cônego Vigário Elisiário Telles afirmou que na Freguesia de São Salvador do Aracajú não havia um cemitério decente onde “*possão descançar os restos mortaes de nossos irmãos, ainda continuão os abuzos de se sepultarem os cadaveres pelos matos a pretexto de não terem quem os conduza para o Cemiterio.*”<sup>396</sup> O regulamento do cemitério previa a aquisição de “*um carro funebre ou algum outro vehiculo de transporte aprovado pela Policia e pela Autoridade Sanitaria para conducção dos cadaveres do mesmo Hospital.*”<sup>397</sup>

Assim, figuraram nas contas do Hospital de Caridade do ano de 1862 despesas com a compra dos materiais necessários para a construção de dois carros fúnebres (160\$000) e com o sustento dos animais utilizados nesse transporte. Esses carros, que serviam para transportar os cadáveres do hospital para o cemitério, também podiam ser alugados a quem precisasse, desde que fosse transportado um cadáver por vez e dentro de caixões com tampa. A comissão administrativa criou um transporte regular de cadáveres, porém o parco rendimento do cemitério não estava dando conta das despesas com as cocheiras. Portanto, voltou-se ao costume de conduzir os corpos “à mão”. Nenhum cadáver deveria ser sepultado antes de 24 horas, salvo em situações epidêmicas ou em caso de urgência atestada pelo médico.

Um outro problema detectado nas fontes dizia respeito aos enterramentos dos indigentes no cemitério em 1868. O chefe de polícia da capital pediu ao presidente da província que tomasse “*providencias a fim de que não fiquem inseultos os cadaveres de pessoas indigentes, cujos paes ou parentes não podem pagar os direitos parochiaes, e que por isso são por mim ou pela comissão do Hospital desta cidade repellidos!*”<sup>398</sup> No entanto, essa ação acabou gerando desentendimentos entre o chefe de polícia da capital e o vigário José Luiz de Azevedo, que foi acusado de falta de caridade.

Àquela época, quem desejasse sepultar seus entes queridos mais nobres nesse cemitério deveria desembolsar a quantia de trinta mil réis (30\$000) para as carneiras de primeira ordem e vinte e cinco mil réis (25\$000) para as de segunda ordem. Nas carneiras eram depositados os

---

<sup>395</sup> MENDONÇA, Joaquim Jacinto de. Falla com que foi aberta a 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe, Documento nº 07, *Regulamento do Cemitério*, p. 4.

<sup>396</sup> APES, Fundo Clero, AG4 Vol. 15, *Documento nº 108*, p. 1.

<sup>397</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 16, 20 de fevereiro de 1862, p. 1.

<sup>398</sup> APES, Fundo Clero, AG Vol. 19, *Documento nº 167*, 30 de maio de 1868, p. 1.



corpos dos membros da elite. Já as demais sepulturas dividiam-se em duas ordens também: as de primeira custavam seis mil réis (6\$000) e as de segunda quatro mil réis (4\$000). Aliás, também se pagava aos coveiros responsáveis por abrir e fechá-las, e, para sepultar crianças até cinco anos, havia descontos nos valores citados anteriormente. Os terrenos destinados à construção de jazigos perpétuos não poderiam ser vendidos por menos de duzentos mil réis (200\$000), situação que favorecia os mais abastados da cidade, pois eles teriam acesso a um melhor espaço no cemitério, contando, também, com melhores condições financeiras de manter os suntuosos túmulos de família. Qualquer pessoa que tivesse a licença do mordomo estava autorizada a plantar arbustos ou ciprestes junto às sepulturas/aos túmulos de seus parentes e amigos. Porém, deveriam ter cautela para não “*impedirem a livre circulação do ar nem damnificarem as sepulturas e tumulos visinhos.*”<sup>399</sup> Diante do exposto, pôde-se perceber que o cemitério possuía uma organização espacial própria, isto é, cada cadáver teria o seu espaço naquele campo santo, o que se tornou prática comum nos cemitérios oitocentistas.

**Figura 8:** Túmulo de 1876, o mais antigo encontrado no Cemitério Santa Isabel, que, atualmente, é de caráter privado



Fonte: Acervo pessoal (2019). Na imagem, lê-se: “JAZIGO PERPÉTUO Por despacho de sua Exc.<sup>ia</sup> Rev.<sup>ma</sup> de 22 de dezembro de 1876. Aqui jazemos os restos mortaes de Jesuina Carolina Alves de Sampaio virtuosa esposa exemplar mai de família Falleceu a 20 de fevereiro de 1875 Deos haja a sua alma na manção dos justos.”

Em sua defesa, o vigário alegou que o chefe de polícia, munido de informações falsas, já teria feito esse tipo de acusação contra ele mais de uma vez. E mais: disse que o representante policial desconhecia o regulamento do cemitério, aprovado em 12 de fevereiro de 1862, e que

<sup>399</sup> MENDONÇA, Joaquim Jacinto de. Falla com que foi aberta a 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe, Documento nº 07, *Regulamento do Cemitério*, p. 3.



tanto o sacerdote quanto a mordomia do Hospital de Caridade estavam concedendo sepultura gratuita aos pobres quando necessário. A estes eram destinadas sempre as sepulturas de segunda classe. Contudo, o pároco afirmou que a situação de indigência do falecido não deveria ser comprovada pela família, e sim pelo delegado ou subdelegado. Mas o regulamento dizia que o eclesiástico também estaria apto a emitir o tal atestado de pobreza, informação que foi omitida no ofício talvez para pressionar o acusador. Segundo o padre, essa foi uma querela incitada pelo chefe de polícia em exercício, pois alegou que, desde que assumiu a Freguesia, em 15 de junho de 1866, não houve casos de cadáveres insepultos ou de negação de sepultura a indigentes. No final do ofício, o religioso completou:

**Sei muito bem até onde s'estende e obriga a caridade, e não sou tão idiota, que desconheça quaes os deveres**, que a humanidade, e quaes os, que me prescreve a Constituição Synodal na qualidade de Parocho antes porem tenho convicção de que sei cumprir com estes, e com aquelles, e que, com quanto siga o preceito de S. Paulo de que – Quem vive do Altar, deve comer do Altar, **só procuro os meos direitos d'aquelles que estão no caso de pagar tanto a mim, como ao Hospital**, cujo redito é o patrimonio da pobresa, a quem não devemos defraudar.<sup>400</sup> (grifos nossos)

Com base no trecho acima, é importante destacar que as encomendações também deveriam ser gratuitas aos indigentes. Para responder às acusações feitas, o vigário lembrou uma situação ocorrida no ano anterior na qual o chefe de polícia negligenciou a queixa do religioso quando este denunciou João de tal, conhecido como “*Quarta-Feira*”, por ter “*inhumado nos mattos úm seo filho, a Policia despresou meo pedido, a despeito de ter repetido mais uma vez [...]*.”<sup>401</sup> Ao visitar o Cemitério de N. Sra. da Conceição naquele ano de 1868, o Vigário Geral Barroso lamentou o estado de má conservação da necrópole. A primeira queixa foi direcionada à administração que vinha sendo feita pelo Hospital de Caridade,

*[...] q' pouca attenção tem prestado a doação, q' lhe fôra feita, como se vê pelo estado em q' se achão o Cemiterio, e a Capella, parece justo q' passe á administração Parochial o m<sup>mo</sup> Cemiterio, e q' sua renda faça parte da pequena receita da Fabrica com o q' poderá o Parocho não só accudir as necessidades da Igreja Matriz [...] como dar a decencia, q' tanto reclamão a Capella e Cemiterio, onde descansão os restos de nossos semelhantes.*<sup>402</sup>

---

<sup>400</sup> Ibidem, p. 2-3.

<sup>401</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>402</sup> Fundo Clero, AG4 Vol. 19, *Documento n° 66*, 02 de maio de 1868, p. 3.

O fato é que, desde que foi criado, a administração do cemitério sempre esteve nas mãos do poder civil, e era notável o incômodo do representante da igreja por essa instituição não estar à frente disso. Então, o vigário expôs os seus argumentos no texto com o intuito de convencer o presidente da província a “devolver” o controle do cemitério de Aracaju ao poder religioso.

No ano de 1870, marcante por inaugurar uma época de transformações pós-Guerra do Paraguai, a situação permanecia a mesma em relação aos problemas do cemitério, e, naquela ocasião, foi o mesmo vigário quem solicitou ao presidente da província a construção de um outro cemitério: “[...] V. Ex.<sup>a</sup> não calcula *quanto é difícil a condução d’um cadaver para o Cemiterio actual, e maiormente na estação invernosa, por que então sua frente é toda um lago.*”<sup>403</sup> A capela do cemitério que ainda estava por acabar parecia uma “*ermida velha e despresada*”. Segundo o vigário, não era possível realizar missas naquele lugar, que não possuía ao menos um altar, crucifixo, imagens, castiçais e outros objetos indispensáveis para o culto católico. Entre outras coisas, deixou claro no ofício que ele possuía autorização do Prelado Diocesano para “*levantar um Cemiterio em lugar mais comodo*”<sup>404</sup>, mas que esse projeto esbarrou na oposição do Hospital de Caridade, instituição responsável pelo cemitério em atividade.

Pelas reclamações, vê-se que a iniciativa tomada em 1864 para melhorar as condições estruturais do cemitério não deram certo. Se o objetivo do cemitério era prover mais recursos ao hospital, estava acontecendo o contrário, pois as despesas estavam maiores do que os rendimentos. Naquele tempo, o governo ordenou que o engenheiro a serviço da província consultasse a planta do cemitério junto ao Hospital de Caridade para que, posteriormente, o orçamento detalhado do restante da obra fosse apresentado. A presidência reiterou também que a capela existente no cemitério era provisória e logo outra “*em forma gothica, deveria ser definitivamente construida*”<sup>405</sup> para a realização dos atos religiosos e, também, servir de depósito dos cadáveres dos doentes provenientes do hospital. Outras necessidades também surgiram nos anos seguintes, como a colocação de grades nos muros do cemitério e a conclusão das obras dos carneiros destinados “*á inhumação dos pavulos.*”<sup>406</sup>

Outra tentativa foi feita pelo pároco da capital em 1871, quando confessou à continuidade a dificuldade para se conduzir os cadáveres ao cemitério não só pela distância, mas pela falta de pessoal: “*Finalmente é bem sabido que o Cemiterio actual pela longitude em*

---

<sup>403</sup> Fundo Clero, AG4 Vol. 18, *Documento nº 30*, 10 de janeiro de 1870, p. 1-2.

<sup>404</sup> *Ibidem*.

<sup>405</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 66, 24 de agosto de 1864, p. 2.

<sup>406</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 09, 1º de fevereiro de 1866, p. 3.

que se acha, **torna tão difíceis os enterramentos**, que as veses não se acha quem condusa para elle os cadaveres.”<sup>407</sup> O vigário José Luiz de Azevedo estava ciente dos custos que essa grande obra acarretaria ao governo, então sugeriu que a Assembleia Provincial lhe concedesse a autorização para construir um cemitério mais próximo e “nas condições que exige a hygiene”. Garantiu também que este novo campo, “em nada pode prejudicar o existente, que por uma Lei Provincial foi fado ao Hospital de caridade desta Freguesia”.<sup>408</sup>

Anos mais tarde, em abril de 1873, a população da cidade ainda estaria reclamando frequentemente da falta de um “**caminho commodo e curto, que torne praticável á qualquer hora a comunicação do centro da cidade com o cemiterio de N. S. da Conceição, situado além de um elevado [ilegível] na estrada que se dirige ao povoado de S. Antonio.**”<sup>409</sup> Essa reclamação fazia todo o sentido, principalmente num ano em que se sepultaram mais cadáveres por conta da epidemia de varíola. Os pobres enfermos que morressem no lazareto destinado ao tratamento da doença seriam conduzidos ao cemitério no esquife do Hospital de Caridade. Para satisfazer ao pedido popular, a Câmara Municipal propôs a construção de uma estrada que, principiando na Rua de Japarutuba, levaria ao cemitério e pediu que um engenheiro a serviço da província fizesse a planta e o orçamento da obra. Porém, a situação dos cofres municipais impediu que o projeto saísse do papel.

## 2.4 Da feira livre à casa do mercado

Em 13 de fevereiro de 1858, o inspetor de saúde acusava a venda de farinha de mandioca “**corrompida e incapaz de servir para nutrição.**”<sup>410</sup> nos mercados da capital, que possuía 5.969 habitantes, de acordo com o mapa estatístico publicado em 15 de abril.<sup>411</sup> A Resolução nº 587 de 12 de julho de 1858 aprovou diversos artigos de posturas da Câmara Municipal de Aracaju. Façamos um breve comentário acerca do conteúdo das posturas: o artigo 1º versava sobre a feira, que deveria ocupar a rua que seguia em direção à Capela de São Salvador. A cada segunda-feira, das 7 horas da manhã até as 15h da tarde, o tráfego de pessoas vindas de várias partes se intensificaria por conta dela. Não era rara a falta de cédulas no comércio da capital, o que fazia a população mais pobre deixar como pagamento algum objeto que para eles era

<sup>407</sup> Fundo Clero, AG4 Vol. 20, 11 de janeiro de 1871, p. 2.

<sup>408</sup> Ibidem.

<sup>409</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 61. 30 de abril de 1873, Documento nº 13, p. 1.

<sup>410</sup> Fundo Governo (G1) Vol. 2204, *Documento* 58, p. 1.

<sup>411</sup> BROTERO, João Dabney. Relatório com que foi aberta 1ª sessão da duodecima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe. *Mapa estatístico da população livre e escrava da provincia de Sergipe*, nº 01, p. 179.

significativo. O responsável por “abrir” e “encerrar” a feira, bem como manter a ordem, era o fiscal da Câmara, que, obviamente, não conseguia dar conta de tudo. Sendo assim, diante da impossibilidade de ter uma guarda composta por fiscais, a Câmara solicitou ao presidente de província que fossem disponibilizadas duas praças de polícia para manter a “*boa ordem*”, a regularidade da feira e o cumprimento das posturas.<sup>412</sup> Até então, o corpo de polícia atuante em Aracaju possuía mais de 100 soldados em serviço.<sup>413</sup>

Majoritariamente, ocorreria a comercialização de produtos básicos que também eram vendidos diariamente, como farinha, feijão, milho, arroz, legumes, frutas, açúcar, café, azeite, aves, ovos e peixes. Aracaju produzia e exportava sal, açúcar, coco, mandioca, milho, inhame e outros gêneros. Uma das principais queixas da municipalidade era a falta de boas estradas que ligassem diretamente a capital aos centros produtores desses gêneros, e, como consequência disso, os produtos precisavam passar por outros mercados antes de chegar por aqui e serem revendidos por altos preços. Precisava-se melhorar a estrada que ligava a capital à cidade de Laranjeiras e construir uma estrada para a Vila de Simão Dias, que era um importante entreposto comercial do centro da província em razão da proximidade que essa vila tinha com a Bahia.<sup>414</sup>

Outra competência do fiscal seria a de acompanhar a matança diária do gado a fim de coibir a venda da carne de algum animal acometido de moléstia. A esse respeito, também se determinou no artigo 10º que “*a carne verde, que se tiver de retalhar nesta cidade, deverá ser morta pelas 5 horas da tarde do dia antecedente, e depois das 2 horas da tarde do dia seguinte, a que não tiver vendido será retirada do açougue por seus donos.*”<sup>415</sup> Caso houvesse alguma divergência entre o dono do gado e o fiscal, o médico do matadouro estaria ali para resolver e dar o veredicto. Foi reservado um espaço para o estabelecimento de medidas higiênicas como a não exposição de gêneros alimentícios arruinados, de balanças de pão sujas e a reiteração da responsabilidade dos proprietários de lojas e vendas da cidade pela limpeza e pelo asseio de seus imóveis. Mas, pelas reclamações do fiscal da Câmara, parece que a aprovação das posturas não foi suficiente para que as pessoas passassem a respeitá-las.

Com o avançar dos anos, a aglomeração dos animais pelas ruas da capital, principalmente os que serviam na vendagem de água e nos dias de feira, incomodava cada vez mais os que administravam a cidade. Faltavam pastos para acomodar esses animais que traziam

---

<sup>412</sup> APES, Coleção Câmaras Municipais, CM<sup>1</sup> Vol. 47. *Ofício ao presidente da província Dr. Manoel da Cunha Galvão*. 21 de março de 1859.

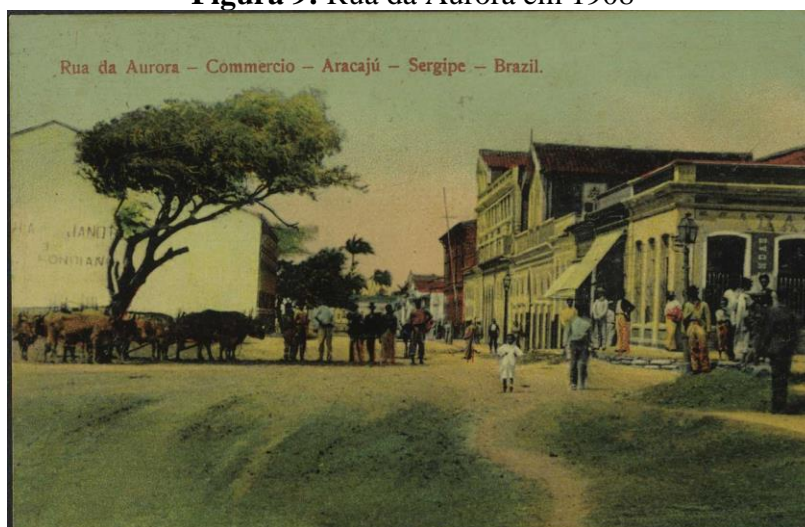
<sup>413</sup> BROTERO, João Dabney. *Relatorio com que foi aberta 1ª sessão da duodecima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe*. Mapa nº 04, p. 182.

<sup>414</sup> APES, Coleção Câmaras Municipais, CM<sup>1</sup>, Vol. 52.

<sup>415</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 42, 14 de agosto de 1858, p. 1.

as mais diversas mercadorias. Conforme afirmou Katia Mattoso, “no século XIX, cavalos e burros eram indispensáveis aos transportes. Todos montavam a cavalo ou em dorso de mula para fazer visita a um amigo ou levar recados e mercadorias.”<sup>416</sup> E o barulho dos inúmeros pequenos produtores que chegavam à cidade em canoas e animais para vender gêneros alimentícios no comércio fez com que, nos anos de 1870, já se tentasse acabar com a desordem provocada pela feira. Devia ser fácil encontrar pessoas com seus tabuleiros e caixinhas comercializando fazendas, molhados ou miudezas. Por isso, a construção de um mercado municipal foi idealizada, e o terreno onde o prédio seria edificado foi doado pelo Barão de Maruim: “*Uma casa de mercado n’esta Cidade, como se propõe construir a referida Comissão, onde os feireiros possam abrigar-se aos seus generos das intemperies atmosféricas, é uma necessidade de ha muito reconhecida, e que satisfeita, creio, dará resultados duplamente vantajosos.*”<sup>417</sup>

**Figura 9:** Rua da Aurora em 1908



Fonte: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1465663/icon1465663.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1465663/icon1465663.jpg).

Depois que o mercado improvisado passou a funcionar na Rua da Aurora, esquina com a Rua de Laranjeiras, a feira que acontecia livremente deveria ser extinta e transferida para esse local, de acordo com as posturas. A casa pertencia à comissão administrativa do Hospital de Caridade, que alugava as bancas dentro do mercado a quem quisesse negociar e, até o final do século, funcionaria naquele espaço de maneira bastante precária. Mesmo com a entrega da obra,

<sup>416</sup> MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia no século XIX...* op. cit., p. 59.

<sup>417</sup> RAMOS, Angelo Francisco. *Falla com que foi aberta, no dia 20 de janeiro de 1866, a primeira sessão da decima quinta legislatura da Assembléa Legislativa d’esta provincia.* Sergipe: Typographia Provincial, 1866, p. 16. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=54&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1252%2C-1%2C4166%2C2939>.

a feira acontecia livremente na rua sem intervenção da Câmara, o que acabava prejudicando os rendimentos do mercado. Essa situação foi relatada pelo presidente da província: “[...] *triste espetáculo que esta Capital oferece á seus visitantes de consagrar um dia a ociosidade, e talvez a depravação dos costumes...*”<sup>418</sup> Ao mesmo tempo, também já se tratava da construção de um cais na Rua da Aurora, situada defronte ao rio que banhava Aracaju, principalmente em benefício do comércio e por motivos de “[...] *segurança da Cidade que sempre se vê ameaçada pelas enchentes do rio.*”<sup>419</sup> Além disso, se pensou fazer um “*chalet*” nesse mesmo cais para a comercialização do peixe destinado ao consumo da população.<sup>420</sup>

Em 1870, uma representação foi enviada ao chefe de polícia para denunciar

*[...] a cerca dos cubiculos que se estão preparando dentro da casa do mercado p<sup>a</sup> o corte de carne verde [...] p<sup>r</sup> q<sup>to</sup> não só é improprio o lugar em que estão collocados os cubiculos que recebem toda parte do quentura do sól, cocmo por serem estes apertados e todos feixados, sem que possa haver sempre ár livre [...].*<sup>421</sup> (grifo nosso)

Esse problema estrutural do mercado estaria sendo prejudicial à saúde. Mesmo com o mercado em funcionamento, a população reclamava, através de publicações apelativas na imprensa, da desordem provocada na cidade pelos animais e pela não fiscalização dos funcionários da Câmara:

**A camara tem um codigo de posturas e ainda nenhuma d’ellas foi executada. As praças vivem cheias de cavallos com cordas ao pescoço,** para no caso de serem apreendidos, os seus donos desculparem-se, dizendo que estavam amarrados; **os senrs. fiscais dormem; os porcos vivem fossando até as penas dos senrs. fiscaes,** e elles consentindo e até por fim não enxergaram **um chiqueiro entre o mercado e a Matriz,** e a não ser a energia dos senrs. presidente da camara existia ainda hoje o tal chiqueiro tão prejudicial á salubridade publica. **As carnes que vem para o consumo são de pessima qualidade** e até, consta-nos que tem vindo carne, cujo boi ou vacca tinha a passarinha tão inchada que já estava do tamanho de um fiscal!!! **Os cães vivem crusando as ruas e estragando tudo que encontram.** As **formigas** que os senrs. fiscaes apregoavam já extinctas, continuam a estragar os jardins e plantações; e finalmente **até as cabras, ovelhas e bodes vivem pelas ruas fazendo caretas aos snrs. fiscaes!!** Que indolencia!!<sup>422</sup> (grifos nossos)

<sup>418</sup> CARDOZO JUNIOR, Francisco José. *Relatorio com que o exm. snr. Tenete-Coronel Francisco José Cardozo Junior abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*. Typ. do Jornal do Aracajú de 1871, p. 74. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=66&s=0&cv=1&r=0&xywh=-262%2C772%2C2350%2C1658>.

<sup>419</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 59, 23 de janeiro de 1871.

<sup>420</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 65, 18 de janeiro de 1877.

<sup>421</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 58, Documento nº 11, 19 de setembro de 1870, p. 1.

<sup>422</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 448, 28 de janeiro de 1874, p. 4.

Percebemos, pelas palavras do acusador, que existia um curral a céu aberto nas praças e ruas da cidade, e a Câmara fazia vistas grossas para o problema. Além do mais, na mesma publicação foi feita a ameaça de que, se o município não se manifestasse para resolver, a queixa seria repassada diretamente ao governo da província para que este desse uma solução. Oficialmente, também foram feitas reclamações contra a Câmara de Aracaju, que foi tida pela presidência da província como pouco zelosa no cumprimento dos deveres municipais. E a lista de problemas era grande:

**Falta constante e prolongada dos vereadores**, que deixam passar os dias e os mezes, sem se reunirem em sessões ordinárias, para tratarem das necessidades urgentes que o município reclama; **completo esquecimento e desprezo de suas posturas**, que o respectivo fiscal não procura cumprir, aconselhando os cidadãos a respeitarem as suas disposições, e quando não respeitadas, multando-os e lavrando os competentes autos de infração, sujeitando-os logo á autoridade respectiva, para fazer os competentes processos.<sup>423</sup> (grifo nosso)

Como resposta às reclamações que envolviam os animais, em 1872 os vereadores aprovaram o aforamento de um terreno na região da “Aroeira”, subúrbio da cidade, “*onde serão construídos um curral e barraca para serem recolhidos animaes dos fereiros e mercadores que concorrerem diariamente a esta Capital e os animais que devagão constantemente pelas ruas contra as posturas do 1º de Fevereiro de 1870.*”<sup>424</sup> Com essa medida, revogou-se o artigo da referida postura que concedia licença aos donos de qualquer animal para que estes ficassem nas ruas. E os ferreiros que vinham para a capital trazer seus gêneros para serem comercializados no mercado deveriam pagar o valor de cem réis (\$100) pela estadia de cada animal no curral.<sup>425</sup>

Nem o templo sagrado da cidade, a Igreja de São Salvador, escapou da ação das formigas. A queixa foi proferida no ano de 1873, quando o pároco alegou que existia um “*velho e grande formigueiro*” no quintal de umas casas do comendador José Narbone, localizada na Rua da Conceição. O problema era que a igreja fazia vizinhança à casa de Narbone, e o ataque desses pequenos animais estava contribuindo para o estado de ruína de várias partes daquele

<sup>423</sup> MACEDO, Luiz Alvares de Azevedo. *Relatorio apresentado perante a Assembléa Legislativa Provincial da província de Sergipe pelo exm. snr. presidente da mesma*. Typ. do Jornal do Aracajú, 1872, p. 50. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=70&s=0&cv=1&r=0&xywh=-739%2C594%2C3327%2C2347>.

<sup>424</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 60, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, 24 de maio de 1872, Documento nº 08, p. 1.

<sup>425</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 60, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, 21 de junho de 1872.

prédio. O sacerdote lançou a proposta de unir-se ao comendador para resolver o problema, mas não obteve uma resposta positiva do negociante argelino. Então, a saída encontrada foi recorrer ao presidente da província para tentar “*salvar da ruína, que o ameaça [...]*.”<sup>426</sup> O vigário José Luiz de Azevedo pediu que fosse realizado um serviço de baixo custo, mas que se remediasse a estrutura da igreja.

Em adição, a Câmara propôs a já referenciada Resolução nº 973 de 1874, que trazia no seu conteúdo artigos que contemplavam o funcionamento do comércio da cidade, bem como a circulação de animais. O de número 71 estabeleceu a multa de dois mil réis (2\$000) para cada animal que estivesse pastando nos logradouros públicos. E, caso houvesse apreensão, o dono deveria procurá-lo em até 48 horas no curral do conselho, caso contrário, o animal seria arrematado em praça pública. Haveria a dedução dos valores referentes às despesas da multa, que iriam direto para o cofre municipal, e o restante seria devolvido ao dono. Em relação aos porcos, o artigo 76 proibiu a criação de porcos dentro da área da cidade e em seus subúrbios. Para os cães que estivessem vagando pelas ruas, a punição era bem mais rígida: “[...] *sendo mortos a bollas envenenadas os que assim forem encontrados.*”<sup>427</sup> A exceção à regra era aplicada se o cão fosse de raça, porém desde que o animal carregasse em seu pescoço uma chapa de metal com o nome do dono. Mesmo assim, ainda era preciso portar uma licença da Câmara. Nos anos que se seguiram à decisão, ocorrências de animais soltos continuaram sendo notificadas ao poder municipal.

Falava-se, ainda, da péssima qualidade da carne vendida no comércio aracajuano, e, dentro desse contexto, surgiu a proposta de construção de um novo matadouro público na cidade. Para isso, foi celebrado um contrato entre o governo e os cidadãos Aristides da Silveira Fontes e Francisco das Chagas Lima. Além deles, Permínio Couto também foi contratado para executar a obra de um local destinado ao abatimento dos suínos.

Um outro ponto interessante mencionado na acusação dizia respeito ao trabalho dos fiscais que muito deixava a desejar. Por isso, foi criado pela Câmara o cargo de ajudante do fiscal com um salário de trezentos mil réis (300\$000), mas que logo foi extinto pela Assembleia Provincial. Já em 1870, se indicava que o fiscal não cumpria bem os seus deveres por conta da idade avançada, “*como mesmo por sua ignorancia*”<sup>428</sup>, o que culminou na formulação de uma proposta de demissão do dito empregado público. Pode-se associar essa ineficiência do trabalho

---

<sup>426</sup> APES, Fundo Clero, AG4, Vol. 22, *Documento nº 63*.

<sup>427</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 481, 06 de maio de 1874, p. 2.

<sup>428</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 59, Paço da Câmara da Capital em sessão extraordinária do 1º de junho de 1871, p. 2.



de fiscalização às dificuldades financeiras do município, que vez ou outra provocavam o atraso do pagamento aos fiscais. O Alferes Januário José Góes e Diogo Eugenio Fabio Guerra, filho do primeiro consórcio do ex-vereador e capitão do porto José Moreira Guerra, exigiram o pagamento de “serviços extraordinários” como fiscais da Câmara.<sup>429</sup> Não obstante ter vindo de uma importante família, um ano antes, o fiscal Diogo Guerra foi acusado pelo presidente da Câmara, em 1878, de ser “*apanhado por diversas vezes em graves faltas e por faltar o devido respeito e desobedecer-me no cumprimento de ordens que lhe transmittia, e por isso já transferido para Fiscal do matadouro [...]*.”<sup>430</sup> Mas parece que o jovem rapaz não possuía uma vida muito tranquila, pois, alguns anos antes, Diogo foi preso sob a acusação de ser um dos autores do assassinato do funcionário público Joaquim Estellita Passos, que foi morto misteriosamente em julho de 1866 por causa de dívidas de jogo.<sup>431</sup>

## **2.5 “O estado sanitario d’esta linda mas descuidada capital”<sup>432</sup>: os novos (velhos) problemas de uma capital no final do Império (1880-1889)**

As agitações decorrentes da crise do final do regime monárquico, como o crescimento da campanha abolicionista e do movimento republicano no país, também impactaram a sociedade aracajuana daquela época. Desde 1882, a “Sociedade Libertadora Aracajuana Cabana do Pai Thomaz”, fundada por Francisco José Alves na Rua de Capela, era um espaço de divulgação das ideias de abolicionistas sergipanos e dos problemas educacionais da pequena província. Essa associação abolicionista “atraía para Aracaju, muitos escravizados que fugiam dos engenhos do interior do Vale do Cotinguiba a fim de procurar Alves, que atuava como curador em ações de liberdade na justiça.”<sup>433</sup> Do ponto de vista estrutural, as obras de dessecação dos pântanos e de aterramento e nivelamento das ruas apresentavam avanços visíveis, porém o estado higiênico da capital sergipana, que se pretendia modernizar e oferecer uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes, ainda não era considerado satisfatório. Propostas de construção de canos de esgoto nas principais ruas foram lançadas à Câmara, e a

<sup>429</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 33, de 1879, p. 3.

<sup>430</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 66, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, 07 de fevereiro de 1878, p. 2.

<sup>431</sup> MORAES, José Pereira da Silva. *Relatorio com que foi aberta no dia 21 de janeiro de 1867 a segunda sessão da decima sexta legislatura da Assembléa Provincial da província de Sergipe*. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1867, p. 2. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=56&s=0&cv=1&r=0&xywh=317%2C1226%2C2386%2C1683>.

<sup>432</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 66, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, 09 de junho de 1881, p. 3.

<sup>433</sup> AMARAL, Sharyse Piroupo. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe...* op. cit., p. 100.

limpeza da cidade estava nas mãos dos que cumpriam a pena de galés, ou seja, presos sentenciados da Justiça e que, com certa irregularidade, realizavam trabalhos forçados.

A cidade já contava com uma estação telegráfica, e, economicamente, Aracaju se desenvolvia através do comércio, atividade que estimulou a fixação de estrangeiros, e com a criação da fábrica de tecidos e fiação *Sergipe Industrial*, inaugurada no dia 15 de fevereiro de 1882, por Cruz & Companhia na região do Chica Chaves, atual Bairro Industrial. O empreendimento surgiu da “associação de capitais sergipanos e de outros estados” e contava “com 60 tarefas e 170 operários para a produção de brim, cetim, bulgariana, algodãozinho e estopa.”<sup>434</sup> Inclusive, em 1889, a fábrica recebeu a visita do príncipe consorte Gastão de Orleans, o Conde d’Eu. A respeito desse contexto, a historiadora Maria Thetis Nunes afirmou:

Das transformações estruturais que se processavam, resultaria uma época marcada por visíveis contradições entre uma aristocracia latifundiária tradicional, de base agrícola e feudal, e uma recente burguesia mercantil urbana, oriunda do desenvolvimento de bancos, companhias de navegação, ferrovias e indústrias têxteis.<sup>435</sup>

Em se tratando das ferrovias, alguns projetos que previam a construção delas na província foram apresentados a partir de 1872. O interesse era promover uma ligação eficiente entre as zonas produtoras mais importantes, como Aracaju, Laranjeiras, Simão Dias e Itabaiana. Mas o presidente da Câmara de Aracaju considerou, em 1883, que a melhor opção para o desenvolvimento da província era o melhoramento das barras desta e “*fazer com que ellas deem franco acesso aos navios estrangeiros que demandarem seus portos.*”<sup>436</sup> Assim, ao defender o impulsionamento da navegação a vapor, a administração municipal mostrou-se contrária à implantação da estrada de ferro em Sergipe: “*Não vendo pois a Câmara vantagem alguma para á provincia nessa via ferrea, entendo por sua maioria negar-lhe seu apoio.*”<sup>437</sup>

O indeferimento dessa proposta foi endereçado ao liberal José Ayres do Nascimento, presidente da província que governou durante poucos meses. Vale relembrar que, no Brasil, a primeira linha férrea foi obra da Companhia de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, que recebeu esse título nobiliárquico em 30 de abril de 1854, no ato da inauguração da ferrovia. A locomotiva que puxava os poucos vagões da ferrovia foi apelidada de “Baronesa” em

---

<sup>434</sup> ALMEIDA, Maria da Glória Santana. Atividades Produtivas. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Org.). *Textos para a História de Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS, 2013, p. 110.

<sup>435</sup> NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840/1889)*... op. cit., p. 96.

<sup>436</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 71, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, Documento nº 42, 16 de fevereiro de 1883, p. 1.

<sup>437</sup> *Ibidem*, p. 2.

homenagem a sua esposa Maria Joaquina.<sup>438</sup> Somente com o advento da República é que se verificará a introdução das ferrovias em Sergipe, sendo que a primeira estação ferroviária de Aracaju, construída entre os anos de 1910 e 1911, começou a funcionar em 1913.<sup>439</sup>

Ao mesmo tempo que a fábrica de tecidos lançava fumaça nos ares da cidade, a *Peste Branca*, como era conhecida a tuberculose, já fazia parte do aparelho respiratório dos habitantes, mas ainda não era tida como problema de saúde pública. Com o avanço da medicina, a teoria miasmática, dantes evocada constantemente, agora não mais explica e embasa por si só os problemas urbanos de Aracaju, que continuava a sofrer com as febres perniciosas. Diante do crescimento populacional, os limites do Quadrado de Pirro começaram a se expandir, e a construção de um outro cemitério continuou na pauta dos anos 1880. Essa era a necessidade mais urgente apontada pela administração do município, pois “[...] *pela sua falta os Cadaveres de nossos Irmaos têm servido de pasto aos cães e porcos.*”<sup>440</sup>

Através da descrição de um problema, notamos a permanência de outro: o trânsito desgovernado de animais dentro do perímetro da cidade, já que não havia um curral destinado ao recolhimento daqueles que estavam sem licença para pastagem. Às vésperas da *Belle Époque* (1890-1920), a presença desses animais nas ruas e outros hábitos eram incompatíveis com “o estado adiantado de uma população civilizada.”<sup>441</sup> Os burros e cavalos continuavam provocando transtornos à segurança, principalmente das crianças que “*tem sido victimas de couces e cifres de animaes soltos.*”<sup>442</sup> A obra do edifício do matadouro para o abatimento do gado havia sido concluída e também se construiu um matadouro para porcos e ovelhas, mas uma nova casa de prisão e um quartel maior também eram necessários para a cidade.

---

<sup>438</sup> CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>439</sup> Ver: JESUS, André Luiz Sá de. *Uma história da primeira estação ferroviária de Aracaju (1910-1976)*. 138f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

<sup>440</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 69, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, 22 de janeiro de 1881, p. 1.

<sup>441</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 75, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, 21 de janeiro de 1887, p. 1.

<sup>442</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 76, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, Documento nº 52, 04 de julho de 1888, p. 2.

**Figura 10:** Quartel de Polícia de Aracaju em 1909



Fonte: <https://www.albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=4248474&ctd=217&tot=&tipo=&artista=>.

Essas duas instituições, símbolos da ordem e da disciplina, estavam causando incômodo à população pela forma como estavam se livrando dos dejetos humanos em 1888: “*O despejo de materiaes fecaes do quartel de linha e da casa de prisão desta capital é feito em pleno dia, ao lado norte da Alfandega, com grave prejuízo da salubridade publica.*” Nessa nota publicada na imprensa, solicitava-se que o comandante da companhia fixa tomasse providências para acabar com essa prática e direcionasse o despejo dos detritos para partes desabitadas da praia.<sup>443</sup> Décadas antes, a falta de um poço e de latrinas no barracão que servia de quartel fazia com que os soldados usassem a desculpa de suprirem as suas necessidades para sair durante a noite e irem dormir nas suas casas.<sup>444</sup>

Divergências entre os membros da Câmara e o corpo de polícia também foram registradas ao longo do período estudado, embora esses profissionais atuassem juntos para se fazerem cumprir as posturas pelos moradores. Um dado curioso é que, em uma solicitação de auxílio do corpo policial para garantir o cumprimento das posturas, se pediu que os dois praças soubessem ler e escrever “*porque hão de servir como testemunhas no caso de infração das mesmas posturas.*”<sup>445</sup> O reaparecimento da cólera em países da Europa<sup>446</sup> em meados de 1884

<sup>443</sup> *Jornal A Reforma*, Edição nº 56, 29 de janeiro de 1888, p. 2.

<sup>444</sup> GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da duodecima legislatura...* op. cit., p. 106.

<sup>445</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais CM<sup>1</sup>*, Vol. 66, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, 19 de junho de 1878, p. 1.

<sup>446</sup> Através de um *corpus* documental variado, o autor analisa as consequências econômicas, sociais e políticas da epidemia de cólera na cidade de Elche, Espanha. Ver: JUÁREZ, Mariano Monge. La epidemia de cólera morbo de 1884 en Elche; un elemento de cambio de sociedad y una nueva categoría de la contemporaneidad. *Cultura de los Cuidados* (Edición digital), v. 22, n. 51, mayo-ago. 2018. Disponível em: [https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/77590/1/CultCuid\\_51\\_04.pdf](https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/77590/1/CultCuid_51_04.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022. Em artigo publicado no mesmo ano, Laurinda Abreu apresentou um estudo de caso sobre o cordão sanitário realizado em Portugal no ano de 1885 com o objetivo de mostrar como os governos combatiam as epidemias. Ver: ABREU, Laurinda. A luta contra invasões epidémicas em Portugal: políticas e agentes, séculos XVI-XIX. *Ler História*, v. 73, p. 93-120, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/4118>. Acesso em: 31 jan. 2022.

recolocou as ações de combate à doença no centro das discussões. Pedia-se que a polícia auxiliasse na vigilância da população, de modo que se evitassem condutas que prejudicassem a salubridade da cidade. Dois anos depois, o medo de invasão da doença fez com que a Câmara expusesse as recomendações do Médico da Saúde Pública para acabar com os focos de infecção em Aracaju:

[...] saneamento em ambos os flancos da estrada que parte do fim da rua de Japarutuba á fabrica de tecidos; remoção de cumulos de lixos em diversos pontos da cidade; melhoramento do nauseante rego que obliquamente atravessa a parte posterior do quartel de linha; finalmente o saneamento das praças da Matriz e Rio-Real e completo asseio do littoral da Capital.<sup>447</sup>

Uma ação de desinfecção das casas, realizada no mês de setembro de 1888, provavelmente foi impulsionada pela aparição da *peste das bexigas*, que fez milhares de vítimas em Aracaju, especialmente naquele ano. No total, foram desinfetadas 236 casas, ruas importantes como a de São Cristóvão e a da Aurora, além da casa do mercado.<sup>448</sup> Esse serviço também atendeu os bairros mais afastados do centro, como Estrada Nova, Chica Chaves, Crespo, Catinga e Aroeira.

Sobre o papel assumido pelos médicos naquele final de século, Luís Camargo afirmou que “[...] a nova medicina – já acompanhada da microbiologia – encontrou um espaço bem maior para sua atuação, inclusive ganhando força na administração pública.”<sup>449</sup> Curioso notar que os novos termos científicos também foram adaptados para o campo político, pois, no artigo “*Fome... e peste*”, publicado no *A Reforma*, o governo do presidente da província, bacharel Manoel Araújo de Góes, foi citado da seguinte forma: “*A primeira atacada pelo microbio bacilo-góes foi a desventurada lavoura, ainda há pouco, senão de todo florescente, ao menos tranquilla, calma, encontrando preço rasoavel no mercado aos seus productos*”.<sup>450</sup> O administrador estava sendo criticado pela maneira como conduziu a crise gerada pela queda no preço do açúcar, justamente no momento em que a varíola adentrava os limites da capital. Apesar disso, Sergipe ocupava uma posição de destaque na exportação de açúcar, sendo que,

---

Sobre a cólera na Grã-Bretanha, destaca-se o trabalho de Anne Hardy publicado na *Medical History* em 1993: “*Cholera, quarantine and the English preventive system, 1850-1895*”. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/5C216C2DDEB7E4213DCE2579F7ED19B0/S0025727300058440a.pdf/div-class-title-cholera-quarantine-and-the-english-preventive-system-1850-1895-div.pdf>.

<sup>447</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 74, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, Documento n° 09, 24 de novembro de 1886, p. 1-2.

<sup>448</sup> Fundo Clero, AG4, Vol. 30, *Documento n° 265*, 1° de outubro de 1888.

<sup>449</sup> CAMARGO, Luís Soares de. *Viver e Morrer em São Paulo...* op. cit., p. 231.

<sup>450</sup> *Jornal A Reforma*, Edição n° 54, 15 de janeiro de 1888, p. 1.

“nos anos oitenta, encontram-se os casos de maior produção, em parte pelas condições atmosféricas favoráveis, pelos estímulos governamentais e pelo crescimento do número das fábricas movidas a vapor.”<sup>451</sup>

Segundo Thetis Nunes, às vésperas da proclamação da República, predominavam nos estratos superiores da sociedade aracajuana os funcionários públicos, os profissionais liberais (médicos, professores, farmacêuticos, engenheiros, dentistas, negociantes) e senhores de engenho. E, cada vez mais, com a aceleração da urbanização, famílias do interior da província estavam se deslocando para Aracaju. Nesse sentido, os pobres “procuravam se estabelecer nas áreas centrais, próximo ao mercado de trabalho.”<sup>452</sup> Em 5 de junho de 1882, o presidente da Câmara da capital revelou ter recebido “*diversas e amargas queixas*” de algumas famílias moradoras da Rua de Santa Luzia que estavam dividindo o mesmo espaço com “*mulheres de vida infeliz que também residem na mesma rua*”<sup>453</sup>. Segundo o historiador Edvaldo Alves,

[...] nos jornais, nas correspondências e nos processos criminais, têm-se notícias de que ali residiam várias “mulheres de vida pública”; local onde as pessoas organizavam jogatinas, e em suas circunvizinhanças se reuniam sob a luz do luar, para tocar violão e cantar algumas modinhas (ou sambas na linguagem policial).<sup>454</sup>

Numa sociedade em que os valores morais ainda estavam atrelados à organização familiar patriarcal, “especificamente sobre as mulheres recaía uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que lhes garantissem apropriada inserção na nova ordem, considerando-se que delas dependeria, em grande escala, a consecução dos novos propósitos.”<sup>455</sup> Então, para “*fazer cessar os depravados excessos d’aquellas creaturas, que o vicio pôz fóra dos limites sociaes*”, o presidente solicitou a ajuda da polícia. No entanto, ele se queixou da falta de atenção dada pelo chefe daquela corporação, o qual “*não me tem prestado a minima consideração, nem si dignando responder ao meo officio* [...]”<sup>456</sup> Por outro lado, o delegado já havia tomado providências que “*não tenham sido suficientes para afugentar da rua de Santa Lusía a lubricidade d’essas coitadas!* [...]”<sup>457</sup> Assim, João Baptista Lemos

<sup>451</sup> ALMEIDA, Maria da Glória Santana. *Atividades Produtivas...* op. cit., p. 113.

<sup>452</sup> SOHIET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 364.

<sup>453</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 70, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, Documento n° 53, 05 de junho de 1882, p. 1.

<sup>454</sup> SOUZA NETO, Edvaldo Alves de. “*Ô levanta nego, cativo se acabou*”: experiências de libertos em Sergipe durante o pós-abolição. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016, p. 45.

<sup>455</sup> SOHIET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano...* op. cit., p. 361.

<sup>456</sup> Ibidem.

<sup>457</sup> Ibidem, p. 2.

direcionou a reclamação da “*sociedade ofendida em seu pudor*” ao presidente da província e exigiu que este designasse “*um quarteirão qualquer para a morada d’essas desgraçadas que se deixam visitar por todo o mundo.*”

As imposições da nova ordem fizeram com que o presidente da Câmara, enquanto membro da classe dominante, levantasse a ideia de expulsar essas mulheres para as regiões mais escondidas da cidade. Outra situação parecida envolvendo essas mulheres de vida contrária ao que a “boa sociedade” defendia aconteceu no lazareto da Catinga, estabelecimento criado para receber acometidos de varíola durante o surto de 1888. De acordo com o relato, a direção do lazareto estava sendo acusada “*pela falta de respeito devido á pessoas estranhas que lá penetrão, afim de se aproveitarem dos viveres que são fornecidos para os variolosos, acrescentando que até prostitutas, vão alli faser pandegas e rirem-se da afflicção dos pobres doentes.*”<sup>458</sup> Possivelmente, os causadores dessa desordem eram pessoas pobres que viram na invasão do lazareto uma chance para superar a fome que sentiam.

O governo afirmou que o transtorno estaria sendo causado pelos parentes dos doentes, que se aproveitavam das visitas diárias para alterar a boa ordem e a disciplina do local, ou simplesmente por “curiosos” que queriam conhecer o lazareto. A administração decidiu cessar as visitas para evitar as ameaças que estavam sendo proferidas contra os empregados. Situações como essa reforçavam a ideia de que a propagação da doença se dava pela má educação do povo, “[...] *a quem são alheios todas as precauções preservativas do mal, a pouca importancia em evitar o contágio, e á falta de hygiene da população indigente que forma a maioria dos habitantes desta Cidade.*”<sup>459</sup>

A cidade enfrentou o caos provocado pela doença, ao mesmo tempo que começou a sentir os impactos do 13 de maio de 1888, afinal, oficialmente, já não havia mais cativo. Durante a euforia da recepção da notícia, “uma quantidade significativa de libertos saiu às ruas para comemorar e reverenciar aqueles que consideravam figuras importantes e que contribuíram decisivamente para extinção da escravidão no Brasil.”<sup>460</sup> Por trás disso, a classe pobre, que agora engrossava suas fileiras com ex-escravizados vindos do interior, detentora de hábitos desregrados e anti-higiênicos, levou a culpa pela ocorrência de mais um surto de varíola e de tantas outras moléstias.

---

<sup>458</sup> Fundo Clero, AG4, Vol. 30, *Documento n° 258*, 30 de setembro de 1888, p. 01.

<sup>459</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>460</sup> SOUZA NETO, Edvaldo Alves de. “*Ô levanta nego, cativo se acabou*”... op. cit., p. 109-110.

## CAPÍTULO 3 – ENTRE A VIDA E A MORTE: O ADOECIMENTO NA CAPITAL E OS DESAFIOS PARA CONTROLAR AS EPIDEMIAS

### 3.1 A criação das primeiras enfermarias e do Hospital de Caridade de Nossa Senhora da Conceição

Depois de um começo conturbado, havia a expectativa de que os anos seguintes seriam prósperos para a capital, mas os seus habitantes ainda tiveram de conviver com um outro vilão: a varíola. Julho de 1858: três anos de existência da capital recém-fundada. José Joaquim Francisco, homem de aproximadamente 60 anos, sofria na enfermaria com as “*bexigas confluentes e malignas*”. Apresentava perigo iminente de vida, pois essa era a forma mais violenta da doença. O seu tratamento e dos demais pacientes que ali estavam era de responsabilidade do Dr. Guilherme Pereira Rabelo, ou “Rebello”, como ele mesmo assinava os documentos. Naquele mesmo ano e um mês antes da estada de José Francisco na enfermaria, nascia em Aracaju o filho homônimo do distinto inspetor de saúde com D. Francisca Ribeiro Rebelo, moradores do Quadrado de Pirro.<sup>461</sup>

Mas, antes de assumir esse importante cargo, Guilherme Pereira Rabelo foi entre 1852 e 1854 inspetor geral de aulas da província. Segundo Gláriston Lima, “o inspetor geral de aulas também servia como uma espécie de consultor administrativo do presidente da província, com poder para interferir em certas decisões político-administrativas.”<sup>462</sup> Também foi indicado em julho de 1858 para ser, durante quatro anos, suplente de juiz municipal e de órfãos da Comarca da Capital,<sup>463</sup> nomeado médico do matadouro público de Aracaju em 1859<sup>464</sup>, vereador, juiz municipal, deputado, além de ser acionista da Companhia de Refinação e Destilação Sergipense. Como se vê, o Dr. Guilherme, “*um espirito esclarecido sempre prompto á auxiliar a Administração quando recorre as suas luses*”<sup>465</sup>, era respeitado na província.

Os ofícios trocados entre o inspetor de saúde e o presidente da província durante alguns meses de 1858 nos deram uma dimensão de como era o cotidiano naquela enfermaria e forneceram detalhes da mentalidade médica de Guilherme Pereira Rabelo, doutor em Medicina

<sup>461</sup> GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico*, p. 207.

<sup>462</sup> LIMA, Gláriston Santos. *A cultura do material escolar: desvelando a formatação da Instrução de Primeiras Letras na Província de Sergipe (1834-1858)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007, p. 77.

<sup>463</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 36, 17 de julho de 1858, p. 3.

<sup>464</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup> Vol. 47. Ofício ao presidente de província Dr. Manoel da Cunha Galvão. 04 de março de 1859.

<sup>465</sup> GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da duodecima legislatura*. Bahia: Typographia de Carlos Poggetti, p. 25.



pela Faculdade da Bahia. Em ofício datado de 31 de maio de 1858, comprovou-se que o pensamento do provedor de saúde interino estava ligado à teoria infeccionista, principalmente quando ele buscava explicar a origem e a forma de propagação dos males. Nesse ofício, o médico tentou explicar a João D’abney de Avellar Brotero as condições de insalubridade em que se encontrava a capital. Para ele, um dos maiores defeitos do processo de edificação da cidade era a “[...] *falta de elevação, que se tem dado ao nivelamento das edificações, d’onde resulta que a maior parte dos edificios se achão edificadas sobre um nivel inferior dq<sup>le</sup> do empessamento das aguas pluviaes sem esgôto o que torna estes edificios não so fracos e curta duração, senão **tambem humidas e insalubres.***”<sup>466</sup> Essa umidade das casas causava medo.

De fato, a ideia corrente era a de que a natureza do terreno de Aracaju, a má qualidade da água potável, a deficiente alimentação da população e os miasmas emanados pelas substâncias animais e vegetais em putrefação nos alagadiços e charcos formados durante a estação chuvosa eram os principais causadores das febres intermitentes na capital recém-criada. Ademais, na visão do provedor de saúde, as “lagoas” provocadas pela estagnação das águas pluviais umedeciam a estrutura das residências, tornando-as vulneráveis, já que existiam na cidade muitas casas de “taipa e telha” ou “taipa e palha”. Adepto da ideia de que as estações do ano influenciavam no aparecimento das doenças, o médico explicou que

[...] **destas aguas estagnadas e apodrecidas surdem miasmas, que sob a influencia dos mais fracos raios solares vão levar a doença a consternação, a morte aos seios das familias.** Nós estamos apenas no principio do inverno e mal está assim em seo principio, a acção do verão será ainda mais perniciososa em taes condições. Ora os aterros e entupim<sup>tos</sup> são improficuos, p<sup>r</sup> q<sup>’</sup> não podem vencer a força das aguas pluviaes, e em taes circunstancias **o meio mais radical e menos paleativo consiste em dar esgôto a estas aguas.**<sup>467</sup>  
(grifos nossos)

Naquela época, obras como o aterramento de pântanos e a canalização apareciam como soluções urgentes para combater as enfermidades. Em discurso proferido na ocasião do encerramento da sessão legislativa do dia 10 de julho de 1858, o presidente da província mostrou que a pauta do abastecimento de água potável da capital era prioridade. No início, “as águas que a princípio se utilizavam em Aracajú, tomadas em lençol freático muito superficial, eram de cor escura e de gosto ligeiramente desagradavel.”<sup>468</sup> Dessa forma, deveria celebrar-se um contrato com o vice-cônsul de Portugal Horácio Uripia “*ou a quem melhores vantagens*

<sup>466</sup> APES, Fundo AG4. Doc. 63. *Ofício do Provedor de Saúde Interino Guilherme Pereira Rabelo para o Presidente da Província João Dabney D’Avellar Brotero*, 31 de maio de 1858, p. 1.

<sup>467</sup> Ibidem.

<sup>468</sup> PORTO, Fernando. *A cidade do Aracaju (1855-1865)*... op. cit., p. 26.

*offerecer para se realizar o encanamento do Rio Pitanga para esta Capital, e se estabelecer nella chafarizes nos lugares e praças, onde se fiserem mister.*”<sup>469</sup> O fato de a água não ser cristalina, e sim de aspecto amarelado e ferruginoso, impulsionava “*a repugnância de alguns na suposição de ser nociva á saúde.*”<sup>470</sup> Em 1859, a presidência denunciou que as duas fontes de água em uso, a do “Barão” e a da “Aroeira”, estavam em péssimo estado, “*cheias de immundicies e arrombadas.*” A primeira, localizada na região mais valorizada da cidade, apresentava melhores condições. Os motivos apontados pelo governo para o péssimo estado, em especial da segunda fonte, foram a ação das chuvas e dos escravizados que conduziam água e que também realizavam junto dela “*seos pagodes, onde infelizmente não existem guardas ou zelladores.*”<sup>471</sup> Durante a sua visita a Aracaju em 1860, o imperador bebeu um pouco da água do poço pertencente ao capitão do porto José Moreira Guerra e disse que ela possuía “*gosto agradável e mui transparente.*”<sup>472</sup> Contudo, sua majestade considerou a água das outras duas fontes “*muito má.*”<sup>473</sup>

Nos anos subsequentes, uma das urgentes necessidades que sempre foram apontadas pelos administradores foi a construção de outras fontes públicas na cidade, principalmente nas zonas mais afastadas do centro, pois os moradores que habitavam as ruas principais possuíam cisternas nos quintais de suas casas. Depois da constatação de que a água potável do local conhecido como “Aroeira” era a “*melhor agoa da Capital*”, sugeriu-se a construção de mais duas fontes. O problema era o mal uso que vinha sendo feito daquela água tão abundante, que “*estão mal tratadas já pela lavagem de roupas, já mesmo pelos continuos banhos de pessoas, que indiscretas ou mal fasejas tem em pouca significação a limpeza e pureza de aguas que pouco depois vão beber.*”<sup>474</sup> Nota-se que a região dos subúrbios da cidade já estava sendo ocupada pela população mais pobre, a exemplo dos escravizados e das lavadeiras. E os próprios moradores das imediações da fonte pediram à Câmara em 1873, ano em que a epidemia de varíola fazia estragos, que lançasse “*suas vistas e cuidados*” para aquela região a fim de que se realizasse a limpeza da fonte e suas adjacências. As pessoas estavam preocupadas com a contaminação da água a partir dos “*elementos delecterios que ali se acham amontoados.*”<sup>475</sup>

<sup>469</sup> *Correio Sergipense*, Edição nº 35, 14 de julho de 1858, p. 1.

<sup>470</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da undécima legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*, p. 17.

<sup>471</sup> GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da duodecima legislatura*, p. 117.

<sup>472</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 07, 16 de janeiro de 1860, p. 1.

<sup>473</sup> *Ibidem*.

<sup>474</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 49, 17 de dezembro de 1861.

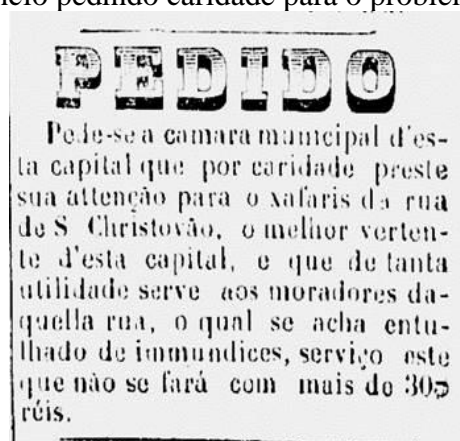
<sup>475</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 354, 22 de fevereiro de 1873.

Um outro problema com a fonte construída em 1855 no final da Rua de São Cristóvão também foi notificado pela Câmara:

[...] *acontece que nenhum serviço tem prestado a população, tanto por não ser ella feita sobre o olho de agua que fica no meio da rua, como pela má qualidade d'ella, e mesmo por ficar em tal posição q' toda a inxurrada que desce do môrro, e quintaes das casas que ficão á cima da fonte intopem como se acha presentimente com podridão e immundicies.* (grifos nossos)

Um anúncio publicado no *Jornal do Aracaju* no ano de 1872 pedia “por caridade” que o poder público tomasse alguma atitude em relação ao problema da fonte localizada nessa rua:

**Figura 11:** Anúncio pedindo caridade para o problema da fonte



Fonte: *Jornal do Aracaju*, Edição nº 246, 05 de março de 1872.

De acordo com os documentos de época, passava pela Rua de São Cristóvão o riacho Olaria, que, com o avançar do tempo, começou a atrapalhar o trânsito naquela localidade. Por isso, foi construído, no início da década de 1860, um pontilhão sobre o riacho.<sup>476</sup> Também fazia parte da geografia da cidade o “Morro do Bomfim”, situado próximo da Estrada Nova, que levava ao “*pitoresco*”<sup>477</sup> Povoado do Santo Antônio e que era bastante utilizada por funcionários públicos e viajantes para ter acesso à cidade-capital<sup>478</sup>. Desde os anos 1950 do século passado, o morro não faz mais parte da paisagem aracajuana.

<sup>476</sup> MENDONÇA, Joaquim Jacinto de. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da 14ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*. Typ. Provincial, 1863, p. 47. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=44&s=0&cv=1&r=0&xywh=-116%2C1877%2C2463%2C1737>.

<sup>477</sup> BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da undécima legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*, p. 19.

<sup>478</sup> Ver: SANTOS, Waldefranklin Rolim de Almeida. *Modernização centralizadora: território e desenvolvimento urbano na Província de Sergipe (1855-1860)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

Apesar de ter sido um dos que mais investiram na construção de prédios na nova capital, Guilherme Pereira Rabelo enfatizou no ofício que a responsabilidade pela irregularidade das construções estava nas mãos dos donos dos imóveis e, em nome da saúde pública, sugeriu ao presidente de província que providências fossem tomadas para resolver o problema do esgoto que saía dessas casas. Ele requereu que a Câmara Municipal promulgasse uma postura eficaz, meio que:

[...] pode salvar esta Capital de uma boa p<sup>te</sup> dos males pres.<sup>es</sup> e mormente dos males futuros, fazendo com que dentro de um prazo determinado **todos os donos das casas sejam obrigados a fazer canos, que deem esgôto as aguas, q' se accumulão em seos quintaes.** Ex<sup>mo</sup> Senr<sup>o</sup>, esta medida é altam<sup>e</sup> reclamada pela salubrid<sup>e</sup> publica e certo, como estou de que sua abilitade não escapará á perspicacia e illustração de VEx<sup>a</sup>, nem tão pouco a sua solicitude pelo bem de seos governados, ousou pedir a VEx<sup>a</sup> a realização de uma tal medida. Deos garde a VEx<sup>a</sup>.<sup>479</sup> (grifo nosso)

A condução do esgoto doméstico via encanamentos subterrâneos era uma técnica que já estava sendo utilizada pelas camadas mais abastadas de São Paulo<sup>480</sup> e que deveria ser posta em prática aqui também. De fato, considerando a estrutura social aracaçuana daquela época, os membros da nova elite seriam os únicos a ter condições de realizar tal investimento em suas propriedades. Sobre as concepções teóricas que embasaram os pareceres dados nesse período, assim transcreveu Epifânio Dória: “Enquanto os ilustres cientistas atribuíam ao vento à distribuição do mal conduzindo os miasmas, os mosquitinhos pernlongos livres de qualquer perseguição e mandando para o outro mundo aqueles que lhe davam o seu sangue.”<sup>481</sup>

Por causa do desenvolvimento da epidemia de varíola na capital desde o mês de maio de 1858, o inspetor de saúde solicitou, em 1º de julho, o estabelecimento de um lazareto provisório a fim de “*sequestrar estes doentes do meio da população*”<sup>482</sup>, visto que a doença era contagiosa. O governo concordou com tal medida preventiva: “[...] e por tanto receando com bastante fundamento que n’um povoado nascente, como este, poderia aquelle flagello converter-se em uma calamidade deplorável **pela immensa agglomeração de povo em casas pequenas** [...]”<sup>483</sup>

<sup>479</sup> APES, Fundo AG4, Doc. 63. *Ofício do Provedor de Saúde Pública Interino Guilherme Pereira Rabelo para o Presidente da Província João Dabney D’Avellar Brotero*, 31 de maio de 1858, p. 3.

<sup>480</sup> Ver: CAMARGO, Luís Soares de. *Viver e Morrer em São Paulo...* op. cit., p. 71.

<sup>481</sup> DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. Vol. I, p. 258.

<sup>482</sup> APES, Fundo AG4, Doc. 64. *Ofício do Provedor de Saúde Pública Interino Guilherme Pereira Rabelo para o Presidente da Província João Dabney D’Avellar Brotero*, 1º de julho de 1858, p. 1.

<sup>483</sup> GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da duodecima legislatura*, p. 8.

No entanto, o provedor de saúde interino reclamava da “*má vontade com que deixão o lar domestico mesmo aquelles, que não podem dispor dos recursos indispensaveis para um tratam<sup>to</sup> regular.*”<sup>484</sup> Na visão de Michel Foucault, a resistência da população em sair das suas casas para receber o tratamento está ligada ao fato de que “em família, a doença está em ‘estado de natureza’, isto é, em conformidade com sua natureza e livremente oferecida às forças regeneradoras da natureza.”<sup>485</sup> Também era emocionalmente difícil se retirar do convívio social e se exilar para alcançar a cura. Uma prova de que tratar a doença no seio da família ainda era importante para aquela sociedade do Oitocentos era o fato de que a legislação permitia que os integrantes do corpo de polícia, caso fossem casados ou solteiros de boa conduta que tivessem família, saíssem do quartel e “*pudessem curar-se em suas casas, precedendo exame do Facultativo, e declaração de que é real a existencia da molestia.*”<sup>486</sup> Se a doença impedisse o militar de fazer a revista semanal, o médico deveria visitá-lo em sua casa.

Diferente foi o caso de uma moça, provavelmente de família pobre, que morava na casa do médico Dr. Manuel Antunes de Salles, um dos mais distintos moradores de Aracaju e ex-provedor de saúde, “*a qual acha-se quase restabelecida das bexigas por estar no periodo da dessecação e p<sup>r</sup> me assegurar o m<sup>mo</sup> que a remetteria p<sup>a</sup> fora d’aqui a entregar a sua fam<sup>a</sup> q habita a uma legoa ou duas n’esta costa.*”<sup>487</sup> Novamente, evocamos as ideias de Foucault no que diz respeito à assistência aos casos dos pobres e do controle da doença, pois o hospital era “necessário para os doentes sem família; mas é necessário também nos casos contagiosos, e para as doenças difíceis, complexas, ‘extraordinárias’, a que a medicina em sua forma cotidiana, não pode fazer frente.”<sup>488</sup>

Então, o presidente da província autorizou a criação do lazareto dos “*bexiguentos*” e, para esse fim, abriu um crédito de quatro contos de réis (4:000\$000) para custear as despesas da instalação<sup>489</sup>. O estabelecimento passou a funcionar numa casa situada à margem do rio Cotinguiba, alugada ao capitão de navio José Valentim do Espírito Santo pelo valor de (30\$000) trinta mil réis mensais. Com regularidade, o Dr. Guilherme Pereira Rabelo informava à presidência do funcionamento daquela enfermaria que, a princípio, comportava até 18 leitos. Aqueles que não tinham condições de se retirar da capital e que quisessem receber o devido

<sup>484</sup> APES, Fundo AG04, Doc. 66. *Ofício do Provedor de Saúde Pública Interino Guilherme Pereira Rabelo para o Presidente da Província João Dabney D’Avellar Brotero*, 1º de julho de 1858, p. 2.

<sup>485</sup> FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica...* op. cit., p. 42.

<sup>486</sup> *Correio Sergipense*, Edição nº 35, 1858, p. 2.

<sup>487</sup> APES, Fundo AG04, Doc. 65. *Ofício do Provedor de Saúde Pública Interino Guilherme Pereira Rabelo para o Presidente da Província João Dabney D’Avellar Brotero*, 02 de julho de 1858, p. 1.

<sup>488</sup> FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica...* op. cit., p. 44.

<sup>489</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 34, 10 de julho de 1858, p. 4.

tratamento eram recolhidos ao lazareto. Fugir da cidade em períodos de graves epidemias era bastante comum.

O Dr. Guilherme reforçou ainda: “*Tenho determinado aos Inspectores de quarteirão, que me comuniquem qualq<sup>r</sup> noticia que tiverem de que n’este ou n’aquelle ponto existem bexiguentos p<sup>a</sup> os fazer transportar p<sup>a</sup> o lazareto.*”<sup>490</sup> Em meados de julho, alguns pacientes receberam alta por estarem restabelecidos da doença, como foi o caso de Alexandrina Maria Helena, Maximiana, Maria Victorina da Conceição e Maria d’Arêa, que logo procurou atendimento no início da doença. Em 19 de julho, saíram do lazareto os soldados de primeira linha Cabo José Joaquim e José Primo e a crioula Maria do Carmo. E José Joaquim Francisco, que estava à beira da morte, apresentou considerável melhora: “[...] *tenho a dizer q a Provid<sup>a</sup> Divina se tem americado d’elle, tornando proficuos nossos esforços e nossas prescripções medicas; p<sup>r</sup> q<sup>to</sup> seo estado indica que elle marcha p<sup>a</sup> restabelecim<sup>to</sup>, si causas novas e imprevistas não perturbarem a marcha da natureza.*”<sup>491</sup>

Não obstante, no dia 23 de julho novos doentes chegaram ao lazareto:

*Agostinha d’Aquino de idade de 25 annos (no periodo febril), João crioulo de idade de seis annos (no principio do periodo iruptivo), Manoel Delphino da Trindade de idade de vinte annos (no periodo iruptivo), e Maria Luiza de Jesus de idade de seis para sete annos (tambem no periodo iruptivo).*<sup>492</sup>

Auxiliavam no trabalho de cura dos pacientes dois enfermeiros, que dividiam a diária de quatro mil réis (4\$000) ao fim de cada semana, e dois serventes. Tudo transcorria bem até que, no dia 27 de julho de 1858, o Dr. Guilherme Rabelo fez uma queixa ao governo. A esposa do locatário José Valentim, Francisca de Brito Chaves, era uma das enfermeiras que atuavam no lazareto. Mas ela foi acusada pelo médico de “*não servir devidamente e por se ter **mostrado intratavel e incapaz de continuar em seo serviço.***”<sup>493</sup> O comportamento apresentado por Francisca com os pobres enfermos não condizia com o serviço de enfermeira, “*que exige actividade zello e paciência, qualidades antipathicas ao seo genio e inclinações naturaes.*”

Logo, foi proposto o encerramento do contrato entre o governo e a dita enfermeira, e, caso isso acontecesse, ela deveria deixar a casa, porém isso não seria tarefa fácil, pois, segundo o Dr. Guilherme, “*ella jamais deixaria a casa para fasel-a sahir teria de mister empregar a força e a violencia pois ella protestava, **que de sua casa jamais sahiria.***” Por causa da tensão

<sup>490</sup> APES, Fundo G1, 2204, Doc. 65, 02 de julho de 1858.

<sup>491</sup> APES, Fundo G1, 2204, Doc. 68, 19 de julho de 1858.

<sup>492</sup> APES, Fundo G1, 2204, Documento sem número, 23 de julho de 1858.

<sup>493</sup> APES, Fundo G1, 2204, Documento sem número, 27 de julho de 1858, p. 1.

gerada, o médico tomou a seguinte atitude, sem fins lucrativos: “*fiz transferir o Lazareto para a casa de um sitio de minha propriedade a peq<sup>na</sup> distancia do outro e para ali fiz conduzir os doentes, que ficarão excellentem<sup>te</sup> acomodados com novos enfermeiros, que lhes proporcionei e com seos serventes.*”<sup>494</sup> Depois de transferido o lazareto e do rompimento contratual, o casal recebeu o aluguel referente ao período de 03/07 a 25/07/1858 e exigiu a desinfecção da casa onde estavam acomodados os doentes.<sup>495</sup>

De acordo com os dados oficiais, o lazareto funcionou até setembro de 1858 por causa do declínio dos casos de varíola na capital desde o mês anterior. Existe uma incoerência nos dados, uma vez que o relatório provincial registrou a ocorrência de 30 casos de varíola em Aracaju, enquanto durante os três meses de funcionamento do lazareto lá deram entrada 43 afetados pela doença. Seis dos que estavam em tratamento no lazareto não resistiram às complicações, e, no total, 24 pessoas morreram durante a passagem dessa epidemia pela capital. Diante das informações aqui brevemente expostas sobre esses casos, percebeu-se que o público atendido pelo lazareto contemplava os enfermos pobres, escravizados e os soldados da companhia de primeira linha em variadas idades. Apesar da aparente melhora, a varíola continuou a assombrar os moradores, reaparecendo em novembro de 1858 na capital e em Estância. Desta vez, apesar da baixa mortalidade, os médicos Pedro Autran Albuquerque e Joaquim José de Oliveira se encarregaram de socorrer gratuitamente a classe indigente. Pensou-se novamente em estabelecer um lazareto, mas os cofres públicos estavam cada vez mais deficitários, fazendo com que a ideia fosse abortada. E a vacinação, único meio para controlar o avanço da doença, ainda não produzira na província “*saudaveis efeitos*”. Até março de 1859, a bexiga causou incômodos à população, e, naquele ano, três óbitos por varíola foram registrados na Freguesia de São Salvador, sendo dois homens e uma mulher.<sup>496</sup>

O município de Aracaju crescia territorialmente com a incorporação do povoado fronteiro à capital, denominado “Barra dos Coqueiros”.<sup>497</sup> A partir de então, era mais do que evidente a necessidade de se construir um hospital. E a história do primeiro hospital de Aracaju não começou em 1858, mas em 13 de março de 1857, quando o presidente da província, Salvador Correia de Sá e Benevides, autorizou, através da Resolução nº 467, o estabelecimento de um prédio na capital para o desenvolvimento do trabalho filantrópico. Em julho de 1858, sob a administração do paulista João Dabney Brotero, foram autorizadas as despesas para a

---

<sup>494</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>495</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>496</sup> GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatorio apresentado a Assembléa Provincial de Sergipe*, p. 104.

<sup>497</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 42, 14 de agosto de 1858, p. 1.

inauguração de um hospital, que deveria ser chamado de “*Hospital de Nossa Senhora da Conceição*”, além do repasse de verbas destinadas à construção de cemitérios na capital e em outras partes da província.

Entre os anos de 1858 e 1859, o hospital de caridade, que ainda estava sendo montado, recebeu militares doentes que foram tratados numa enfermaria militar e os habitantes pobres da capital que sofriam com o reaparecimento da varíola na capital. No tocante aos militares, o atendimento no hospital de caridade estava assegurado e reiterado pelo artigo 11 da Lei nº 512, de 22 de junho de 1858, que dizia o seguinte: “*As praças do corpo de policia, que enfermarem serão recolhidas ao Hospital de Caridade da Senhora da Conceição, na forma disposta pela Resolução Provincial numero 498 de 24 de Maio deste anno, revertendo em beneficio do mesmo Hospital os respectivos vencimentos.*” O governo ficava responsável pela contratação de um facultativo, que seria o responsável pelo tratamento dos militares doentes, mediante gratificação mensal de trinta mil réis (30\$000). Além disso, os praças deveriam ter uma enfermaria específica, não podendo ter contato com mendigos e outros doentes do hospital.<sup>498</sup>

No ano de 1859, o hospital funcionava provisoriamente no edifício que anteriormente foi destinado à educação de meninos órfãos, contendo duas enfermarias que juntas poderiam receber 35 pessoas e ficariam sob as atenções do Dr. Francisco Sabino Coelho de Sampaio. Além disso, possuía alojamentos para enfermeiros, depósito de roupas, cozinha, latrinas, despensas e, o mais interessante, um quarto de “*doudos*”, ou seja, para alienados. Até aquele momento, não existia em Aracaju uma instituição psiquiátrica que acolhesse as pessoas assim diagnosticadas. Muitos alienados sergipanos foram enviados para a Santa Casa de Misericórdia da Corte e para o Hospício de Pedro II. Outros que não tomaram esse destino passaram a vagar nas prisões até serem remetidos para o Hospital de Caridade de São Cristóvão. Um ano mais tarde, a casa passou a comportar 52 doentes, sendo 33 no pavimento inferior e 19 no pavimento superior. Porém, o hospital precisava de acomodações maiores e mais arejadas para receber esses desvalidos, e a administração já se mostrava preocupada em atender a demanda porque a procura pelo hospital era constante:

E’ provavel que a casa não possa satisfazer as necessidades deste local, visto como **é subida a classe das pessôas indigentes em grande numero os enfermos que por ahi jazem expostos á miseria**, e a consideração de achar-se collocada á beira-mar, em um porto frequentado de navios deixa com razão pensar **sobre a grande affluencia de nauticos ao hospital**, como succede nos demais submettidos á idênticas circunstancias – mas tambem parece fora de duvida, que já bem difficilmente suportará a Provincia os gastos

<sup>498</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 35, 14 de julho de 1858, p. 2.



indispensáveis que acarretará o hospital, q.<sup>do</sup> por ventura 52 leitos acharem-se ocupados.<sup>499</sup> (grifos nossos)

Mesmo diante da instabilidade financeira da instituição, foram contratados uma enfermeira e um enfermeiro. Durante a visita, o imperador doou três contos de réis (3:000\$000) para a construção do novo prédio do hospital. O valor foi entregue ao arrematante da obra.<sup>500</sup> Também se esperava do governo a resolução de problemas urbanos que existiam no entorno do prédio (quintal), como o das escavações já analisadas no capítulo anterior, e que poderiam prejudicar o seu funcionamento por representarem uma “*grave offensa das Leis da Hygiene*”.<sup>501</sup> Os miasmas emanados das águas estagnadas dessas escavações prejudicariam ainda mais “[...] *o organismo já deteriorado dos miseros enfermos, que em circunstancias taes, longe de recobrem a saúde perdida, irão ali se deparar com um principio deleterio, que a despeito dos esforços da therapeutica, encurtar-lhes-ha os dias, acelerando-lhes o fatal termo.*”<sup>502</sup>

Entrou na discussão também a forma como deveria ser feita a administração do hospital, se pelo poder secular ou religioso, através da Irmandade do Santíssimo Sacramento. A diretoria, representada pelo vigário Elisiário Telles, acreditava que a administração religiosa revestiria a instituição “*de um prestígio sublime e respeitável. prometendo-lhe por isso mesmo mais duradoura existencia [...]*.”<sup>503</sup> Nesse sentido, o presidente da província, Joaquim Jacintho de Mendonça, justificou o seu ato de entregar a administração do hospital a uma corporação religiosa apresentando dois motivos: “[...] *alem de ser a realização de um preceito evangelico que aquella corporação deve cumprir, é de economia para a Provincia por que evita a despesa com um pessoal encarregado da gestao de negocios internos do mesmo hospital.*”<sup>504</sup> O que sustentava financeiramente o hospital era o imposto de dez réis sobre a medida de aguardente exportada e o imposto marítimo.

Somente em 16 de fevereiro de 1862, sob a denominação de “Nossa Senhora da Conceição”, o novo hospital começou a funcionar regularmente na Rua da Aurora, uma das principais da cidade. Para iniciar o funcionamento, o presidente da província conseguiu angariar quase dois contos de réis em donativos, além das outras fontes de receita que o hospital tinha.<sup>505</sup> Também foram organizadas loterias em prol da manutenção do *santo estabelecimento*. O

<sup>499</sup> Fundo Clero, AG4 Vol. 16, *Documento n° 118*, p. 9.

<sup>500</sup> GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatorio apresentado a Assembléa Provincial de Sergipe*, p. 25.

<sup>501</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>502</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>503</sup> *Ibidem*, p. 4-5.

<sup>504</sup> ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatorio apresentado a assembleia provincial de Sergipe*, p. 56.

<sup>505</sup> MENDONÇA, Joaquim Jacinto de. *Falla com que foi aberta a 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*, p. 16.

governo da província nomeou uma comissão composta por sete cidadãos<sup>506</sup>, que seria responsável por administrá-lo por dois anos, e o primeiro diretor do estabelecimento foi o médico José Joaquim de Oliveira. Determinou ainda que as rendas do também recém-construído Cemitério de Nossa Senhora da Conceição fossem destinadas para a manutenção do hospital. Observe que uma importante mudança deve ser notada: nenhum representante da Igreja Católica foi inserido na diretoria do hospital, sendo um reflexo da atmosfera de transformações vivida naquela década. Além disso, uma grande parte da sua receita provinha da subvenção provincial. Em 1865, o presidente de província demonstrou interesse em converter a comissão administrativa na Confraria de Nossa Senhora da Conceição para que o hospital pudesse passar às mãos desta e, assim, aumentar seus recursos.

De acordo com o regulamento, o hospital deveria atender os indivíduos reconhecidamente pobres de qualquer condição, os náuticos de condição livre que tivessem contribuído com o imposto marítimo e, por fim, os praças do corpo policial. Muitos presos, escravizados, inclusive abandonados pelos seus senhores, foram recebidos nesse hospital, e, “nas suas instalações, havia 60 leitos distribuídos em três enfermarias que eram São Roque destinadas aos pobres, Santa Isabel aos não escravos e São Sebastião aos da força policial.”<sup>507</sup> Não era comum que o hospital recebesse escravizados, pois seu público-alvo não era esse. Os cativos eram propriedade privada, e a atenção dessa assistência recaía sobre os homens livres pobres, ou seja, “os excluídos de qualquer solidariedade horizontal.”<sup>508</sup> Em 1863, sugeriu-se que fossem construídos cubículos fora do hospital para abrigar os pacientes com moléstias contagiosas porque eles “*não podem ser admitidos nas enfermarias do hospital.*”<sup>509</sup>

Se em 1859 existia um espaço destinado aos alienados dentro do estabelecimento, em 1863 a ideia da comissão era afastá-los do convívio com os outros doentes: “*O mesmo dizemos acerca dos alienados, cuja estada dentro do recinto da casa é altamente inconveniente ao socego, e repouso, que deve reinar na maioria dos doentes.*”<sup>510</sup> No ano de 1864, o hospital teve uma queda grande na receita e, apesar de comportar 60 leitos, não podia atender mais do que 20 pacientes ao mesmo tempo. Concomitantemente, crescia o número de pessoas indigentes

---

<sup>506</sup> Além do diretor, os demais membros eram: Tenente Coronel Manoel Diniz Vilas Boas (secretário), Major João Manoel de Souza Pinto (tesoureiro), Tenente Coronel Antônio Carneiro de Menezes, Capitão Antônio Rodrigues das Cotias, Capitão José Pinto da Cruz e Alferes Antônio José Pereira Guimarães.

<sup>507</sup> SILVA, Henrique Batista. *História da Medicina em Sergipe*. Aracaju, 2006, p. 29.

<sup>508</sup> SANGLAD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Caridade e filantropia: elites, estado e assistência à saúde no Brasil, p. 153. In: TEIXEIRA, L. A.; PIMENTA, T. S.; HOCHMAN, G. (Orgs.). *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2018.

<sup>509</sup> MELLO, Antonio Dias Coelho e. *Relatorio com que foi aberta no dia 3 de maio de 1864 a primeira sessão da decima quarta legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*. Relatório da Comissão Administrativa do Hospital de Caridade, p. 4.

<sup>510</sup> *Ibidem*.

que saíam de várias partes da província para procurar por atendimento em Aracaju. É bem verdade que, para esses desvalidos, o hospital servia como um local de abrigo, além de ser um espaço destinado àqueles que buscavam assistência médica. O número de indivíduos livres e escravos atendidos nos anos seguintes à inauguração só crescia, sendo 142 em 1862, 211 em 1863 e 243 em 1864.<sup>511</sup> A posteriori, os rendimentos da casa do mercado também passariam a ser mais uma fonte de renda do filantrópico estabelecimento.

Inicialmente, trabalhavam no hospital um médico cirurgião, um enfermeiro, uma enfermeira, dois serventes e uma cozinheira. O mordomo era o responsável direto pela rotina do hospital e pela vigilância, até no momento da morte dos pacientes. Uma das responsabilidades do cargo era providenciar o enterramento dos cadáveres dos pobres e náuticos,

[...] *prestando-lhes mortalha branca, que será preparada pelos enfermeiros e serventes, e ocorrendo as demais despesas indispensáveis para serem sepultados. Quando porem alguém apparecer offerecendo-se á fazer tal enterramento, ser-lhe-á entregue o cadaver, correndo por conta do mesmo todos os gastos.*<sup>512</sup>

Os enfermeiros podiam convidar, mediante a autorização do médico, sacerdotes para “*prestar os soccorros espirituaes aos doentes, que os necessitarem, dando-lhe decente commodidade nas enfermarias, e satisfasendo ao quanto por elle for exigido para poder prehencher o seu sagrado ministério*”.<sup>513</sup> Também era permitida a execução do rito do Sagrado Viático no estabelecimento, que deveria ser anunciado através do som de um “*ligeiro repique*”. Mais uma atribuição do enfermeiro era, em caso de morte de algum doente, retirar o cadáver da enfermaria, colocá-lo no depósito sobre um estrado, cobri-lo com um lençol lavado e informar ao médico do óbito.

Ao dar entrada no hospital, os doentes recebiam chinelos e roupas, sendo um barrete e uma camisa comprida para os homens, e, para as mulheres, um vestido escuro e um lenço branco. Do lado de cada cama de cada paciente, existia uma escarradeira, uma pequena mesa para refeições e, embaixo, *cubos de louça*, que deveriam ser usados por aqueles que não conseguissem ir à latrina da enfermaria. Diariamente, as enfermarias eram varridas e, sempre

---

<sup>511</sup> RAMOS, Angelo Francisco. Falla com que foi aberta, no dia 20 de janeiro de 1866, a primeira sessão da decima quinta legislatura da Assembléa Legislativa d’esta provincia. *Mapa demonstrativo do movimento do Hospital de Nossa Senhora da Conceição*, p. 20.

<sup>512</sup> MENDONÇA, Joaquim Jacinto de. Falla com que foi aberta a 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe. *Regimento do Hospital de Caridade de Nossa Senhora da Conceição*, p. 3.

<sup>513</sup> *Ibidem*, p. 5.

que o médico achasse conveniente, era feita a desinfecção desses espaços com “Licor de Labarraque” diluído em água, solução hoje conhecida como hipoclorito de sódio.

No início dos anos 1870, integrava a diretoria, além dos membros civis, o Cônego José Alberto de Santa Anna.<sup>514</sup> Naquele tempo, alertava-se para as condições ruins em que o prédio se encontrava: “*O edificio do hospital é improprio ao fim á que se destina, já por cauza da posição e da falta de solides, já mesmo pelas suas insufficientes accommodações.*”<sup>515</sup> Para se ter uma noção, as paredes da casa onde funcionava o hospital ainda eram de taipa. Discutiu-se também a proposta de criação de uma farmácia vinculada ao estabelecimento tanto para que os contratos com outras boticas fossem cessados quanto para gerar mais renda ao hospital. O acesso às listas de produtos que eram consumidos nas enfermarias pode fornecer ao historiador detalhes a respeito das práticas alimentares do hospital e dos métodos de tratamento utilizados naquela instituição.

As dietas eram passadas pelo médico levando em consideração o estado de cada paciente. Compunham o cardápio dos doentes arroz, caldos de galinha, caldos de carne, pão, toucinho, carne verde, café, açúcar, chá, frutas, ervas, farinha de mandioca e mingaus de farinha de trigo ou araruta.<sup>516</sup> A presença de certos alimentos em detrimento de outros, como o frango, que é uma carne leve, nos leva a crer que os médicos sergipanos acreditavam que o tipo de dieta oferecida interferia diretamente na saúde dos indivíduos. Esses gêneros alimentícios também integravam a dieta dos enfermeiros, que, além desses já citados, recebiam feijão e carne seca, alimentos comuns entre os habitantes da cidade.

A título de exemplo, no ano de 1872, constavam na lista de víveres do hospital vinho do Porto e vinho de Lisboa, que, por causa do teor alcoólico, provavelmente deveriam ser empregados como método curativo a fim de devolver ao paciente o equilíbrio dos humores. Poder-se-ia acrescentar cerca de 14 ml dessa bebida ao jantar dos enfermos. Por outro lado, a oferta dos caldos aos doentes já mostrava uma filiação dos facultativos à teoria médica que dominou no final do século XIX, “*mais centrada nas fibras e nos nervos, distinta da fisiologia humoralista anterior.*”<sup>517</sup> Essa dieta mais fibrinosa era benéfica aos “indivíduos anêmicos,

---

<sup>514</sup> CARDOSO JUNIOR, Francisco José Cardoso. *Relatorio com que o exm. snr. tenente-coronel Francisco José Cardoso Junior abriu a 1ª sessão da 19ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*. Typ. do Jornal do Aracaju, 1870, p. 34.

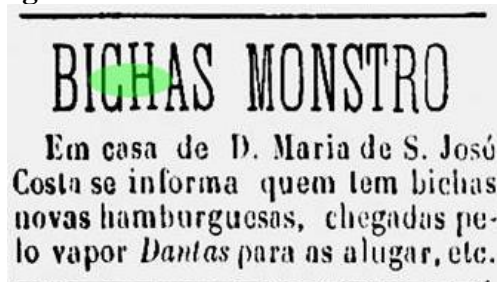
<sup>515</sup> CARDOSO JUNIOR, Francisco José. *Relatorio com que o exm. snr. tenente-coronel Francisco José Cardoso Junior abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléa Provincial*. Typ. do Jornal do Aracaju, 1871, p. 70.

<sup>516</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>517</sup> SILVA, Rodrigo Otávio da. “Querem matar de fome”: médicos e “bestas-feras” na dietética do Hospital de Caridade Juvino Barreto em Natal (1909-1927). *Revista Ingesta*, São Paulo, v. 3, n. 1, set. 2020, p. 238. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaingesta/article/download/167892/163459/435597>.

desnutridos, com diarreias crônicas e disenterias”<sup>518</sup>, ou seja, portadores de moléstias do trato digestivo bem presentes em Aracaju. Os caldos combinados com a ingestão de arroz também seriam úteis para o tratamento das febres intermitentes. A dieta hospitalar ainda girava em torno de outros itens como manteiga inglesa, doces, biscoitinhos e passas.<sup>519</sup> Também estava relacionado na lista o fornecimento de uma Sanguessuga Hamburguesa, outro indício de influência do conhecimento hipocrático-galênico. Geralmente, “as sanguessugas eram usadas para curar e prevenir quase todas as doenças humanas, como febres, varíola e outras tantas que faziam morada entre a morte e a vida.”<sup>520</sup> No *Jornal do Aracaju*, encontram-se alguns anúncios de venda das bichas, como este da figura abaixo:

**Figura 12:** Anúncio de venda das bichas



Fonte: *Jornal do Aracaju*, Edição nº 361, 19 de março de 1873.

**Figura 13:** Hospital de Caridade Santa Isabel em 1901



Fonte: <http://blogminhaterraesergipe.blogspot.com/2023/03/hospital-e-maternidade-santa-isabel-na.html>.

No entanto, até o final do século XIX, período que este estudo abrange, o hospital continuou passando por dificuldades administrativas e financeiras, pois, apesar de quase ser

<sup>518</sup> LEÃO, Leticia Pereira; MURTA, Nadja Maria. O uso terapêutico dos alimentos em meados do século XIX. *Demetra – Alimentação, Nutrição e Saúde*, v. 16, 2021, p. 7. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/55945/37226>.

<sup>519</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 369, 19 de abril de 1873.

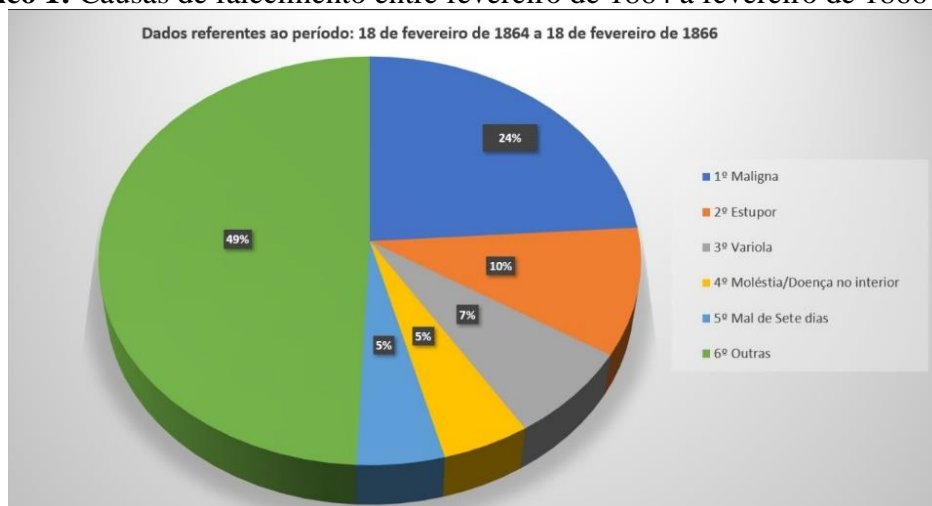
<sup>520</sup> SÁ, Lenilde Duarte de et al. Práticas terapêuticas e praticantes de cura na cidade da Parahyba - 1889 a 1920. *História da Enfermagem: Revista Eletrônica*, v. 2, 2011, p. 148. Disponível em: <http://www.here.abennacional.org.br/here/vol2num2artigo10.pdf>.

uma “repartição pública”, dependia do financiamento do Tesouro, das quantias simbólicas oriundas da caridade dos aracajuanos e de boas administrações e, por esse motivo, enfrentou momentos de crise. Por causa dos recursos sempre escassos, o hospital limitava a quantidade de atendimentos para os doentes pobres. Somente na primeira década do século XX a responsabilidade pelo hospital de caridade deixou de ser do governo do Estado e passou a ser do Conselho Administrativo da Associação Aracajuana de Beneficência. Em 23 de outubro de 1900, um novo nome foi escolhido para o hospital, que dali em diante deveria se chamar “Hospital Santa Isabel” em função do Decreto-Lei nº 391, sancionado pelo presidente de Estado Monsenhor Olímpio de Souza Campos.<sup>521</sup> Segundo Epifânio Dória, o objetivo de Olímpio Campos era entregar o velho hospital a “uma associação livre das peias do oficialismo.

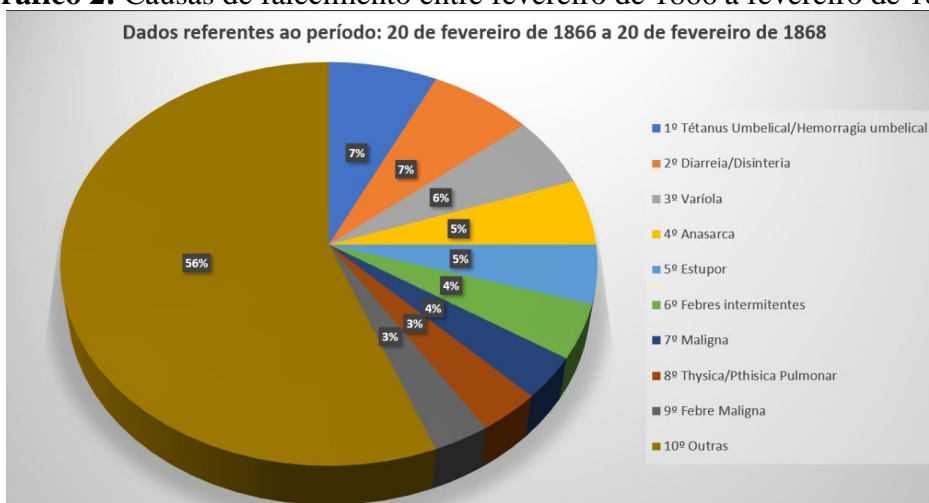
### 3.2 O medo do contágio e da morte: as epidemias de varíola e febre amarela entre os anos de 1872 e 1873

Os registros de óbito dos anos 1860 da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju revelam ao pesquisador uma variedade de moléstias que acometiam os aracajuanos naquela época: *febres intermitentes, doenças malignas, disenterias, hidropesia* e a *varíola*, que sempre foram a terceira e a quartas maiores causas de falecimentos em Aracaju, como podemos constatar a partir dos gráficos a seguir:

**Gráfico 1:** Causas de falecimento entre fevereiro de 1864 a fevereiro de 1866



<sup>521</sup> Nasceu em 26 de julho de 1856 no Engenho Periquito, termo de Itabaianinha. Foram seus pais o político sergipano Coronel Vicente de Souza e sua consorte D. Porfíria de Campos. (DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. Vol. II, p. 88).

**Gráfico 2:** Causas de falecimento entre fevereiro de 1866 a fevereiro de 1868

Fonte: *Family Search*. Óbitos (1864-1872). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Apesar da inexistência de fontes paroquiais que contemplem os primeiros anos da capital, os jornais e outros documentos oficiais podem fornecer indícios de como a varíola entrava na cidade, avançava e de como se organizava o combate a essa moléstia que não dava trégua aos moradores. Anteriormente, a vacinação já estava sendo divulgada em Aracaju no ano de 1856 pelo comissário vacinador Dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque. Ela acontecia na casa da Câmara Municipal, nas quartas e aos sábados.<sup>522</sup> Depois do surto entre os anos de 1857 e 1858, o governo anunciou que “o estado sanitario dessa capital é o mais lisonjeiro possível. A *variola tem quasi desaparecido*, e na sua maior intensidade fez mui poucas victimas.”<sup>523</sup> De maneira geral, a vacina contra a varíola deve ter sido introduzida em Sergipe no primeiro quartel do século XIX. “É certo que existem notícias de vacinações em Estância, por volta de 1826 [...]”<sup>524</sup> Na prática, a vacinação não conseguia evitar as constantes epidemias.

Uma nova epidemia das temidas *bexigas*, assim como era conhecida a varíola, começou a atingir a capital com mais virulência em janeiro de 1873, manifestando-se também em outras partes da província. Segundo o pesquisador Antônio Samarone, “na segunda metade do século XIX, a varíola apareceu como o principal problema de saúde pública na Província de Sergipe.”<sup>525</sup> O recenseamento feito naquele ano indicou que a capital sergipana possuía 1.578 fogos com 6.192 almas, sendo que, desse número total, 5.869 pessoas eram livres e 503 viviam

<sup>522</sup> *Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 54, 1º de outubro de 1856, p. 4.

<sup>523</sup> *Jornal do Comércio*, Edição nº 90, 1º de abril de 1859, p. 1.

<sup>524</sup> SANTANA, Antonio Samarone de. *As Febres do Aracaju...* op. cit., p. 46.

<sup>525</sup> *Ibidem*, p. 90.



sob o regime da escravidão. Embora fosse a capital da província, Aracaju possuía menos habitantes do que outros núcleos urbanos, como Laranjeiras, Lagarto e Estância.<sup>526</sup>

Aracaju, que aguardava a implantação da iluminação a gás, teve o seu cotidiano dinamizado pelas apresentações teatrais e pela chegada de fotógrafos itinerantes e cabeleireiros, que traziam as últimas novidades estéticas da época. Apesar disso, na opinião do inspetor de saúde pública, Aracaju, mesmo portando o *status* de capital, estava longe de ser um exemplo: “[...] *á despeito de sua categoria, que o deveria elevar acima das restantes povoações no quanto tendesse á sua salubridade, apresenta pelo contrario grosseiras e repetidas violações das leis sanitarias* [...]”.<sup>527</sup> Obras de aterramento de ruas e praças ainda estavam acontecendo pela cidade, e um dos principais problemas a resolver continuava sendo “[...] *tratar-se de dar esgoto às aguas pluviais, que, aglomeradas, produzem todos os annos febres de mau character, que assaltam a maior parte dos habitantes desta capital.*”<sup>528</sup> Inclusive, trabalhavam nessas obras públicas prisioneiros da Justiça, que recebiam pagamentos diários pelo serviço.

Ressaltou-se a presença de um novo agente que poderia causar mais doenças: “*Notem-se pois suas ruas e praças cobertas de immundicias, e algumas d’ellas de copiosas arêas de que eleva-se um pó subtil na estação* [...]”.<sup>529</sup> Essa poeira, que provavelmente vinha desses morros de areia, também passou a incomodar os médicos, visto que, na opinião deles, a areia viciava a atmosfera. Além disso, a “viração” do pó estava causando “*oftalmias, bronchites e outras molestias dos orgãos respiratórios*”<sup>530</sup> nos habitantes. Ao longo dos anos, o calçamento das principais ruas da cidade, que só foi feito em 1900, tornou-se uma das reivindicações da Câmara Municipal, porque a capital estava “*sugeita aos rigores dos ventos que com facilidade de dia em dia vão estragando as ruas com a mudança das areias.*”<sup>531</sup>

A Câmara sugeriu ao governo da província em 1870 a realização do calçamento com pedras pelo conhecido sistema Mac-Adam, elaborado por um engenheiro escocês de mesmo nome, já que o município produzia cal de pedra, e o calçamento regular com paralelepípedos era mais custoso.<sup>532</sup> Enquanto isso, o terreno arenoso removido pelos ventos estava causando um aspecto desagradável aos que passavam pelas ruas. A já referenciada Resolução nº 973,

<sup>526</sup> SEBRÃO, Cyprianno de Almeida. *Relatorio com que o exm. snr. dr. Cyprianno d’Almeida Sebrão, 1º vice-presidente, abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe*. Typ. do Jornal do Aracaju, 1873, p. 32.

<sup>527</sup> MIRANDA, Antonio dos Passos. *Relatorio com que o exm. snr. dr. Antonio dos Passos Miranda abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe*. Typ. do Jornal do Aracaju, 1874, p. 164.

<sup>528</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>529</sup> *Ibidem*.

<sup>530</sup> VEIGA, Evaristo Ferreira da. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe no 1º de março de 1869*. Typ. do Jornal de Sergipe, p. 14. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=61&s=0&cv=1&r=0&xywh=-104%2C1383%2C1842%2C1299>.

<sup>531</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 49, 17 de dezembro de 1861, p. 5.

<sup>532</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 58, 28 de janeiro de 1870.



aprovada depois da grande epidemia de varíola, destacava, no seu artigo 36, uma medida que visava manter a cidade limpa: “***E’ proibido lançar-se lixo immundices ou qualquer cousa que possa infectar o ar nas ruas e praças desta capital. O infractor soffrerá a multa de dez mil reis ou 5 dias de prisão, sendo obrigado, alem disto, a remover o lixo para lugar inoffensivo ou ser elle removido a sua custa.***”<sup>533</sup> Na verdade, os despejos deveriam ser realizados diretamente no rio que banha a capital (rio Sergipe) a partir das 22 horas. Para evitar as constantes exalações que viciavam a atmosfera, em dezembro de 1873 a Câmara tomou a medida de construir duas latrinas na Praça do Imperador.<sup>534</sup>

A varíola começou a fazer as primeiras vítimas na capital ainda em dezembro de 1872, quando apareceram doentes algumas pessoas que haviam contraído o mal na Rua do Topo, “*ao norte desta cidade, um pouco retirada do centro*”. As ruas mais afastadas do Quadrado de Pirro como esta foram tidas pelas autoridades como os locais irradiadores da doença em Aracaju. A ideia formada era de que

[...] a pobreza e a ignorancia da maior parte da população desta cidade, não permittiam que grande numero de seus moradores premunissem dos desinfectantes aconselhados pela hygiene, e que elles conservassem as suas casas em um estado de aceio que unico podesse garantir-lhes a inacessibilidade do mal [...].<sup>535</sup>

Ter uma alimentação melhor e hábitos regulares, sem excessos, também constava na lista de como evitar as moléstias naquele tempo. Em Alagoas, província vizinha, a varíola já percorria as cidades de Penedo e Maceió.<sup>536</sup>

No início de janeiro de 1873, já se contabilizavam muitos doentes habitando pobres casas de palha e duas mortes. Essas vítimas notificadas eram Manoel Serafim do Nascimento, a primeira pessoa a morrer por causa daquela epidemia em Aracaju, pardo de 25 anos, solteiro, natural da Vila do Socorro e morador da Rua do Topo, sepultado em 6 de janeiro, e Maria do Espírito Santo, cabra de 20 anos, solteira, natural de Propriá, sepultada no dia 8. Ambos foram enterrados no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição. O inspetor de saúde alegou que ficou sabendo dessas mortes no dia 7 e logo se dirigiu à rua onde estavam os demais doentes:

Não tardei a apresentar-me alli, e effectivamente em algumas das casinholas de palha, que compõem a rua, deparei **com tres variolosos em grave risco de vida, porque era grave e confluyente a erupção, expostos ao chão e em**

<sup>533</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 481, 06 de maio de 1874, p. 1.

<sup>534</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 61, Documento nº 26, 04 de dezembro de 1873.

<sup>535</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 385, 14 de junho de 1873, p. 2.

<sup>536</sup> FIGUEIRA JÚNIOR, Oseas Batista. *A ordem médica sobre o alagadiço...* op. cit., p. 97.

**extremo mal tratados**, e conheci que o terror profundamente impressionava os moradores della, e que de facto da variola dous já haviam morrido.<sup>537</sup> (grifo nosso)

Na Rua do Ferreiro, o inspetor Dr. Francisco Sabino Coelho encontrou mais duas almas vencidas pela varíola. Bem provável um desses *bexiguentos* fosse o soldado de primeira linha Luciano dos Santos, pardo de 40 anos e natural de Itabaiana, que faleceu em 11 de janeiro de 1873. No dia 15, noticiou-se que “[...] **a população acha-se amedrontada, porque não são poucos os que já se acham acometidos dessa grave epidemia.**”<sup>538</sup> A morte dessas pessoas nascidas fora da capital reforça a hipótese levantada pela administração municipal da teoria do contágio:

*A frequente comunicação de pessoas, que, ou já affectadas ou que de pontos infeccionados se dirigem aos que o não estão ou o transporte de agentes especificos desses elementos contagiosos pelo intermedio das torrentes do ar, explicão essa propagação da variola na provincia, e certo o como foi-nos ella importada.*<sup>539</sup>

Contudo, se analisarmos os números de maneira mais ampla, a maioria das pessoas que sucumbiram diante da varíola provinha das seguintes localidades, respectivamente: Aracaju, São Cristóvão e Socorro. No tocante à capital, afirmou-se que o caos provocado pela epidemia estava relacionado aos seguintes fatores: “*E’ muito certo que não tanto a falta dos cuidados medicos, que já então eram prodigalizados a toda classe desvalida, mas a insalubridade da capital e falta de recursos higienicos se devia aquella atitute assustadora que tinha tomado a epidemia.*”<sup>540</sup>

Quem estava à frente da província quando o surto irrompeu era o Dr. Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão, que havia sido nomeado em 28 de dezembro de 1872. Acreditava-se que, pela falta de medidas preventivas do governo, a epidemia de varíola chegou aqui vinda de províncias vizinhas que já sofriam com a doença. Durante a gestão do Dr. Manuel Galvão, “a varíola dizimou numerosas pessoas na capital e no interior e quando de sua demissão ele ainda era um grave um problema a resolver.”<sup>541</sup> O isolamento dos acometidos pela varíola era essencial, e uma das primeiras ações tomadas pelo governo foi montar lazaretos em Aracaju,

<sup>537</sup> MIRANDA, Antonio dos Passos. *Relatorio com que o exm. snr. dr. Antonio dos Passos Miranda abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe*, p. 166.

<sup>538</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 343, 15 de janeiro de 1872, p. 1.

<sup>539</sup> MIRANDA, Antonio dos Passos. *Relatorio com que o exm. snr. dr. Antonio dos Passos Miranda abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe*, p. 163.

<sup>540</sup> *Ibidem*.

<sup>541</sup> DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. Vol. I, p. 295.

localizados na “estrada de Santo Antônio” e que serviriam para tratar gratuitamente os indivíduos acometidos pela bexiga. Nessas situações mais difíceis, o lazareto “era uma casa qualquer que, alugada ou cedida por particulares, servia de abrigo para os menos afortunados enquanto durasse a epidemia.”<sup>542</sup> E, logo que cessava a epidemia, esses retiros eram desativados.

Os dois lazaretos construídos para os variolosos entraram em atividade em 13 de janeiro de 1873, e um deles funcionou por 321 dias. Foram gastos durante esse tempo mais de nove contos de réis. Inicialmente, o tratamento aos doentes foi feito pelo médico baiano Dr. Francisco Sabino Coelho Sampaio, que, em períodos de dispensa, foi substituído pelo Dr. Américo Alvares Guimarães.<sup>543</sup> Posteriormente, na fase mais aguda da epidemia, os médicos Thomaz Diogo Leopoldo e Luiz Victor Homem de Carvalho, realizaram visitas às casas dos indigentes e prestaram serviços ao lazareto dos desvalidos.<sup>544</sup> Esses médicos trabalharam durante a fase mais aguda da doença, ou seja, entre os meses de março e julho de 1873. Ao todo, eles atenderam 56 doentes, dos quais 32 morreram e 24 foram curados.<sup>545</sup> Alguns deles terminaram o tratamento nos lazaretos.

Críticas foram lançadas na imprensa contra os lazaretos, informando que estes “*mão protegem absolutamente a pobreza*” e que as visitas domiciliares feitas pelos médicos eram inúteis diante da impossibilidade de os “*doentes miseráveis observar as dietas.*”<sup>546</sup> Os facultativos tentavam salvar vidas e levar um pouco de consolo também, mas algumas famílias não permitiam que os seus parentes fossem conduzidos aos lazaretos: “*Qual a mãe ahi que abandone seu filho, nos ultimos instantes em que se debate nas vascas da morte? E porque esta reluctancia em não consentirem que seus enfermos vão para o hospital?*”<sup>547</sup> Os registros de óbito da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição indicaram que, no segundo trimestre de 1873, a varíola fez 139 vítimas na capital, sendo o mês de maio o mais mortífero e pico da epidemia, tendo contabilizado 54 mortes.<sup>548</sup> O gráfico a seguir mostra essa evolução dos óbitos a cada mês:

<sup>542</sup> SANTANA, Antonio Samarone de. *As Febres do Aracaju...* op. cit., p. 44.

<sup>543</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 352, 15 de fevereiro de 1873, p. 2.

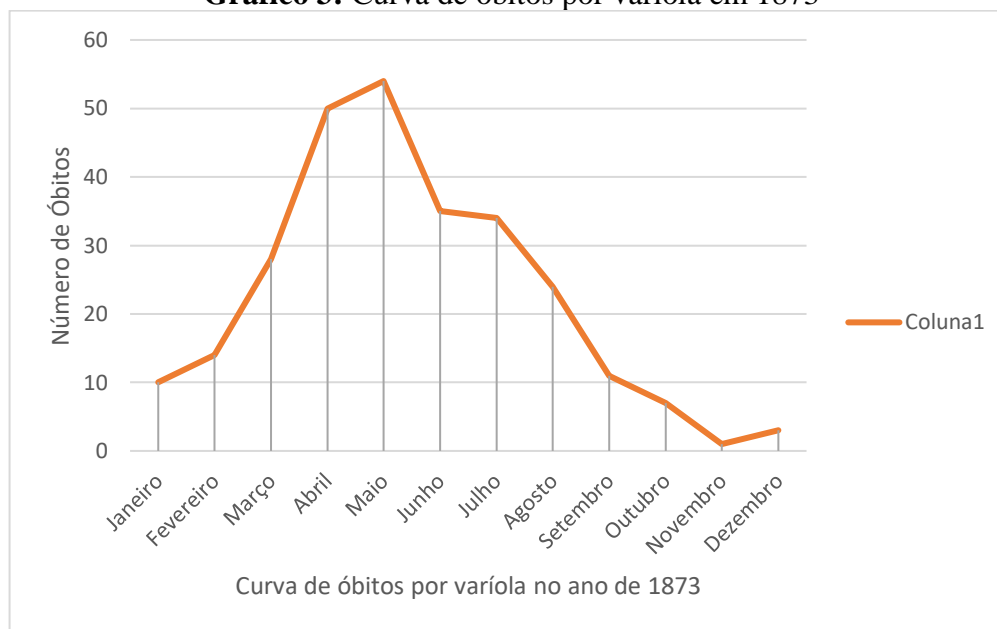
<sup>544</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 367, 09 de abril de 1873, p. 1.

<sup>545</sup> MIRANDA, Antonio dos Passos. *Relatorio com que o exm. snr. dr. Antonio dos Passos Miranda abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe*, p. 168.

<sup>546</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 385, 14 de junho de 1873, p. 2.

<sup>547</sup> *Ibidem*.

<sup>548</sup> *Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

**Gráfico 3:** Curva de óbitos por varíola em 1873

Fonte: *Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Supôs-se que a comunicação constante entre Aracaju e Maruim fez com que a doença marchasse e fizesse vítimas por lá também. A responsabilidade financeira pelos lazaretos era do delegado da capital, Alcebíades Augusto Villas Boas. A estatística dos atendimentos realizados durante o ano foi divulgada em relatório provincial:

**Figura 14:** Estatística dos atendimentos realizados durante o ano de 1874

Entraram	{ Homens . . . .	88
	{ Mulheres . . . .	97
Total.	. . . . .	185
Sairam	{ Curados . . . .	119
	{ Fallecidos . . . .	66
Total.	. . . . .	185

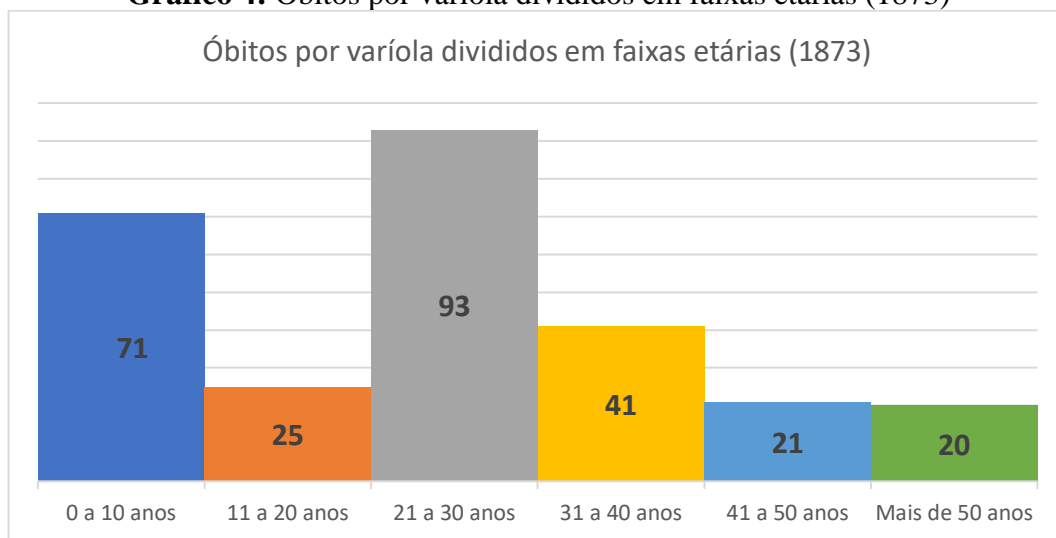
Fonte: *Relatório provincial de 1874*, p. 168.

Uma das faixas etárias que mais sofreu com a varíola durante aquele ano foi a das crianças, e, por isso, a preocupação do inspetor de saúde pública era vacinar o maior número possível de pavulos a fim de debelar o avanço da epidemia. E, caso fosse preciso, a polícia deveria auxiliar nesse processo, obrigando os pais a apresentarem seus tutelados aos domingos e às segundas para receber a vacina.<sup>549</sup> No meio daquele ano, muitas crianças também foram

<sup>549</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 345, 22 de janeiro de 1873, p. 2.

vítimas da coqueluche e, só no mês de junho, morreram 13 dessa moléstia.<sup>550</sup> De maneira geral, a mortalidade das crianças com menos de um ano era alta em Aracaju. Apesar disso, a varíola fez mais mortos entre a população ativa situada entre 21 e 30 anos, como mostra o gráfico abaixo:

**Gráfico 4: Óbitos por varíola divididos em faixas etárias (1873)**



Fonte: *Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

A aprovação de novos artigos do Código de Posturas de Aracaju pela Câmara Municipal se deu em 31 de janeiro de 1873. Em suma, recomendações sobre edificações, uso de trajes de permanência em espaços públicos e até “desafricanização” dos costumes foram divulgadas aos munícipes. O foco, sem dúvidas, seriam as ruas do subúrbio da capital, como a Rua Nova, Rua do Lazareto, Rua do Araçazeiro, Rua do Fiado etc., onde desordeiros organizavam sambas e batuques. No entanto, durante os festejos do mês de junho de 1874, a Câmara registrou o descumprimento da lei municipal em vigência, pois “*nos sambas que se formaram em todas as ruas informa-me o fiscal, que deram se scenas ofensivas á moral publica devidas ao exaltamento produzido pelas bebidas alcoolicas [...]*”<sup>551</sup> No ano seguinte, os vereadores propuseram um artigo que proibia os escravos de andarem pelas ruas da cidade depois do toque de recolher, salvo nos casos em que os senhores tenham autorizado por escrito.<sup>552</sup> Era preciso respeitar a rua.

Já que um dos objetivos era disciplinar o comportamento da população, o código previa punições aos infratores que não o seguissem. As posturas municipais acabaram se tornando um

<sup>550</sup> MIRANDA, Antonio dos Passos. *Relatorio com que o exm. snr. dr. Antonio dos Passos Miranda abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe*, p. 165.

<sup>551</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 62, 26 de junho de 1874, p. 2.

<sup>552</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 62, 30 de dezembro de 1875, p. 1.

meio pelo qual a elite aracajuana expressava os seus anseios e, também, a preocupação com a salubridade da cidade que estava se desenvolvendo desde 1855. Naquele contexto da mortífera epidemia de varíola, o documento da municipalidade acabou reforçando, no seu texto, a obrigatoriedade da aplicação da vacina jenneriana contra a varíola. Segue a determinação do artigo 69:

Todos os chefes de famílias residentes no municipio **são obrigados á trazer seus filhos, famulos, tutelados ou escravos á casa da camara municipal** nos dias designados pelo vaccinador para serem vaccinados e dentro de oito dias a fazer tornarem as pessoas que foram vaccinadas, a fim de ser observado o estado da vaccina e dar o pús para outros, sob pena de 6\$000 réis de multa ou trez dias de prisão, e o duplo na reincidencia, que será renovada nos prazos marcados pelo vaccinador.<sup>553</sup> (grifo nosso)

Então, a transmissão do pus vacínico de braço a braço era para o poder público um preservativo eficaz para evitar a doença, mesmo sendo um serviço de baixa cobertura em Sergipe até a década de 1850. A explicação dada era a de que “a falta de cuidados com as lâminas e com o pus vacínico era, entre outros, motivo das dificuldades de propagação da vacina em Sergipe.”<sup>554</sup> Havia, na fala do presidente que administrava a província, uma contradição: “*é o uso da inoculação da bexiga de character manso, ao qual dão tambem os seus propagadores e adeptos o nome de variola.*”<sup>555</sup> O termo “inoculação” era utilizado para remeter ao método anterior da *variolização*, mas parece que nesse caso, ao utilizar essa palavra, ele estava querendo se referir à vacina. Acreditamos que, pela data, o presidente deveria estar falando do método jenneriano. Durante alguns dias do mês de fevereiro de 1873, o médico Dr. Américo Guimarães, comissionado do governo, dispôs a sua residência em Aracaju para a aplicação de “*optima vaccina para transmitir de braço á braço.*”<sup>556</sup>

No mês seguinte, o *Jornal do Aracajú* publicou uma notícia que enaltecia a atuação do comissário vacinador, das leis municipais e dos médicos e também reiterava o comportamento prejudicial da população em relação à vacina: “[...] **o povo ignorante e cheio de prejuizos não procura premunir-se contra as ciladas da epidemia insidiosa que aqui e ali vai deixando o lucto e a lagrima.**”<sup>557</sup> Acreditava-se que “[...] *quase todas as pessoas vaccinadas que soffrem com a influencia de virus variolico, apenas são atacadas e no caso em que haja variola*

<sup>553</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 365, 02 de abril de 1873, p. 4.

<sup>554</sup> SANTANA, Antonio Samarone de. *As Febres do Aracaju...* op. cit., p. 48.

<sup>555</sup> SEBRÃO, Cyprianno de Almeida. *Relatorio com que o exm. snr. dr. Cyprianno d’Almeida Sebrão, 1º vice-presidente, abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe*, p. 2.

<sup>556</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 352, 15 de fevereiro de 1873, p. 4.

<sup>557</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 369, 19 de abril de 1873, p. 2.

*legítima, a erupção apresenta-se sempre mui discreta.*<sup>558</sup> O objetivo era, com certeza, conseguir mais adeptos da vacina entre a população aracaçuana.

Para compensar a má eficiência dos serviços de vacinação, quantias vultosas eram despendidas pelos cofres públicos em caráter de emergência para socorrer os doentes. Em 1874, 1.559 pessoas foram vacinadas na capital e em 11 municípios, sendo 1.119 livres e 440 escravizadas.<sup>559</sup> Embora os escravizados tivessem sido vacinados em menor número do que as pessoas livres, a mortalidade por varíola pode ser considerada baixa para esse grupo social, já que apenas oito mortes de cativos foram contabilizadas na capital durante o surto de 1873. Os dados disponíveis para aquele ano nos informam que existiam 329 escravizados em Aracaju.<sup>560</sup> Estando no meio urbano, esses escravizados tinham a possibilidade de acumular algum pecúlio para conseguir a compra da tão desejada alforria. O contato dos escravizados nascidos em terras brasileiras com escravizados africanos fez com que houvesse a propagação dos ensinamentos que “[...] tinham os africanos com o mal das *bexigas* e, como consequência, desenvolveram eles várias práticas e ritos de curas para atalhar o mal.”<sup>561</sup>

No ano de 1873, foi criada pelo governo provincial uma enfermaria<sup>562</sup> na casa de prisão de Aracaju, sob a direção do médico Francisco Sabino Coelho Sampaio, que já havia ocupado o cargo de comissário vacinador da província. Os objetos para a enfermaria foram comprados junto a Leopoldina B. de Oliveira, Manoel Vicente de Souza e Antônio Joaquim de Magalhães.<sup>563</sup> Já os medicamentos ficaram sob a responsabilidade do médico e dono de uma farmácia na cidade, Sizino Ribeiro Pontes, que fornecia remédios ao Hospital de Caridade e de maneira gratuita aos pobres variolosos. Sizino pôde fazer esse ato de caridade porque era proprietário de uma farmácia na capital. A respeito de tais atitudes, Jaqueline Brizola afirmou que “numa sociedade escravocrata e profundamente desigual, as noções de caridade e ajuda para com aqueles necessitados não eram pensadas como tarefa do poder público, mas em muitos casos continuavam a ser pautadas pela atuação das elites.”<sup>564</sup>

<sup>558</sup> *Jornal do Aracaju*. Edição nº 350, 08 de fevereiro de 1873, p. 3.

<sup>559</sup> *Relatório do Ministério do Império de 1874*, p. 76.

<sup>560</sup> Ver: SANTOS, Bárbara Barbosa. *Moléstias do corpo escravo: doenças e morbidade entre cativos em Sergipe (1865-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020, p. 81.

<sup>561</sup> CAMARGO, Luís Soares de. *Viver e Morrer em São Paulo...* op. cit., p. 244.

<sup>562</sup> Como consequência da epidemia de cólera, em 1857, observou-se que as instalações do quartel da força de linha eram muito precárias, principalmente para os soldados doentes, e, por isso, foi construído um hospital (enfermaria militar) ao lado do barracão de palha onde ficava o quartel.

<sup>563</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 351, 12 de fevereiro de 1873, p. 1.

<sup>564</sup> BRIZOLA, Jaqueline Hasan. *A terrível moléstia: vacina, epidemia, instituições e sujeitos: a história da varíola em Porto Alegre no século XIX (1846-1874)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, p. 18.

Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa no dia 2 de março de 1874, o presidente de província Antônio dos Passos Miranda alegou que a casa de prisão de Aracaju possuía péssimas condições sanitárias, onde presos compartilhavam o mesmo ar pútrido. A respeito desse estabelecimento, o presidente fez o seguinte relato: “Visitei-o já duas vezes e verifiquei por mim mesmo **a necessidade de fazer desaparecer a podridão que domina todas as células do edifício**, onde ha latrinas que por mais que procurem limpar, **nunca deixam de produzir uma exalação mephitica.**”<sup>565</sup>

Foi nessa mesma cadeia que, em julho de 1873, o escravizado Cypriano, preso da Justiça, morreu por causa da varíola.<sup>566</sup> Entre os anos de 1873 e 1874, faleceram ainda, oito integrantes do Corpo de Polícia da capital e seis da Companhia de Primeira Linha. Em consonância com as teorias em difusão na época, para conter a força dessa epidemia, a administração municipal espalhou pelas ruas da cidade vasos cheios de alcatrão e outras resinas, pois se acreditava que o fumo era um ótimo depurador do ar atmosférico.<sup>567</sup> A moléstia alterou a vida cotidiana da cidade.

O fato é que os registros paroquiais analisados até aqui revelaram de maneira recorrente que a varíola atingiu com mais violência a população aracajuana livre, indigente e pobre. Em geral, eram pessoas classificadas como pardas, crioulas e caboclas, oriundas de várias partes da província e, na maioria, moradoras de ruas afastadas do Quadrado de Pirro, como a Rua do Topo, a Rua Nova, a Rua do Ferreiro, entre outras. As *bexigas* destruíram famílias inteiras, como a do caboclo Domingos José Félix, 38 anos, que foi enterrado no dia 20 de abril de 1873. A sua esposa, Vicencia Maria de Souza, cabocla de 30 anos e natural de Pacatuba, foi recolhida ao lazareto, mas sucumbiu à varíola e foi sepultada no dia 4 de maio. A pequena filha do casal, de apenas 14 meses, ficou em situação de orfandade. Depois da morte dos pais, o caso de Joanna foi enviado ao juízo municipal de órfãos. Mas não tardou muito para que a menina, nascida em Pacatuba, também fosse sepultada no mesmo cemitério que os pais em 1º de junho de 1873.

As poucas informações disponíveis sugerem que essa era uma família de migrantes que veio do interior da província há pouco tempo para tentar a vida na capital. A escravizada Rita, propriedade de Manoel Agostinho da Silva Moreira, perdeu dois filhos em menos de um mês. Primeiro, foi a pequena Maria, cabra de três meses falecida em 28 de julho de 1873, e, na sequência, em 10 de agosto do mesmo ano, faleceu seu irmão, Marcelino, crioulo, aos 6 anos

---

<sup>565</sup> MIRANDA, Antonio dos Passos. *Relatorio com que o exm. snr. dr. Antonio dos Passos Miranda abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe*, p. 7.

<sup>566</sup> *Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 2061, p. 76.

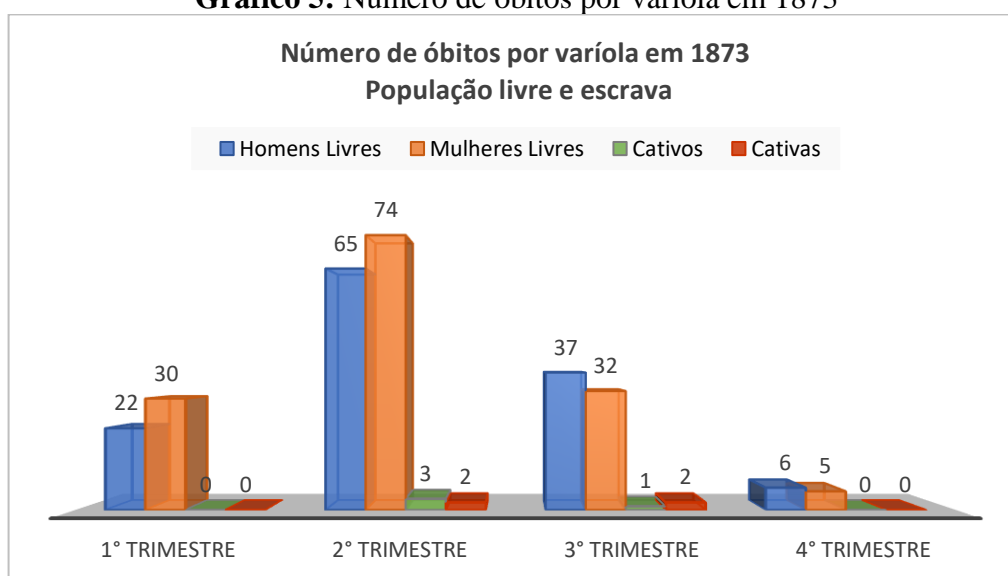
<sup>567</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 377, 17 de maio de 1873, p. 4.



de idade. Ambas as crianças eram naturais de Aracaju. No entanto, não podemos esquecer que a doença era democrática e ceifava vidas de indivíduos de todos os grupos sociais.

A título de exemplo, em 22 de agosto de 1873, foi sepultado, no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju, Augusto<sup>568</sup>, fruto do relacionamento do distinto comerciante José Rodrigues Bastos Coelho com Maria dos Anjos do Espírito Santo, que provavelmente era uma mulher livre e pobre. Com apenas três meses de vida, o menino foi mais uma vítima da grave epidemia de varíola. No total, de janeiro a dezembro de 1873, a varíola baixou à sepultura 271 pessoas somente em Aracaju, o que correspondia a **4,52%** da população dessa cidade.

**Gráfico 5: Número de óbitos por varíola em 1873**



Fonte: *Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

O relatório provincial indicou que em 1874 a vacinação realizou-se de forma regular na província sergipana e que a virulência da varíola em Aracaju foi bem menor (duas vítimas) do que a do ano anterior. Já não bastasse a epidemia de varíola, a febre amarela também “atracou” em Aracaju no início de fevereiro de 1873. Acredita-se que a doença tenha chegado à capital sergipana através dos navios estrangeiros, que frequentemente entravam no porto de Aracaju. Em 1859, autorizou-se que embarcações nacionais e estrangeiras carregassem livremente no ancoradouro da cidade em benefício da nossa economia.<sup>569</sup> Sergipe exportava açúcar, café moído, algodão, aguardente, carnes secas e couros salgados. No relatório provincial publicado em 27 de abril daquele ano, relatou-se o aparecimento de casos de febre amarela, “*em alguns*

<sup>568</sup> *Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 2133, p. 85.

<sup>569</sup> APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 47. 04 de abril de 1859, p. 1.

*estrangeiros pertencentes á tripolação de navios surtos neste porto.*”<sup>570</sup> Antes disso, registrou-se a morte de Jans Jessier, solteiro de 28 anos, por febre amarela na Freguesia de N. Sra. da Conceição do Aracaju em 8 de março de 1871.<sup>571</sup>

No entanto, esses homens do mar eram vítimas não somente dos surtos epidêmicos, mas de outras situações do cotidiano marítimo, como discussões e atos violentos entre tripulantes, naufrágios etc. Alguns desses processos estão disponíveis para consulta no Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe. Por exemplo, em 29 de agosto de 1857, foi encontrado na foz do rio Tramandahy o corpo de um jovem rapaz branco que estava a bordo do brigue português *Anna* como marinheiro ou moço de convés. Entre os anos de 1856 e 1857, apenas uma embarcação portuguesa, com 182 toneladas e oito tripulantes, entrou no porto de Aracaju, sendo, supostamente, o *Anna*.<sup>572</sup>

A polícia procedeu ao corpo de delito no cadáver deteriorado, descartou a hipótese de afogamento, mas não conseguiu esclarecer o crime, pois durante o processo investigativo a embarcação foi embora.<sup>573</sup> No mês de setembro do mesmo ano, o marinheiro Phelippe, escravizado maior de 60 anos pertencente ao brigue *Ligeiro*, morreu em decorrência dos castigos físicos impetrados pelo contramestre da embarcação.<sup>574</sup> Anos mais tarde, dois marinheiros, que estavam a bordo das embarcações *Patacho Três Amigos* e *Lancha Bomfim*, morreram por asfixia ao caírem do ancoradouro da capital. E, ainda, no mesmo *Patacho Três Amigos*, um escravizado marinheiro cometeu suicídio.<sup>575</sup> Esse foi o tipo de embarcação nacional que mais frequentou o porto de Aracaju em 1863. Infelizmente, não conseguimos acompanhar o desfecho de todas essas histórias.

Para atracar no porto de Aracaju, as embarcações precisavam apresentar suas cartas de saúde, e, aparentemente, a escuna<sup>576</sup> alemã que adentrou a barra da Cotinguiba no dia 5 de fevereiro de 1873, vinda da Bahia, estava com a sua carta “limpa”, isto é, sem nenhuma intercorrência sanitária. Mas saiu da *Schewann* o primeiro caso de um tripulante afetado pela febre amarela. Estava a bordo o jovem marinheiro de 16 anos que foi removido da embarcação e encaminhado ao Hospital de Caridade de Nossa Senhora da Conceição, que, no ano de 1873,

<sup>570</sup> GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da duodecima legislatura*, p. 5.

<sup>571</sup> Fundo Clero, AG4 Vol. 21, *Anexo do documento n° 36*, 13 de março de 1871.

<sup>572</sup> BROTERO, João Dabney. *Relatorio com que foi aberta 1ª sessão da duodecima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe*, Mapa n° 12, p. 190.

<sup>573</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>574</sup> *Ibidem*.

<sup>575</sup> MELLO, Antonio Dias Coelho e. *Relatorio com que foi aberta no dia 3 de maio de 1864 a primeira sessão da decima quarta legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*. Relatório do Chefe de Polícia, p. 3.

<sup>576</sup> “A escuna, como o patacho, tanto fazia o comércio de cabotagem como o de longo curso.” (ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984, p. 52).

perdeu ele e mais outro paciente para a febre. Adolpho, branco, natural de Frankfurt, morreu no dia 8 de fevereiro e foi sepultado em Aracaju sem sacramentos. Ele foi a primeira vítima registrada da epidemia de febre amarela na capital de Sergipe.

Depois de dias parada, a tripulação da escuna voltou às atividades de carregamento em 13 de fevereiro, e, como consequência disso, mais três marinheiros contraíram a febre amarela. No dia seguinte, por esforço do inspetor de saúde, a embarcação foi rebocada para o “*ancoradouro das desinfecções, ficando assim sequestrado dos demais.*”<sup>577</sup> O tratamento desses outros doentes foi feito na própria escuna e ficou a cargo do consulado do império alemão, representado pelo agente consular Henrique Schramm, uma vez que ainda não havia um lugar específico para isso.<sup>578</sup> Algumas providências foram tomadas em virtude do terror causado pelo medo do contágio.

Assim, o governo provincial logo tratou de montar um lazareto marítimo para os doentes nos subúrbios da cidade ao realizar a compra de um sítio que pertencia aos filhos de José Albino de Moura pelo valor de 1:505\$000 (um conto e quinhentos e cinco mil réis). Além da casa onde se instalou o lazareto, na propriedade comprada pelo poder público também existiam coqueiros, salinas e curral de pescaria.<sup>579</sup> O lazareto iniciou suas atividades no dia 18 de fevereiro de 1873, recebendo seis doentes da mesma embarcação alemã. Aqueles náuticos que chegavam e precisavam de tratamento eram direcionados para lá. Naquele ano, as despesas com esse lazareto atingiram a cifra de seis contos de réis (6:660\$546). Basicamente, os recursos eram destinados a pagamento dos funcionários, compra de mobília e utensílios como cobertores, medicamentos, serviços de lavagem das roupas, desinfetantes para as visitas às embarcações e, por fim, gastos com enterramentos.<sup>580</sup> No mês de março, o diretor do lazareto foi informado da necessidade de se recolherem os tripulantes de uma embarcação holandesa, caso eles desenvolvessem os sintomas da doença a bordo. Essa ação buscava prevenir que os homens do mar chegassem à terra em estado grave de saúde.

O chamado “lazareto do pontal” ficou sob a direção do capitão do porto interino e do 1º Tenente da Armada Augusto Cesar da Silva. Já os doentes foram medicados pelo cirurgião do Exército Dr. Manoel Inácio Vasconcellos.<sup>581</sup> Fora do lazareto, quatro marinheiros remadores foram contratados em caráter emergencial pelo chefe de polícia a fim de auxiliar a capitania do

---

<sup>577</sup> MIRANDA, Antonio dos Passos. *Relatorio com que o exm. snr. dr. Antonio dos Passos Miranda abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe*, p. 22.

<sup>578</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 360, 15 de março de 1873, p. 1.

<sup>579</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 355, 26 de fevereiro de 1873, p. 1.

<sup>580</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 430, 19 de novembro de 1873, p. 2.

<sup>581</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 353, 19 de fevereiro de 1873, p. 2.

porto nas vistorias sanitárias que eram feitas no porto de Aracaju através de um escaler (pequena embarcação) durante a epidemia de febre amarela.<sup>582</sup> Essas medidas tomadas pelo governo sergipano estavam alinhadas à teoria médica conhecida como contagionista, que explicava a propagação da febre amarela por contágio. Em junho de 1873, foi proposta a quarentena das embarcações, medida que já fora tomada em outros surtos epidêmicos. Segundo Chalhoub:

O que importa registrar é que aqueles que acreditavam no contágio da febre amarela recomendavam medidas como quarentenas para navios que chegavam no porto e isolamento rigoroso dos doentes em hospitais estabelecidos em locais distantes do centro da cidade.<sup>583</sup>

Os médicos estavam interessados em desvendar a cadeia de transmissão da doença e, até então, já era sabido que os surtos epidêmicos na Corte, em Salvador e em outras cidades portuárias como Aracaju estavam relacionados à chegada de navios estrangeiros. Foi justamente na década de 1870 que a febre amarela adquiriu novos sentidos políticos e ideológicos porque essa doença “havia se transformado no problema de saúde pública do Império exatamente porque vitimava prioritariamente os imigrantes.”<sup>584</sup> De acordo com as fontes oficiais, todos os recolhidos ao lazareto da febre amarela eram estrangeiros, e, no início de 1874, o saldo era o seguinte: dos 65 atendidos, 24 faleceram e 44 saíram curados.<sup>585</sup> Até o surto estar controlado, embarcações de vários países da Europa (Portugal, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Noruega e Inglaterra) trouxeram tripulantes infectados.

**Quadro 1:** Vítimas da febre amarela sepultadas em Aracaju (janeiro de 1873 a julho de 1874)

Nome	Idade	Nacionalidade	Data do sepultamento	Local do Sepultamento
Adolpho Woigam	16 anos	Frankfurt (Alemanha)	08/02/1873	Cemitério de Nossa Senhora da Conceição
Francisco Seurat	22 anos	Espanha	20/03/1873	Cemitério de Nossa Senhora da Conceição
João Antônio Amaro	30 anos	Portugal	27/05/1873	Cemitério de Nossa Senhora da Conceição

<sup>582</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 354, 22 de fevereiro de 1873, p. 2.

<sup>583</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 65.

<sup>584</sup> *Ibidem*.

<sup>585</sup> MIRANDA, Antonio dos Passos. *Relatorio com que o exm. snr. dr. Antonio dos Passos Miranda abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe*, p. 34.

R. Meyer	32 anos	Holanda	10/01/1874	Cemitério dos acatólicos
(Não consta)	30 anos	Itália	Julho de 1874	Cemitério de Nossa Senhora da Conceição
Felippe Cofferi	55 anos	Itália	02/07/1874	Cemitério de Nossa Senhora da Conceição
Joaquim Antonio Ferreira	26 anos	Brasil	02/07/1874	Cemitério de Nossa Senhora da Conceição

Fonte: *Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Porém, houve mortes de estrangeiros que escaparam aos registros paroquiais. Assim aconteceu com Joseph Colt, tripulante do navio holandês *Anna Magdalena*, que estava recolhido no lazareto quando faleceu em março de 1873. Os custos com o sepultamento do alemão foram pagos por Adolpho Beck, comerciante. Já em abril, mais um marinheiro em tratamento no lazareto foi sepultado, desta vez o homem era da escuna dinamarquesa *Charles Back*. O seu enterro foi pago pelo negociante Francisco do Nascimento. Em ambos os casos, os enterros foram custeados por homens de negócios, talvez porque fossem eles os que mais tivessem dinheiro para emprestar na cidade. Por esse motivo, o cruzamento de fontes variadas é de suma utilidade ao trabalho de pesquisa.

Algum tempo depois desse surto, o lazareto do pontal da barra foi desativado. Mas em 1875 voltaram a aparecer casos da doença no ancoradouro da cidade em brigues de nacionalidade inglesa, portuguesa e russa, vindos do Rio de Janeiro. Nos dias 8 e 9 do mês de abril, dois estrangeiros foram sepultados no cemitério municipal: o jovem austríaco de 16 anos Antônio Torovichy e Thomaz Laim, também de 16 anos. Para o inglês Thomaz, foi atribuída como causa de morte a *febre perniciosa*, e, curiosamente, no final de abril e início de maio, foram registradas algumas mortes de habitantes da cidade por esse tipo de febre. Será que os registros estavam se referindo à tão temida febre amarela? Ao que tudo indica, esses homens não foram atendidos no lazareto, que ainda se encontrava fechado. Em 26 de abril, o *Jornal do Aracaju* denunciava a falta de assistência aos doentes que chegavam ao porto de Aracaju:

*[...] e apesar de já se terem dado cazos d'essa molestia a bordo n'este porto, o mesmo lazareto tem-se conservado fechado. Na Barca entrada hontem, acha-se um marinheiro atacado fortemente d'aquella referida enfermidade, veremos se deixam elle morrer a mingua, ou se finalmente se dará as providencias.*<sup>586</sup> (grifo nosso)

<sup>586</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 585, 27 de abril de 1875, p. 4.

Essa publicação no jornal repercutiu, e a discussão sobre o encerramento dos trabalhos do lazareto chegou à Assembleia Provincial. Nesses debates, teve destaque a atuação do Dr. Manoel Pereira Guimarães, que, sob os clamores de caridade e filantropia, questionou o porquê do fechamento desse estabelecimento tão importante para o tratamento dos acometidos pela febre amarela. Segundo ele:

Os marinheiros dos navios estrangeiros accomettidos da febre amarella ahi morrem a mingoa de recursos, **muitas vezes abafados nos porões**, acrescendo que um terror panico domina toda a tripolação, de sorte que aquelles que não foram victimas desta cruel molestia não querem se quer approximar-se dos doentes pelo **horror que lhes inspira o seu contagio**.<sup>587</sup>  
(grifos nossos)

Apesar de fechado, um funcionário estava recebendo gratificação mensal do governo para guardar as chaves do prédio. Manoel Guimarães revelou ainda que o vice-cônsul da Suécia e da Noruega fez um pedido formal à presidência da província para reativar o lazareto. Levando em consideração a má fama de inóspita da capital, o deputado apelou para as consequências econômicas de tal desprezo: *“Em uma provincia como esta, em um porto como o nosso que agora é que começa a fazer sua exportação directa em mais larga escalla, não podemos ficar silenciosos diante de um facto destes, que bem pode influir nos destinos da provincia.”*<sup>588</sup>

O discurso dos deputados girava em torno de certa “gratidão” pelo serviço dessas embarcações, que levavam os produtos de Sergipe para o exterior. Ao contrário de outras localidades do Império, que registraram alta mortalidade em função das epidemias de febre amarela, a análise preliminar das fontes indicou que, entre os anos de 1873 e 1874, essa moléstia se manifestou, principalmente, entre os tripulantes estrangeiros das embarcações que chegavam ao porto de Aracaju e não adentrou os limites da capital sergipana, apesar do registro que consta no quadro 1 do sepultamento de Joaquim Antônio Ferreira por causa da febre amarela. Antônio era brasileiro, natural da Província de São Paulo e integrante da Companhia de Primeira Linha de Sergipe. Em Maceió, a situação foi diferente porque, no ano de 1875, foram notificados casos da febre no porto e entre a população indigente da sede da província alagoana. Além do vai-e-vem de produtos nacionais e estrangeiros nos navios, surtos do *vômito negro* continuaram acometendo marinheiros que navegavam pela costa aracajuana até o final dos anos 70.

---

<sup>587</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 601, 19 de junho de 1875, p. 2

<sup>588</sup> *Ibidem*.

## CAPÍTULO 4 – “DETERMINO FAZER O MEU SOLENE TESTAMENTO DE ÚLTIMA E DERRADEIRA VONTADE”: AS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS PELO BEM DA ALMA

### 4.1 O ato de testar

Os testamentos, documentos de valor jurídico que tinham a função de registrar as últimas vontades do moribundo, principalmente no que tocava à reparação moral e material, diziam muito também sobre a preocupação dos indivíduos com o *bem-morrer*, pois eram vistos como um rito inicial de separação. Por isso, eles podem ser considerados como “um dos mais importantes instrumentos utilizados para se preparar os ritos que antecediam e sucediam a morte.”<sup>589</sup> No entanto, os inventários e testamentos, embora sejam produzidos no contexto da morte de um indivíduo, “contêm ricas e variadas informações sobre múltiplos aspectos da vida do morto, bem como da sociedade em que ele viveu.”<sup>590</sup> São fontes históricas que possuem uma relação entre si, e, ao contrário dos testamentos, que eram escritos antes da morte, os inventários eram feitos depois da consumação dela. Estes seguiam as leis vigentes do período: as Ordenações Filipinas. Segundo Júnia Furtado, as Ordenações “vigoraram no Portugal moderno, bem como na América Portuguesa, e no Brasil continuaram em vigor durante todo o Império.”<sup>591</sup>

Para além da legislação, os manuais difundidos em Portugal, em outros países europeus e nas suas respectivas colônias desde o século XVII continham preces, orações e ensinamentos que visavam reforçar a liturgia da boa morte e do bem morrer no universo católico. Os detalhes eram valorizados nesses manuais, pois se entendia que a preparação para a morte era algo que se construía no dia a dia dos viventes. Ensinavam-se, até mesmo, a maneira e o momento de se fazer um testamento. De acordo com João Paulo Berto, estudioso das práticas culturais na Campinas oitocentista,

O foco das obras é direcionado, sobretudo, para elementos como a necessidade da salvação da alma frente à proximidade incerta da morte; a importância em

---

<sup>589</sup> SILVA, Erika Amorim da. *O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 110.

<sup>590</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, C. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 93.

<sup>591</sup> *Ibidem*, p. 94.

evitar uma morte repentina; a valorização da morte com os sacramentos (Confissão e Extrema Unção) e a garantia das bem aventuranças bíblicas.<sup>592</sup>

Em geral, através das ordenações presentes na maioria dos testamentos da Comarca de Aracaju, se percebeu a inculcação da pedagogia do medo nos fiéis em relação ao destino da alma após a morte e, em especial, se não fossem seguidos os preceitos da fé católica. Temas recorrentes da *Ars moriendi*<sup>593</sup> difundidos desde a Idade Média foram encontrados nesses documentos, a saber: o purgatório, o julgamento individual e final e a luta dos anjos e demônios pela alma do agonizante no leito de morte. No contexto do catolicismo barroco, é justamente o medo do julgamento particular que faz com que as pessoas, na iminência da morte, realizem doações testamentárias e peçam missas em sufrágio pela alma, o que corrobora a ideia de que o testamento é um “elemento que mostra a interiorização da ideia do julgamento individual.”<sup>594</sup>

Ao todo, 83 testamentos da Comarca de Aracaju do período entre 1855 a 1896 foram analisados serialmente para a construção dos dois últimos capítulos desta tese. Assim como em outras localidades, percebemos neles a predominância dessa fórmula testamentária. São documentos pertencentes a indivíduos de diferentes segmentos sociais que, sendo ricos, legavam muitos bens a seus herdeiros, e, no caso de serem pobres, deixavam humildes espólios. Poucos são os testamentos de caráter secular, ou seja, que não contêm informações sobre funerais, legados etc.

Os testamentos do período de 1855 a 1860 são quase em sua totalidade de sitiantes ou de donos(as) de engenho que moravam afastados(as) do centro da capital, mas que juridicamente pertenciam a ela, um indicativo da incipiente vida urbana e da predominância da vida rural nos arredores de Aracaju. Notadamente, entre os bens daqueles que tinham algo para deixar, estavam propriedades, escravos, joias, utensílios domésticos, dinheiro, animais etc. Inclusive, muitos desses inventariantes eram naturais da Vila de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba pelo fato de que, em 1857, essa localidade passou a ser da Comarca de Aracaju. Os oratórios, elementos integrantes do Catolicismo tradicional de cunho popular, sempre estavam presentes nos espólios desses inventariados. Podemos constatar, no quadro seguinte, a predominância de testadores(as) naturais de Socorro, localidade próxima da capital. De maneira

---

<sup>592</sup> BERTO, João Paulo. *Liturgias da boa morte e do bem morrer: práticas e representações fúnebres na Campinas oitocentista (1760-1880)*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014, p. 23.

<sup>593</sup> “Manual devocional voltado ao ensino de práticas corretas para uma ‘boa morte’, com o intuito de auxiliar na salvação da alma.” (NASCIMENTO, Mara Regina do; DILMANN, Mauro (Orgs.). *Guia didático e Histórico de verbetes sobre a morte e o morrer*. Porto Alegre: Casalettras, 2022, p. 46).

<sup>594</sup> *Ibidem*, p. 27.



geral, identificamos a presença de pessoas oriundas de várias regiões de Sergipe e até de outros países, consequência dos fluxos migratórios que Aracaju passou a receber desde a sua criação.

**Quadro 2:** Naturalidade declarada pelos(as) testadores(as) da Comarca de Aracaju (1855-1896)

Localidade	Ocorrências
<b>Laranjeiras</b>	(7)
<b>Bahia</b>	(2)
<b>Aracaju</b>	(8)
<b>Argélia</b>	(1)
<b>Nossa Senhora do Socorro</b>	(16)
<b>Sergipe</b>	(9)
<b>Simão Dias</b>	(1)
<b>Portugal</b>	(6)
<b>Maruim</b>	(2)
<b>São Cristóvão</b>	(8)
<b>Lagarto</b>	(1)
<b>Rosário do Catete</b>	(1)
<b>Divina Pastora</b>	(1)
<b>Estância</b>	(2)
<b>Vila Nova</b>	(1)
<b>Itabaiana</b>	(2)
<b>África</b>	(1)
<b>Alagoas</b>	(1)
<b>Não declarado</b>	(13)
<b>TOTAL</b>	<b>(83)</b>

Referência: AJU C/2º OF. Cx. 01/2083, Cx. 02/2084, Cx. 13 (2320), Cx. 14 (2321), Cx. 15 (2322), Cx. 16 (2323), Cx. 17 (2324), Cx. 18 (2325), Cx. 19 (2326), Cx. 20 (2327), Cx. 21 (2328), Cx. 22 (2329), Cx. 23 (2330), Cx. 24 (2331), Cx. 25 (2332), Cx. 26 (2333), Cx. 27 (2334), Cx. 28 (2335), Cx. 29 (2336), Cx. 30 (2337), Cx. 31 (2338); AJU C/1º OF. Cx. 01 (2153), Cx. 01 (2143).

Verificamos também que, do conjunto dos 83 testamentos, apenas três foram escritos pelo punho do próprio testador porque, em sua maioria, os tabeliães ou pessoas letradas ficavam responsáveis por escrevê-los. Apesar de terem sido escritos por outrem, “eles revelam uma parte

importante da alma de quem os ditava.”<sup>595</sup> Era um tipo de testamento que a lei reconhecia como *público*, pois, “segundo as *Ordenações Filipinas*, o testamento devia ser escrito por ou na presença de um tabelião, acompanhado de mais cinco testemunhas, livres, varões, maiores de 14 anos de idade.”<sup>596</sup>

Quando José Narbone fez o seu testamento, na madrugada do dia 18 de junho de 1876, ele estava impossibilitado de escrever por causa da moléstia que o acometera. O doente convalescia na casa do professor de francês do Ateneu Sergipense Geminiano Paes de Azevedo e, deitado numa cama, ditou as suas últimas vontades. Naquela época, o professor e capitão da Guarda Nacional morava numa casa alugada a Maria de Faro Rollemberg na Rua de Japarutuba. Estavam ao lado do moribundo naquele momento os funcionários públicos Antônio Alves Ramos e Antônio da Motta Rabello, José Lourenço da Costa, o negociante Antônio Teixeira Mendes e o amigo do comendador, Manoel Ângelo Ramos.<sup>597</sup> Eles foram as testemunhas do testamento oral ou nuncupativo, feito às pressas pelo argelino. A presença dessas pessoas em volta do leito do doente ou do agonizante também era vista como uma demonstração de solidariedade cristã porque “morrer acompanhado era especialmente importante quando a morte não dava aviso prévio.”<sup>598</sup> No mesmo testamento, José Narbone legitimou todas as filhas que teve com Felipa Josefa da Conceição, mulher com quem ele vivia. A solidariedade para com os doentes também era recompensada pelos testadores, que deixavam determinadas quantias para os que lhes desvelavam cuidados. Assim aconteceu com o Capitão José Pinto da Cruz, que favoreceu as duas filhas, D. Maria dos Prazeres Nascimento e D. Anna Angélica da Lapa Pinto, “*pelos bons serviços que lhe prestarão tanto em sua saúde como em sua doença.*”<sup>599</sup>

É importante frisar que a legislação vigente não obrigava a aceitação do encargo de testamenteiro por parte das pessoas e, por esse motivo, se indicavam geralmente três nomes, pois, se o primeiro não aceitasse, o encargo recairia sobre o seguinte, e assim sucessivamente. Depois de satisfeitas as disposições, os testamenteiros precisavam, ainda, fazer a prestação de contas do testamento, anexando os recibos comprobatórios. Em todos os casos, a presença masculina foi dominante no ato de escritura desse tipo de documento, sendo que vez ou outra eles precisavam se deslocar até a casa daqueles que moravam no termo de Aracaju e, quiçá, até outras vilas e cidades, caso o(a) testador(a) estivesse fora do seu domicílio e não pudesse se

<sup>595</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 2. ed. (Edição de 30 anos revista e ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 131.

<sup>596</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *A morte como testemunho da vida...* op. cit., p. 95.

<sup>597</sup> *Inventário de José Narbone*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 2329, nº 346.

<sup>598</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa...* op. cit., p. 147.

<sup>599</sup> *Inventário de José Pinto da Cruz*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2328, nº 336, p. 77-81.

locomover. Reunimos em outro quadro os nomes dos redatores mais frequentes que foram citados nos testamentos:

**Quadro 3:** Nome dos redatores citados nos testamentos da Comarca de Aracaju (1855-1896)

Redator	Profissão	Ano/Ocorrência
<b>Severiano Alexandrino da Silveira</b>	Escrivão	1862 (1), 1871 (1), 1872 (2), 1873 (2), 1873 (2), 1874 (1), 1875 (2), 1878 (1), 1881 (2)
<b>Luiz Gonçalves Pedreira França</b>	Escrivão	1867 (1), 1872 (3), 1873 (2), 1876 (2), 1880 (3), 1882 (1), 1886 (1), 1887 (1), 1889 (1), 1891 (1)
<b>Gervásio de Freitas Maia</b>	Comerciante	1896 (1)
<b>Joaquim Fernandes de Sousa</b>	-	1870 (1)
<b>Vicente Lopes de Medeiros Chaves</b>	Tabelião e escrivão	1885 (2), 1886 (1), 1889 (2), 1891 (1), 1896 (1)
<b>Epifânio Manoel de Carvalho</b>	Militar	1863 (1)
<b>Martinho José de Oliveira</b>	Funcionário público	1868 (1)
<b>Epimacho de Azevedo</b>	-	1888 (1)
<b>Domingos José Bittencourt</b>	Tabelião e escrivão	1889 (1)
<b>Barnabé José do Couto</b>	Escrivão	1855 (2), 1867 (1), 1868 (1), 1869 (1), 1890 (1)
<b>Francisco Freire Pitombo</b>	Engenheiro agrimensor	1893 (1)
<b>Theodoro Cordeiro Guaraná</b>	Funcionário público	1880 (1)
<b>Ezequiel Baptista Bastos</b>	-	1878 (1), 1880 (1)
<b>Ramiro Rodrigues da Costa</b>	Funcionário público	1889 (2)
<b>José Manoel Machado de Araújo</b>	Escrivão	1878 (1), 1879 (1), 1880 (1), 1887 (2), 1890 (1)
<b>Luiz Marcolino Machado de Sousa</b>	Funcionário público	1889 (1)
<b>Adelino Paes de Azevedo</b>	Funcionário público	1883 (2)
<b>José Antônio Peixoto</b>	Subdelegado de Polícia e vereador	1888 (1), 1890 (1)
<b>Constantino José de Moura</b>	Funcionário público	1881 (1)
<b>Fortunato Teixeira Lobo</b>	Tabelião	1896 (1)
<b>Cristóvão Moreira da Costa</b>	-	1887 (1)
<b>Gumersindo de Araújo Bessa</b>	Bacharel	1891 (1)
<b>Agostinho Rodrigues Braga</b>	Padre	1861 (1)
<b>Manoel Joaquim de Sá</b>	-	1867 (1)
<b>José Luiz de Azevedo</b>	Padre	1875 (1)
<b>Manoel Zuzarte de Siqueira e Mello</b>	-	1878 (1)
<b>José Gomes de Araújo Pinto</b>	Escrivão e tabelião	1880 (1)
<b>João Pinto de Aguiar Boto</b>	Escrivão	1885 (1)
<b>José Caetano de Távora</b>	Tabelião	1891 (1)
<b>Januário José de Góes</b>	Fiscal da Câmara Municipal de Aracaju	1885 (1)
<b>Não declarado</b>	-	(6)

Fonte: Testamentos da Comarca de Aracaju (Cartório do 1º e 2º Ofício).

Apesar da diversidade de nomes encontrados, quatro deles se repetiram em mais da metade dos testamentos: Severiano Alexandrino da Silveira, Luiz Gonçalves França, Barnabé José do Couto e José Manoel Machado de Araújo. Quinze foi o número de testamentos redigidos pelo Capitão Luiz Gonçalves Pedreira França, tabelião e escrivão das execuções criminais, dos resíduos e capelas do termo da capital. Obviamente, por ter tido mais tempo de exercício que adentrou, inclusive, pelo início do período republicano, Luiz França apareceu em mais registros do que o próximo escrivão a ser apresentado. Exerceu também, naquela época, o posto de escrivão interino dos casamentos.

O segundo melhor colocado no *ranking* dos redatores das últimas vontades dos testadores da Comarca de Aracaju foi Severiano Alexandrino da Silveira, tabelião e escrivão de órfãos e ausentes. No ano de 1858, foi nomeado pelo governo da província para o posto de alferes agregado da 5ª Companhia da Guarda Nacional.<sup>600</sup> Em 1879, já com a patente de capitão, o Poder Judiciário decidiu pelo seu afastamento do cargo para ser substituído pelo Major José Machado de Araújo, até então escrivão dos feitos da Fazenda Provincial pelo menos desde a década de 1850. José Machado era maçom e também integrava a Guarda Nacional. O último testamento da documentação analisada escrito por Severiano Alexandrino data de 1881, dois anos antes de seu falecimento. De acordo com a imprensa, o capitão “*era estimado por todos desta capital, onde residia, ha muitos annos, desempenhando o seu officio com sisudez e intelligência.*”<sup>601</sup>

Na sequência, com menos aparições ficaram Barnabé José do Couto, escrivão que atuou durante os primeiros anos de existência da capital, e o tabelião e escrivão de órfãos Vicente Lopes de Medeiros Chaves, dono de um escritório situado na Rua de Japarutuba. Um dos testamentos foi feito por um escrivão de outra comarca, como foi o caso de Domingos José Bittencourt, que exercia essa função no termo de Santo Amaro. Em relação à profissão dos demais escolhidos, identificamos padres que davam assistência ao rebanho católico da capital, como o Vigário José Azevedo e o Cônego Agostinho Braga, outros funcionários públicos, empregados da Câmara Municipal de Aracaju, comerciante, engenheiro, entre outros.

#### 4.1.1 As motivações para redigir os testamentos

As fórmulas testamentárias dão ao historiador indícios reveladores das mentalidades, atitudes coletivas e mudanças sofridas ao longo do tempo. De acordo com Michel Vovelle, “o

<sup>600</sup> *Correio Sergipense*, Edição nº 46, 1858, p. 4.

<sup>601</sup> *O Guarany*, Edição nº 28, 1883, p. 1.

testamento espiritual ainda se mantém como elemento maior do ritual da morte.”<sup>602</sup> Nesse sentido, seria normal que no testamento fosse externalizada a preocupação dos agentes com a salvação da alma, principalmente em função do estado doente em que se encontravam. E, se a moléstia que o acometia permitisse que o indivíduo ainda gozasse de suas faculdades mentais, as últimas vontades eram dispostas em testamento. Porém, nem todos os testamentos contêm determinações sobre os ritos pós-morte.

Assim como a pesquisadora Érika Amorim constatou nos testamentos dos belenenses para o século XIX, em Aracaju, os testamentos também se iniciavam com algum preceito religioso, por exemplo: *Em nome da Santíssima Trindade, Em nome de Deos Amem; Jesus, Maria, José; Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho, Espírito Santo*. Era o item “escatológico” do testamento, pois “era a primeira referência a sugerir que o testamento era um importante instrumento de salvação da alma do fiel e de expressão da preocupação com a sua sorte no além-túmulo.”<sup>603</sup> Depois disso, encontramos as informações pessoais do morto, como naturalidade, filiação, estado civil, pedidos de sufrágios pela alma, distribuição de bens, organização do funeral, dados do cônjuge e dos filhos, entre outras. Além do mais, a doença e a iminência da morte apressavam o reconhecimento de filhos ilegítimos, de dívidas e de injustiças cometidas ao longo da vida. Também se concedia liberdade a escravizados que tinham servido a seus senhores na saúde e na doença. Apesar de não ser o foco da nossa análise, afirmamos que não é insignificante a quantidade de cativos que conseguiram a alforria por ocasião da morte dos seus donos.

**Quadro 4:** Justificativas de redação dos testamentos na Comarca de Aracaju (1855-1896)

Nº	Data da redação	Data do óbito	Nome do testador	Razões apresentadas
01	30/10/1855	28/11/1857	João Luís da Silva	<i>...estando com saude, e em meo perfeito juizo Senhor das potencias de minha alma, e por não saber da hora em que Deos seja servido chamar-me a Sua Divina presença, determino faser o meo Testamento de ultima e derradeira vontade, pela maneira seguinte...</i>
02	13/12/1855	1856	Joaquim da Silva Marques e Anna Joaquina da Purificação	<i>...estando ambos de pé com Saude em nossos perfeitos juisos e certos entendimentos, por não saber-mos a hora em que Deos nos tenha de mo-digo nos tenha de chamar-nos, detreminamos faser o nosso Solemne Testamento de mão commum de ultima e derradeira vontade pela maneira seguinte...</i>
03	27/12/1862	31/12/1862	Francisca da Costa	<i>...achando-me gravemente enferma, mas em meo perfeito juizo e entendimento, e temendo-me da</i>

<sup>602</sup> VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 140.

<sup>603</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Nas Fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 100.

				<i>morte, fim certo que tem todos os vivos, e não sabendo o dia e hora em que o Mesmo Senhor será servido chamar-me a Sua Santíssima Presença, desejo fazer o Meo testamento e ultima vontade da Maneira seguinte...</i>
<b>04</b>	09/04/1863	1871	Francisca Josefa da Luz	<i>...achando-me em perfeito estado de saude, más temendo a morte por estar-me entre a epidemia do Cholera, que muitas victimas tem feito, resolvo fazer meo testamento...</i>
<b>05</b>	13/04/1868	[?]	Josepha Maria do Espírito Santo	<i>...achando-me doente e de Cama, porem em meo perfeito juiso, e no goso de todas as minhas faculdades que foi Deus servir dar me, mas temendo a morte, e não sabendo a que dia e hora passarei a vida eterna, e querendo dispor não só o que for a bem de minha alma, como a respeito do que possuo deliberei fazer, como faço este meo testamento para ser cumprido de pois de minha ultima vontade pela maneira seguinte...</i>
<b>06</b>	25/03/1870	14/07/1870	Clemencia Maria dos Anjos	<i>... achando-me de saude perfeita Senhora das potencias de minha Alma, mas ignorando a hora em que Deos tenha de chamar-me a sua Divina presença de termino fazer meu Solemne Testamento...</i>
<b>07</b>	22/05/1873	24/05/1873	Felisberto José do Sacramento	<i>...estando doente de cama más em meo Juizo perfeito, e ignorando a hora em que DEOS tenha de chamar-me á sua divina presença...</i>
<b>08</b>	30/08/1878	04/01/1880	Francisco Bueno de Oliveira	<i>...achando-me em perfeito juiso, mas alquebrado pela idade e enfermidades que soffro, resolvi fazer meo testamento...</i>
<b>09</b>	11/06/1883	[?]	Antônio José Gomes	<i>...Achando-me doente, mas em meo perfeito juizo e entendimento, e desejando prevenir pelos meios a meo alcance quaes quer incidentes, que por imprevidencia possa ter lugar depois de minha morte, resolvi fazer para esse tempo minhas disposições por meio deste meo testamento da forma seguinte...</i>
<b>10</b>	15/08/1888	[?]	Mathilde Anna de Jesus	<i>...Achando-me doente, más em meo perfeito juiso e entendimento, resolvi fazer o meo testamento e disposições de minha ultima vontade.</i>
<b>11</b>	22/12/1889	[?]	Manoel do Bomfim	<i>...Achando-me doente, más em meo perfeito juiso e entendimento, temendo a morte, fim certo de todo ser vivente, não sabendo a hora e dia em que o Meretissimo Senhor será servido chamar-me a sua Santissima presença, desejo fazer o meo Testamento e ultima vontade pela maneira seguinte.</i>
<b>12</b>	24/12/1889	18/02/1890	Pedro Barretto da Silva	<i>...sentindo-me doente, mas no meo perfeito goso de minhas faculdades mentaes, porem, não sabendo quando terá de passar desta para a Eterna vida, resolvi fazer este meo testamento, pela maneira seguinte...</i>
<b>13</b>	03/01/1890	13/03/1890	José Albino de Moura	<i>...estando doente, porem de posse de meo perfeito juiso, senhor de todas as potencias de minha Alma e não sabendo a hora em que DEOS tenha de chamar-me á sua Divina presença, e para sanar</i>

				<i>faturas devidas dettermino faser minhas ultimas declarações pela maneira seguinte...</i>
<b>14</b>	27/07/1893	[?]	Francisco Pedro da Cruz	<i>...em meo perfeito juízo, e temendo a morte, cujo dia é incerto; determinei faser este meo Testamento para dispor de meos bens...</i>
<b>15</b>	16/05/1896	28/05/1896	Izidoro José dos Santos	<i>...e estando de cama, doente, mas em seu perfeito Juízo e entendimento e perante as testemunhas...</i>
<b>16</b>	30/11/1896	[?]	Anna Joaquina de São José	<i>Declaro que achando-se alterada a minha saúde e estando em meu perfeito juízo, resolvi fazer este meu testamento a fim de dar disposições á minha última vontade.</i>

Referência: AJU C/2º OF. Cx. 01/2083, Cx. 02/2084, Cx. 13 (2320), Cx. 14 (2321), Cx. 15 (2322), Cx. 16 (2323), Cx. 17 (2324), Cx. 18 (2325), Cx. 19 (2326), Cx. 20 (2327), Cx. 21 (2328), Cx. 22 (2329), Cx. 23 (2330), Cx. 24 (2331), Cx. 25 (2332), Cx. 26 (2333), Cx. 27 (2334), Cx. 28 (2335), Cx. 29 (2336), Cx. 30 (2337), Cx. 31 (2338); AJU C/1º OF. Cx. 01 (2153), Cx. 01 (2143).

Com base nas informações fornecidas pelo quadro, que contém fragmentos de alguns dos documentos testamentários da Comarca de Aracaju, constatamos que alguns indivíduos fizeram menção ao medo da morte logo no início do testamento. E, de fato, não saber quando Deus haverá de chamar à Sua presença era o principal motivo alegado para a redação do testamento. De acordo com Cláudia Rodrigues (2005), essa referência está diretamente ligada aos ensinamentos de *bem-morrer* do jesuíta Estevam de Castro. As quadras epidêmicas também motivaram a redação dos testamentos. O primeiro exemplo que tomamos aqui é o do Tenente João Luís da Silva, proprietário de uma loja de secos e molhados na Vila do Socorro, mas que possuía casa em Aracaju. O testamento foi escrito por Barnabé José do Couto em 21 de outubro de 1855, durante a grave epidemia de cólera morbus, já tratada no capítulo primeiro deste trabalho. No início do documento, João Luís alegou que estava saudável: “*Eu o Tenente João Luis da Silva estando com saude, e em meo perfeito juiso Senhor das potencias de minha alma [...].*”<sup>604</sup> Trata-se de um longo testamento em que as questões religiosas predominam.

Assim também aconteceu no testamento de Josefa Francisca da Luz, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro. A declaração de últimas vontades foi feita por ela em 1863, durante o reaparecimento da epidemia de cólera na província sergipana. Disse a testadora: “*achando-me em perfeito estado de saude, más temendo a morte por estar-me entre a epidemia do Cholera, que muitas victimas tem feito [...].*”<sup>605</sup> Pela data de abertura do inventário, constatamos que Josefa faleceu sete anos mais tarde, em 1871. O caso dela foi uma exceção porque, no geral, quando observamos o intervalo de tempo entre o ato de ditar o testamento e a data do óbito, concluímos que a maioria dos indivíduos não estava se preparando com muita

<sup>604</sup> Testamento de José Luis da Silva, 1855, p. 69.

<sup>605</sup> Testamento de Francisca Josefa da Luz, AGJES, Fundo: Aracaju, 1ª Cível (Subsérie Testamento), Cx. 01-2153, 1863.

antecedência para a morte. Muitos o faziam um mês ou até uma semana antes do passamento e, em apenas um caso, o intervalo entre a confecção do documento e o morrer ultrapassou os onze anos.

Se esses testadores estavam gozando de boa saúde, então inferimos que o motivo para a redação do testamento seja o medo causado pelo elevado número de pessoas que a cólera estava fazendo baixar à sepultura. Segundo Jean-Pierre Bayard, numa epidemia “os quadros sociais e religiosos ficam abalados diante do flagelo que se abate sobre a cidade ou a região, porque o castigo de Deus pesa sobre todos os habitantes.”<sup>606</sup> Em 1873, durante mais uma epidemia de varíola, o moribundo Felisberto José do Sacramento logo tratou de garantir o seu “passaporte para o céu”. Branco, 40 anos, natural de Aracaju, casado com D. Rita Bernardina de Sena, era dono de um sítio nos subúrbios da cidade e de salinas no apicum da Jetimana e de dois escravizados. Ainda que não fosse rico, Felisberto José, que já havia pedido exoneração do cargo de faroleiro da barra do Cotinguiba, ocupado desde 1863, tentou se curar da varíola em casa, como muitas pessoas o faziam. Em virtude da enfermidade, Felisberto ditou o conteúdo do seu testamento para o escrivão Luiz Gonçalves Pedreira França em 22 de maio de 1873. Dois dias depois, seu corpo seria sepultado no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição.

O inventário revelou um modesto monte-mor de 2:000\$000 (dois contos de réis), e, dentre as últimas vontades declaradas em testamento, nenhuma fazia referência à organização da morte do testador, porém davam indícios de que, como bom cristão, o ex-faroleiro preocupava-se com sufrágios em prol da sua alma e com atos religiosos, como o cumprimento de promessas.<sup>607</sup> Ele pediu que se mandasse dizer uma capela de missas em próprio benefício e mais uma capela pelas almas dos seus pais. Na verba testamentária seguinte, disse que queria que se realizassem duas missas de corpo presente e que se mandasse celebrar, ainda, uma missa ao Senhor do Bomfim da Bahia em cumprimento a uma promessa feita anteriormente. Felisberto recebeu os sacramentos da penitência e da extrema-unção, utilizou hábito preto e seu corpo foi encomendado pelo vigário da capital.<sup>608</sup>

O conflito deflagrado contra o Paraguai em março de 1864 também foi mencionado em um dos testamentos, o de Josepha Maria do Espírito Santo. Mesmo doente e de cama, ela se lembrou do seu sobrinho Rodopiano Rodrigues Alves Lima, voluntário da pátria que estava no campo de batalha naquele ano de 1868. Dona de uma simples casinha de taipa e telha, Josepha destinou parte do valor da venda do imóvel para pagar os gastos com o enterramento e sufrágios

<sup>606</sup> BAYARD, Jean-Pierre. *Sentido oculto dos ritos mortuários: morrer é morrer?* São Paulo: Paulus, 1996, p. 199.

<sup>607</sup> *Inventário de Felisberto José do Sacramento*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 314.

<sup>608</sup> *Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1942, p. 61.



e, depois, disse que era da sua vontade que o restante do dinheiro ficasse com Rodopiano caso ele voltasse vivo da guerra. Destacou, ainda, que ficaram em seu poder duas cadeiras de palhinha, pertencentes ao mesmo rapaz.<sup>609</sup>

#### 4.2 As últimas vontades e as ações necessárias para a salvação da alma

Não proporcionar um enterro com o mínimo de decência era algo grave e que deveria ser evitado, a não ser em situações de surtos epidêmicos em que não havia tempo hábil para se realizarem os ritos necessários. Para os enterros, se destinavam quantias em dinheiro, grandes ou pequenas, e até bens, para que os sepultamentos acontecessem com dignidade. Isso quer dizer que bens conquistados ao longo da vida serviriam para garantir a realização dos ritos pela alma. Sobre a importância de se seguirem essas formalidades, o professor Jean-Pierre Bayard disse o seguinte:

Em outras palavras, o cumprimento exato dos ritos fúnebres traduziria o desejo de estar em paz com o morto... e com a morte. Esse desejo é tão imperioso que, na sociedade moderna, não se hesita em compensar o empobrecimento dos ritos recorrendo-se à função simbólica do dinheiro: ninguém economiza quando se trata de enterrar seus mortos.<sup>610</sup>

Em muitos casos, as primeiras verbas testamentárias serviam para a designação dos testamenteiros, ou seja, os responsáveis por cumprir as últimas vontades do(a) morto(a). Nesse sentido, verificou-se que era crescente a ação dos testadores de confiarem a seus testamenteiros esses ritos, o que denota uma maior importância do papel deles naquele contexto. Salvo poucas exceções, os primeiros testamenteiros designados recusavam o encargo e, então, o próximo nomeado cumpria as disposições daquele(a) que partia.

Maria Barboza da Conceição, que morreu em 1º de julho de 1887 em Aracaju, foi classificada como uma “mulher de vida irregular”. Solteira, Maria não tinha filhos nem parentes que pudessem organizar e garantir o seu sepultamento. E, ademais, ainda não existiam as funerárias naquele período. Sendo assim, as autoridades delegaram essa função ao seu vizinho, Patrício José de Campos. A falecida vivia pobremente e possuía apenas uma morada de casa na Rua de Estância, que estava sendo construída em terreno foreiro a Luiz Francisco

---

<sup>609</sup> *Testamento de Josepha Maria do Espírito Santo*, AGJES, Fundo: Aracaju, 1ª Cível (Subsérie Testamento), Cx. 01-2153, 1868, p. 3.

<sup>610</sup> BAYARD, Jean-Pierre. *Sentido oculto dos ritos mortuários...* op. cit., p. 16.

das Chagas. No inventário, avaliou-se que a casa valia aproximadamente (70\$000), e foi dentro dessa condição material que os gastos foram realizados pelo inventariante.

Situação parecida aconteceu com Maria Calista de Jesus, sepultada em 1884 no cemitério da capital. Neste caso, o curador geral de órfãos, Raphael Archanjo de Moura Mattos, precisou autorizar Emiliano Padilha de Paula para realizar o enterramento do cadáver, que foi negligenciado pela sua família: “**Mandei por pessoa de minha confiança, entender-se com os parentes dos mesmos que responderam não querer dar providencia alguma.**”<sup>611</sup> Diante dessa situação, o indivíduo nomeado também fez as despesas necessárias com o enterramento da finada e também com o vestuário “*para o lucto de seu filho José Lino [...]*.”<sup>612</sup> Na lista dos gastos despendidos, constava o pagamento de cinco mil réis (5\$000) a uma “**agencia a quem se encarregou do enterro.**”<sup>613</sup>

José Albino de Moura, católico, natural da Vila de Itabaiana, apesar de ter pedido em testamento um enterro simples, se mostrava preocupado com o destino que seu corpo tomaria depois da morte. Declarou apenas possuir um sendeiro (cavalo) e um relógio como bens e que, caso estes fossem vendidos, o dinheiro serviria para pagar as despesas com o seu enterramento:

*10ª: Declaro que se ao tempo do meo fallecimento ainda existir o sendeiro e o relógio acima declarados, sejam vendidos como no produto, se fação as despesas de minha sepultura, e caso não existão taes objectos, eu nada mais possuo, a Policia tomara conta d'meo cadaver para lhe dar a sepultura, se não achar úma mão caridosa que o faça.*<sup>614</sup> (grifo nosso)

Vale ressaltar que José Albino de Moura afirmou ser casado com Rita de tal e que esta mulher “[...] **a bastantes annos se acha apartada de minha companhia por motivos que só com meo confessor os posso declarar.**”<sup>615</sup> No mesmo documento, instituiu como herdeiras Joanna Felismina da Piedade, Maria Francisca da Conceição, Maria Afra da Conceição, todas filhas da falecida Margarida Maria de São Pedro. Os registros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição também mostraram que, ao lado de Margarida Maria, José Albino apadrinhou uma menina no ano de 1865 e um menino chamado Marcellino no ano seguinte. O testador alegou tê-las criado como se fossem suas filhas, fato que pode ter culminado na denúncia assinada por Ritta de Vasconcelos de que José Albino vivia com a sua concubina:

<sup>611</sup> *Inventário de Maria Calista de Jesus*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 26 (2333), 1884, p. 2.

<sup>612</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>613</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>614</sup> *Testamento de José Albino de Moura*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 01 – 2143 – Livro do Registro dos Testamentos, 1890, p. 107.

<sup>615</sup> *Ibidem*, p. 106.

A abaixo assignada protesta contra qualquer transacção que fizerem as pessoas em cujo poder se acharem os bens do finado José Albino de Moura, fallecido nesta capital; porquanto sendo elle casado com a protestante, e consequentemente nullas todas as doações que em vida fez ás suas concubinas e filhos d'ellas, em tempo fará valer seu direito para reaver os bens extraviados e reclamar-os em juizo, de quem d'elles estiver de posse. Rosario, 28 de Março de 1890.<sup>616</sup>

O testamento foi escrito em 3 de janeiro de 1890 por motivo de doença, e a nota do jornal *Gazeta de Sergipe* saiu alguns dias após a morte do testador, ocorrida em 13 de março de 1890. Por isso, ele afirmou que, se os objetos não mais existissem na época da sua morte, a polícia deveria tomar as providências do enterro e até apelou para “*uma mão caridosa.*” O interessante dessa passagem é destacar a confiança que as pessoas tinham nos sacerdotes, que, no momento da confissão, ouviam e guardavam os mais variados segredos.

O período que vai desde o momento da morte de Antônia Clarismunda até o enterro foi revelador de conflitos que existiam entre o seu pai e o senhor Nicolau Tolentino Salles da Hora. Antônia Clarismunda era a mais nova dos cinco filhos que tiveram Maximiana Maria Dias dos Santos (falecida em 1883) e o pescador João Manoel Clarismundo. Na época da morte de sua avó materna, no ano de 1890, Antônia tinha 10 anos e recebeu como doação uma casa de taipa e telha localizada na Rua do Arauá. Dois anos depois, a casa foi vendida pelo seu pai e tutor dos órfãos. Conta-nos a fonte que, em 1895, Antônia Clarismunda passou a morar com Nicolau Tolentino depois de ter sido expulsa de casa pelo pai:

*Considerando que a infeliz achou tão somente abrigo em uma noite friorenta quando foi expulsa da casa paterna na morada do peticionário que a tractou com carinhos de filha; Considerado que com a maior decencia lhe foram prestadas as honras funebres apoz os recursos medicos empregados para a salvação da victima.*<sup>617</sup> (grifo nosso)

No entanto, o pai questionou as acusações lançadas por Nicolau Tolentino, afirmando que “[...] a minha referida filha servia em casa do mesmo por espasso de trez annos sem emuneração alg.<sup>ma</sup>. **Por tanto o serviço que ella prestou durante esse tempo dava m.<sup>to</sup> bem para pagar todas as dispezas feitas com a m.<sup>ma</sup> durante sua vida e ultimamente com o seu interro.**”<sup>618</sup> Unindo as informações dispostas ao longo do documento, inferimos que um

<sup>616</sup> *Gazeta de Sergipe*, Edição nº 78, 1890, p. 3.

<sup>617</sup> *Inventário de Possidonia Maria da Conceição*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 29-2336, 1890, p. 113-114.

<sup>618</sup> *Ibidem*, p. 129.

incêndio, acontecido na Rua de São Cristóvão em 12 de março de 1895 e com a participação de Tolentino, provocou a morte por asfixia de Antônia Clarismunda, visto que ele estava com as mãos queimadas e impossibilitado de assinar documentos com data de 19 de março. Apesar da conflituosa situação, nota-se que havia uma preocupação e um esforço em garantir que o funeral de Antônia, que tinha apenas 13 anos, se realizasse de maneira digna. O dinheiro para o pagamento das despesas médicas e fúnebres foi proveniente da parte que lhe cabia da herança, retido no cofre dos órfãos. Porém, os recibos encontrados no inventário da avó de Antônia revelaram que o responsável por tratar das despesas foi Nicolau Tolentino, e não seu pai, algo que mais uma vez nos chamou atenção. É claro que, pela ordem natural das coisas, os pais não imaginam ter de enterrar seus filhos, e, tendo acontecido isso, Manoel Clarismundo deve ter sofrido com a partida precoce da filha.

Um outro excerto indicava onde seria realizado o sepultamento do corpo: “*Antonina Maria Clarismundo dos Santos com treze annos de idade, natural de Aracaju e filha legitima de João Manoel Clarismundo, e vae ser sepultada no cemiterio desta capital, em carneiro de segunda ordem, amanhã as oito horas do dia.*”<sup>619</sup> Embora tivessem sido divulgadas tais informações, consultamos os registros de óbito daquele mês e ano do Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, mas não conseguimos encontrar o assento de Clarismunda. Apesar disso, um recibo anexado aos autos assinado pelo mordomo do cemitério da capital pode reforçar o fato de que o sepultamento realmente aconteceu nesse local. O funeral contou com o ruído dos sinos, com o iluminar das velas, flores, armação contratada junto a José Patrício, caixão confeccionado por José Dativo Cavalcante, além dos galões e fitas para ornamentação dos panos fúnebres. Aguiomar Bruno percebeu que “os tecidos e aviamentos também eram acessórios importantes na composição do cenário lúgubre do ritual fúnebre.”<sup>620</sup>

Ao compararmos os casos citados nos parágrafos anteriores, podemos afirmar que eles podem ser um indicativo de que as famílias, aos poucos, não estavam devotando tanta preocupação aos funerais dos seus entes queridos? E ainda podem revelar um indício de descentralização da responsabilidade, por esses preparativos da morte, da família para agentes que iam se especializando nesse negócio? Será que, no final do século XIX, eles se tornaram tão impessoais a ponto de se apelar para a caridade de pessoas que tomassem as providências para que os enterramentos fossem realizados? Creio que a pouca quantidade de casos não nos permite chegar a respostas definitivas, mas conseguimos entender que esses comportamentos são um reflexo do crescimento do individualismo nos tempos modernos, que conferia aos

---

<sup>619</sup> Ibidem.

<sup>620</sup> BRUNO, Aguiomar Rodrigues. *A morte como negócio...* op. cit., p. 114.

mortos um espaço cada vez mais separado do mundo dos vivos e tornava a experiência do morrer gradualmente mais privada.

Por outro lado, a preocupação com a não execução dos ritos e o risco de não garantir a salvação ficaram evidentes no testamento do Capitão Manoel de Sousa Furtado, feito em Vila Nova no ano de 1862. Ele desejava ser enterrado com seu corpo envolto no fardamento e “*que se fação as encommendações que a Igreja Ordena, mais sem a menor pompa, que tendo são vaidades do mundo.*”<sup>621</sup> Pode parecer um simples pedido, porém ele nos revela um ponto de vista do imaginário daquela época em que o testador viveu. Manoel, que morava longe da filha, Joanna Alexandrina Furtado, pelos motivos que não sabemos, deveria viver amargurado pela distância de sua única herdeira e, além do mais, também desconfiava do pároco, se este iria cumprir as suas disposições e realizar os sufrágios necessários:

*6ª: Tão bem é de minha vontade que no dia subsequente ao meu interro se diga uma Missa por minha alma que para estas disposições deixo o dinheiro, e se algum Christão piedôzo o guardar tão bem guardado que não aparessa, ficará com elle; e o Vigario que perca, que maiores quantias tem elle perdido, e ache perder se sobreviver a mim, e se por falta do dinheiro não fizer as encommendações Responderá a Jesus Christo no dia em que todos nos avemos ser julgados.*<sup>622</sup> (grifo nosso)

Note-se que a preocupação maior dele era com a encomendação da alma – praticamente pedida pela grande maioria dos testadores. Depois, afirmou que, se o pároco não a fizesse, ele pagaria pelos seus pecados no tribunal divino. É preciso verificar a presença, nesse trecho, do tema do dia do Juízo Final, importante para o contexto religioso cristão. Embora o medo da condenação fosse muito presente, se esperava uma absolvição dos pecados cometidos em vida:

Julgar “os vivos e os mortos” implica “a ressurreição da carne”, de modo que todos se coloquem diante do Cristo juiz para a proclamação de sua sentença eterna. A ideia de um julgamento sugere, portanto, a divisão da humanidade em dois grupos – aqueles que serão salvos e conduzidos ao Paraíso, para a visão beatífica de Deus por toda a eternidade, e os condenados que, por sua vez, serão arremessados para o Inferno e para suas punições *ad aeternum* [...].<sup>623</sup>

<sup>621</sup> *Testamento do Capitão Manoel de Sousa Furtado*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 01-2153, 1862, p. 3-4.

<sup>622</sup> *Ibidem*.

<sup>623</sup> QUÍRICO, Tamara. A representação do Juízo Final como imagem devocional. *XXIII Simpósio Nacional de História - lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*, 2015, p. 2. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439811339\\_ARQUIVO\\_TamaraQuirico-ANPUH2015final.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439811339_ARQUIVO_TamaraQuirico-ANPUH2015final.pdf).

Também havia aqueles casos em que se acreditava que a realização de funerais pomposos garantiria uma boa passagem do defunto para o outro mundo. No ano de 1867, a belga Josephina Leroy Salles, viúva do Dr. Manoel Antônio de Salles, fez o seu suntuoso passamento para a vida eterna. Chamada de “Madame”, a estrangeira participou ativamente do comércio durante os primeiros anos de existência de Aracaju. Pela descrição dos gastos, percebe-se que o enterro de Josephina Leroy não foi igual ao da maioria. Josephina Leroy, que faleceu aos 50 anos por causa de problemas gástricos, foi sepultada no dia 29 de junho de 1867<sup>624</sup> no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição.

O vigário José Luiz de Azevedo recebeu (100\$300) pela “*encomendação solenne na Igreja e no Cemiterio*”, pela missa de corpo presente, pelo acompanhamento no cemitério, pela capa de asperges<sup>625</sup>, pela missa realizada na casa de Josephina e, por fim, pela missa celebrada em sufrágio da alma do seu finado marido. Dois sacristãos, José Correia de Araújo e Francisco José de Brito, também receberam pelos sinais e por seus serviços de acompanhamento na igreja e no cemitério. O armador Justiniano Pinto da Silveira Salles foi contratado por cinquenta e sete mil e quarenta réis (57\$040) para fazer a decoração do funeral, a qual incluiu: “*huma urna de três degraos na Igreja huma outra de dois degraos no Semiterio, p<sup>a</sup> a Missa do 7<sup>o</sup> dia.*”<sup>626</sup> Ademais, as fontes indicam que houve cerimônias no cemitério, já que um altar foi formado naquele local. Velas de espermacete e cera para velas foram compradas ao farmacêutico Marcelino José Jorge<sup>627</sup> e a Manoel Gomes dos Santos<sup>628</sup>. A respeito do grande consumo de cera num funeral, João José Reis argumenta:

Do ponto de vista ritual, a cera ajudava a abrir o caminho do morto nas trevas da morte, simbolizando o esvair-se da matéria, função simbólica que às vezes não chegava a desempenhar porque não derretia por completo. Era então reaproveitada para iluminar a noite dos vivos. Podia ser vendida ou trocada na taverna da esquina, mais um incentivo para que os pobres acompanhassem os funerais que cotidianamente encontravam em suas andanças pela cidade.<sup>629</sup>

A abertura, o fechamento e o reboco da carneira do cemitério custaram oito mil réis (8\$000) ao testamenteiro Barnabé José do Couto. Ainda na carneira, foram colocadas, também,

<sup>624</sup> *Family Search*, Óbitos (1864-1872). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 424, p. 40.

<sup>625</sup> Segundo Reis (2022, p. 203), nas encomendações solenes os padres vestiam “capa de asperges, também chamada pluvial, uma sobrecapa roxa.”

<sup>626</sup> *Inventário de Josephina Leroy Salles*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 18-2325, nº 266, 1867, p. 36.

<sup>627</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>628</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>629</sup> REIS, João José. *O cotidiano da morte no Brasil oitocentista...* op. cit., p. 118-119.

letras redondas feitas por Felismino Eusébio pelo valor de sete mil réis (7\$000)<sup>630</sup>. Não se conseguiu localizar o seu testamento, mas as evidências nos fazem levantar a hipótese de que uma das últimas vontades da Madame Josephina era a doação de esmolas aos pobres no seu enterro. Assim sendo, foram gastos cem mil réis (100\$000) para que essa verba testamentária fosse cumprida. Todas as despesas com o funeral de Madame Josephina Leroy Salles corresponderam à importância de trezentos e cinquenta e quatro mil e oitenta réis (**354\$080**). Para se ter uma noção, com esse dinheiro seria possível comprar, por exemplo, um termo de salinas nos arredores da cidade ou poderia corresponder ao valor anual de aluguel de uma confortável casa na capital.

Também demonstrou esse mesmo desejo de fazer doações aos pobres José Teixeira da Cunha, notável comerciante português que possuía imóveis nas cidades de Aracaju e Laranjeiras. No dia 10 de novembro de 1861, José Teixeira da Cunha e seus dois escravos embarcaram no vapor da Companhia Baiana “Valéria do Sinimbu”, que fazia a linha Salvador/Maceió. Porém, um dia depois, o negociante acabou falecendo no mar durante a viagem que fazia à Bahia. Geralmente, nessa época, uma viagem para Salvador durava no mínimo dois dias.

Dessa forma, por causa do óbito inesperado, uma das disposições presentes no testamento do capitão não foi cumprida, pois uma de suas últimas vontades era a de que fosse distribuída a quantia de cinquenta mil réis (50\$000) entre os pobres que estivessem no seu enterro.<sup>631</sup> Para entender essa disposição testamentária, precisamos considerar o fato de que, no Brasil urbano, o velório e o enterro eram acontecimentos que envolviam muitos agentes, e, além disso, “a capacidade de mobilizar muita gente, por exemplo, era um sinal de prestígio do morto e sua família, um símbolo do poder secular e ao mesmo tempo uma proteção extra para a alma do defunto, que podia se beneficiar das rezas da multidão.”<sup>632</sup>

O funeral mais caro registrado na documentação também aconteceu no ano de 1867 e custou (**521\$840**). A finada era Joanna Maria de Mattos Pinto, segunda esposa de José Pinto da Cruz, e os recibos dos gastos feitos com a morte dela foram encontrados no inventário do capitão. A administração dos últimos ritos católicos ficou a cargo de três padres, o pároco da Freguesia, o cônego José Alberto de Santa Anna e o reverendo João Ponciano dos Santos. Todos eles acompanharam o cadáver na igreja e no cemitério receberam esmolas para realizar uma

---

<sup>630</sup> *Inventário de Josephina Leroy Salles*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 18-2325, nº 266, p. 41.

<sup>631</sup> *Inventário de José Teixeira da Cunha*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 22.

<sup>632</sup> REIS, João José. *O cotidiano da morte no Brasil oitocentista...* op. cit., p. 116-117.

missa de corpo presente e um oitavário de missas, “lote de oito missas celebradas seguidas até o oitavo dia de sepultamento.”<sup>633</sup> Houve música, mementos apresentados por Evaristo Antônio de Freitas e muitas velas iluminando o altar da Igreja de São Salvador.<sup>634</sup> O feitio do caixão foi contratado junto a Joaquim José de Magalhães, que usou tecidos como alpaca, madraço e veludo para forrá-lo, perfazendo, junto com outros itens, um gasto total no valor de sessenta mil, quatrocentos e oitenta réis (**60\$480**).<sup>635</sup> Manoel Joaquim de Mello cobrou trinta mil réis (30\$000) pela armação, e a publicização do funeral através de 90 cartas de enterro produzidas pelo *Jornal de Sergipe* custou ao marido da finada nove mil réis (9\$000). Já os negociantes José Carlos do Nascimento, genro do viúvo, e José Agostinho venderam cera e fazendas para luto.<sup>636</sup>

Quando Francisco dos Santos Flores faleceu, no final do ano de 1876, a sua esposa, D. Maria Izabel de Almeida Flores, contratou a filarmônica *Eutherpe Aracajuana*, do mestre Joaquim Honório, para tocar no enterro.<sup>637</sup> Em outro caso divulgado na imprensa, a viúva Marceonilea Junqueira agradeceu a todos aqueles que estiveram no funeral do seu marido, Justiniano de Souza Junqueira, incluindo os músicos que participaram daquela despedida: “*Agradece também, a abaixo assignada, ao padre João Ponciano e vigario desta capital, por se prestarem a officiar no enterramento de seu sempre lembrado esposo, aos srs. musicos que de muita bôa vontade se prestaram tambem a tocar [...]*.”<sup>638</sup> A respeito desse assunto, Ibarê Dantas explicou que “em Sergipe, as filarmônicas ocupavam papel relevante nas manifestações musicais. Toda cidade ou vila que se prezava dispunha de seu conjunto, que era uma verdadeira escola dos artistas de então.”<sup>639</sup>

Nos impostos prediais do ano de 1873, existe o registro de que o finado Francisco Flores possuía uma casa de negócio na Rua de Laranjeiras<sup>640</sup>. Naquele botequim, comercializava açúcar branco e mascavo, café, carne seca, fumo, entre outros gêneros. Aliás, também era dono de casas de taipa e telha na Rua de Pacatuba e na Rua do Topo, subúrbio da cidade. Francisco Flores era um homem católico, e essa fé se materializava nos bens que ele possuía, como, por exemplo, uma lancha pequena de nome “*Deos te guie*”. Para o velório dele, os recibos dão conta de que Manoel Joaquim de Mello, profissional que já atuava no comércio fúnebre aracajuano

<sup>633</sup> NUNES, Verônica Maria Meneses. *Glossário de Termos sobre Religiosidade*. Aracaju: Tribunal de Justiça; Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, 2008, p. 108.

<sup>634</sup> *Inventário de José Pinto da Cruz*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 21- 2328, nº 336, p. 234-235.

<sup>635</sup> *Ibidem*, p. 236.

<sup>636</sup> *Ibidem*, p. 244.

<sup>637</sup> *Inventário de Francisco dos Santos Flores*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 22 – 2329, nº 347, p. 58.

<sup>638</sup> *Jornal de Sergipe*, Edição nº 80, 1º de setembro de 1880, p. 4.

<sup>639</sup> DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 64.

<sup>640</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 429, 1873, p. 4.



há alguns anos, fez a armação de uma urna na Igreja Matriz por dezesseis mil réis (16\$000).<sup>641</sup> Já o valor pago pelo caixão fabricado por Joaquim Coutinho Cedro foi de quarenta e cinco mil réis (45\$000).

O português, natural de Lisboa, tinha 50 anos e, pelo fato de ser negociante, era conhecido dos habitantes da cidade. Além do mais, “*era casado em uma das melhores famílias d’esta capital, e gosava de geral estima, especialmente entre os seus companheiros de classe.*”<sup>642</sup> Foi sepultado na tarde do dia 11 de dezembro no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição<sup>643</sup>, qualificado pelo jornal *O Americano* como “Cemiterio da Santa Casa”. A nota publicada nesse periódico anunciou que pessoas de diferentes classes sociais acompanharam a condução do seu corpo até a sepultura de segunda ordem. O cadáver foi vestido em hábito preto, e a encomendação foi feita pelo vigário José Luiz de Azevedo, que também rezou uma missa de corpo presente e a missa de sétimo dia. Essa última foi celebrada de madrugada, motivo pelo qual a inventariante teve de pagar o valor de seis mil réis (6\$000) pela missa. Levando em consideração o valor que era cobrado pelas mercadorias do seu botequim, o dinheiro gasto com a missa de sétimo dia equivaleria ao que seria suficiente para comprar um saco de feijão, que também era vendido por seis mil réis (6\$000).

A senhora D. Ritta Bernardina de Sena perdeu o primeiro marido na epidemia de varíola de 1873 e se casou novamente com Jerônimo Francisco Vieira, que, juntamente com os irmãos e sobrinhos de Ritta, se tornaram seus herdeiros em 1879. A finada era dona de um sítio, termos de salina, dois escravizados e outros bens menos valiosos. Os gastos com o funeral daquela devota de Nossa Senhora da Conceição, santa que integrava o seu oratório particular, não foram tão modestos assim. Foram pagos quatorze mil réis (14\$000) para que o vigário da Freguesia fizesse a encomendação e executasse o memento solene na sua casa situada à Rua do Socorro. E, depois, a taxa paga para sepultá-la em uma carneira de primeira ordem do Cemitério de Aracaju foi de trinta mil e quatrocentos réis (30\$400).

Ainda naquele ano, partiu para a vida eterna o jovem e conhecido bacharel Manoel Pereira Guimarães. Uma extensa lista de compras foi feita para o funeral na casa comercial de João Victor de Mattos: fazendas para luto da família do finado, cartas de enterro, caixa de papel de luto, incenso, velas etc. Além de João Mattos, foram contratados os melhores e mais procurados profissionais do mercado fúnebre de Aracaju para realizarem o funeral de alguém

---

<sup>641</sup> *Inventário de Francisco dos Santos Flores*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 22 – 2329, nº 347, p. 59.

<sup>642</sup> *Jornal O Americano*, Edição nº 47, 17 de dezembro de 1876, p. 1.

<sup>643</sup> *Family Search*. Óbitos (1874-1877). Livro 03. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 2911, p. 88.

tão querido pela cidade, mas que não usufruía de muitos recursos financeiros. O que é interessante saber é que os gastos totais com o enterro geraram a cifra de cento e oitenta e dois mil e cem réis (**182\$100**), que, depois de ser deduzida junto com as demais dívidas, nos revelou um espólio avaliado em oitocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e sete réis (886\$487).<sup>644</sup>

Nesse mesmo viés, mais um caso que nos chamou atenção foi o de Manoel José de Oliveira, “*preto, 50 annos, casado, natural da Bahia*”<sup>645</sup>, que morreu de congestão cerebral em agosto de 1881. Seu corpo foi envolto em hábito branco e foi encomendado pelo vigário Olympio Campos<sup>646</sup>. Para os poucos bens que possuía, que compunham um modesto montemor de trezentos e quarenta e quatro mil e quinhentos réis (**344\$500**), o seu funeral saiu bem caro. O encarregado de fazer os gastos foi o Alferes José Francisco de Almeida Santos, que contratou alguns serviços que davam mais pompa ao funeral, como música, acompanhamento de Irmandades, encomendação solene, armação em casa, velas etc. O caixão confeccionado por Joaquim Theodoro do Bonfim custou sessenta mil réis (60\$000), valor maior do que a média dos preços encontrados na documentação. E mais, o cadáver de Manoel José foi sepultado no dia 28 de agosto, em uma carneira de primeira ordem, no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição. Esteve presente no seu enterro a Irmandade de São Benedito, de atuação que será analisada nas páginas que se seguem.

Antônio Correia Dantas, católico e natural da Vila do Socorro, deixou bem explícita na primeira verba do seu testamento a vontade de ter um enterro pomposo: “*Declaro que fallecendo no lugar de minha residencia, quero ser sepultado em úma das carneiras do Cimiterio d’esta Cidade, sendo meo enterro solemne*”.<sup>647</sup> E, no mesmo documento, o testador indicou de onde seriam retirados os recursos materiais para a realização do seu enterro: “*Declaro que para meo enterro e as pequenas deixas tenho distinado a casa de minha propriedade sita a rua de Santa Lusía d’esta Cidade [...]*”<sup>648</sup> Provavelmente, Antônio Correia dispôs desse bem para essa finalidade porque tinha outros imóveis nas Ruas de Maroim e Itabaiana. As armações foram pagas a Serafim José de Santiago, a música do funeral foi executada por Claudiano José do Bomfim, e o seu cadáver foi sepultado em uma carneira de

<sup>644</sup> *Inventário de Manoel Pereira Guimarães*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 24-2331, nº 379, p. 32.

<sup>645</sup> *Jornal de Sergipe*, Edição nº 03, 1881, p. 2.

<sup>646</sup> *Family Search*. Óbitos (1879-1886). Livro 5. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 4368, p. 87.

<sup>647</sup> *Testamento de Antônio Correia Dantas*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 01-2153, 1889, p. 2.

<sup>648</sup> *Ibidem*, p. 3.

segunda ordem. Um outro serviço que também era necessário era o de abertura e fechamento da carneira, e, para esse enterro, o profissional contratado foi Manoel de Oliveira Cardozo.

Na casa comercial Guilherme José Vieira & Irmãos, foram compradas 12 libras de velas de cera, uma quantidade razoável para iluminar aqueles ritos finais.<sup>649</sup> O finado também quis que fossem celebradas 25 missas após a sua morte, porém encontramos o recibo apenas da missa de sétimo dia, celebrada pelo vigário Olympio Campos. O total gasto com o funeral de Antônio Correia Dantas foi de duzentos e cinquenta mil e quatrocentos réis (**250\$400**). Dentre as dívidas adquiridas por ocasião do funeral de Galdino Alexandrino Bispo em 1896, estavam alguns telegramas enviados para a Bahia, Laranjeiras e Riachuelo (terra natal da viúva) com o intuito de avisar aos parentes da sua morte, já que o finado e D. Rosa Lima de Meneses moravam em Aracaju. O caixão mortuário produzido por Honório José de Oliveira para o cadáver de Galdino foi o mais caro encontrado na documentação pesquisada porque custou cem mil réis (**100\$000**).<sup>650</sup> O investimento feito apenas nesse item já superava os valores que cobriam funerais inteiros.

Se nos casos citados nas páginas anteriores identificamos gastos elevados com os funerais, em tantos outros as expressões [*pobremente*], [*sem pompa alguma*] e [*com simplicidade*] foram vistas com recorrência entre a documentação da Comarca de Aracaju, indício de que os(as) testadores(as) não estavam mais optando pelos funerais pomposos e festivos. Contudo, isso não diminui a importância que a execução dos sufrágios tinha na garantia da remissão dos pecados, pois as pessoas não deixavam de pedir, mesmo que o(a) testador(a) tivesse menos recursos, missas de corpo presente ou pela intenção da alma, além da encomendação e do acompanhamento de sacerdotes, e de deixar esmolas. Naquela época, a crença de todos “é de que os membros do clero tinham uma interferência positiva no rumo de sua salvação.”<sup>651</sup> Esperavam obter a absolvição pedindo a intercessão da corte celeste, dos anjos da guarda e da Virgem Maria, amplamente cultuada no Brasil. Encontramos nos testamentos vários pedidos de intercessão e de encomendação da alma à Virgem Maria, como fez Ignacia Francisca de Jesus no ano de 1868: “*Primeiramente encomendo minha Alma a DEOS Padre*

---

<sup>649</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>650</sup> *Inventário de Galdino Alexandrino Bispo*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 02-2084, nº 465, 1896, p. 48.

<sup>651</sup> SILVA, Deuzair José da. *A (re)invenção do fim: lugares, ritos e secularização da morte em Goiás no século XIX*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012, p. 194.

*que a recreio, e a DEOS Espirito Santo que a illuminou e a Virgem Maria que me livre na hora extrema do meo passamento, do maldito infernal.*<sup>652</sup>

Para se ter uma ideia da sua importância, em Aracaju, no mês mariano, aconteciam festas católicas em homenagem à Mãe de Jesus: “*Os festejos tiveram lugar na pequena capella de S. Salvador, que, acomodando os enxames de fieis que nocturnamente afluíam para pompear o culto da Santa Virgem, só parecia ampliar-se como um corpo doptado de elasticidade.*”<sup>653</sup> Porém, “Embora a devoção à Virgem fosse uma prática antiga, o mês de Maria foi oficialmente introduzido em meados do século XIX.”<sup>654</sup> Para o sociólogo Gilberto Freyre, o maternalismo presente na sociedade patriarcal seria uma forma de compensação moral pela preponderância excessiva do patriarcalismo. Segundo ele:

A extrema receptividade do brasileiro ao culto de Maria, mãe de Deus, da mãe dos homens, de Nossa Senhora que, em nosso cristianismo mais popular e mais lírico, chega a sobrepujar o culto de Deus Pai e Cristo Nosso Senhor, talvez encontre sua explicação naquele maternalismo, moral e psiquicamente compensador dos excessos de patriarcalismo em nossa formação. Excessos identificados com o despotismo ou a tirania do homem sobre a mulher, do pai sobre o filho, do senhor sobre o escravo, do branco sobre o preto.<sup>655</sup>

Até hoje, o costume de celebrar missas e rezar é algo comum para os praticantes do Catolicismo e, no imaginário da sociedade imperial, era também um meio utilizado para se angariar a entrada no Paraíso. Além disso, “elas eram um aspecto importante da economia simbólica, mas também material, da Igreja, que recomendava enfaticamente a suas ovelhas que provassem sua devoção deixando em testamento ou em recomendações orais quantas missas pudessem pagar.”<sup>656</sup> Em geral, excetuando-se as solicitações para a própria alma, os pedidos de missas eram em intenção dos familiares, principalmente pais, filhos, cativos, cônjuges, pessoas com quem se tinha negócio e almas do purgatório. Muitos foram os pedidos de missas de corpo presente. Em 1855, João Luís da Silva, homem natural da Vila do Socorro, pediu uma boa quantidade de missas em testamento redigido durante a epidemia de cólera. Como bom cristão, João solicitou a celebração de **172 missas** pelo bem da alma de familiares e que seriam oferecidas também aos seus santos de devoção, como o Senhor Bom Jesus dos Passos, o Senhor

<sup>652</sup> *Testamento de Ignacia Francisca de Jesus*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 19-2326, 1870, p. 20.

<sup>653</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 524, 1874, p. 3.

<sup>654</sup> MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia no século XIX...* op. cit., p. 405.

<sup>655</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 15. ed. rev. São Paulo: Global, 2004, p. 83.

<sup>656</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa...* op. cit., p. 285.

da Boa Morte, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora do Desterro.<sup>657</sup> O testador era dono de escravizados, possuía um sobrado com padaria na Vila do Socorro e ainda possuía uma morada de casas em Aracaju.

Já o Tenente Coronel Félix Barreto de Vasconcellos, viúvo e inventariante de Maria Vieira Barreto de Vasconcellos, falecida em 9 de maio de 1857, teve de pagar cento e cinquenta mil réis (150\$000) em capelas de missas solicitadas pela sua finada esposa. As quantias foram pagas a três sacerdotes que presumimos atuarem em cidades diferentes, sendo que um deles era filho da inventariada, o vigário Elisiário Vieira Muniz Telles. Esse último celebrou missas em intenção de seus avós paternos. O inventariante afirmou que a divisão da capela de missas celebradas pelo vigário José Gonçalves Barroso se deu da seguinte maneira: “[...] *sendo meia por alma de Gonçalo e meia pelos Captivos da finada minha mulher por disposição da mesma finada.*”<sup>658</sup> E, por fim, o terceiro citado na fonte foi o Cônego Ignacio Antônio da Costa Lobo, que, assim como os demais, rezou a mesma quantidade de missas. Além de possuir engenhos destinados ao fabrico do açúcar (Coqueiro e Candeias), o casal também era dono de um quinhão de terras onde se achava edificada a capital Aracaju.

Por ser viúva e não ter filhos, Maria Pastora do Espírito Santo afirmou que, depois da sua morte, o responsável por pagar as dívidas com o enterramento e a *bem da alma* seria o escravizado Honorato José da Silva. Além disso, se encarregaria de mandar celebrar uma missa por alma da sua senhora durante todos os anos em que ele fosse vivo. Ela fez daquele escravizado um dos seus herdeiros, que receberia um termo de salinas no apicum da Getimana e, o mais importante, a liberdade “*como se de ventre livre tivesse nascido.*”<sup>659</sup> O outro escravizado de Maria Pastora, Leandro, foi eleito para ajudar Honorato no cumprimento das disposições testamentárias e, após isso, também seria um homem livre.

José Ângelo dos Santos fez em 1868 um testamento de “mão comum” com a sua esposa, Clemência Maria dos Anjos, e em uma das verbas determinou que, após a morte dos dois testadores, a mulata Florência e a crioula Marcellina conseguiriam a tão almejada alforria, porém determinou que os filhos que Marcellina viesse a ter continuariam sendo escravizados. O africano Antônio também não foi liberto via testamento, mas lhe foi reservado o direito de

---

<sup>657</sup> *Testamento de João Luís da Silva*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 14 - 2321, 1855, p. 71.

<sup>658</sup> *Inventário de Maria Vieira Barreto de Vasconcelos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 14 - 2321, 1857, p. 45.

<sup>659</sup> *Testamento de Maria Pastora do Espírito Santo*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 01 - 2153, 1875, p. 3.

trabalhar para si uma semana de cada mês no sítio Getimana, de propriedade do casal.<sup>660</sup> José Ângelo e Maria Clemência não tiveram filhos durante o consórcio e, por essa razão, elegeram como seus herdeiros “crias” que já haviam sido libertas por eles.

O monte-mor de Maria Umbellina dos Anjos, irmã do padre João Ponciano dos Santos, foi de novecentos e sessenta e cinco mil réis (965\$000), e os legados pios totalizaram duzentos mil réis (200\$000), o que corresponderia a 20,73% do montante total.<sup>661</sup> Já o valor de trezentos e setenta e oito mil réis (378\$000), referenciado como a “*bem d’alma*”, foi destinado ao pagamento de 189 missas, solicitadas por ela em testamento datado de 1881. O problema é que, deduzindo-se os legados, o valor das missas (sendo 2\$000 réis cada uma), as dívidas e as custas, “*não toca assim quantia alguma aos herdeiros instituídos em o testamento d’aquella finada por nada existir de sobra.*”<sup>662</sup> Em recibo datado de 1888, o padre João Ponciano explicou que, desde o falecimento da irmã em 1883, rezou, no ano seguinte, 50 missas pela finada, mais 50 em 1885 pelos seus falecidos pais e, em 1886, pediu auxílio ao padre Diogo José de Sant’Anna para celebrar a última capela de missas, “*conforme as disposições Testamentarias da referida minha Mana.*”<sup>663</sup>

Um outro caso envolvendo o cumprimento de verbas testamentárias e os bens deixados pelo(a) testador(a) aconteceu em 1880, desta vez com o padre Manoel Joaquim da Silva e Oliveira. Ele solicitou em testamento que o seu enterro fosse feito com decência, mas sem pompa e, nas verbas seguintes, fez o pedido de algumas missas. O problema denunciado pelo curador de órfãos Raphael Archanjo de Mattos estava na ocultação de alguns bens de Manoel Joaquim pelo tabelião responsável por redigir o testamento. Então se levantou a suspeita de que a fortuna deixada pelo padre era muito maior do que a alegada, já que, na terceira verba testamentária, os bens descritos foram apenas uma casa em Vila Nova, local onde ele nasceu, e uma escravizada de nome Silvéria. De acordo com a autoridade judiciária, nesse relato foram ocultadas as apólices da dívida pública. Pouco tempo antes de morrer, Manoel Joaquim foi nomeado para o cargo de administrador da recebedoria provincial.<sup>664</sup> O testamento foi feito no dia 1º de maio de 1880, e, um dia depois, o religioso “[...] *deo o ultimo suspiro da existencia, seguindo seo corpo embalsamado para Villa Nova, para ali ter o seo ultimo jazigo, com a decencia de que se fazia necessario no funeral, de accordo com a sua ultima vontade em*

<sup>660</sup> *Inventário de José Angelo dos Santos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 18 - 2325, 1868, nº 277, p. 26.

<sup>661</sup> *Inventário de Maria Umbellina dos Anjos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 25-2332, 1881, nº 410, p. 37.

<sup>662</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>663</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>664</sup> *Jornal de Sergipe*, Edição nº 11, 1880, p. 2.

testamento.”<sup>665</sup> Sendo assim, a curadoria questionou o fato de o testamento conter onze verbas para tão poucos bens declarados:

*Pergunta esta Curadoria que bens existem para que n'este caso tirar-se remanissentes de terça? Si n'elle não existem nem para constituir herdeiros universaes? Se missas e dispesas do enterro já fazem desaparecer com o pagamento da dívida a Nossa Senhora dos Remédios todo o valor do monte môr. Si não existe nem para pagamento das custas do presente inventario? Responda a consciencia de quem lêr o testamento.*<sup>666</sup> (grifo nosso)

Dessa maneira, os filhos legitimados pelo padre ficariam com a herança comprometida. A suspeita era a de que o testamento tivesse sido feito anos antes e não às vésperas da morte do testador, o que explicaria essa “desatualização” das verbas. No ano de 1885, dirigiu-se ao cartório Cláudio José de Mendonça, morador do “Chica Chaves”, bairro do subúrbio da capital. Apesar de se declarar casado, reconheceu filhos ilegítimos que teve com três escravizadas. Solicitou que, depois de sua morte, se mandassem celebrar 22 missas em intenção de pessoas e santos diferentes:

*Cinco por sua alma, duas por alma de seu Pai, duas por alma de sua Mãe, duas por alma de seu Padrinho, duas por alma de sua Madrinha, uma pelas almas necessitadas, uma pelas almas dos pretos captivos, uma pelas almas dos caboclos, uma a São Francisco Xavier, duas a Nossa Senhora do Socorro, uã a Nossa Senhora da Boa Viagem e uma a nossa Senhora da Boa-morte e uma pelas Almas d'aquelles com quem tive negocios. Declarou mais que deixa a quantia de vinte e cinco mil reis á Santa Cruz do “Lagamar”, junto ao Povoado de Santo Antonio. [...]*<sup>667</sup> (grifo nosso)

Vale ressaltar as menções encontradas na documentação a Nossa Senhora da Boa Morte e a Nossa Senhora da Boa Viagem. Também destacamos uma referência no testamento de Anna Joaquina de São José<sup>668</sup> a Nossa Senhora do Bom Parto e a Bom Jesus dos Navegantes.<sup>669</sup> Já em relação ao “Lagamar”, acreditamos ser uma região limítrofe da capital com outros

<sup>665</sup> *Testamento do Padre Manoel Joaquim da Silva Oliveira*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício – Livro do Registro dos Testamentos, Cx. 01-2143, 1880, p. 37-38.

<sup>666</sup> *Ibidem*.

<sup>667</sup> *Testamento de Cláudio José de Mendonça*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 28-2335, 1887, p. 7-8.

<sup>668</sup> *Testamento de Anna Joaquina de São José*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 01-2153, 1896.

<sup>669</sup> De acordo com o historiador Magno Francisco de Jesus Santos, “a procissão de Bom Jesus dos Navegantes é considerada a mais importante festa religiosa do Natal de Aracaju. Ela é realizada desde o ano de 1856 e foi marcada pela participação de diferentes segmentos sociais da cidade e do interior sergipano.” (p. 183). Festas do Aracaju: tramas da tradição religiosa em uma cidade moderna (1900-1950). *Ateliê Geográfico*, v. 9, n. 1, abr. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/download/29557/18597/149949>.

municípios. As poucas informações cotejadas indicam que aquele era um lugar repleto de rios, riachos e lagoas. Para que as missas fossem celebradas, o finado Cláudio José deixou com sua esposa e terceira testamenteira a quantia de quarenta e quatro mil réis (44\$000). Apesar desse caso, não encontramos para o início da década de 1880 muitos recibos que comprovassem o pagamento de esmolas pela celebração de missas pela salvação da alma do(a) inventariado(a) ou de terceiros.

Tempos depois, o Coronel Gonçalo Vieira de Mello também pedira uma grande quantidade de missas em seu testamento. Solicitou cinco missas de corpo presente e um oitavário para cada um dos sacerdotes que se incumbiriam de realizar as de corpo presente. Pediu, ainda, quatro capelas de missas em intenção da sua alma, o que dava em torno de **duzentas missas** a serem celebradas, mais uma capela pela alma dos seus cativos falecidos e uma capela por todos com quem teve negócios durante a vida. E finalizou o texto encomendando uma missa a São Gonçalo, uma a São Miguel, uma a São Pedro e outra a Nossa Senhora da Conceição.<sup>670</sup>

O testamento do português Joaquim da Silva Marques, elaborado em 1855, foi feito juntamente com a sua consorte, Anna Joaquina da Purificação. No início do documento, o casal, que era dono do Engenho Saquinho, se mostrou muito preocupado com a salvação das suas almas: “*Confessamos e declaramos Sermos verdadeiros Catholicos, e como tais cremos nos Misterios da Santissima Trindade, em cuja crença temos vivido na esperança de Sermos Salvos.*”<sup>671</sup> De maneira separada, cada um fez o seu pedido de realização de missas. Primeiro, Joaquim Marques pediu que fossem celebradas duas capelas de missas, sendo uma em intenção da sua alma e mais uma pelos seus pais e irmãos já falecidos. No total, ele solicitou que se rezassem 105 missas. Em seguida, Anna Joaquina da Purificação também pediu duas capelas de missas, uma em seu benefício e outra para os seus familiares e, no final, pediu um oitavário de missas a serem celebradas depois da sua morte e mais sete em intenção de seus santos de devoção e pelas almas dos seus escravizados falecidos. Ou seja, ela requisitou 115 missas, número superior ao do seu marido.

Comparando as informações desse primeiro testamento feito de mão comum com as do testamento feito por “D. Anna do Saquinho” em 3 de março de 1874, pouco tempo antes de morrer, constatamos que houve uma pequena diminuição do número de missas solicitadas pela

---

<sup>670</sup> *Inventário de Gonçalo Vieira de Mello*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 23-2330, 1879, nº 366, p. 5.

<sup>671</sup> *Testamento de Joaquim da Silva Marques*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 18 – 2325, 1866, p. 10.



testadora, que desejava a celebração de 102 cerimônias eucarísticas.<sup>672</sup> Todas as missas foram ministradas pelo vigário Thomaz Antônio da Costa Pinto, de Divina Pastora. O recibo passado por esse sacerdote em 1878 comprovou que foram pagos a ele duzentos e quatro mil réis (204\$000) pelo testamenteiro da finada. De maneira geral, o funeral de Anna Joaquina da Purificação não foi nada barato, já que custou trezentos e sessenta e nove mil, seiscentos e vinte réis (**369\$620**), cifra correspondente aos gastos com os padres, a música, cartas-convite, sepultura no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, acompanhamento da Irmandade de São Benedito etc. No seu primeiro testamento, Anna Joaquina pediu para ser sepultada na Igreja Matriz de Laranjeiras, porém a proibição desse tipo de sepultamento desde a década de 1850 deve ter contribuído para que ela fosse inumada no cemitério de Aracaju.

É interessante analisar a primeira disposição do testamento de Guilherme José Vieira, escrito de próprio punho no ano de 1884. O tenente era distinto, rico e conhecido comerciante da capital, morador de um sobrado localizado na Rua da Aurora:

*1ª: Primeiramente meos herdeiros e testamenteiros, logo que eu falleça, residindo nesta Cidade, deem meo corpo a sepultura no Cemiterio Publico, sem distincção de lugar; que me vistão com a roupa mais desente de meo uso; que acondecionem meo corpo em um caixão ornado o mais simples possivel; que seja condusido para o ultimo jazigo por meos parentes, amigos e por aquelles que por caridade me queirão prestar este ultimo serviço; que nos dias sobsequentes de minha morte mandem rezar pelo respectivo Vigario um octavario de missas por minha alma.*<sup>673</sup> (grifos nossos)

O primeiro detalhe que nos chamou atenção foi a vontade do testador de que, logo depois do falecimento, fosse conduzido ao cemitério da cidade. Talvez porque ele não quisesse que fosse feito o velório, nem demorasse a ser enterrado. Poderíamos relacionar essa vontade ao que Louis-Vincent Thomas chamou de descuido da **função comunal** do rito, ou seja, “quando as exéquias se restringem facilmente à ‘estrita intimidade’. E, no entanto, o rito fúnebre, quando mobiliza a comunidade e toma seu sentido na exaltação da vida, constitui terapêutica soberana.”<sup>674</sup>

O testador descreveu com detalhes como desejava ser vestido e por quem deveria ser acompanhado até o seu jazigo: parentes, amigos e pessoas caridosas. Apesar de pedir que o seu corpo fosse sepultado *sem distincção de lugar*, o fato de querer ser envolto na roupa mais decente

<sup>672</sup> Testamento de Anna Joaquina da Purificação, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 01 – 2083, 1874.

<sup>673</sup> Testamento de Guilherme José Vieira, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 01-2153, 1884, p. 3.

<sup>674</sup> BAYARD, Jean-Pierre. *Sentido oculto dos ritos mortuários...* op. cit., p. 16.

e que uma quantidade de pessoas estivesse presente naquela despedida nos mostra que os funerais ainda tinham a função de reafirmar as hierarquias sociais existentes naquela cidade, já que o finado ocupara cargos importantes na Associação Comercial, por exemplo. Um dos seus filhos, Guilherme José Vieira Filho, continuou administrando a loja de fazendas da família, localizada na Rua da Aurora. Já o segundo testamenteiro elegido por Guilherme Vieira foi o Dr. Joaquim Manoel d'Almeida Vieira, filho e sócio de uma casa comercial na Vila da Capela.<sup>675</sup> Aos seus herdeiros, Guilherme José Vieira deixou uma fortuna de mais de cento e dez contos de réis (110\$000). De maneira parecida, Pedro Paulo dos Santos, morador do “Sítio Sacco”, termo de Aracaju, também solicitou simplicidade no testamento feito em 1889:

*[...] logo que elle fallecer, residindo n'este sitio, dêsse a seu corpo sepultura, no Cimiterio publico, sem distincção de lugar, que lhe vistão com a roupa mais decente de seu uso, que acondicionem seu corpo em um caixão ornado o mais simples possivel, que seja condusido para o ultimo jasigo por seus parentes, amigos, e por aquelles que por Caridade lhe queirão prestar este último serviço”.*<sup>676</sup> (grifo nosso)

Pedro Paulo, homem de recursos mais limitados do que o negociante, também pediu que amigos, parentes e pessoas caridosas estivessem no seu funeral. Ainda naquele ano, foi a vez da esposa e primeira testamenteira de Guilherme José Vieira, D. Carlota Rosa do Amor Divino Vieira, de registrar as suas últimas vontades. A redação foi feita no dia 10 de setembro de 1899 pelo escrivão Vicente Lopes de Medeiros Chaves. Dois meses depois, a viúva do destacado negociante faleceu. Diferente do marido, D. Carlota desejou que seu enterro fosse simples: “*Pedindo a aquelle que aceitar o encargo qui faça o meu enterro como lhe aprouver sem aparado algum, devendo meu Corpo ser Sepultado no Cimiterio publico desta Capital.*”<sup>677</sup> Contudo, o dinheiro gasto com o seu funeral não foi irrelevante: duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e oitenta réis (272\$580). Dentro desse valor, estavam incluídos os custos de 150 cartas-convite para enterro, com carneira, armação, vestuário e música. Na terceira verba, pediu que fossem celebradas uma capela de missas pela sua alma e outra pela do marido, além da distribuição da esmola de cinquenta mil réis (50\$000) aos pobres. No ano seguinte, o padre Diogo passou um recibo atestando que celebrou em Aracaju as 50 missas por D. Carlota,

<sup>675</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 915, 1878, p. 4.

<sup>676</sup> *Testamento de Pedro Paulo dos Santos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 29-2336, 1889, p. 9-10.

<sup>677</sup> *Testamento de Carlota Rosa do Amor Divino*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 01-2153, 1889.

enquanto a outra capela de missas em intenção de Guilherme Vieira foi ministrada pelo vigário Thomaz Antônio da Costa Pinto, de Divina Pastora, lugar onde um de seus filhos residia.

Mas também havia aqueles que se preocupavam primordialmente com as disposições materiais, como foi o caso do comerciante Pedro Barretto da Silva, dono de uma loja na Rua da Aurora. Apesar de se declarar solteiro, a princípio, ele instituiu como herdeiros seus quatro filhos legitimados e, em seguida, descreveu os bens que possuía, inclusive, um terreno defronte ao cemitério público.<sup>678</sup> O primeiro testamenteiro escolhido por ele foi o Dr. Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel. Pedro Barretto afirmou em 1889 que era católico e que fez o testamento pelo seguinte motivo: “*sentindo-me doente, mas no meo perfeito gozo de minhas faculdades mentaes, porem, não sabendo quando terá de passar desta para a Eterna vida.*”<sup>679</sup> A garantia de uma vida eterna representava o cumprimento de um estatuto positivo, presente no imaginário coletivo dos cristãos.

No entanto, o testador não deixou explícito no testamento como se deveria proceder o seu enterro, nem pediu missas pela salvação da sua alma ou de outrem. Para o Rio de Janeiro, Cláudia Rodrigues concluiu que o conteúdo escatológico e as preocupações soteriológicas “praticamente desapareceram dos testamentos cariocas do século XIX.”<sup>680</sup> Consideramos o caso de Pedro Barretto uma exceção, pois, em Aracaju, ainda conseguimos identificar nos testamentos do final do século pedidos de missas e referências às invocações intercessoras. O negociante faleceu no ano de 1890, e esse acontecimento assim foi relatado pelo jornal *Gazeta de Sergipe*:

#### Fallecimento

Depois de longos padecimentos, curtidos no leito da dôr, deixou hontem a região dos vivos o honrado negociante desta praça, Pedro Barreto da Silva.

Tendo começado sua vida nimiamente pobre, poude, **á força de muito trabalho e economia, conseguir amontoar uma fortuna relativamente grande, que estava empregada** em diversos predios n’esta capital e em seu estabelecimento commercial. Poderia ter decuplicado a sua fortuna, se fosse de vistas mais largas e se affrontasse as vantagens e riscos que o commercio offerece.

**Não era homem de rasgos generosos. Tinha um culto – o do dinheiro.**

Entretanto, se lhe faça justiça, para obtel-o só recorreu ao trabalho honesto.

Celibatario por indole, nunca procurou alguem que lhe podesse com amor sancto mitigar os soffrimentos.

Apezar disso, deixa alguns filhos legitimados, aos quaes, segundo nos consta, amparou, fazendo reverter em seu favor todos os seus haveres.

Pedro Barretto era homem reservado, porem tratavel.

<sup>678</sup> *Testamento de Pedro Barretto da Silva*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 01-2153, 1890, p. 3.

<sup>679</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>680</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Nas Fronteiras do Além...* op. cit., p. 316.

Morreu moço.  
Lamentamos o seu desaparecimento d'entre os vivos.<sup>681</sup> (grifos nossos)

De acordo com o necrológico, Pedro alimentou durante a sua existência um modelo de comportamento desejado e esperado de um homem burguês: trabalhador, respeitável e honesto. A respeito disso, voltamos a concordar com Juliana Schmitt quando nos diz que “*Trabalhar* para o burguês era o mais importante imperativo ético, um princípio ao qual deveria aderir como demonstração de seu caráter irrepreensível. Quanto mais trabalhasse, maior seria o reconhecimento de seu esforço.”<sup>682</sup> Ao cruzarmos as informações do seu testamento com o texto dessa publicação, temos um indicativo de que, quando vivo, o finado demonstrou aos que lhe conheciam ter um apego maior ao materialismo em detrimento de suas vontades religiosas. Mais uma vez, Schmitt caracteriza esse tipo de atitude tipicamente burguesa, que passou a ser comum naquele final de século: “Afundados em valores capitalistas, os indivíduos se viam obrigados a ganhar dinheiro e consumir compulsivamente, não pelo prazer obtido nessas realizações, mas como um fim em si mesmo.”<sup>683</sup>

#### 4.3 Irmandades e doações

Aracaju “nasceu” com um pequeno cercado para os cadáveres de coléricos, depois foi criado o primeiro cemitério público e, talvez por conta disso, foram poucas citações à atuação das irmandades no controle dos ritos mortuários. Em princípio, é importante considerar que o Cemitério de Nossa Senhora da Conceição era propriedade do Hospital de Caridade e não tinha vinculação com irmandades religiosas. Contudo, entre as centenas de inventários e testamentos, encontramos recibos de pagamentos de anuidades à Irmandade de São Benedito, geralmente considerada de homens e mulheres pretos(as). Segundo João Mouzart, “A irmandade de São Benedito é uma confraria católica que se diferenciou das outras confrarias de Sergipe, pois não construiu patrimônio arquitetônico, mas se instalou na igreja de São Salvador na cidade de Aracaju desde sua fundação em 1865.”<sup>684</sup>

A irmandade oferecia gratuitamente aos irmãos sepulturas no cemitério de mesmo nome, construído também no ano de 1865 em um terço da área disponibilizada para o Cemitério

<sup>681</sup> *Gazeta de Sergipe*, Edição nº 41, 19 de fevereiro de 1890, p. 2.

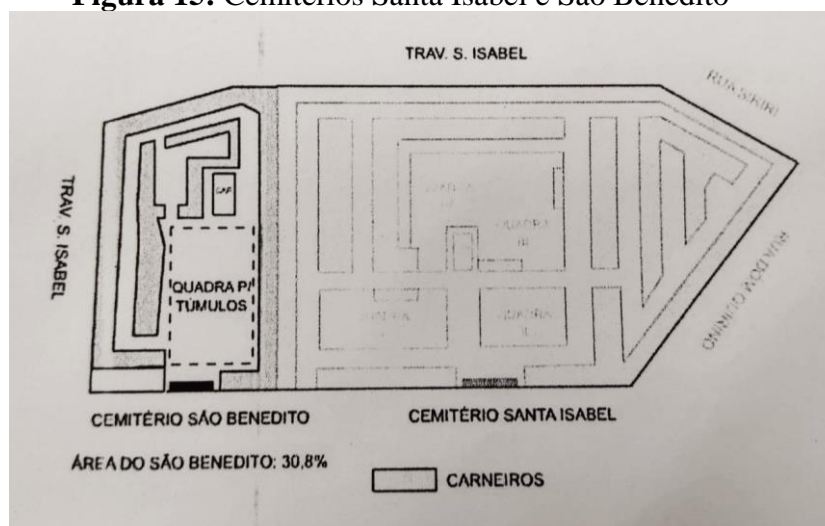
<sup>682</sup> SCHMITT, Juliana. *Mortes vitorianas: corpo, luto e vestuário*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 57.

<sup>683</sup> *Ibidem*, p. 70.

<sup>684</sup> OLIVEIRA JUNIOR, João Mouzart de. *A cor da oração: sociabilidades e resistências na irmandade de São Benedito em Aracaju-SE*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015, p. 59.

de Nossa Senhora da Conceição. O lugar onde funcionava o cemitério das classes mais fragilizadas economicamente foi definido por Fernando Lins de Carvalho, autor da dissertação *Vizinhos sim, enterros à parte. Os cemitérios Santa Isabel e São Benedito. Aracaju, SE (1896-1933)*, como uma “fatia roubada” do atual Cemitério Santa Isabel. Fernando Carvalho também sustentou a hipótese de que os primeiros enterramentos foram realizados no solo arenoso do São Benedito em cova rasa e que, na época de fundação, ainda não haviam sido construídos túmulos e carneiros.<sup>685</sup> Isso quer dizer que essas covas eram individuais, estavam situadas no chão e eram marcadas por cruzes.

**Figura 15:** Cemitérios Santa Isabel e São Benedito



Fonte: CARVALHO, Fernando Lins de. *Vizinhos, sim; enterros à parte. Os cemitérios Santa Isabel e São Benedito. Aracaju, SE (1862-1933)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003, p. 55.

Ao contrário de Deuzair José da Silva, estudioso das práticas fúnebres em Goiás e que teve acesso a uma baixa quantidade de documentação referente ao período de 1860 a 1899, os testamentos mais abundantes encontrados na Comarca de Aracaju referem-se justamente às últimas décadas do século XIX. Sobre isso, Deuzair afirmou que essa lacuna nas fontes influenciou no resultado da pesquisa, já que ele encontrou poucas ou quase nenhuma referência de pertencimento às irmandades em Goiás. Isso fez com que o pesquisador chegasse ao entendimento de que havia naquela época uma perda ou diminuição do papel delas na sociedade.

<sup>685</sup> CARVALHO, Fernando Lins de. *Vizinhos, sim; enterros à parte. Os cemitérios Santa Isabel e São Benedito. Aracaju, SE (1862-1933)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003, p. 55.

Em testamento datado de 11 de novembro de 1871, o tenente Manoel Pedro de Mello, natural de São Cristóvão, explicou como seriam as exéquias do seu momento de despedida: “*sendo encomendado meo corpo por um sacerdote em casa, e na Igreja, e acompanhada com a confraria de São Benedicto até o Cemiterio, mandando celebrar uma missa de corpo presente por minha alma.*”<sup>686</sup> Naquela época, registros na imprensa noticiavam as procissões e festas em homenagem a São Benedito: “*No dia 6 houve tambem festa e procissão em culto ao Glorioso Senhor São Benedicto. Esteve pomposa a festa, e a procissão concorrida, apesar do dia chuvoso.*”<sup>687</sup>

Assim como no caso de Manoel Pedro de Mello, também foram encontrados outros documentos que comprovam essa prática de acompanhar os cadáveres dos confrades daquela irmandade. No funeral de Senhorinha Pastora da Solidade, falecida em 8 de setembro de 1874 e moradora no Povoado de Santo Antônio, houve o acompanhamento do cadáver até o cemitério da cidade pela Irmandade de São Benedito mediante o pagamento da quantia de vinte mil réis (20\$000). O mesmo valor foi desembolsado em maio de 1875 pelo inventariante de Estácia Maria de Jesus.<sup>688</sup> A inventariada era possuidora de alguns escravizados, de um sítio e de uma casa “fora do alinhamento” na Rua de Divina Pastora. Vale relembrar a discussão feita nos capítulos anteriores sobre a questão da edificação das casas de palha dentro dos limites da cidade. Pedro Homem dos Santos, artista pobre e residente na capital, deixou uma doação de dez mil réis (10\$000) no ano de 1887 para as obras do Cemitério de São Benedito.<sup>689</sup>

Porém, não devemos engessar a nossa análise e considerar apenas que os pobres e escravizados participavam e mantinham relações com a Irmandade de São Benedito. Joanna Maria de Mattos Pinto foi sepultada em fevereiro de 1867 no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, mas o seu nada modesto funeral teve a presença da referida irmandade de negros, além do acompanhamento de alguns sacerdotes. O recibo no valor de treze mil réis (13\$000) foi passado por Canuto Severino de Araújo, uma das figuras mais conhecidas da sociedade aracajuana.

Podemos afirmar que, durante a primeira década de existência de Aracaju, as únicas confrarias atuantes eram a de São Benedito e a do Santíssimo Sacramento, que promoviam cultos públicos, procissões, missas, assistencialismos a enfermos na hora da morte etc. Em

---

<sup>686</sup> *Testamento de Manoel Pedro de Mello*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 01-2153, 1871, p. 2.

<sup>687</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 442, 08 de janeiro de 1874, p. 2.

<sup>688</sup> *Inventário de Estácia Maria de Jesus*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 21-2328, nº 333, 1875.

<sup>689</sup> *Testamento de Pedro Homem dos Santos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 02-2084, 1887, p. 66.

ofício enviado ao presidente da província em 1869, o vigário José Luiz de Azevedo fez um resumo do que se vivenciava naquela Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju, que estava sob a sua administração:

*Nesta Freguesia não existem Conventos e nem Recolhimento algum; existem porem apenas duas Confrarias, a do **Santissimo Sacramento e a de São Benedicto** com seos compromissos competentemente aprovados tendo ambas por patrimonio a caridade dos Fieis, as entradas e annuaes estabelecimentos em seos mesmos Compromissos. A primeira d'aquellas Confrarias é nova em sua criação, e pouco, ou nada tem progredido, entretanto que a segunda, que é um pouco mais antiga, acha-se consideravelmente augmentada, e **em seos membros existe um zelo fervoroso, que seria para desejar-se na primeira, que é a mais nobre.**<sup>690</sup> (grifo nosso)*

Através do discurso do sacerdote, percebemos que, por Aracaju ser uma cidade majoritariamente de pobres nos idos da década de 1860, estes buscavam tecer laços de solidariedade junto à irmandade, que os auxiliaria em caso de vida ou morte. As manchetes de jornal mostravam que não era fácil viver na capital. Quem fosse ao mercado da cidade veria os altos preços da farinha, da carne, do feijão e do milho, gêneros alimentícios básicos para a dieta do aracajuano. Isso pode justificar o crescimento observado na confraria de São Benedito e não na do Santíssimo Sacramento, que, por sua vez, congregava os fregueses da elite. Sobre ela, Katia Mattoso afirmou:

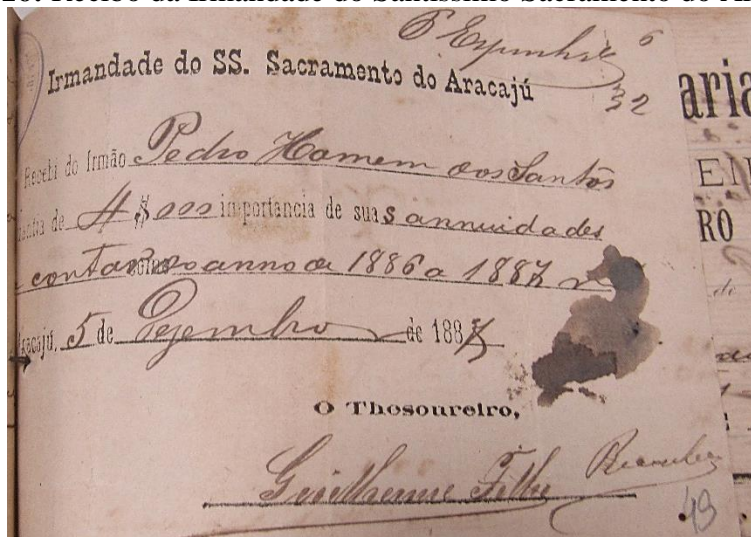
Muito antiga e difundida durante os períodos colonial e imperial (1549-1889), existiu em quase todas as paróquias, mas foi essencialmente urbana. Organizava a procissão anual de Corpus Christi, também chamada procissão do Triunfo Eucarístico. Seus membros comprometiam-se a assistir a missa todas as quintas-feiras e a receber a bênção do Santíssimo, que se seguia. Por causa da íntima relação com o culto da eucaristia, congregou boa parte da elite masculina, que se orgulhava de poder servir à missa ao lado do padre.<sup>691</sup>

No que diz respeito aos espaços destinados no cemitério público da cidade para as irmandades, encontramos um recibo que atesta o sepultamento de Pedro Homem dos Santos em um *carneiro da Irmandade do SS. Sacramento* em 31 de dezembro de 1887.<sup>692</sup> Supomos que esse direito foi concedido ao finado por ele ter pago anuidades à referida irmandade, mesmo sendo um homem autodeclarado pobre:

<sup>690</sup> *Ofício do Vigário José Luiz de Azevedo para o Presidente da Província Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior*, 13 de dezembro de 1869, Fundo Clero – AG4, Vol. 20, Doc. nº 140, p. 1-2.

<sup>691</sup> MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia no século XIX...* op. cit., p. 398.

<sup>692</sup> *Testamento de Pedro Homem dos Santos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 02-2084, 1887, p. 47.

**Figura 16:** Recibo da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Aracaju

Fonte: *Testamento de Pedro Homem dos Santos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 02-2084, 1887, p. 49

Além dessas irmandades já citadas, também foram referenciados pelos(as) testadores(as) da Comarca de Aracaju débitos existentes em outras confrarias. Dentre as disposições do seu testamento, o Capitão José Pinto da Cruz, viúvo de Joanna Mattos e dono de vários imóveis em Aracaju, afirmou: “*Devo **anuidades das confrarias d’esta Cidade e de São Christóvão**, e quero que o meo Testamenteiro as mande logo pagar. [...] Declaro que nada devo á **Irmandade do Santissimo Sacramento de São Christóvão**, e que naquela terra só devo a **confraria de Nossa Senhora do Carmo**.*”<sup>693</sup>

Algumas festas tradicionais que compunham o calendário religioso da cidade eram as de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Império, a da Semana Santa, a de *Corpus Christi* e a do Bom Jesus dos Navegantes<sup>694</sup>, nas quais os membros dessas irmandades, o povo e as autoridades se reuniam. Nos oratórios dos inventariados, encontram-se imagens desses santos que por aqui eram bem cultuados. As festas também contavam com a presença de bandas de música, batalhões da Guarda Nacional, além de guarda de honra, solicitadas pelas mesmas irmandades.

Também realizava os mesmos eventos a Irmandade de Nossa Senhora da Pureza, criada em 1872 com sede na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, que ainda estava com as obras por terminar. Antes da inauguração desse imponente templo, os atos religiosos aconteciam na

<sup>693</sup> *Inventário de José Pinto da Cruz*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 21-2328, nº 336, 1875, p. 25.

<sup>694</sup> A primeira festa de Bom Jesus dos Navegantes da nova capital foi realizada em 1857, com missas na Capela de São Salvador e na de Santo Antônio. (*Correio Sergipense*, Edição nº 01, 1857, p. 3).



Capela de São Salvador, cuja estrutura já não conseguia acomodar o contingente de fiéis da capital. O artigo 1º do compromisso da irmandade já deixava claro quem poderia integrá-la: “[...] *peessoas do sexo feminino, casadas, viuvas, honestas, solteiras e meninas maiores de sete annos, que exhibam o consenso de seos pais, tutores ou curadores [...]*.”<sup>695</sup> Não existia um número limite de irmãs, e a mesa administrativa era composta por uma juíza, uma tesoureira, uma secretária, uma zeladora e seis mordomas. Vale ressaltar que essa era uma irmandade destinada às mulheres católicas e que a participação de homens era proibida. No ato da entrada, cada irmã pagava a joia de dois mil réis (2\$000) ao cofre da irmandade e, em cada mês, o valor de mil e duzentos réis (1\$200). No tocante ao assistencialismo, a irmandade também teria a obrigação de socorrer as irmãs que estivessem em estado de indigência e, caso morressem nessa condição, “[...] *a irmandade não só proporcionará os meios de ser dado o seu corpo à sepultura, como mandará dar trez dobres e dizer um oitavario de missas por sua alma.*”<sup>696</sup>

A partir da Resolução Provincial nº 978, de 2 de junho de 1874, passou a existir o Asilo de Nossa Senhora da Pureza, destinado a atender meninas órfãs entre 6 e 11 anos, que não possuíssem proteção alguma, a fim de lhes dar a conveniente educação e o ensino. O prédio, localizado a Rua da Aurora, em Aracaju, era mantido através de repasses do governo, esmolas e doações. Lá, as recolhidas “[...] *teem encontrado seguro abrigo contra os caprichos da sorte adversa.*”<sup>697</sup> Para administrá-lo, existia uma direção interna, e, para o trabalho cotidiano, empregavam-se uma professora de primeiras letras, uma mestra de prendas (que ministrava aulas de costura e bordado, um médico e um fiel.<sup>698</sup>

O décimo artigo do regulamento é revelador de uma das finalidades daquele estabelecimento: “*Ensinar ás educandas as bôas praticas do regimen domestico, fazendo-lhes na occasião da distribuição do serviço uma pequena prelecção onde torne evidente a necessidade do trabalho domestico para uma bôa mai de familia.*”<sup>699</sup> Em alguns casos, as órfãs chegaram a acompanhar cortejos fúnebres, como o de Leôncia, uma das filhas do Dr. Luiz Alves Leite d’Oliveira Bello, presidente da província. O sepultamento do cadáver da menina de apenas 15 meses, vítima de uma febre perniciosa, aconteceu no dia 28 de março de 1881<sup>700</sup>, e o cortejo até o cemitério contou com a presença de inúmeras pessoas, incluindo funcionários públicos e o afamado Barão da Estância. Assim foram descritas as meninas enviadas pelo asilo:

<sup>695</sup> *Jornal do Aracajú*, Edição nº 272, 11 de maio de 1872, p. 1.

<sup>696</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>697</sup> *Relatório Provincial de 1888*, Anexos, p. 2.

<sup>698</sup> *Jornal do Aracajú*, nº 491, 10 de junho de 1874, p. 1.

<sup>699</sup> *Ibidem*.

<sup>700</sup> *Family Search*. Óbitos (1879-1886). Livro 5. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 4238, p. 72.

As orphãs do asylo de N. S da Puresa, seguidas de outras meninas de branco, tendo na frente capellas de flor de laranjeira, precediam o caixão vestido de azul, que encerrava as preciosas reliquias d'aquelle innocente anjinho. Pareciam um grupo de anjos que baixára da suprema altura para guiar a companheirinha às regiões syderaes, onde aguardavam-n'a um cortejo de celestes criaturas, entoando melodiosos canticos.<sup>701</sup>

Ao completarem 14 anos, as jovens asiladas seriam direcionadas ao curso normal e, ao fim dele, estariam aptas a serem nomeadas professoras das escolas da província. Mas também havia outras formas de sair do asilo, como por casamento, trabalho em casa de família ou quando os parentes reclamassem a saída da menina. As educandas também poderiam acumular um pecúlio oriundo do próprio trabalho no asilo, que poderia ser utilizado como um dote, por exemplo. Dez anos depois da fundação, criou-se uma emenda para reformá-lo por causa das denúncias de má organização e de não cumprimento das finalidades da instituição. E, através da Lei Provincial nº 1.341, de 31 de agosto de 1888, o asilo foi extinguido pelo governo sob a justificativa de que “[...] *já não preenchia os fins para que fora instituido e gravava (ilegível) a fazenda publica.*”<sup>702</sup>

Na sua primeira verba testamentária, Maria Umbellina dos Anjos foi bem generosa, já que determinou a doação de cem mil réis (100\$000) àquele asilo, além de cinquenta mil réis (50\$000) para a Confraria de São Benedito e mais cinquenta mil réis (50\$000) para o Hospital de Caridade. De acordo com seu testamento, feito no dia 13 de abril de 1868, Josepha Maria dos Santos afirmou que, se seu sobrinho e único herdeiro, Rodopiano Rodrigues Alves Lima, não voltasse vivo da Guerra do Paraguai, era de sua vontade que o hospital fosse destinatário de metade do dinheiro deixado por ela. A outra metade seria utilizada para pagar os gastos com o seu enterramento e com missas.<sup>703</sup> Em 1880, Bonifácia Maria das Virgens deu o prazo de três anos para que se encontrasse o seu filho, Manoel Francisco dos Santos, morador da Província do Rio de Janeiro. O último contato estabelecido entre eles realizou-se no ano de 1878 por meio de carta. Caso ele não aparecesse ou fosse dado como morto, a testadora determinou qual era a sua vontade em relação à destinação dos bens: “*Declaro que se meo filho tiver fallecido, passarão seos bens com os remanescentes de suas declarações a pertencer ao Asylo de Nossa Senhora da Pureza d’esta Cidade para Patrimonio do mesmo Asylo.*”<sup>704</sup> A legítima materna

<sup>701</sup> *Jornal de Sergipe*, Edição nº 25, 31 de março de 1881, p. 25.

<sup>702</sup> *Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros*, Sergipe, 1891, p. 7.

<sup>703</sup> *Testamento de Josepha Maria do Espírito Santo*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 01-2153, 1868, p. 3.

<sup>704</sup> *Testamento de Bonifácia Maria das Virgens*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício – Livro do Registro dos Testamentos, Cx. 01-2143, 1880, p. 6-7.

que Manoel receberia era no valor de oitocentos e seis mil, quatrocentos e sete réis (806\$407).<sup>705</sup> As informações que conseguimos checar nos mostraram que, até o ano de 1885, o filho ausente de Bonifácia ainda não havia sido localizado.

A festa da Senhora da Pureza, custeada pela irmandade e realizada no final do mês de maio, continuava movimentando o cotidiano da capital: “*O povo agrupava-se nas lojas de variedades á procura de algum enfeite mais em moda, ainda que custasse muito caro, para enfeitar a tez das delicadas e mimosas flores aracajuanas.*”<sup>706</sup> Tais festas religiosas quebravam a rotina e proporcionavam uma maior concentração populacional na cidade onde as meninas, que viviam retraídas em casa, poderiam sair à rua para serem vistas, já que “*as festas de pátio de igreja e as procissões de rua, tornaram-se também ocasiões de namoro.*”<sup>707</sup> Por isso, era importante apresentar-se com boa figura, mesmo que financeiramente não fosse viável à família. Como o próprio nome já indicava, a santa cultuada representava o ideal de pureza que deveria ser seguido pelas meninas, para que se tornassem mulheres e donas de casa honradas, de acordo com os parâmetros da sociedade da época. Houve também casos de asiladas que saíram da instituição para se dedicar ao magistério. Gilberto Freyre contextualizou bem essa realidade da segunda metade do século XIX:

[...] um dos aspectos sociologicamente mais significativos desse cristianismo social – aparecido, entre nós, quando nas áreas econômica e socialmente mais expressivas do país começava a desintegrar-se o patriarcado agrário para tornar se dominante o urbano – foi a valorização social da mulher, da mãe, da moça pobre, da órfã.<sup>708</sup>

Mais distante do Quadrado de Pirro, acontecia na capela do povoado que levava o nome do santo a também tradicional festa do Glorioso Santo Antônio, que contava com novenas, procissões e distribuição de esmolas aos pobres. O Dia de Finados, data que já integrava o calendário cívico da província, também era marcado por festividades, o que incluía a procissão fúnebre na véspera, dia de todos os santos e visita ao cemitério no dia 2 de novembro, “data na qual as pessoas vão aos túmulos dos parentes, levando flores e velas e dizendo uma prece ardente.”<sup>709</sup> Ressalte-se que a nota afirmou que o ato em homenagem aos que já se foram foi “*pouco concorrido*”. As visitas cada vez mais frequentes aos cemitérios se tornou um reflexo da laicização no trato da morte e dos mortos, apesar de, naquela época, o cemitério de Aracaju

<sup>705</sup> Ibidem, p. 107.

<sup>706</sup> *O Guarany*, Edição nº 45, 1879, p. 2

<sup>707</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos...* op. cit., p. 153.

<sup>708</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>709</sup> BAYARD, Jean-Pierre. *Sentido oculto dos ritos mortuários...* op. cit., p. 288.

não possuir túmulos e jazigos tão vistosos que estimulassem a curiosidade das pessoas. Isso acontecerá, de fato, no século seguinte. A respeito disso, Juliana Schmitt afirma:

O apego dramático a tudo que se relacionasse a um ente falecido levou a sociedade a práticas próprias de um *culto aos mortos*, como, por exemplo, a de frequentemente o cadáver em sua nova casa-túmulo. Assim, os restos mortais das pessoas efetivamente indicavam sua presença, como uma multidão de mortos-vivos.<sup>710</sup>

A imagem abaixo, provavelmente das primeiras décadas do século XX, já mostra o espaço do Cemitério Santa Isabel mais arborizado, assemelhado a um jardim, e com jazigos imponentes de diferentes estilos arquitetônicos, pertencentes às boas famílias de Aracaju:

**Figura 17:** Cemitério Santa Isabel



Fonte: <http://aracajuantigga.blogspot.com/2010/11/cemiterio-santa-isabel.html>.

Em 1886, Alexandre Roberto dos Santos, homem de poucos recursos, instituiu a Santa Casa de Misericórdia de Aracaju como sua herdeira universal e primeira testamenteira. Como segundo testamenteiro, instituiu o padre Job Moreira de Magalhães. Bem provável que ele estivesse se referindo ao Hospital de Caridade, pois, apesar de no passado terem existido tentativas de se criar uma Santa Casa na cidade, o projeto não se efetivou.

A abundância de testamentos datados dos anos 1880 e 1890 serviu para derrubar a hipótese considerada no início da pesquisa de que os aracajuanos deixaram de “temer a morte” ou de se preocupar com os ritos que garantiriam uma boa passagem rumo à eternidade. Essa preocupação era evidenciada através das primeiras verbas testamentárias, que, em geral, ainda tratavam de questões relacionadas à salvação da alma, como pedidos de intercessão, de realização de missas e de destinação de doações e legados a instituições piás. Deuzair Silva

<sup>710</sup> SCHMITT, Juliana. *Mortes vitorianas...* op. cit., p. 24.

alega que “outro ponto que denota a queda de importância das irmandades pode ser notado também nas constantes indicações, por parte dos testadores para que seus velórios fiquem ‘a eleição de seu testamenteiro’.”<sup>711</sup>, indicação também muito recorrente entre os que testavam em Aracaju.

---

<sup>711</sup> SILVA, Deuzair José da. *A (re)invenção do fim...* op. cit., p. 175.

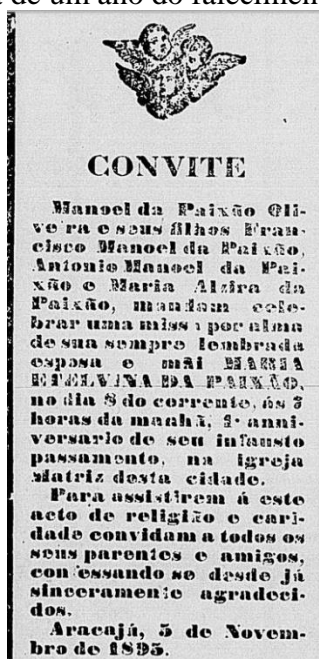
## CAPÍTULO 5 – A RIQUEZA E O BEM-MORRER NA COMARCA DE ARACAJU

### 5.1 O comércio funerário em Aracaju

Para tentar empreender este tipo de análise, que é, de certa maneira, recente na historiografia sobre a morte no período oitocentista, consultamos os inúmeros recibos de serviços fúnebres anexados aos inventários *post-mortem*. Em suma, era o testamenteiro o responsável por cumprir as últimas vontades do defunto e, para isso, estabelecer contato com a casa comercial que forneceria os objetos fúnebres para os velórios e enterros. Ricos ou pobres, os familiares acabavam se relacionando com esses negociantes, pois a aquisição de caixões, tecidos, cera para velas etc. era fundamental para a realização dos ritos de passagem.

Os jornais da cidade, por sua vez, apesar de não estarem diretamente enquadrados na condição de especialistas em serviços fúnebres, também acabavam ganhando com a publicação de anúncios de missas e funerais. Fabíola Santana atribui isso à economia capitalista, que, “incutiu na sociedade burguesa do século XIX uma cultura de consumo de bens econômicos e simbólicos em quase todas as situações da vida cotidiana.”<sup>712</sup>

**Figura 18:** Anúncio de missa de um ano do falecimento de Maria Etelvina da Paixão



Fonte: *Folha de Sergipe*, Edição nº 604, 07 de novembro de 1893, p. 2.

<sup>712</sup> SANTANA, Fabíola de Jesus Soares. *A Retórica Fúnebre: uma abordagem histórico-discursiva de epitáfios, obituários e memoriais virtuais*. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011, p. 133.

Dentre os inúmeros gastos feitos com o funeral de Josephine Leroy Salles, foi incluída a encomenda feita pelo seu testamenteiro, Barnabé José do Couto, ao *Jornal de Sergipe* de 150 cartas-convite para o enterro de Josephina, além da publicação de um anúncio da missa de sétimo dia.<sup>713</sup> Distribuir centenas de cartas-convite também era uma prática comum entre as famílias ricas, e essa quantidade já é um indicativo de que se tratava de uma pessoa importante.

Como já foi dito, era muito comum entre os indivíduos que possuíam prestígio tornar a morte dos seus entes queridos um acontecimento social e, conseqüentemente, divulgar por meio da imprensa os funerais e missas de sétimo dia de familiares ou amigos. Novamente, Fabíola de Jesus Soares Santana, estudiosa no assunto, afirmou:

Na diversidade de gêneros textuais que integram o jornal e representam ações ligadas às práticas mortuárias, há os anúncios dos mais diversos conteúdos: de agradecimento, de notificação de falecimento, de convite de missa que refletem aquilo que as pessoas fazem não apenas para organizar as atividades pós-morte, mas também como um modo de manifestar o luto, os sentimentos pela perda de alguém e o sistema de atividades que realizam para superá-lo.<sup>714</sup>

Esse foi o caso do negociante Francisco Xavier Bastos Coelho, que, por meio do *Jornal do Aracaju*, fez o convite para a missa de sétimo dia do Cônego Agostinho Rodrigues Braga, que, além de compadre, era tio de sua esposa Maria Victoria do Sacramento:

Francisco Xavier Bastos Coelho, convida os amigos do finado conego Agostinho Rodrigues Braga, para assistirem à missa do 7º dia que por alma do mesmo, manda celebrar, no dia 10 do corrente, às 7 horas da manhã, na igreja de S. Salvador. Aracajú, 8 de abril de 1873.<sup>715</sup>

No entender de João José Reis, essas são manifestações típicas de “uma sociedade pouco individualista em que a vida e a morte privadas ainda não haviam sido reduzidas ao pequeno mundo da família nuclear tipicamente burguesa.”<sup>716</sup> Os funerais que aconteciam em grande estilo também poderiam assegurar ao morto uma boa recepção no reino dos céus. No entanto, Gilberto Freyre, em tom de crítica, afirmou que, em meados do século XIX, “os funerais eram pomposos, mas com um toque, por vezes, de grotesco e até ridículo em sua etiqueta.”<sup>717</sup>

<sup>713</sup> *Inventário de Josephina Leroy Salles*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 18-2325, nº 266, 1867, p. 38.

<sup>714</sup> SANTANA, Fabíola de Jesus Soares. *A Retórica Fúnebre...* op. cit., p. 85.

<sup>715</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 367, 09 de abril de 1873, p. 4.

<sup>716</sup> REIS, João José. *O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista*, op. cit., p. 108.

<sup>717</sup> FREYRE, Gilberto. *Vida Social no Brasil nos meados do século XIX...* op. cit., p. 114.

### 5.1.1 Os preços dos instrumentos de salvação e dos objetos e serviços funerários

O objetivo aqui será apresentar os serviços que eram contratados dentro do mercado mortuário aracajuano e verificar se, ao longo do tempo, houve variação no valor dos preços cobrados pelos profissionais. Também trataremos dos objetos usados especificamente nos rituais fúnebres. Dessa maneira, começaremos por uma importante análise que pode ser feita através da comparação do valor das missas, como disposto no quadro a seguir:

**Quadro 5: Preços das missas por ano (1855-1896)**

Tipo de missa	Ano de Celebração/Valor da Esmola
<b>Missa de Corpo Presente</b>	1855 (2\$000), 1867 (2\$000), 1870 (2\$000)
<b>Missa de Sétimo Dia</b>	1876 (2\$000), 1891 (5\$000), 1893 (3\$000), 1896 (5\$000)
<b>Missa comum</b>	1868 (2\$000), 1874 (2\$000), 1886 (2\$000), 1891 (2\$000), 1895 (3\$000)
<b>01 Capela de Missa</b>	1857 (50\$000), 1890 (100\$000)
<b>01 Oitavário de Missas</b>	1867 (8\$000), 1870 (16\$000)

Referência: AJU C/2º OF. Cx. 01/2083, Cx. 02/2084, Cx. 13 (2320), Cx. 14 (2321), Cx. 15 (2322), Cx. 16 (2323), Cx. 17 (2324), Cx. 18 (2325), Cx. 19 (2326), Cx. 20 (2327), Cx. 21 (2328), Cx. 22 (2329), Cx. 23 (2330), Cx. 24 (2331), Cx. 25 (2332), Cx. 26 (2333), Cx. 27 (2334), Cx. 28 (2335), Cx. 29 (2336), Cx. 30 (2337), Cx. 31 (2338); AJU C/1º OF. Cx. 01 (2153), Cx. 01 (2143).

É prudente considerar que esses poucos dados não refletem a realidade nem da província ou do Estado de Sergipe, nem da cidade estudada, porque apenas são um demonstrativo de quanto alguns sacerdotes citados na documentação cobravam pelas missas celebradas em Aracaju. Valores parecidos com os desse quadro foram encontrados por Márcia Gama nos recibos dos inventários sancristovenses. No geral, a missa era celebrada por dois mil réis (2\$000), mas observamos que o preço cobrado por uma missa de sétimo dia sofreu oscilações na década de 1890, quando encontramos os valores de três mil réis (3\$000) para o ano de 1893 e de cinco mil réis (5\$000) em 1896. Daria para adquirir, no ano anterior, por exemplo, cem cocos por esse mesmo valor da missa.<sup>718</sup>

Francisco Lourenço dos Reis ressaltou no testamento que, depois de morto, o seu corpo deveria ser “*encomendado por dous sacerdotes com as formalidades legaes.*”<sup>719</sup> Pedidos como esse de Lourenço foram constantemente encontrados nos testamentos, pois, de acordo com as *Constituições Primeiras*, nenhum católico poderia ser inumado sem a devida encomendação, caracterizada como “orações que o sacerdote recita junto a um defunto, antes

<sup>718</sup> *Diário Oficial de Sergipe*, Edição nº 06, 1895, p. 6.

<sup>719</sup> *Inventário de Francisco Lourenço dos Reis*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Caixa 20 – 2327, 1873, p. 4.



do enterramento deste.”<sup>720</sup> Ou seja, se tratava de um último ritual de despedida do morto. E os preços cobrados pelos padres para a execução desse rito pós-morte variaram ao longo do tempo no que diz respeito às encomendações simples e às encomendações solenes, “encomendação do corpo com ofício e canto gregoriano.”<sup>721</sup> Em São Cristóvão, “os valores da encomendação simples eram baixos, de 3\$000 a 5\$000 réis, já que contava apenas com a presença do pároco. Enquanto a encomendação solene variava em torno de 5\$000 e 15\$000, sendo o valor mais alto era para a encomendação executada na Igreja Matriz.”<sup>722</sup> E era justamente a participação de outros sacerdotes, além do vigário, que dava o caráter solene à encomendação. Ademais, “a contratação de padres extras custava dinheiro, era sinal de pomba fúnebre, de que o morto não era um João-ninguém.”<sup>723</sup>

Para a capital e seu termo, conseguimos dados que indicam quanto os padres citados na documentação cobravam por cada tipo de encomendação e em que situações esse valor se alterava. Num primeiro exemplo, citaremos o caso do cônego vigário Elisiário Vieira Muniz Telles, morador da Vila do Socorro, que foi listado em vários inventários da comarca. No ano de 1867, esse padre cobrava no mínimo dez mil réis (10\$000) pela encomendação solene e, em situações excepcionais, recebeu quatorze mil réis (14\$000) e dezesseis mil réis (16\$000) por duas encomendações feitas à noite. Via de regra, entre 1870 e 1887 o preço desse tipo de encomendação era quatorze mil réis (14\$000). Fato interessante é que os demais padres que acompanhavam esse último rito acabavam recebendo menos do que o vigário da freguesia. Notamos que alguns adicionais deixavam a conta final mais cara, como a execução de memento, “oração que se faz a Deus, em sufrágio da alma, cantada ou rezada.”<sup>724</sup> Em 1874, o vigário de Aracaju, José Luiz de Azevedo, recebeu dezesseis mil réis (16\$000) pela encomendação com memento na igreja e no cemitério, enquanto em 1879, ano de sua morte, o memento realizado por ele em casa de um defunto custou quatorze mil réis (14\$000). O maior preço foi registrado em 1891, quando o vigário Olímpio Campos recebeu quarenta mil réis (40\$000) para realizar uma encomendação solene. Já a encomendação simples variou de cinco mil (5\$000) a onze mil réis (11\$000), preços maiores dos que os cobrados na cidade de São Cristóvão.

Se a historiadora Márcia Gama não encontrou nas fontes consultadas muitos recibos que constassem os valores da cera utilizada para fazer as velas, na documentação da Comarca de

<sup>720</sup> NUNES, Verônica Maria Meneses. *Glossário de Termos sobre Religiosidade...* op. cit., p. 61.

<sup>721</sup> *Ibidem*.

<sup>722</sup> GAMA, Márcia Oliveira. GAMA, Márcia Oliveira. “*Em nome da Santíssima Trindade encomendo a minha alma*”: morrer na cidade de São Cristóvão/SE (1864-1886). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019, p. 86-87.

<sup>723</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa...* op. cit., p. 201.

<sup>724</sup> NUNES, Verônica Maria Meneses. *Glossário de Termos sobre Religiosidade...*, op. cit., p. 96.

Aracaju pudemos ter acesso aos números correspondentes ao período de 1863 a 1889. Sobre isso, Verônica Nunes nos alerta que a expressão cera também pode ser “usada como sinônimo de velas em documentos de prestação de contas.”<sup>725</sup> O preço da libra (unidade de massa) teve uma certa variação ao longo dos anos. De 1864 a 1867, constatamos que os negociantes comercializavam a libra<sup>726</sup> da cera entre mil e seiscentos (1\$600) a mil e setecentos réis (1\$700).

Por exemplo, em 1863, José Pereira de Magalhães vendeu 15 quilos de cera por cinquenta e um mil e duzentos réis (51\$200). A título de comparação, nesse mesmo ano, 15 quilos de arroz pilado custavam três mil réis (3\$000). Com isso queremos dizer que a cera custava 17 vezes mais do que o arroz. De acordo com os dados encontrados, os maiores aumentos foram registrados nos anos de 1870 e 1873, quando João Victor de Mattos chegou a vender uma libra de cera a dois mil réis (2\$000). Com esse dinheiro, era possível ir ao mercado da cidade e comprar quatro quilos de açúcar refinado branco. A epidemia de varíola de 1873 pode ter contribuído para esse gasto ter sido superior ao de outras épocas. À medida que o tempo passava, o preço da libra de cera foi diminuindo para mil e quatrocentos réis (1\$400) (em 1881), mil réis (1\$000) (em 1888 e 1889) e, por fim, quinhentos réis (\$500) (em 1890).

Para os caixões, outro item indispensável do funeral, encontramos preços que vão de cinco mil e quinhentos (5\$500) a cem mil réis (100\$000). O mais caro deles foi feito no ano de 1896 por Honório José de Oliveira. Já em São Cristóvão, compravam-se caixões de dez mil (10\$000) a noventa mil réis (90\$000).<sup>727</sup> Esses valores foram diferentes dos identificados por Aguiomar Rodrigues Bruno para os caixões produzidos em Piraí, vila localizada no interior fluminense. Ao consultar os inventários de 1834 a 1888, o pesquisador apurou que o preço unitário do caixão em Piraí variou aproximadamente de quatro mil (4\$000) a seiscentos mil réis (600\$000). Assim como na vila carioca, poucos testadores do município de Aracaju fizeram referência ao uso dos caixões. Por exemplo, Maria Pastora do Espírito Santo pediu que depositassem seu corpo em um caixão fechado.<sup>728</sup> Ao que tudo indica, as famílias dos falecidos preferiam mandar fazer os próprios caixões com os carpinteiros e marceneiros da cidade. Não encontramos registros de aluguel de caixão. Um outro tipo de trabalho também citado nos recibos era o de abrir e fechar as covas. Nessa etapa final do processo fúnebre, o coveiro era

---

<sup>725</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>726</sup> Uma libra equivale a 0,45 kg.

<sup>727</sup> GAMA, Márcia Oliveira. “*Em nome da Santíssima Trindade encomendo a minha alma...*”, op. cit., p. 85.

<sup>728</sup> *Testamento de Maria Pastora do Espírito Santo*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 01-2153, 1875, p. 4.

chamado para cuidar da última morada dos finados. Os moradores de São Cristóvão pagavam entre dois mil (2\$000) e doze mil réis (12\$000) por esse serviço.<sup>729</sup>

O dado mais antigo que obtivemos para Aracaju data do ano de 1867. Naquele momento, encontramos uma variação de cinco mil (5\$000) a oito mil réis (8\$000), porém, na década seguinte, o valor pago por todo o trabalho, que variava entre quatro mil (4\$000) a cinco mil réis (5\$000), correspondia apenas a abrir ou fechar as carneiras a partir de 1877. Exemplificando, o mestre pedreiro Mathias Dias dos Santos, contratante de várias outras obras na capital, cobrou cinco mil réis (5\$000) pelo fechamento de uma carneira em 1878. Já entre 1880 e 1890, identificamos uma mudança nos preços estipulados pelos profissionais, pois dois casos mostraram que, nos anos de 1894 e 1895, se pagou sete mil réis (7\$000) pelo serviço completo. No entanto, o mais caro deles foi feito em 1881, quando Luiz Bispo recebeu oito mil réis (8\$000) por fechar uma carneira. Vale ressaltar que observamos uma variedade de profissionais atuando nessa atividade ao longo do recorte temporal, isto é, não verificamos uma repetição dos nomes como nos outros serviços funerários.

Alguns dos profissionais que vendiam os caixões funerários também atuaram armando as casas e levantando essas para os funerais. Os valores para quem contratasse esse serviço em Aracaju ficaram entre dez mil (10\$000) e oitenta mil réis (80\$000). A cifra mais alta foi desembolsada para arcar com as despesas com a armação do funeral do Dr. Manoel Pereira Guimarães, falecido no ano de 1879. O responsável pelo serviço foi o renomado armador Manoel Joaquim de Mello. E, por coincidência, esse mesmo profissional foi contratado um ano depois para fazer a armação mais barata encontrada nos recibos. Manoel de Mello recebeu dez mil réis (10\$000) por uma urna e pela cera fornecidas para o funeral de Bonifácia Maria das Virgens.

O sino, enquanto instrumento litúrgico, era um importante elemento da ritualística fúnebre oitocentista, mais um dentre os que conferiam dignidade a um funeral. Canuto Severino de Araújo, personagem atuante na cidade, também foi constantemente citado nos recibos que comprovavam os pagamentos pelos sinos dobrados, seja na igreja frequentada pelo morto ou no local onde foi sepultado. Mesmo tendo sido proibido em outras partes do Império, como na Bahia e no Rio de Janeiro, em Aracaju o barulho dos sinos continuava a anunciar a morte de alguém. Era justamente por isso que os médicos se tornaram contrários aos funerais barulhentos, especialmente em tempos de epidemia, pois, se os sinos lembravam que alguém morreu, eles também contribuía para disseminar o medo da morte nas pessoas. Pelo menos

---

<sup>729</sup> GAMA, Márcia Oliveira. “*Em nome da Santíssima Trindade encomendo a minha alma...*”, op. cit., p. 87.

até o final do século XIX, os recibos assinados por Canuto Severino e outros sacristãos denotam a existência dessa prática na capital. Para a Comarca de Aracaju, a documentação revelou que a quantidade variava de quatro a dezesseis dobres. Nesse aspecto, é interessante fazer uma comparação com Nossa Senhora do Socorro, uma vez que notamos que o valor cobrado pelos dobres na capital foi superior aos valores da municipalidade vizinha.

Um inventário do ano de 1861 registrou que cada dobre de sino dado na Igreja de São Salvador custava quatrocentos réis (\$400). Embora seja difícil ter os dados referentes a todos os anos, conseguimos perscrutar que esse mesmo preço continuou sendo válido até pelo menos 1877. Dez anos depois, o sacristão Canuto Severino assinou um recibo de dois mil réis (2\$000) referentes a quatro dobres apenas, ou seja, o preço já estava em quinhentos réis (\$500) cada, diferentemente do que acontecia na Igreja Matriz de Socorro, onde cada toque de sino custava duzentos réis (\$200) no ano de 1867. Esse valor já era o mais caro em relação aos demais templos religiosos daquela vila, já que se costumava pagar cem réis (\$100) pelo repicar dos sinos. Nessa mesma época, pagava-se mais caro pelos dobres na cidade de São Cristóvão porque lá os preços eram mais elevados do que em Aracaju e em Socorro, sendo “em sua maioria \$800, mas podendo variar de \$640 a 1\$320.”<sup>730</sup>

E, para encerrar, vale a pena tecer comentários sobre os produtos de desinfecção mencionados nos inventários. Esses agentes antissépticos eram usados para inibir o odor emanado pelos cadáveres em putrefação. O farmacêutico Marcelino José Jorge vendeu em 1867 duas garrafas de cloreto de sódio para a desinfecção do cadáver de Josephine Leroy.<sup>731</sup> Tempos depois, nas contas feitas em novembro de 1891 para o enterro de Arlinda Leopoldina de Rezende, constava um gasto com a compra por trezentos e vinte réis (\$320) de alfazema, produto aromático, e de ácido fênico, que, provavelmente, também deve ter sido usado para desinfetar o corpo.<sup>732</sup>

A alfazema, as águas de colônia e os incensos “eram usados nas casas e igrejas durante cultos religiosos e fúnebres.”<sup>733</sup> Esses produtos poderiam ser encontrados em drogarias como a Magalhães & C.<sup>a</sup>, situada na Rua de São Cristóvão, ou na farmácia popular de Pedro Amâncio da Motta. No ano de 1876, a flor de alfazema custava seiscentos réis (\$600).<sup>734</sup> Outro item também usado para esse fim era o vinagre, disponível para compra nos armazéns da cidade.

<sup>730</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>731</sup> *Inventário de Josephina Leroy Salles*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 18-2325, nº 266, 1867.

<sup>732</sup> *Testamento de Arlinda Leopoldina Resende*, AGJES, Fundo: Aracaju, 1ª Cível (Subsérie Testamento), Cx. 01 – 2153, 1891, p. 33.

<sup>733</sup> BRUNO, Aguiomar Rodrigues. *A morte como negócio...* op. cit., p. 129.

<sup>734</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 727, 1876, p. 4.

Dentre os gêneros que eram vendidos na casa comercial da inventariada Felisbella Carvalho de Andrade, estava o vinagre de Lisboa.<sup>735</sup> A utilização desses objetos pode ser associada a um contexto de “mudança na percepção dos indivíduos e do próprio morto do ritual do *bem morrer* barroco.”<sup>736</sup>

### 5.1.2 As trajetórias dos profissionais da morte

A finalidade principal desta seção é destacar, dentre os vários negociantes que, ao longo da segunda metade do século, teceram relações comerciais em Aracaju, alguns dos que estavam envolvidos com os serviços e a venda de artigos utilizados em cerimônias fúnebres. É claro que esse recorte foi escolhido diante da impossibilidade e imprecisão de se citarem todos aqueles que trabalharam nesse ramo durante o período estudado. Para além desse objetivo mais abrangente, o intuito também foi esclarecer em quais atividades mercantis esses homens de negócios estavam envolvidos, bem como perscrutar se atuaram em outros campos, levando em consideração que não restringiam suas atividades somente ao comércio. Assim, o leitor poderá acompanhar fragmentos das trajetórias desses profissionais que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para que pudéssemos caracterizar o cotidiano mórbido da cidade de Aracaju e seu termo pelo viés do comércio.

Contudo, ao invés de começar a apresentar os casos que tomarão os parágrafos seguintes, devemos reconhecer a existência de uma complexa rede de abastecimento que envolvia os comerciantes e o crédito para que assim possamos entender como esses produtos vindos de outros portos do Brasil, como das cidades de Salvador e Rio de Janeiro, além do exterior, chegavam às casas comerciais de Aracaju. De acordo com a estudiosa Fernanda Carolina Pereira dos Santos (2022), era por meio do crédito, transação econômica, que os comerciantes adquiriam os produtos com os fornecedores e também comercializavam seus gêneros para a população, através da prática do “fiado escriturado em contas de caderneta”<sup>737</sup>, ainda existente nos dias atuais. Por isso, encontramos nos inventários muitos registros oriundos dos cadernos dos negociantes, já que as pessoas contraíam as dívidas e as pagavam posteriormente quando viessem a ter o dinheiro.

---

<sup>735</sup> *Inventário de Felisbella Carvalho de Andrade*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 02 -2084, 1891.

<sup>736</sup> BRUNO, Aguiomar Rodrigues. *A morte como negócio...* op. cit., p. 131.

<sup>737</sup> SANTOS, Fernanda Carolina Pereira dos. As Relações Comerciais entre Estância e Salvador: redes de abastecimento e a importância do crédito no século XIX. In: MALAQUIAS, Carlos de Oliveira; ANTONIO, Edna Matos (Orgs.). *Revisitando Sergipe Oitocentista, fontes históricas e novos temas de pesquisa*. Aracaju: Editora SEDUC, 2022, p. 46.

Em estudo recente sobre o desenvolvimento do mercado funerário contemporâneo, Sidnei Ferreira dos Santos afirmou que, “no Brasil, até a promulgação da Constituição de 1891, os serviços funerários eram atribuídos à Igreja ou tratados no cunho da singularidade. Após a promulgação da Constituição, o Estado determinou que a atividade funerária passasse a ser de responsabilidade dos municípios.”<sup>738</sup> Nas décadas de 1850 e 1860, a presença de agentes funerários não era tão grande para uma cidade que estava se edificando. Observa-se que havia uma repetição recorrente dos nomes daqueles que eram contratados para os funerais. Portanto, ainda não podemos falar em um monopólio do comércio de artigos fúnebres. Em 1867, Justiniano Pinto da Silveira Salles atuava fazendo a armação dos funerais aracajuano, mesmo sendo morador da cidade de São Cristóvão, ex-capital da província. Já entre os anos de 1866 e 1875, Paulino José do Bomfim, pai do famoso intelectual sergipano Manoel Bomfim, foi um dos mais procurados.

Por meio da imprensa aracajuana, tivemos notícia da atuação do negociante João Victor de Mattos na capital desde a década de 1870. E justamente a primeira vez em que seu nome foi encontrado na documentação judiciária foi através de um recibo de venda de cera em velas passado em 1870. Três anos depois, durante a grave epidemia de varíola que assolou Aracaju, João Victor de Mattos, além de vender fazendas típicas do vestuário fúnebre, também registrou empréstimos: “*Dinheiro p.<sup>a</sup> pagar um caixão p.<sup>a</sup> a fin.<sup>o</sup>*”<sup>739</sup> Naquele período, na mesma casa em que morava, funcionava a sua loja na Rua de São Cristóvão, uma das mais importantes para o comércio da cidade, como já se sabe. Para a realidade francesa, Michelle Perrot disse que “a proto-industrialização apostou fortemente na célula familiar, onde se entrelaçam a empresa e o domicílio.”<sup>740</sup> Assim, seu estabelecimento comercial logo se tornou um dos mais distintos de Aracaju, e, como consequência da popularidade e do reconhecimento, o tenente da Guarda Nacional também atuou no campo das obras públicas e se envolveu com a política, chegando a integrar o Partido Liberal e a ocupar o cargo de vereador suplente da Câmara Municipal de Aracaju.<sup>741</sup> Era filiado à Loja Maçônica Cotinguiba, fundada no ano de 1872.

Fazia viagens regulares à Bahia e ao continente europeu para tratar dos seus negócios e, em 1880, vendia diversos produtos como molhados, livros, calçados, louças, vidros, vestidos, sedas, máquinas de costura e fazendas, que eram comercializadas por atacado. Podemos dizer

---

<sup>738</sup> SANTOS, Sidnei Ferreira dos. *A construção social do mercado funerário no Brasil: agentes, instituições e estratégias de negócios*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara/SP, 2019, p. 49.

<sup>739</sup> *Inventário de Francisco Lourenço dos Reis*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 20 – 2327, 1873, p. 25.

<sup>740</sup> PERROT, Michele et al. *História da vida privada 4...* op. cit., p. 108.

<sup>741</sup> *Jornal de Sergipe*, Edição nº 77, 25 de agosto de 1880, p. 1.

que eram produtos que atendiam ao desejo de consumo de objetos importados e refinados nutridos pelos habitantes mais abastados. Dentre os artigos usados para a fabricação de caixões, ele vendia pregos, brochas e aldrabas pretas, que eram uma espécie de pequena tranca, ferrolho de metal ou argola. Seu nome figurou na lista dos cidadãos que organizaram a recepção em Sergipe do Conde D'Eu, membro da família imperial. Segundo Magno Francisco de Jesus, era uma ampla lista, “com a inserção de comerciantes e políticos da jovem capital do norte do Brasil.”<sup>742</sup>

Já no início da República, atuou ao lado de comerciantes destacados, como José Augusto Cezar Ferraz, na Seção de Estatística Comercial do Estado de Sergipe.<sup>743</sup> Uma informação interessante é que, no decurso do processo de inventário de D. Maria Engracia de Mattos, falecida no ano de 1894, o Coronel José Augusto Ferraz foi instituído como procurador de Augusto Victor de Mattos, filho do casal que estava residindo temporariamente em Montevideu (Uruguai). São dados reveladores da existência de laços de amizade e confiança nutridos entre as famílias dessas pessoas abastadas da cidade, principalmente por possuírem um espaço de destaque dentro do campo econômico. Vale dizer que a aproximação dos filhos de João Victor de Mattos com a família Ferraz também se deu fora dos limites da província sergipana. Os jovens Augusto de Mattos e Thales Ferraz estudavam na *Thecnical Eschoul* de Manchester (Inglaterra). Eles integravam o curso superior de *Artes e Manufacturas*.<sup>744</sup>

João Victor de Mattos também participou de uma companhia que era responsável pelo abastecimento de água da capital, manteve a sua casa de negócio e escritório na Rua da Aurora e, poucos anos antes de morrer, era associado, juntamente com outros negociantes, da Beneficência Aracajuana<sup>745</sup> e integrante da Sociedade Sergipana de Agricultura. Àquela época, foi conceituado por um jornal carioca como “*conceituado negociante da praça de Aracajú*”<sup>746</sup>. Riquíssimo, faleceu em 24 de fevereiro de 1909 com testamento.<sup>747</sup> Faziam parte do seu avultado monte-mor de 300 contos de réis o Engenho Timbó, localizado no termo de São Cristóvão, imóveis em Aracaju, dezenas de apólices da dívida pública e caderneta da Caixa Econômica. Seus filhos, Augusto Victor de Mattos e o padre João Victor de Mattos, acabaram herdando não só a fortuna, mas a distinta posição social conquistada pelo honrado pai.

<sup>742</sup> SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Um passeio em dias de tormentas: a viagem do Conde d'Eu às províncias do Antigo Norte do Brasil. *História*, São Paulo, v. 36, ed. 6, 2017, p. 16. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/wvtpd3FJHR6PfrksMRrfYs/?lang=pt&format=pdf>.

<sup>743</sup> *O Republicano*, Edição nº 227, 1890, p. 3.

<sup>744</sup> *Jornal A Notícia*, 17 de julho de 1896, p. 3.

<sup>745</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, Edição nº 007, 1906, p. 759.

<sup>746</sup> *Gazeta da Tarde*, Edição nº 103, 1901, p. 2.

<sup>747</sup> *Inventário de João Victor de Mattos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 05 – 2087, 1909.

Ainda em vida, um dos seus herdeiros, José Victor de Mattos, acabou por seguir adiante com a firma *Mattos, Filho & Comp<sup>a</sup>*. Uma nota publicada no jornal anunciava com destaque o seu enlace matrimonial: “*Casa-se hoje com a exm<sup>a</sup> D. Maria Julia Loureiro, o sr. José Victor de Mattos, distinto negociante desta praça. Ao disoso par, desejamos todas as venturas repletas de mil felicidades.*”<sup>748</sup> Assim também aconteceu com Guilherme José Vieira Filho, que, depois da morte do pai, prosseguiu com o comércio de artigos utilizados nos funerais. Guilherme Filho era natural da Vila da Capela e passou alguns anos de sua juventude dividido entre as províncias de Sergipe e da Bahia, se instalando definitivamente em Aracaju em 1882 por causa da moléstia do seu pai. Então, passou a trabalhar como empregado nessa mesma casa comercial mediante o pagamento de um conto e quinhentos mil réis de ordenado. Em 1884, com apenas 23 anos de idade, já negociava por conta própria na loja de tecidos do pai, que lhe foi passada mediante venda.<sup>749</sup>

O falecimento do Tenente Guilherme José Vieira, antigo negociante da capital, se deu em 1888 e, com muita distinção, ele foi lembrado pelo jornal *A Reforma*: “*Fora sempre o finado um homem de bem, nas suas relações particulares, como no tracto da vida privada. Sentimentando á sua illustre familia por tão infausto acontecimento, damos lhe os nossos pesames.*”<sup>750</sup> Naquele ano, o herdeiro passou a gerenciar definitivamente a sua “*Loja de Fasendas Modas e Miudezas, Calçados e Perfumarias*”, onde vendia a retalho e atacado. As fazendas e miudezas comercializadas em Aracaju eram importadas de outras praças comerciais. Chegou a dirigir a Loja Maçônica Cotinguiba entre os anos de 1897 e 1901.<sup>751</sup> Para esses comerciantes que integravam a elite aracajuana, por serem abastados ou serem de família abastada, frequentar a Loja Cotinguiba era uma maneira de reforçar as sociabilidades com os irmãos também negociantes.

Além dele, naquele ano de 1888, constavam na lista de comerciantes de fazendas e miudezas que mantinham negócios na capital os seguintes nomes: Jacintho Martins de Almeida Figueiredo, João Victor de Mattos, João Martins Junior & Irmãos, Antônio J. da Silva Cardoso, Francisco Carlos Muniz, Domingos de S. Tiago, João Baptista da Silva Cunha, João Pereira Coelho, Paulino José do Bomfim, Gervásio de Freitas Maia, João Felizola Zucarino, Pedro Barretto da Silva, Francisco José Rodrigues, Manoel Geraldo de Sá, Estevão Pereira Coelho e

---

<sup>748</sup> *Jornal A Notícia*, 11 de abril de 1896, p. 1.

<sup>749</sup> DÓRIA, Epifânio. *Veneráveis da Loja Cotinguiba*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1961. p. 156-157.

<sup>750</sup> *Jornal A Reforma*, Edição nº 82, 1888, p. 2.

<sup>751</sup> FIGUEIREDO, Ariosvaldo, *História Política de Sergipe...* op. cit., p. 87.



Antônio Pungitori. Pessoas de outras vilas também procuravam esses fornecedores, principalmente da Vila do Socorro, o que pode significar a expansão do mercado fúnebre.

A partir da última década do século XIX, se intensificou o número de negociantes na capital fornecedores de mercadorias e serviços que auxiliavam as famílias na organização da hora derradeira, para além daqueles negociantes “famosos” já atuantes há décadas. De acordo com Aguiomar Rodrigues, “[...] havia um comércio da morte em que alguns poucos lojistas interessados exploravam esse ramo de vendas e serviços fúnebres aos familiares enlutados nos Oitocentos.”<sup>752</sup> Por exemplo, a “Loja Tupy” anunciou que deixava à disposição dos clientes o aluguel de tochas de cera e de capelas mortuárias para adultos e crianças.

**Figura 19:** Anúncio da Loja Tupy



Fonte: *Correio de Sergipe*, Edição nº 120, 1891.

Os utensílios que adornavam os caixões, como galões, florões, argolas, asas de metal etc., geralmente eram vendidos à parte, e os marceneiros eram os responsáveis por confeccionar os caixões – supõe-se que eram predominantemente feitos de madeira e que possuíam os mais

<sup>752</sup> BRUNO, Aguiomar Rodrigues. *A morte como negócio...* op. cit., p. 17.

variados preços e tamanhos. Em 1883, foram listados apenas dois marceneiros atuando na cidade, e um deles era Joaquim Coutinho Cedro, que levava a relação próxima com a matéria-prima da sua profissão até no nome. No ano da grave epidemia de varíola de 1873, fabricava caixões mortuários e os vendia a particulares, mas também para outros clientes como a enfermaria de aprendizes marinheiros.<sup>753</sup> Joaquim morava na Rua de São Cristóvão, onde funcionava a sua casa comercial, próxima às casas de propriedade de João Victor de Mattos. Já no período republicano, enquanto dono de uma padaria naquela mesma rua, realizou o enlace matrimonial da sua filha Cecília Cedro com o negociante Francisco Salles.<sup>754</sup> Quase três meses depois, estavam habilitados a realizar o casamento civil José Coutinho Cedro e D. Emerenciana da Purificação Cardozo.<sup>755</sup> Esses enlaces, em especial o de Cecília, são uma prova de que ainda se “lançava mão” dos casamentos por estratégia a fim de manter ou aumentar a posição de indivíduos pertencentes ao mesmo grupo social.

Além de Joaquim Cedro, também foi citado o marceneiro João Honório dos Santos.<sup>756</sup> O inventariante de Maria Thereza de Jesus pagou a João Honório em 1885 o valor de trinta mil réis (30\$000) correspondente ao caixão feito por ele e, em adição, ainda desembolsou a quantia de duzentos e quarenta réis (\$240) para a “*condução do caixão da casa do Marceneiro.*”<sup>757</sup> Ao lado de João Victor de Mattos, passou a integrar a Confraria de São Benedito no ano de 1878.<sup>758</sup> Anos depois, passou a ocupar o cargo de tesoureiro daquela mesma irmandade. Também foi registrado em cinco inventários, datados de 1880, 1881, 1884 e 1890, o trabalho de confecção de caixões executado por Joaquim Theodorio do Bomfim. A partir de 1886, encontramos, ainda, citações referentes a Luiz de França da Cruz e Agostinho Marcellino da Lapa.

Com o avançar dos anos, comerciantes passaram a vender os caixões prontos em seus estabelecimentos. Também crescia a publicidade funerária, mostrando que as atividades relacionadas à economia da morte estavam se diversificando. Os anúncios incitavam as pessoas a comprarem objetos para serem utilizados não só nos funerais, mas nas visitas ao cemitério, por exemplo. Assim fazia Antônio Cândido de Souza, que propagandeava possuir um grande sortimento de caixões, objeto indispensável ao ritual fúnebre. Até as molduras que envolviam o anúncio servem para dar um destaque a mais ao tema mórbido:

<sup>753</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 360, 1873, p. 1.

<sup>754</sup> *A Notícia*, 09 de abril de 1896, p. 2.

<sup>755</sup> *A Notícia*, 07 de julho de 1896, p. 1.

<sup>756</sup> *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, Edição nº C00040, 1883, p. 712.

<sup>757</sup> *Inventário de Maria Thereza de Jesus*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx.31- 2338, 1894, p. 5.

<sup>758</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 919, 1878, p. 4.

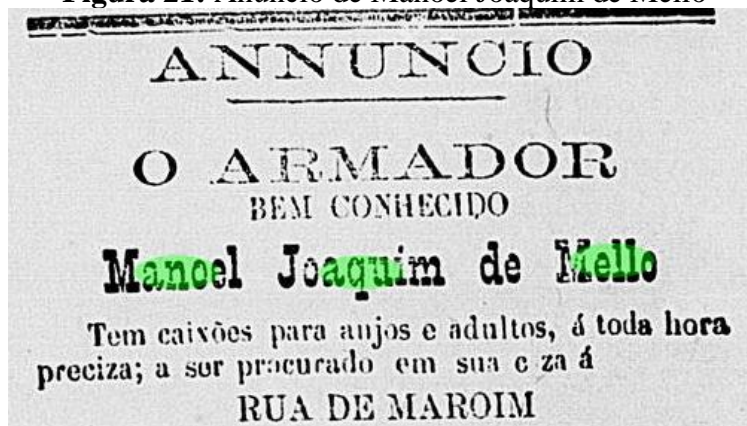
**Figura 20:** Anúncio de Antônio Cândido de Souza



Fonte: *Jornal A Notícia*, Edição nº 57, 12 de maio de 1896, p. 1.

Manoel Joaquim de Mello, conhecido como “Manoel armador”, se destacava e aparecia repetidamente nos recibos como decorador e armador fúnebre. Até o final do período imperial, no que diz respeito a esse tipo de serviço oferecido na cidade, só encontramos referência ao trabalho dele. Morava na Rua de Maroim, onde mantinha o seu negócio. Todos os anos participava do calendário religioso da cidade, que incluía as tradicionais festas em homenagem a Santo Antônio e a Nossa Senhora da Conceição. Em 1877, estava como procurador da festa de Bom Jesus dos Passos, juntamente com Canuto Severino de Araújo, profissional também dedicado à confecção de urnas e caixões. Como se pôde concluir, os armadores também eram contratados para atuar em outros tipos de festas, não somente em velórios e enterros.

**Figura 21:** Anúncio de Manoel Joaquim de Mello



Fonte: *Jornal Echo Liberal*, Edição nº 15, 1883, p. 4.

Vasculhando os jornais do ano de 1890, encontramos o anúncio de mais um profissional que se dedicava ao ofício da armação no início da República em Aracaju: Manoel José do Nascimento. Observa-se no conteúdo da publicação a seguir o destaque dado à habilidade do armador em preparar o cenário em que se desenrolariam os últimos ritos. Isso era comum de acontecer porque, em geral, o mesmo negociante poderia vender à família vários objetos que compunham o ritual fúnebre. Também vale indicar que, além do fornecimento de urnas e

caixões, também estavam disponíveis itens que tinham um espaço relevante no estoque fúnebre, como a *eça* ou *essa*, termo que foi definido por Verônica Maria Nunes como “túmulo honorífico que se levanta nas exéquias de um defunto. Nos documentos, foram encontrados também como sinônimo o termo ‘armação’.”<sup>759</sup>

**Figura 22:** Anúncio de Manoel José do Nascimento



Fonte: *Gazeta de Sergipe*, Edição nº 463, 1890, p. 3.

José Patrício dos Santos era um armador que atuava em Laranjeiras e em Aracaju. No ano de 1894, ele forneceu, para o velório de D. Maria Etelvina da Paixão, urnas com altar, bancadas, reposteiro e cortinas nas portas e janelas.<sup>760</sup> Juntamente com o marido, Manoel da Paixão e Oliveira, ela mantinha uma casa comercial composta de miudezas, fazendas, secos e

<sup>759</sup> NUNES, Verônica Maria Meneses. *Glossário de Termos sobre Religiosidade...* op. cit., p. 61.

<sup>760</sup> *Inventário de Maria Etelvina da Paixão*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx.31- 2338, 1894, p. 23.

molhados e ferragens. Os recibos arrolados comprovam que o casal abastecia a loja, localizada na Rua da Aurora, com produtos adquiridos de negociantes da Bahia e de Maruim. Para a mesma época, também encontramos referências ao trabalho do armador Serafim José de Santiago.

Além do mais, houve tentativas de se instalar uma empresa de carros fúnebres e de passeio na capital. A iniciativa foi anunciada em 1877 pelos irmãos Júlio Cezar Ferraz e José Augusto Cezar Ferraz, que, juntos, pleiteavam o privilégio de atuar nesse tipo de serviço durante 30 anos.<sup>761</sup> Levando em consideração a necessidade de tal empreendimento, que se mostrou não oneroso ao governo, o presidente de província concedeu o privilégio exclusivo de 15 anos aos petiçãoários *Ferraz & Irmão*. O artigo segundo do parecer determinava que “*O presidente da província de acordo com os concessionarios regulará a tabella dos preços, tanto dos carros de passeio, como dos funebres, e as distancias que tenham de percorrer.*”<sup>762</sup> Então, dentro do prazo estabelecido, ninguém poderia abrir empresa de igual teor, salvo se os concessionários permitissem. O Hospital de Caridade de Nossa Senhora da Conceição também tinha seus carros fúnebres para transportar os que naquela instituição expiassem. No entanto, para o recorte estudado, não foram encontrados recibos que atestassem a contratação desse tipo de serviço por particulares, apenas para o início do século XX. Talvez porque fosse difícil percorrer sobre rodas as ruas de Aracaju daquele tempo.

Em alguns casos, José Augusto Cezar Ferraz também foi relacionado pelos seus devedores em inventários, pois ele emprestava dinheiro às pessoas. Em 1891, foi nomeado comandante superior da Guarda Nacional de Aracaju.<sup>763</sup> Ao lado da esposa Anna Ferraz<sup>764</sup> teve quatro filhos, e um deles era Thales Ferraz, que na época da morte do pai, em 1906, já era maior de idade e que no futuro viria a se tornar um dos mais destacados industriais do início do século XX. Os irmãos de Thales eram Álvaro Ferraz, que aos 16 anos estava estudando em Londres (Inglaterra), D. Belizana Ferraz e Lysippo Ferraz, estudante do Colégio Militar do Rio de Janeiro. No inventário de José Augusto Ferraz constavam uma boa quantia em dinheiro, apólices da dívida pública federal, ações da Sergipe Industrial, fábrica que gerenciou no final do século XIX, uma caderneta da Caixa Econômica Federal, móveis, casas nas Ruas de Simão Dias, Itabaiana, Laranjeiras e no Bairro Industrial, além de sítio e terrenos de marinha.<sup>765</sup> A

---

<sup>761</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 798, 1877, p. 3.

<sup>762</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 801, 1877, p. 2.

<sup>763</sup> *Jornal O Republicano*, Edição nº 94, 1891, p. 3.

<sup>764</sup> *Inventário do Coronel José Augusto Ferraz*, Cx. 2342, 1906.

<sup>765</sup> *Ibidem*, p. 8-11.

grande fortuna de José Augusto foi avaliada em mais de cento e trinta e sete contos de réis (**137:283\$478**).

Integrava a lista dos produtos vendidos por Pedro Barretto da Silva para o funeral de Pedro Homem dos Santos, além dos itens de vestuário, **ferragens** e velas de cera. Durante a avaliação do espólio do negociante, procedida em 1890, foram listadas as mercadorias vendidas por ele em uma casa com armação para loja instalada na Rua da Aurora pelo menos desde a década de 1870. Para aqueles tempos, encontramos registros de que ele comercializava conservas alimentícias, leite condensado e doces enlatados.<sup>766</sup> Também era proprietário do prédio onde funcionou o Hotel Brasil. Pela lista de devedores de sua casa comercial, acredita-se que a venda “a fiado” fosse uma prática corriqueira no comércio da capital. Os itens da loja foram liquidados, e os seus órfãos passaram a gozar dos rendimentos das casas por ele deixadas.

O inventário desse negociante nos revelou que naquela loja os clientes tinham à disposição produtos para os mais variados gostos e bolsos, como brinquedos para crianças, dominó, fazendas, roupas, acessórios (leques, chapéus, luvas etc.), objetos de papelaria, utensílios domésticos, entre outros.<sup>767</sup> E, dentro desse conjunto de inúmeros itens, identificamos “*seis flores artificiais (\$100 réis cada), fitas de cores e velas*”, que, possivelmente, eram compradas para serem utilizadas nos enterros. Em contrapartida, o primeiro recibo de venda de flores para um funeral é datado do ano de 1895. A assinatura era de Deolinda Maria de Jesus, responsável por comercializar aquele item para o enterro da jovem Antônia Clarismunda dos Santos, falecida em decorrência de um incêndio.

Ao ter o fio da sua curta existência encerrado em 1891, a *Gazeta de Sergipe* noticiou que a pequena Virgilina, filha do conhecido professor Balthazar de Araújo Góes, recebeu flores na sua última morada: “*Lyrios e rozas esparzimos sobre o pequenino tumulo da casta criatura, que habita hoje mansão dos mortos.*”<sup>768</sup> Além das rosas brancas, também foram colocados “jasmins para ornar o *tumolosinho de anjo*, da *innocente e engraçada filhinha do dr. João de Araujo Lima.*”<sup>769</sup> Já para o túmulo de um anjinho de poucos meses, filho de José de Sant’Anna Cardoso e vítima das câmaras de sangue, pediu-se que: “*Ornem o seu pequenino tumulo rosas e cravos brancos, odoríferos e formosos, como a celestial pureza de que passam pelo mundo sem conspurcar-se no lôdo indelevel do vicio e do crime.*”<sup>770</sup> A escolha dessas flores que foram

<sup>766</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 327, 20 de novembro de 1872, p. 4.

<sup>767</sup> *Inventário de Pedro Barretto da Silva*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 29 – 2336, 1890.

<sup>768</sup> *Gazeta de Sergipe*, Edição nº 373, 1891, p. 2.

<sup>769</sup> *O Republicano*, Edição nº 06, 14 de janeiro de 1891, p. 1.

<sup>770</sup> *O Republicano*, Edição nº 207, 10 de agosto de 1890, p. 1-2.

depositadas nos três túmulos de crianças pode estar associada à ideia de que a cor branca remetia simbolicamente à inocência, já que “encontra-se o entendimento que a morte infantil é um privilégio, pois ao morrer na condição de criança esta tem a sua salvação garantida.”<sup>771</sup>

Mas será que o fato de somente encontrarmos esse tipo de dado no final do século XIX nos mostra que o costume amplamente difundido hoje de usar flores nos funerais não era tão praticado? A explicação dada por Fernando Catroga ao falar da semântica das flores é que “será necessário esperar pelo século XIX e pela consciência higienista, correlata da emergência de um novo culto dos mortos, para se assistir, tal como no caso das árvores, à revalorização do elemento floral na decoração do último rito de passagem.”<sup>772</sup> E um tema que ainda precisa ser investigado e que carece de estudos refere-se à atuação das mulheres comerciantes na Aracaju oitocentista. Em 1866, para o funeral de Domingos José da Silva, Maria Pastora do Espírito Santo vendeu à esposa do finado um hábito<sup>773</sup>, assim como para Clemência Maria dos Anjos, falecida no ano de 1870, também foi comprado um hábito de São Francisco à mesma vendedora. Porém, ambos os recibos passados pela vendedora aos inventariantes foram redigidos e assinados por outra pessoa, sinal de que, provavelmente, Maria Pastora fosse analfabeta.<sup>774</sup>

Diferente dela, Maria dos Reis Duarte Telles de Magalhães, esposa do negociante Capitão José Pereira de Magalhães, assinou um recibo de venda de fazendas para o funeral de D. Constança Maria dos Prazeres, sepultada em Aracaju em 1868.<sup>775</sup> É bem provável que Maria dos Reis tivesse assumido os negócios do marido depois da morte dele, ocorrida em 1866. Entre os anos de 1872 e 1876, encontramos na imprensa anúncios da “Loja Consciência”, onde Maria de São José Costa vendia fazendas, perfumes, louças e miudezas.<sup>776</sup> Dentre os produtos que estavam à venda na loja, destacamos “*popelina de lã preta propria para lucto*”, um tecido de melhor qualidade destinado ao vestuário fúnebre. Cobravam-se quatrocentos réis (\$400) pelo côvado, o que equivalia a 45 centímetros daquele tecido.<sup>777</sup> Naquela época, ela morava em uma casa na Rua da Aurora, uma das mais importantes da cidade.

Em 1876, ela efetuou a venda da louça que seria usada no Palácio do Governo naquele ano por intermédio de um parente seu. Ao que parece, a família dessa negociante já atuava no

---

<sup>771</sup> VAILATI, Luiz Lima. Representações da morte infantil durante o século XIX no Rio de Janeiro e na Inglaterra: um esboço comparativo preliminar. *Revista de História*, São Paulo, n. 167, jul./dez. 2012, p. 275.

<sup>772</sup> CATROGA, Fernando. *O céu da memória...* op. cit., p. 127.

<sup>773</sup> *Inventário de Domingos José da Silva*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 18 – 2325, 1866, p. 38.

<sup>774</sup> *Inventário de Clemência Maria dos Anjos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 19 – 2326, 1870, p. 42.

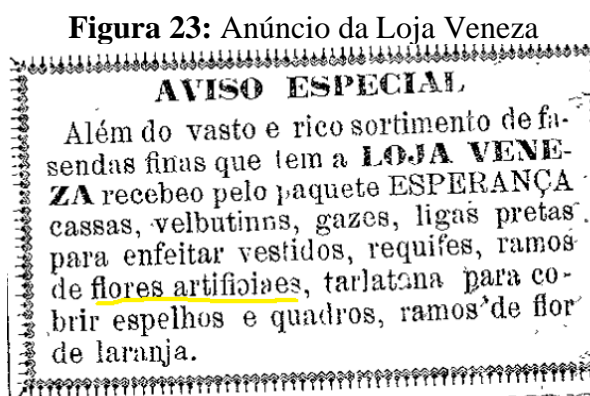
<sup>775</sup> *Inventário de Constança Maria dos Prazeres*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 19 – 2326, 1868, p. 57.

<sup>776</sup> *Jornal do Aracajú*, Edição nº 321, 1872, p. 4.

<sup>777</sup> *Jornal do Aracajú*, Edição nº 731, 1876, p. 4.



ramo do comércio, pois, como foi afirmado em alguns parágrafos antes, o seu sobrinho, Pedro Barretto da Silva, também era comerciante. Contudo, até o presente momento constatamos que as duas lojas se situavam na Rua da Aurora, mas não sabemos se eles dividiam o mesmo espaço. Também consta nos registros que Maria fazia doações ao Asilo de Nossa Senhora da Pureza, instituição que sempre carecia de recursos para se manter de portas abertas.<sup>778</sup> À medida que a análise das fontes avançou para os anos próximos à virada do século, encontramos os nomes de algumas senhoras que se dedicavam à venda de flores como Maria Cristina de São Pedro e Maria do Bomfim. O anúncio a seguir da “Loja Veneza” ressalta a chegada de mercadorias importadas, incluindo ramos de flores artificiais:



Fonte: *Jornal A Notícia*, 20 de abril de 1896, Edição nº 89, p. 4.

Isso pode ser um indício de que, no final do século XIX, a importação de flores secas e artificiais vindas da Europa deve ter chegado às terras sergipanas. Depois da morte de Pedro Barretto, passou a funcionar na sua antiga casa de negócio a loja de fazendas pertencente a Joseph Doria Neto, futuro presidente da Associação Aracajuana de Beneficência e, por consequência, do Cemitério da Cruz Vermelha. Mais uma prova da diversificação dos investimentos por parte dos negociantes é que José de Sant’Anna Cardoso, que emprestou em 1892 a quantia de quinhentos mil réis (500\$000) para o funeral de Manoel Nicolau dos Santos<sup>779</sup> e de sua filha de criação, também mantinha na Rua de Japaratuba o seu armazém de miudezas e fazendas.

A fundação de uma **Casa Mortuária** em Aracaju no ano de 1890 é o primeiro exemplo da existência de um estabelecimento especializado em serviços fúnebres na cidade. A ideia era

<sup>778</sup> *Jornal do Aracajú*, Edição nº 595, 1875, p. 2.

<sup>779</sup> *Inventário de Manoel Nicolau dos Santos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 30 – 2337, 1892, p. 63.



a de que o funcionamento dessa casa fosse suprir “*uma grande lacuna n’esta capital*”, que, até onde se sabe, não tinha uma loja desse tipo. Como se pode ver na imagem a seguir, a Casa Mortuária congregava serviços que eram oferecidos por profissionais específicos, como a venda de caixões e a armação das cerimônias fúnebres, feitas pelo próprio dono. Nesse sentido, encontravam-se expostos nas dependências da casa os caixões prontos e as essas para serem usadas nos funerais. Chamou nossa atenção também o fato de se reservarem dois caixões modestos para o enterramento de pessoas desvalidas.

**Figura 24:** Anúncio da Casa Mortuária

**CASA MORTUARIA**

Acaba de ser preenchida uma grande lacuna n'esta capital, com o estabelecimento de uma **Casa Mortuaria**, na travessa de S. Salvador, juncto à loja BAPTISTA.

E' seu proprietario e fundador o cidadão José Cardoso.

Nesse novo e urgente estabelecimento que se propõe a todo serviço decorativo para o decente enterramento dos mortos, acham-se em exposição:

**Caixões de todos os preços e qualidades para adultos, virgens e anjinhos, e de todo o formato e para todas as ceremonias fúnebres.**

o proprietario prontifica qualquer armação de igreja

**PARA**

Festas, novenas, officios, etc: assim como encarrega-se de levantar palanques para festas profanas.

Para o serviço do enterramento dos desvalidos, tem sempre prontos e gratuitamente dois modestos caixões, sendo para adultos e anjinhos.

Fonte: *Jornal O Republicano*, Edição nº 295, 26 de novembro de 1890, p. 4

Porém, não conseguimos identificar se esse proprietário benfeitor era Antônio J. da Silva Cardoso (vice-cônsul de Portugal) ou José de Sant’Anna Cardoso, uma vez que, no anúncio de inauguração da casa, o nome do proprietário foi publicizado como “José Cardoso”. Um forte indício de que o estabelecimento fosse do primeiro citado surgiu ao perscrutarmos

outros anúncios de jornais da mesma época, pois encontramos informações sobre a loja de fazendas de José de Sant'Anna Cardoso, a qual funcionava na Rua de Japarutuba. Portanto, diante da inviabilidade de se discorrer individualmente a respeito da trajetória de todos os profissionais que atuaram no comércio de artigos fúnebres durante o recorte estudado, tentamos listar o maior número de nomes daqueles(as) que apareceram nos recibos e organizamos no quadro a seguir:

**Quadro 6:** Profissionais que atuaram no comércio de artigos fúnebres durante o recorte estudado

Nome do profissional	Cidade	Serviço	Ano/Ocorrência
<b>José Carlos do Nascimento</b>	Aracaju	Venda de fazendas, cera e acessórios para caixão	1861 (1), 1867 (1), 1870 (1)
<b>Agostinho José Ribeiro Guimarães</b>	Laranjeiras	Venda de fazendas, cera e acessórios para caixão	1863 (1), 1867 (1), 1868 (1)
<b>José Pereira de Magalhães</b>	Aracaju	Venda de fazendas, cera e acessórios para caixão	1863 (2)
<b>Maria dos Reis Telles de Magalhães</b>	Aracaju	Venda de fazendas	1868 (1)
<b>José Agostinho do Nascimento</b>	Aracaju	Venda de fazendas e acessórios para caixão	1863 (1), 1867 (2)
=	=	Confecção de caixão	1867 (1)
<b>Paulino José do Bomfim</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1866 (2)
=	=	Venda de fazendas	1866 (2)
=	=	Cera	1866 (2)
=	=	Música	1874 (1), 1875 (1)
<b>José Pereira Leite Coimbra</b>	-	Confecção de caixão	1861 (1), 1863 (1)
<b>João Pereira de Araújo</b>	Aracaju	Urna funerária	1862 (1)
<b>Francisco Pereira Trindade</b>	-	Aprontamento da cova	1862 (1)
<b>Canuto Severino de Araújo</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1867 (1), 1868 (1)
=	=	Urna funerária	1875 (2)
<b>Manoel Joaquim de Mello</b>	Aracaju	Armação e cera	1867 (1), 1876 (1), 1877 (1), 1879 (1), 1881 (1), 1891 (2), 1893 (1)
=	=	Urna funerária	1867 (1), 1874 (1), 1879 (1), 1880 (1), 1887 (1)
<b>Evaristo Antônio de Freitas</b>	Aracaju	Música	1867 (2), 1872 (1)
<b>João Nepomuceno</b>	-	Cera	1867 (1)
<b>Vicente Ferreira da Silva</b>	Vila do Socorro	Urna funerária	1868 (1)
<b>Dionísio José de Menezes</b>	Aracaju	Cera	1867 (1)
<b>Pedro Ferreira da Rocha</b>	Aracaju	Cera	1867 (1)
<b>Justiniano Pinto da Silveira Salles</b>	São Cristóvão	Armação	1868 (1)
<b>José Joaquim Geminiano</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1867 (1)
<b>José Gomes Prelulé</b>	Aracaju	Fechamento de carneira	1867 (1)
<b>Pedro Lopes da Silva</b>	Vila do Socorro	Confecção de caixão	1866 (1)
<b>João Lopes da Silva</b>	Aracaju	Cera	1866 (1)
<b>Antônio Francisco</b>		Cera	1866 (1)
<b>Pedro de Araújo Lima</b>		Armação	1866 (1)
<b>José Joaquim de Oliveira</b>		Acessórios para caixão	1866 (1)
<b>João Eleutério dos Santos</b>	Sítio Bugio	Confecção de caixão e acessórios	1867 (1)

=	=	Venda de fazendas, armação e cera	1867 (1)
<b>João de Azevedo Campos</b>	Vila do Socorro	Confecção de caixão	1867 (1)
<b>José Carlos da Cunha Miranda</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1867 (1), 1877 (1)
<b>Pedro Archanjo de Lima</b>	Laranjeiras	Venda de fazendas e acessórios para caixão	1870 (1), 1871 (2), 1881 (1)
<b>Manoel de Santa Anna</b>		Confecção de caixão	1872 (1)
<b>Antônio Martins de Almeida e Sobrinho</b>	Aracaju	Venda de fazendas	1872 (1)
<b>Joaquim José de Magalhães</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1867 (1), 1870 (1)
<b>Maria Pastora do Espírito Santo</b>	Aracaju	Hábito	1866 (1), 1870 (1)
<b>José Joaquim Telles de Menezes</b>	Aracaju	Venda de fazendas	1870 (1)
<b>Francisco José dos Santos</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1868 (1)
<b>Mestre Antônio</b>		Confecção de caixão	1872 (1)
<b>Mathias Pinto do Nascimento</b>	Povoado de Santo Antônio do Aracaju	Confecção de caixão	1872 (1)
<b>João Victor de Mattos</b>	Aracaju	Venda de fazendas	1872 (1), 1873 (1), 1874 (1), 1876 (1), 1879 (1), 1884 (1), 1886 (2), 1895 (1)
=	=	Cera	1879 (2), 1881 (1), 1893 (1)
<b>Benedito José da Cruz</b>	Vila do Socorro	Confecção de caixão	1871 (1)
<b>Antônio Joaquim de Magalhães</b>	Aracaju	Venda de fazendas e acessórios para caixão	1872 (1), 1874 (2)
=	=	Confecção de caixão	1874 (2)
=	=	Cera	1871 (1)
<b>Luiz Francisco da Cruz</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1871 (1), 1875 (2)
<b>Manoel José Rodrigues</b>	Aracaju	Venda de fazendas	1875 (1)
<b>Guilherme José Vieira</b>	Aracaju	Cera	1875 (1), 1889 (1)
=	=	Venda de fazendas	1880 (1), 1890 (1), 1887 (1)
=	=	Cartas para enterro	1891 (1)
<b>Rufino José de Carvalho</b>	-	Confecção de caixão	1874 (1)
<b>Vicente José da Silva</b>	Aracaju	Abertura da cova	1877 (1)
<b>Joaquim Coutinho Cedro</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1875 (1), 1876 (1), 1878 (1), 1879 (1)
<b>Joaquim Honório</b>	Aracaju	Música	1876 (1)
<b>Joaquim José Gomes</b>	Laranjeiras	Confecção de caixão	1876 (1), 1894 (1)
<b>Perpetino de Menezes Barrozo</b>	Vila do Socorro	Urna funerária	1876 (1)
<b>Manoel Marcellino Bispo</b>	Vila do Socorro	Confecção de caixão	1871 (1)
<b>Ângelo Custódio Policiano</b>	Laranjeiras	Venda de fazendas e acessórios para caixão	1878 (1), 1880 (2)
<b>Manoel Antônio dos Santos David</b>	Laranjeiras	Venda de fazendas	1878 (1)
<b>Manoel de Carvalho</b>		Confecção de caixão	1879 (1)
<b>João Paes de Azevedo</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1879 (1), 1882 (1), 1887 (1)

<b>Claudio José do Amorim</b>	Aracaju	Música	1879 (1), 1881 (1), 1884 (1), 1889 (1)
<b>Antônio da Silva Machado</b>	Aracaju	Fechamento de carneira	1879 (1), 1887 (1)
<b>Cândido José de Santa Anna</b>		Fechamento de carneira	1879 (1)
<b>Antônio José da Silva Cardoso</b>	Aracaju	Cera	1879 (1)
<b>Belisário Antônio de Figueiredo</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1881 (1), 1891 (1)
<b>Joaquim Theodorio do Bomfim</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1880 (1), 1881 (1), 1884 (1), 1890 (2)
<b>Luiz Bispo</b>	Aracaju	Fechamento de carneira	1881 (1)
<b>Luiz Gonçalves Barrozo</b>	Aracaju	Música	1880 (1)
<b>Manoel Antônio Carneiro Leão</b>	Aracaju	Venda de fazendas	1884 (1)
<b>Plácido Pedro de Alcântara</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1887 (1)
<b>Luiz de França da Cruz</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1886 (1)
<b>João Martins Júnior e Irmãos</b>	Aracaju	Venda de fazendas	1887 (1)
<b>José Dativo Cavalcante</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1895 (1)
<b>Deolinda Maria de Jesus</b>	Aracaju	Flores	1895 (1)
<b>Manoel João dos Santos</b>	Aracaju	Abertura e fechamento de carneira	1895 (1)
<b>José Patrício dos Santos</b>	Aracaju	Armação	1894 (1), 1895 (1), 1896 (1)
<b>José Rodrigues Bastos Coelho</b>	Aracaju	Venda de fazendas	1890 (2)
<b>Nicolau Pungitori</b>	Aracaju	Venda de fazendas	1889 (1)
<b>José Cândido de Farias</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1893 (1)
<b>Firmino Olavo de Jesus</b>	Aracaju	Venda de fazendas	1893 (1)
<b>Manoel José Moreira</b>	Aracaju	Venda de fazendas	1893 (1)
<b>Francisco da Silva Quintel</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1891 (1)
<b>Francisco Avelino da Cruz</b>	Aracaju	Música	1891 (1)
<b>Manoel Félix Victorino</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1890 (1)
<b>Domingos de Santiago</b>	Aracaju	Venda de fazendas	1890 (1)
<b>João Felizola Zucarino</b>	Aracaju	Venda de fazendas	1890 (1)
<b>João Honório dos Santos</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1885 (1)
<b>Jacinto Martins de Almeida Figueiredo</b>	Aracaju	Venda de fazendas	1874 (1), 1875 (1), 1880 (1)
<b>Antônio José do Nascimento</b>		Fechamento de carneira	1896 (1)
<b>Honório José de Oliveira</b>		Confecção de caixão	1889 (1), 1896 (1)
<b>Manoel José da Hora</b>		Fechamento de carneira	1890 (1)
<b>Agostinho Marcellino da Lapa</b>		Confecção de caixão	1893 (1)
<b>Serafim José de Santiago</b>		Armação	1889 (1)
<b>Manoel de Oliveira Cardoso</b>		Abertura e fechamento de carneira	1889 (1)

<b>José Lourenço da Fonseca</b>		Confecção de caixão	1887 (1)
<b>Pedro Barretto da Silva</b>	Aracaju	Venda de fazendas	1884 (1)
<b>Sebastião Leôncio da Costa</b>		Música	1884 (1)
<b>Cândido Honorato de Oliveira Lima</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1886 (1)
=	=	Dobres de sinos	1891 (1)
<b>Leandro Pires Branco</b>		Vestuário	1880 (1)
<b>Mathias Dias dos Santos</b>	Aracaju	Fechamento de carneira	1878 (1)
<b>Antônio Valido dos Anjos</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1880 (1)
=	=	Fechamento de carneira	1880 (1)
<b>Manoel Francisco dos Santos</b>	Aracaju	Abertura e fechamento de carneira	1867 (1)
<b>Manoel Gomes dos Santos</b>	Aracaju	Cera	1867 (1)
<b>Getúlio José Pacífico</b>	Aracaju	Confecção de caixão	1888 (1)
<b>Mathias Rodrigues Pereira</b>	Aracaju	Cera	1895 (1)
<b>Estevão Coelho</b>	Aracaju	Venda de fazendas	1892 (1)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

## CAPÍTULO 6 – “A PARTIDA A CAMINHO DO CÉU”: RITOS FÚNEBRES NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO ARACAJU

Qual no odoro jardim formosa flor,  
Que o rijo sopro do Euro derrocou,  
Tal a morte cruel no-la roubou  
Deixando-nos pesar, immensa dor.

Entre amarga tristesa e dissabor  
Em fim aos pés da Parca se curvou,  
Seo espirito saudoso ao Céu voou  
Na presença á pousar do Creador.

Agora pois, os filhos que choraes,  
Não convem que choreis, mais não choreis,  
Antes votos por ella á Deos façaes.

E a Clemencia Divina supliqueis  
Sobre vós que no mundo cá ficaes,  
Porque assim vero allivio então tereis.

Campos, 1º de Outubro de 1855.  
Tobias Barreto de Menezes.

Esses versos acima, escritos pelo intelectual sergipano Tobias Barreto ainda quando residia na Vila de Campos, conseguem nos conectar com a forma como aquela sociedade lidava com a dor e a saudade provocadas pela morte, fenômeno natural e incontornável da existência humana. E a poesia, juntamente com outras manifestações culturais, era uma das formas de se perceber como a morte era representada na segunda metade do século XIX. Assim como o poema de Tobias Barreto, tantos outros dedicados a entes queridos foram publicados na imprensa. A antiga concepção de boa-morte presente na sociedade sergipana e aracajuana daquela época indicava uma expectativa dos agentes em relação ao futuro, sendo que essa visão *post-mortem* foi construída pela experiência anterior adquirida por eles.

Iniciamos este capítulo tratando dos elementos litúrgicos que davam sentido coletivo à ideia da salvação, pedagogicamente inculcada pela Igreja Católica ao longo de séculos, até alcançarmos o final do Oitocentos, fruto de uma nova situação burguesa, influenciada pelo individualismo, pelo Romantismo e pelo discurso médico-científico. É nesse momento que o sentimento de aceleração vivenciado no mundo moderno e o progresso conferem um novo ritmo à vida das pessoas, fazendo com que aconteça um distanciamento progressivo entre as expectativas e as experiências vividas até então.

Os ritos que precediam a morte, como fazer um testamento, por exemplo, eram uma preparação, seja material ou espiritual, para o futuro, pois, independentemente do tempo que levaria para Deus chamar aos céus, quando a hora da morte chegava, era preciso estar preparado(a) e garantir a salvação da alma. Dessa maneira, concordamos com Catroga (1999) quando ele diz que os ritos funerários também tinham a função de “[...] reconstituir a ordem social que a morte pôs em causa.”<sup>780</sup>

Por mais confuso que possa parecer, o ideal preconizado por esse novo culto aos mortos era fazer presente aquele que estava ausente daquele mundo. Daí então é que se desejava uma maior proximidade com os mortos, tão rejeitada outrora. Por isso, através do estudo dessas práticas culturais, o(a) historiador(a) pode perceber a coexistência de diferentes tempos históricos, com costumes fúnebres herdados do período colonial e a inserção de novos para a realidade brasileira da segunda metade do século XIX, como a transferência dos sepultamentos para as necrópoles e o processo de transformação destas em lugares públicos, afetivos e *lugares de memória*. Além do mais, é importante pontuar que esta pesquisa vislumbra analisar apenas os ritos funerários praticados pela população católica e livre de Aracaju.

## 6.1 Os costumes fúnebres durante os surtos epidêmicos

### 6.1.1 A varíola e a febre amarela em 1873-1874

Assim foi descrito o cemitério da capital em 1873: “*o cemiterio entregue ao descapricho e alvitre de um agente, que pouco se lhe dá maior ou menor profundidade das sepulturas [...]*.”<sup>781</sup> Algumas determinações contidas no regulamento do cemitério público de Aracaju, inaugurado em 1862, estabeleceram as regras para os sepultamentos realizados em tempos de epidemia. Em primeiro lugar, cada sepultura deveria abrigar apenas um cadáver, “*salvo o caso de grande fôrça de epidemia em que deverão ter a maior profundidade possível; de modo que possam levar sobre os cadáveres nunca menos de 12 palmos de terra.*”<sup>782</sup> Além disso, deveria ser respeitado o prazo de 24 horas depois da morte para que o sepultamento pudesse ser realizado, a não ser em caso de grave epidemia. Havia ainda, de acordo com o artigo 24, um espaço no terreno do cemitério destinado à inumação dos cadáveres das vítimas de epidemias

<sup>780</sup> CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, p. 13.

<sup>781</sup> *Relatório Provincial de 1874*, p. 164.

<sup>782</sup> *Correio Sergipense*, Edição nº 16, 1862, p. 1.



ou de doenças contagiosas. E, finalmente, se determinou que as sepulturas em que tivessem sido depositados os corpos de vítimas das epidemias não deveriam ser abertas com menos de seis anos, exceto se não houvesse mais espaço naquele campo santo.

O já referenciado Código de Posturas de Aracaju, publicado em janeiro de 1873, proibia, através do seu artigo 52, “*sentinellas e rezas e a altas vozes a cadaveres*”<sup>783</sup>, o que se configura como uma tentativa de disciplinarização dos costumes fúnebres dos moradores de Aracaju, além de ser um indicativo de transformação da sensibilidade em relação aos mortos. Foram regras que continuaram vigorando República “adentro”, pois, em 1891, a proibição das barulhentas sentinelas aos finados e a respectiva punição ainda eram previstas em lei. Naquele ano, o contraventor pagava a multa de 10\$000 (dez mil réis), ou o dono da casa poderia ficar cinco dias preso. E mais, essa mesma pena também se aplicava nos casos em que houvesse “[...] *sentinela ao cadaver de pessoa que morreu de molestia reconhecidamente contagiosa, ainda mesmo que não se levantem vozerias.*”<sup>784</sup>

O alcance que o discurso da medicina social tomou na segunda metade do século XIX fez com que os funerais ruidosos fossem criticados pelos adeptos dos ideais cientificistas, visto que “o repicar dos dobres fúnebres, por exemplo, era visto como grandemente prejudicial à saúde, porque lembrava aos vivos, sobretudo aos enfermos, a possibilidade da morte.”<sup>785</sup> Desse modo, a “vigilância olfativa” e a “vigilância auditiva” foram desenvolvidas pelo saber médico com o objetivo de abalar a familiaridade existente entre vivos e mortos, bem como afastar os cemitérios para lugares distantes do centro da cidade. Naquela época em que a febre amarela e a varíola amedrontavam a população aracajuana, as autoridades tomaram algumas medidas que, aprovadas em caráter excepcional por causa das epidemias, mudaram o cotidiano fúnebre da cidade. Porém, elas não impediram que festas religiosas, incluindo procissões, acontecessem normalmente como nos anos anteriores.

Em junho de 1873, houve a proposta por parte do delegado de polícia e do vigário da Freguesia, José Luiz de Azevedo, de criação de um novo cemitério no segundo distrito da capital, local onde seriam sepultados os corpos das vítimas da varíola, já que o único cemitério da cidade, o de Nossa Senhora da Conceição, estava recebendo todos os cadáveres. Sabe-se que o vigário geral da província foi informado por ofício e que ele autorizou a escolha do terreno apropriado, bem como a bênção deste, para a edificação do novo cemitério<sup>786</sup>. Porém, as fontes

<sup>783</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 349, 1873, p. 2.

<sup>784</sup> *Gazeta de Sergipe*, Edição nº 479, 30 de agosto de 1891, p. 1.

<sup>785</sup> REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da Vida Privada no Brasil 2: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 133.

<sup>786</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 389, 1873, p. 1.

consultadas até o presente estágio da pesquisa não indicaram se esse campo santo foi realmente construído.

Entre as vítimas da epidemia reinante estava o normalista Constâncio da Silveira Motta. Nascido em Lagarto, provavelmente se mudou para Aracaju para estudar no Atheneu Sergipense, primeira instituição oficial de ensino secundário da província desde 1870. Nesta cidade, o normalista morava com a irmã e o distinto cunhado, João Belisário Junqueira, professor de música e servidor público. No entanto, em maio de 1873, a vida do jovem estudante de 21 anos foi ceifada pela varíola:

Aos trez de Maio de mil oitocentos setenta e trez sepultouse no Cemiterio de Nossa Senhora da Conceição do Aracajú a Constancio da Silveira Motta, branco, solteiro, natural do Lagarto, com vinte e um annos d'idade, filho legítimo de Bento Joaquim da Motta e Antonia Florinda da Silveira. Foi absolvido e unguido; morreo de variola, foi involto em habitos de seo uso e por mim encomendado. Para Constar faça este que assigno. O Vigario José Luiz d' Azevêdo.<sup>787</sup>

Assim como no registro de óbito transcrito acima, os dados cotejados revelam que, mesmo em tempos epidêmicos, muitos dos indivíduos vitimados pela varíola, excluídos os estrangeiros e os inocentes (crianças menores de 7 anos), estavam preocupados com a salvação da alma, visto que muitos deles recorreram aos últimos sacramentos e à encomendação do corpo pelo pároco, embora a quantidade de pessoas que não receberam nenhum sacramento tenha sido considerável, somando 59. Não podemos tomar essa informação como um indicativo do aumento da incredulidade por parte da população, pois seria normal que naquele cenário os sacerdotes tivessem dificuldades em administrar os sacramentos a todos os vitimados pela varíola.

**Quadro 7:** Recorrência aos sacramentos dos mortos pela varíola – Aracaju (1873)

	Quantidade	Porcentagem
<b>Com sacramentos</b>	150	71%
<b>Sem sacramentos</b>	59	29%
<b>TOTAL</b>	209	100%

Fonte: *Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

De maneira geral, os sacramentos da extrema-unção e da penitência foram os mais procurados, justamente porque estes eram administrados em casos de doenças graves ou incuráveis. E também porque estamos tratando de mortes que aconteceram repentinamente. Nesse caso, “a extrema-unção purifica o corpo e restitui-lhe a saúde, eliminando as suas

<sup>787</sup> *Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 02. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1884, p. 53.

impurezas; administrada depois da confissão e da comunhão, é o último socorro da religião.”<sup>788</sup> Fosse rico ou pobre, quando o doente sentia a proximidade da morte, “a presença do padre era solicitada pelo moribundo, por seus parentes ou amigos, tendo em vista a necessidade de ele entrar em contato ‘último’ e íntimo com Deus, antes da ‘partida’”.<sup>789</sup> A morte prematura de Constâncio causou comoção e consternação, principalmente entre seus colegas do Atheneu Sergipense. Como uma forma de homenageá-lo, na manhã de 8 de maio de 1873, foi celebrada uma missa, e um anúncio intitulado “*Uma prova de sentimento*” foi publicado no *Jornal do Aracaju* a fim de convocar as pessoas a assistirem à cerimônia, que foi, naquela ocasião, a única maneira de pedir pelo sufrágio da alma do falecido.

Através desse anúncio, percebeu-se uma mudança no ritual fúnebre, já que, por causa do medo do contágio, os amigos não puderam acompanhar os últimos momentos de vida do moribundo, nem prestar condolências à família enlutada durante o cortejo até o cemitério, como era de costume. Rafael Cerqueira afirmou que “a preocupação com a morte entre os aracajuanos foi bastante veemente, a sociedade cumpria o seu papel se fazendo presente em muitos cortejos que cortavam as ruas da capital rumo a Igreja Matriz para a missa de corpo presente, como também para a morada eterna.”<sup>790</sup> Para reforçar o que foi dito, na obra *Lugares dos mortos na cidade dos vivos* (1997), Cláudia Rodrigues concluiu que, no Rio de Janeiro, os surtos epidêmicos provocaram um esvaziamento e um empobrecimento dos cortejos fúnebres a partir dos surtos epidêmicos. Naturalmente, o medo da contaminação pelos mortos durante esses períodos de flagelo também deve ter engendrado comportamentos parecidos em Aracaju. Porém, há registros de que as missas continuaram a acontecer normalmente na Igreja Matriz da cidade.

No anúncio, os normalistas lamentavam: “*Não podendo nós não só durante os dias de seus sofrimentos no leito da morte, mas ainda por ocasião de seu enterro, testemunhar a amizade que lhe consagravamos, em consequência da pestilenciosidade da molestia de que foi victima [...]*.”<sup>791</sup> No entender de Ariès, além do avanço em direção a uma romantização da morte na segunda metade do século XIX, o luto também era outra manifestação importante porque, se “a morte estava realmente domada, o luto dos sobreviventes era selvagem ou deveria parecê-lo.”<sup>792</sup> E foi com esse sentimento que o anúncio findou: “*A’ sua saudosa mái e mais*

<sup>788</sup> BAYARD, Jean-Pierre. *Sentido oculto dos ritos mortuários...* op. cit., p. 133.

<sup>789</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*, op. cit., p. 176-177.

<sup>790</sup> CERQUEIRA, Rafael Santa Rosa. *Nos domínios de Hades: a representação social da morte em Aracaju/SE durante a Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014, p. 21.

<sup>791</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 374, 1873, p. 4.

<sup>792</sup> ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014, p. 188.

*familia enviamos os nossos pezares, e juntando os nossos aos seus sentimentos, pungidos tambem da mais viva saudade, lastimamos a perda de um collega e amigo tão dedicado.”*<sup>793</sup>

Como dito anteriormente, no porto aracajuano, a febre amarela fez várias vítimas dentro dos insalubres navios que carregavam estrangeiros pouco aclimatados. Quando esses tripulantes morriam a bordo, saveiristas<sup>794</sup> que foram contratados pelo governo provincial faziam o transporte dos cadáveres até a cidade. Em 10 de fevereiro de 1873, o periódico *Jornal do Aracaju* noticiou que um estrangeiro em tratamento no Hospital de Caridade morreu por causa da “*epidemia reinante.*”<sup>795</sup> Esse marinheiro era Adolpho Woigam, um jovem de 16 anos, branco, solteiro e natural de Frankfurt (Alemanha). Adolpho foi sepultado no cemitério público em 8 de fevereiro, não recebeu nenhum sacramento, mas seu corpo foi envolto em hábito preto e encomendado pelo vigário José Luiz de Azevedo.<sup>796</sup> A presença das mortalhas de cores e a encomendação, elementos importantes do ritual fúnebre de passagem, se repetiram com outros marinheiros que foram sepultados nesse mesmo cemitério.

Já em fins de março de 1873, o marinheiro Joseph Colt, integrante da tripulação do navio holandês “*Anna Magdalena*”, foi mais uma vítima do vômito preto, e, depois da sua morte, os demais tripulantes que se encontravam em estado grave por conta da doença foram recolhidos para o lazareto da capital.<sup>797</sup> Joseph Colt foi sepultado em Aracaju de maneira modesta, pois seu enterro custou 10\$000 (dez mil réis)<sup>798</sup>. Porém, o registro de óbito do alemão não foi localizado. Por causa da gravidade desses casos e de outros que foram surgindo, o governo provincial reservou a quantia de 100\$000 (cem mil réis) para serem gastos com os sepultamentos daqueles que viessem a morrer no lazareto do pontal.

Espanhóis, alemães, portugueses, italianos e holandeses. Essas eram algumas das principais nacionalidades dos homens que foram vencidos pela febre amarela nos limites da capital entre 1873 e 1874. Por fim, o que nos mais chamou atenção nesses registros de óbito de vítimas da febre amarela foi a existência das denominações “**Cemitério dos Protestantes**” e “**Cemitério dos Acatólicos**” em Aracaju. Consideramos que se tratava do mesmo espaço, porém adjacente ao Cemitério de Nossa Senhora da Conceição. Dentro desse grupo dos acatólicos estavam inseridos protestantes, maçons, suicidas, entre outros. Provavelmente, esses cadáveres foram sepultados em um terreno anexo ao Cemitério de Nossa Senhora da Conceição.

<sup>793</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 374, 1873, p. 4.

<sup>794</sup> Responsáveis por controlar um tipo de embarcação com mastro e vela, muito utilizado para transporte e pesca.

<sup>795</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 351, p. 2.

<sup>796</sup> *Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1735, p. 34.

<sup>797</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 362, 1873, p. 1.

<sup>798</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 364, 1873, p. 1.

Em março de 1874, a comissão do Hospital de Caridade concedeu autorização ao cidadão Joaquim Coelho do Amaral para “*levantar um mausoleo sobre a sepultura de Jos W. G Tessor no cemiterio desta capital pertencente aos acatholicos.*”<sup>799</sup> Essa informação é importante não só por se considerar o local onde aquelas pessoas não católicas eram sepultadas, mas se configura como um primeiro registro encontrado nas fontes a respeito da construção de monumentos em um cemitério da cidade. Esse é um exemplo da petrificação do tempo que, no entender do português Fernando Catroga, “[...] ajuda a recalcar a morte e o esquecimento.”<sup>800</sup> A única informação encontrada na historiografia sobre os sepultamentos realizados nesses outros cemitérios foi divulgada por Antonio Samarone na obra *Febres do Aracaju*, publicada em 2005. Nela, o autor alegou que, no final dos anos 1850, também estava em funcionamento o “cemitério dos ingleses”, “localizado na Praia Formosa (atual 13 de julho), destinado aos sepultamentos dos ricos e bem nascidos.”<sup>801</sup>

#### 6.1.2 A “*Peste das Bexigas*” ataca novamente: a onda epidêmica do final do século XIX

Enquanto os ainda escravizados migravam das fazendas do interior para a capital, a varíola incansavelmente continuava a fazer vítimas em Aracaju e no seu termo. A doença impactava o comércio, a circulação das pessoas pela cidade e também agravava mais ainda o estado de pobreza de grande parte da população. Anos mais tarde, o governador do estado, Dr. Josino Menezes, revelou que essa foi uma epidemia que grassou intensamente a capital, chegando a despovoar quarteirões inteiros, “*raro sendo o lar que não se cobrio de crepe pela perda de um ente querido.*”<sup>802</sup> Ainda no ano de 1887, foram registrados alguns casos da doença, inclusive, na Barra dos Coqueiros, povoado separado de Aracaju pelo rio. Porém, antes de escrever alguns parágrafos sobre o tratamento da morte e dos mortos durante essa grave epidemia, há de se considerar o aparecimento de informações a respeito dos agentes da cura que não haviam sido registradas na documentação analisada anteriormente.

Isto posto, lançaremos mão do caso de João Rodrigues Afonso, o “João Maceió”, que teve o seu lar, localizado na Rua de Maroim, invadido pela doença. Assim, para livrar a si próprio e seus parentes daquele mal, foi contratada uma “*tratadeira de varíola*” no mês de

<sup>799</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 458, 03 de março de 1874, p. 1.

<sup>800</sup> CATROGA, Fernando. *O céu da memória...* op. cit., p. 109.

<sup>801</sup> SANTANA, Antonio Samarone de. *As Febres do Aracaju...* op. cit., p. 70.

<sup>802</sup> *Relatório de 1903*, p. 11.

setembro de 1888.<sup>803</sup> Outros gastos feitos junto a Álvaro Pedreira e Cerqueira incluem botica, dinheiro para “*tratadeira de sua filha*” e “*dinheiro para uma sepultura*”. Dizia-se em Aracaju que o tratamento da varíola era bem conhecido tanto pelos médicos quanto pelos(as) curandeiros(os). Em 26 de outubro, João Afonso fora vencido pela peste das bexigas. Dois dias depois, o jornal *A Reforma* noticiava esse falecimento: “***Trabalhador e homem de bem a toda prova, soube sempre captar a confiança de quantos tratavam consigo. Deixa uma família que herda-lhe o nome probó e alguns pequenos haveres, conseguidos à custa do muito labutar, e a quem damos nossos pezames.***”<sup>804</sup>

Um outro caso envolvendo agentes de cura no contexto dessa epidemia foi encontrado na documentação judiciária. Desta vez, foi o irmão de Homítilia Maria do Nascimento, Cândido de Barros, quem contratou o cidadão Manoel dos Santos Cardozo para tratar da sua irmã variolosa de apenas 16 anos. Cândido era filho de Carolina Maria do Nascimento e de Manoel Antônio de Barros, que morreram no ano de 1872, época próxima à irrupção da primeira grande epidemia de varíola em Aracaju. Já Homítilia e outros dois filhos menores eram fruto do período em que a mãe revelou no seu testamento estar “*fora da Companhia de Meo Marido*”<sup>805</sup>. Àquela época, a família morava no termo de Aracaju, no Sítio Sacco, vivendo da roça e das salinas daquela região. Um dado interessante é que o recibo revelador do tratamento foi escrito por outra pessoa em nome de Manoel, que não sabia nem ler, nem escrever. Porém, Homítilia não resistiu e faleceu no final de novembro de 1888.<sup>806</sup> Supondo que a jovem tivesse continuado nos arredores da cidade, é bem provável que a assistência médica chegasse ali de maneira precária, o que levava a população a recorrer aos curandeiros.

De acordo com o que se noticiava em 1888, “[...] *a população se vê horrorizada a passagem dos cadáveres.*”<sup>807</sup> Em junho, um mês depois da abolição da escravatura, já não existiam mais sepulturas disponíveis no cemitério público “*para serem recebidos os cadáveres variolosos que d’ora em diante forem para ali mandados*”. Para minorar as consequências, o vigário da Freguesia solicitou ao vice-presidente da província, Dr. Pelino Francisco de Carvalho, que autorizasse a inumação dos cadáveres no Cemitério de São Benedito, contíguo ao de Nossa Senhora da Conceição.<sup>808</sup> Foi nesse momento de calamidade que um artigo com o

<sup>803</sup> *Inventário de João Rodrigues Affonso*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 28 - 2335, 1888.

<sup>804</sup> *Jornal A Reforma*, Edição nº 94, 28 de outubro de 1888, p. 2.

<sup>805</sup> *Inventário de Carolina Maria do Nascimento*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 20 – 2327, p. 9.

<sup>806</sup> *Ibidem*, p. 134.

<sup>807</sup> *Jornal A Reforma*, Edição nº 11, 1888, p. 2.

<sup>808</sup> Fundo Clero, AG4, Vol. 30, *Documento n° 249*, 21 de junho de 1888.

chamativo título “**Cadaver em putrefacção**” narrou o que aconteceu com o cadáver de uma pobre funcionária da Fábrica de Tecidos Sergipe Industrial, falecida no dia 14 de junho. Ela integrava o grupo dos 170 funcionários que trabalhavam naquela empresa. Conforme o relato: “[...] *o seu cadaver permaneceu insepulto em adiantado estado de putrefacção até as 5 horas da tarde do dia 15.*”<sup>809</sup> E o autor do texto continuou manifestando a sua indignação:

A verdade parece ás vezes uma coisa inverossimil. Quem acreditará que dentro das ruas de uma capital, onde existe um inspetor de hygiene publica e um pessoal encarregado de recrutar variolosos e de inhumar os que sucumbem a tão terrivel enfermidade, onde se professa o christianismo e se pratica a caridade, onde o thesouro nacional concorre com pingues quantias para a extinção da medonha epidemia; **quem acreditará – repetimos – que tenha permanecido insepulto por mais de 24 horas o cadaver de uma pobre mulher que morreu atacada de veriola e finou-se á mingua de todos os soccorros?!**<sup>810</sup> (grifo nosso)

Na manhã daquele mesmo dia 14, também sucumbiu à varíola Gonçalo Barreto de Siqueira e Mello. “*Seu cadaver foi inhumado no mesmo dia no cemiterio publico. Sentimos sua morte e por ella damos nossos pezames a’ sua familia.*”<sup>811</sup> Propositalmente ou não, ao publicar essas duas notícias na mesma página, quase lado a lado, o periódico reforçou perante seus leitores que a divisão social do mundo dos vivos também valia para a hora derradeira e seus momentos posteriores. Como Gonçalo possuía uma posição social superior à da simples mulher, seu corpo foi sepultado no mesmo dia, enquanto o cadáver da moradora da Estrada Nova aguardava a condução até sua última morada. A partir daí, apareceram nas páginas do jornal outras notícias de cadáveres insepultos: *Não há desinfecção nas ruas e nas casas. No dia 5, falleceu, á rua de S. Christovam, uma mulher que levou 13 horas insepulta!*<sup>812</sup>

Uma situação caótica como essa nos rendeu informações sobre como as pessoas estavam imaginando e se comportando durante aquela epidemia. Em primeiro lugar, aqueles que lidavam diretamente com os cadáveres ficavam a cada dia mais aterrorizados e surpresos com a violência da doença: “*Em todos os pontos da cidade se registram novos casos, e o coveiro endurecido conta á visinhança, por curiosidade, os estragos dos cadaveres, da molestia, uma das mais terriveis que a medicina conhece.*”<sup>813</sup> Nota-se que a imagem trágica dos corpos devastados pela doença despertava a curiosidade e a inquietação das pessoas.

---

<sup>809</sup> *Jornal A Reforma*, Edição nº 75, 17 de junho de 1888, p. 2.

<sup>810</sup> *Ibidem*.

<sup>811</sup> *Ibidem*.

<sup>812</sup> *Jornal A Notícia*, Edição nº 78, 1888, p. 2.

<sup>813</sup> *Jornal A Notícia*, Edição nº 79, 1888, p. 2.

Noutra publicação, o autor da matéria deixa claro que as suas palavras não estão carregadas de exagero, mas sim de desolação pela calamidade em que se achava a cidade: “[...] *a aflição é geral, a população vive sobressaltada, o temor está em todos os corações, e o luto o pranto, a dor estão em muitas famílias.*”<sup>814</sup> A atuação do lazareto também foi duramente criticada naquele julho de 1888, chegando-se a afirmar: “*Quem e conduzido ao lazareto tem a certeza de caminhar para a morte*”, e mais, denunciavam-se o desleixo dos funcionários e a falta de organização no tratamento dado aos vivos e aos mortos também: “*Um cadaver de varioloso foi exumado para ser vestido.*”<sup>815</sup> Isso quer dizer que, neste caso, a ordem de execução dos ritos foi mudada, pois a situação calamitosa que se apresentava impediu que o corpo fosse envolto na mortalha antes do sepultamento, como era de costume.

No mês posterior a esses acontecimentos, foram delatados novamente o descaso e a demora para se proceder aos enterramentos dos variolosos em Aracaju. Outro fato dessa natureza desenrolou-se na Rua de Maruim, centro da cidade, onde “[...] *esteve abandonado durante um dia o cadaver de uma pobre victima da variola. Depois de ter chegado a um adiantado estado de putrefação e de ter sufficientemente empestado o ambiente, foi que se resolveram a dar-lhe sepultura.*”<sup>816</sup> Percebemos que ainda havia a influência da teoria miasmática sobre a narrativa quando o narrador ressaltou o perigo das exalações emanadas pelo cadáver ali exposto. Naquele mesmo dia, correu a notícia de que uma rede foi usada para dar transporte a um cadáver de varioloso, “[...] *pelas ruas mais transitadas da capital, e atravessava em todos os sentidos o extenso bairro da Fundação e a rua da Aurora!*”<sup>817</sup> De acordo com Fernando Porto (2003), o nome “Fundação” provinha de um estabelecimento que ali se instalou e começou a funcionar no início da década de 1870.

A notícia do passamento do jovem moço Ataliba Orozimbo Alvares teria sido mais uma em meio à mortandade causada pela epidemia se não trouxesse uma informação importante em seu texto: “*Já não se conta o numero de victimas feito pela variola. Todos os dias dezenas de individuos são atirados á valla comum por aquella enfermidade.*”<sup>818</sup> O desespero causado pela forma como a doença ia deixando um rastro mortífero por onde passava e a pressa em se inumar esses mortos impossibilitavam a prática da singularização das sepulturas, típica das novas necrópoles oitocentistas. Em situações graves, como em surtos epidêmicos e guerras, por

---

<sup>814</sup> *Jornal A Notícia*, Edição nº 81, 1888, p. 2.

<sup>815</sup> *Jornal A Reforma*, Edição nº 78, 1888, p. 2.

<sup>816</sup> *Jornal A Reforma*, Edição nº 82, 1888, p. 2.

<sup>817</sup> *Ibidem*.

<sup>818</sup> *Jornal A Reforma*, Edição nº 87, 1888, p. 2.



exemplo, se recorria a um tipo de sepultamento chamado de “vala comum”, “vala geral” ou “fossa comum”, de existência muito anterior ao século XIX. Philippe Ariès asseverou:

O uso dessas valas talvez não remonte a antes do século XV, e sem dúvidas (trata-se de uma hipótese) tornou-se habitual por ocasião das epidemias de peste que devastaram as cidades já hipertrofiadas pelo impulso demográfico do século XIII. [...] Tornaram-se, desde pelo menos o século XV e até o final do século XVIII, a forma habitual de sepultura dos pobres e dos defuntos de condição modesta.<sup>819</sup>

Se a vigilância olfativa passou a ser uma aliada durante o processo de mudança no tratamento dado aos mortos, assim podemos falar também da vigilância auditiva. O caso a seguir é revelador de como a proximidade com os cadáveres, principalmente para quem cuidava dos sepultamentos destes, causava medo. No dia 16 de setembro de 1888, às 8 horas da manhã, o vigário da Freguesia foi chamado ao cemitério do sul para esclarecer um certo ruído que estava intrigando os funcionários daquele campo santo. O mistério residia na sepultura de um varioloso falecido há quatro dias, “*de onde sahião, segundo me informaram, gemidos que cauzarão temor aos empregados do enterramento dos falecidos por variola.*”<sup>820</sup> Então, para dissipar os boatos espalhados pelos que trabalhavam no cemitério, o sacerdote chamou o Dr. José Francisco da Silva e Mello para se dirigir à sepultura e realizar um “*exame official*”. Depois de minuciosa averiguação, constatou-se que o barulho estava sendo causado “*pelo vento nos arames da cerca do mesmo cemiterio*”.<sup>821</sup> Enfim, o mistério acabara. Nas palavras de Juliana Schmitt, “os mortos são temidos por serem mais poderosos que dos vivos: eles detêm o grande mistério da existência, o *saber do pós-morte*. E poderiam querer voltar aos lugares de sua existência material para resolver assuntos pendentes ou simplesmente assombrar os vivos.”<sup>822</sup>

As epidemias surpreendiam as pessoas, que, atarantadas com seus impactos, não tinham tempo nem de redigir um testamento e, muito menos, de preparar a sua morte. Quando conseguiam fazê-los, buscavam corrigir alguns erros e aliviar culpas ainda em vida, pois ações reparadoras garantiriam o bem da alma. Assim se precaveu José da Cruz dos Santos, conhecido como José Santo Amaro, falecido em outubro de 1888 por causa da varíola. José tentou vencer a doença, pegou dinheiro emprestado com o carpinteiro Juvêncio José dos Santos, pagou nove mil réis (9\$000) a uma “tratadeira de varíola” e declarou antes de morrer, para algumas pessoas presentes, que teve com Rita Maria da Conceição um filho natural chamado Antônio José de

<sup>819</sup> ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte...* op. cit., p. 75-77.

<sup>820</sup> APES, Fundo Clero, AG4 Vol. 30, *Documento nº 260*, 17 de setembro de 1888.

<sup>821</sup> *Ibidem*.

<sup>822</sup> SCHMITT, Juliana. *Mortes vitorianas*, op. cit., p. 146.

Sant'Anna de aproximadamente 7 anos de idade. Disse ainda que o bem mais valioso que ele possuía, uma canoa alagoana avaliada em cento e setenta e dois mil réis (172\$000), deveria ser destinado a pagar os custos do seu enterramento.<sup>823</sup> O inventariante tinha a posse também de casas nas Ruas do Topo e do Disperta.<sup>824</sup>

Interessante mencionar os sepultamentos que foram realizados fora do campo santo, assim como aconteceu com José Izidio do Nascimento. Segundo o assento de óbito datado de 28 de agosto de 1888, o jovem de 18 anos foi sepultado no “*apicum do negro*”<sup>825</sup>, região que ainda estava dentro dos limites da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju. O corpo foi encomendado pelo padre Job Moreira de Magalhães, líder da Comissão de Socorros nomeada pela presidência da província<sup>826</sup>. A família de José Izidio morava nos arredores de Aracaju, e seu pai, José Luiz do Nascimento, morava no “*Pau-Grande*”, região banhada pelo rio Poxim, distante mais ou menos seis quilômetros da capital, onde viviam sitiantes e salineiros. A mãe de José, Maria Rosa da Conceição, morreu em 18 de outubro de 1870, deixando José de apenas um ano e Theresa com 11 dias de vida para trás.<sup>827</sup> Diversas podem ser as razões que explicam o não sepultamento desse corpo nos cemitérios da Freguesia: (1) a virulência da epidemia, que, em pouco tempo, matava muitas pessoas e que provocava medo pelo contágio, bem como a ineficiência dos respectivos enterramentos; (2) a falta de transporte em decorrência da distância do local do falecimento e da residência da vítima para os cemitérios, localizados em Aracaju; e (3) a grande demanda de cadáveres que os cemitérios da capital não conseguiram absorver.

Antes do final do século, outros casos de varíola foram notificados depois da chegada de embarcações com passageiros infectados no porto da cidade em julho de 1895. O vapor *Santelmo*, procedente do Rio de Janeiro com escalas pelos portos do Espírito Santo e da Bahia, foi o primeiro vapor a adentrar nossa barra com doentes a bordo. Depois, na tripulação da embarcação naufragada *Ida*, foi encontrado um varioloso que, “*com as convenientes cautelas*,

---

<sup>823</sup> *Inventário de José da Cruz dos Santos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 28 - 2335, 1888, p. 9-10.

<sup>824</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>825</sup> “Particularmente, a zona menos inundada do manguezal, na transição para a terra firme, é normalmente desprovida de vegetação arbórea. A nomenclatura utilizada para essa zona de transição é um típico caso em que um nome popular sobrepõe um nome científico. No Brasil, essa zona é comumente chamada de *apicum*, termo derivado da palavra *apecu*, originária da língua indígena Tupi e que significa língua de areia ou coroa de areia [...]” (Fonte: DIELE, Karel et al. *Sobre a definição da zona de apicum e a sua importância ecológica para populações de caranguejo-Uçá *Ucides cordatus**. 2013, p. 10. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepene/images/stories/publicacoes/btc/vol19/art01-v19.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

<sup>826</sup> *Inventário de Joaquina Maria da Conceição*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 23-2330, 1879, p. 69.

<sup>827</sup> *Inventário de Maria Rosa da Conceição*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 19 – 2326, 1870.

*foi removido para o Lazareto, onde já se achavam os outros atacados da aterradora epidemia.*”<sup>828</sup> No total, contaram-se sete casos de varíola, e, apesar de terem falecido três doentes, não foram encontrados registros de sepultamentos realizados no cemitério municipal motivados por essa doença. Em janeiro do ano seguinte, a varíola foi detectada em outros pontos do Estado de Sergipe, incluindo Aracaju. Da parte da inspetoria de higiene, foram adotadas medidas que previam o isolamento dos doentes e o estabelecimento de comissões para cuidar deles. Com o declínio da peste, o lazareto da capital foi fechado.

De fato, o problema da condução dos cadáveres era um tema que continuou a ser criticado pela imprensa durante um bom tempo. Mais uma vez, no início de 1896, a varíola se espalhou rapidamente pelo estado até alcançar a sua capital, que também sofreu com a doença e onde se alimentava o medo de propagação da febre amarela. Naquela ocasião, mais uma vez, se criou um lazareto para abrigar os doentes, chamado de “Boa Vista”. O jornal *A Notícia*, oposição ao governo, apontava a falta de melhoramentos que deveriam ser empregados para sinalizar a chegada da modernização à capital do estado, como, por exemplo, a instalação de uma linha de bondes.<sup>829</sup> Nesse sentido, era preciso conectar o centro aos pontos mais afastados da cidade, que, segundo o Censo de 1890, já contava com aproximadamente 16.336 habitantes.<sup>830</sup> E os mortos também precisavam dessa conexão para chegarem à sua última morada. A ideia de instalação do meio de transporte foi assim ensejada pelo *A Notícia*: “*A linha de bonds de que nos ocupamos, alem de ser de utilidade pratica reconhecida, muito facilitaria os enterramentos, com um ramal ao cemiterio.*”<sup>831</sup> E completa o texto, apelando para a dificuldade de se chegar ao cemitério público:

**Presentemente nada ha mais detrimetoso do que a conducção de um morto ao ultimo jasigo pela distancia em que está o cemiterio. A’ falta de carros mortuorios,** como os ha em todas as partes, muito bem poderia ser supprida esta falta com um bond que se encarregasse de levar o cadaver ao cemiterio.<sup>832</sup> (grifo nosso)

Os bondes eram o tão desejado símbolo do progresso, mas parece que em Aracaju a desorganização era tanta que também comprometia o trabalho do Hospital de Caridade, como

---

<sup>828</sup> *Relatório dos Presidentes de Estado*, Edição nº 01, 1895.

<sup>829</sup> Os bondes de tração animal só passaram a ser utilizados na capital de Sergipe no ano de 1908, mesmo ano em que se deu a implantação da água encanada. Depois, em 1925, houve a substituição dos burros por bondes movidos por tração elétrica. Ver: CRUZ, Jeferson Augusto da. *Uma mão de verniz sobre o Tabuleiro de Pirro: Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918-1926)*. Teresina: Cancioneiro, 2022.

<sup>830</sup> FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe (Do golpe de 15-11-1889 ao Golpe de 31-3-1964)*. 1º Volume, 1986, p. 127.

<sup>831</sup> *Jornal A Notícia*, 07 de abril de 1896, p. 1.

<sup>832</sup> *Ibidem*.

comprova esta denúncia feita contra um empregado daquela instituição: “*José Baptista, encarregado de dar guias para inhumação de cadáveres, deu desfalque, prejudicando o Hospital de Caridade.*”<sup>833</sup>

## 6.2 O vestuário fúnebre

Um dos elementos fundamentais para a cultura funerária do Brasil oitocentista eram as mortalhas<sup>834</sup> que envolviam o corpo do defunto, usadas não só para fins estéticos, mas, sobretudo, pela função ritual que tinham de proteger o morto na viagem para o além. E, por causa dessa importância, alguns testadores da Comarca de Aracaju deixaram registrada nos testamentos a escolha das suas últimas vestes. Inclusive, era comum que o indivíduo preparasse a sua mortalha tempos antes da morte, pois precisava estar adequadamente vestido para o enterro. Lembrando que a escolha da mortalha do defunto era condicionada pelo sexo, pela idade e pelo estado civil, por exemplo. Para ilustrar o que foi dito, citaremos uma publicação do *Jornal Sergipe*, editado em Aracaju, na qual a ação dos personagens envolvidos estava sendo mediada pela ideia de preparação para a morte como uma estratégia de salvação, tanto pelo ato de redigir o testamento, em razão do quadro de enfermidade do testador e de possível prenúncio da sua morte, quanto pela preocupação relacionada à vestimenta fúnebre:

**Estava preparado** – Um moribundo, **fazendo o seu testamento**, consultava com o escrivão de que maneira seria seu corpo amortalhado. A mulher ouvindo tal consulta acudio banhada em lagrimas:  
Ah! meu caro esposo! quanto á mortalha não vos afflijais, podeis morrer tranquilo que a quinze dias vos comprei um **excellente habito de S. Francisco**.<sup>835</sup> (grifos nossos)

Assim como na pequena trama acima, alguns dos testadores da Comarca de Aracaju deixaram essa tarefa de escolher a mortalha ao arbítrio dos herdeiros ou testamentários, contudo dois testadores pediram em 1884 e 1889, respectivamente, que vestissem o corpo com a roupa mais decente do seu uso.<sup>836</sup> Trata-se de uma situação diferente de épocas anteriores porque, segundo João José Reis, no século XVIII, “poucos indivíduos usavam roupas seculares, a roupa

<sup>833</sup> *Gazeta de Notícias*, Edição nº 37, 06 de fevereiro de 1896, p. 1.

<sup>834</sup> “Seu uso exprimia a importância ritual do cadáver na integração do morto ao outro mundo e sua ressurreição no fim deste mundo.” (REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 124).

<sup>835</sup> *Sergipe*: jornal dedicado aos interesses da lavoura, commercio e melhoramentos geraes da provincia (SE), Edição nº 070, 1882, p. 2.

<sup>836</sup> *Testamento de Guilherme José Vieira e Pedro Paulo dos Santos*.

do dia a dia em seus funerais.”<sup>837</sup> Clemência Maria dos Anjos declarou em 1870 que gostaria de ser envolta “*em habito do Glorioso S. Francisco*”<sup>838</sup> e que o sepultamento acontecesse na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Socorro, na sua Freguesia de origem. De fato, ela foi enterrada com essa veste fúnebre comprada por trinta mil réis (30\$000), porém sua última morada passou a ser o Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, em Aracaju. Conforme Norberto Ferraz explicou, desde a Época Moderna, na Europa Católica o uso da mortalha franciscana significava a projeção “de uma imagem pessoal de pobreza e humildade após a morte, quando, por vezes, essa imagem em nada tinha correspondido à vida do falecido, serviam como esperança e consolo para os defuntos, crentes na certeza da salvação.”<sup>839</sup>

Quando redigiu o próprio testamento em 1869, o Capitão Manoel de Souza Furtado pediu um funeral sem pompa, mas que não abria mão das encomendações da Igreja Católica e de que, depois de morto, o seu fardamento de militar fosse a veste que ele carregaria para a vida eterna.<sup>840</sup> A palavra simplicidade também estava presente no testamento de Arlinda Leopoldina de Resende e se traduzia nas suas últimas vontades: doação de roupas aos pobres, sepultamento em hábito preto e sem pompa.<sup>841</sup> Encontramos pouca variedade de mortalhas em Aracaju se levarmos em consideração que João José Reis detectou 34 tipos diferentes de vestuário fúnebre na Bahia do início do século XIX.

Pensando na viabilidade metodológica e com a finalidade de estabelecer uma comparação, analisamos estatisticamente as informações dos livros de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju correspondentes aos anos de 1864, 1866, 1870, 1873 e 1880 para tentar constatar se o critério de escolha das mortalhas pouco mudou ou sofreu alterações significativas dentro desse período determinado. Na verdade, o objetivo inicial era contemplar o intervalo de tempo de dez em dez anos até o final do século, só que, a partir de meados dos anos 1880 e 1890, o vigário Olympio Campos, responsável pelos registros de óbito, não fazia menção à mortalha colocada no cadáver, e, por isso, não agregamos os dados referentes a esses assentos. No entanto, os inventários e testamentos comprovam que as mortalhas não deixaram de ser usadas pelas pessoas.

---

<sup>837</sup> REIS, João José. *O cotidiano da morte no Brasil oitocentista...* op. cit., p. 110.

<sup>838</sup> *Testamento de Clemência Maria dos Anjos*, AGJES, Fundo: Aracaju, 1ª Cível (Subsérie Testamento), Cx. 01-2153, 1870.

<sup>839</sup> FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves. Vestidos para a sepultura: a escolha da mortalha fúnebre na Braga setecentista. *Tempo*, v. 22, n. 39, jan./abr. 2016, p. 112. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2016/04/06-Norberto-Vilaca.pdf>.

<sup>840</sup> *Testamento do Capitão Manoel de Souza Furtado*, AGJES, Fundo: Aracaju, 1ª Cível (Subsérie Testamento), Cx. 01 – 2153, 1862, p. 2.

<sup>841</sup> *Testamento de Arlinda Leopoldina Resende*, AGJES, Fundo: Aracaju, 1ª Cível (Subsérie Testamento), Cx. 01 – 2153, 1891, p. 3.

De maneira geral, considerando os indivíduos de todas as condições que foram sepultados no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição no ano de 1864, as mortalhas de cor preta (36) e branca (19) foram as preferidas dos habitantes de Aracaju. Particularmente em relação ao hábito branco, constatou-se que ele foi o mais usado para envolver os restos mortais das mulheres, e, por outro lado, o uso do hábito preto foi predominante entre os falecidos do sexo masculino. Percebeu-se que a mortalha de cor branca foi a mais usada pelas mulheres que morreram solteiras, justamente pelo ideal de pureza e virgindade que aquela roupa representava. Gilberto Freyre assim as descreveu: “as donzelas, de vestidos brancos com fitas azuis e com capelas verdes enfeitadas de branquíssimas flores a lhe coroarem os cabelos louros ou pretos ou castanhos.”<sup>842</sup> Dos cinco escravizados levados à sepultura em 1866, quatro deles estavam vestidos de branco. João José Reis nos informa que a mortalha branca era popular entre os africanos do Rio de Janeiro e de Salvador, principalmente porque “o branco é a cor funerária do candomblé.”<sup>843</sup> Além disso, as mortalhas brancas eram mais acessíveis aos pobres, incluindo os africanos, pelo seu baixo custo.

Em comparação ao que foi apresentado para o ano de 1864, nos anos que se seguiram, não houve mais a predominância da mortalha preta. Entre os livres e os escravizados que foram morar definitivamente no cemitério em 1866, 81 indivíduos fizeram uso da mortalha branca, enquanto 33 vestiram o hábito preto. Dos 281 mortos sepultados no cemitério em 1870, 99 deles usaram o hábito branco, e 26, o hábito preto. Naquele ano, aumentou o número de pessoas que foram sepultadas com as suas vestes usuais, sendo contabilizados cinco registros. Para o ano de 1880, a diferença foi ainda maior, pois aproximadamente 76% dos mortos foram envoltos em hábito branco. E os três escravizados enterrados no cemitério da cidade também usaram essa mesma veste fúnebre.

Como já se consagrou na literatura sobre o tema, a mortalidade infantil em Aracaju, assim como em outras regiões do Império e do mundo, também atingiu níveis altos no período. Os registros de óbito revelaram que os anjinhos morriam de várias doenças como disenteria (câmara de sangue), as chamadas “Febres do Aracaju” (febres intermitentes, febres paludosas, febre tifoide, febre amarela e as febres malignas), entre outras causas. As crianças eram enterradas em mortalhas de cor azul, verde, rosa, roxa e também em hábitos encarnados. Em apenas dois casos, meninas e moças foram amortalhadas à Conceição (1) e à Santa Rita (1) nos anos referentes à década de 1860.<sup>844</sup> O ato de vestir uma menina com a mortalha de Nossa

---

<sup>842</sup> FREYRE, Gilberto. *Vida Social no Brasil nos meados do século XIX...* op. cit., p. 115.

<sup>843</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa...* op. cit., p. 166.

<sup>844</sup> *Family Search*. Óbitos (1864-1872). Livro 01. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Senhora da Conceição estava relacionado a um rito de fertilidade, pois essa santa “era uma espécie de deusa brasileira da fecundidade.”<sup>845</sup> O uso das mortalhas coloridas simbolizava que “a morte da criança não era tão grave quanto a de um adulto ainda ativo [...]. A criança, sobretudo o recém-nascido, ainda não era considerada parte da sociedade civil, por isso transformava-se em anjo logo ao morrer, desde que fosse batizada.”<sup>846</sup>

Nos meses de agosto, setembro e outubro de 1866, três soldados do corpo de polícia e da companhia de primeira linha, sendo dois deles vítimas da varíola, e um da Guarda Nacional destacado, foram sepultados no cemitério da capital com seus hábitos militares. Era comum que os militares e os sacerdotes fossem à sepultura com suas vestes de ofício. Por exemplo, o Cônego Agostinho Rodrigues Braga, falecido em 1873 aos 56 anos de idade, desejava ser enterrado em seu hábito talar, uma espécie de batina usada por todos os clérigos. O registro de óbito comprovou que o sacerdote assim estava vestido no momento do sepultamento e que o mesmo estava “*levando suas insígnias de Conego honorario da Capella Imperial.*”<sup>847</sup> Havia ainda aqueles que usavam hábitos de santos, e, neste caso, a mortalha de São Francisco foi a única e a mais citada em todos os anos examinados, diferentemente do que acontecia no Rio de Janeiro, onde as mortalhas de santos eram as preferidas do povo.

Mesmo durante a grave epidemia de varíola ocorrida em 1873, encontramos referências ao uso de mortalhas. Então, escolhemos incluir esse ano na nossa análise por causa da situação de desordem em que toda epidemia coloca uma sociedade.

**Quadro 8:** Mortalha dos indivíduos livres e escravizados sepultados no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição durante a epidemia de varíola (1873)

Mortalhas	Quantidade	Porcentagem
<b>Hábito branco</b>	174	63,81 %
<b>Hábito preto</b>	28	10,33 %
<b>Hábito de cor</b>	50	18,39 %
<b>Vestis seculares</b>	03	1,17 %
<b>Hábitos militares</b>	17	6,3 %
<b>TOTAL:</b>	<b>273</b>	<b>100%</b>

Obs.: As porcentagens foram aproximadas, considerando no máximo duas casas decimais.

Referência: *Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 02. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Dos 17 escravizados(as) vitimados(as) pela doença, apenas Rufina, parda, com idade de 56 dias, foi envolta em “hábito de cor.”<sup>848</sup> Consideramos aqui que esse termo se refere às demais

<sup>845</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa...* op. cit., p. 171.

<sup>846</sup> *Ibidem*, p. 174-175.

<sup>847</sup> *Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 02. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1814, p. 44.

<sup>848</sup> *Family Search*. Óbitos (1871-1884). Livro 06. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 12, p. 2.

cores utilizadas, com exceção do branco e do preto. Os demais usaram o hábito branco. A historiadora Márcia Oliveira Gama, estudiosa dos ritos fúnebres em São Cristóvão, também chegou à conclusão de que, na antiga capital da província sergipana, a mortalha branca foi a vestimenta mais utilizada pela população, correspondendo a 38,1% do total.<sup>849</sup> Ao pesquisar nos registros de óbito da Freguesia do Santíssimo Sacramento (RJ), entre os anos de 1812 e 1885, Cláudia Rodrigues encontrou essa mesma realidade. Dentre as mortalhas de cor, a mortalha de cor branca foi escolhida com maior recorrência (54,1 %) em relação à de cor preta (42,8%).<sup>850</sup>

Os recibos encontrados nos inventários da Comarca de Aracaju também revelaram a compra de tecidos, objetos para o funeral e para o período de luto da família. Constava no inventário de Estácia Maria de Jesus, falecida em maio de 1875, uma dívida contraída junto ao negociante Manoel José Rodrigues, que vendeu a Henrique José de Sousa, filho e inventariante da defunta, “*alpaca para o caixão e mortalha, chita para o luto dos moleques, par de sapatos de trança para a finada, chapéu para o órfão Emidio, calça para Emidio, chales para as escravas, chita para a escrava Maria.*”<sup>851</sup> Nota-se que as fazendas compradas se estendiam também às escravizadas de Estácia Maria, pois, de acordo com Reis, além da família, “os serviçais e sobretudo os escravos do defunto participavam do drama fúnebre, um antigo costume português que, no Brasil ao ritualizar uma relação familiar entre escravo e senhor, servia à dominação paternalista característica da escravidão doméstica.”<sup>852</sup> No caso do(a) filho(a) que perdesse um dos pais, o luto fechado durava entre 10 meses a um ano. Podemos dizer que o uso dos sapatos de trança era muito frequente entre as finadas que partiam para o outro mundo. As mulheres costumavam ser calçadas com meias e sapatos de trança pretos para o funeral, enquanto os homens usavam sapatos ou botinas. Em Salvador, a compra desses artigos especialmente para aquela ocasião era realizada por indivíduos que possuíam mais recursos.

Em todas as épocas estudadas, se usava predominantemente o tecido conhecido como **alpaca**<sup>853</sup> para a confecção das mortalhas, porém, quando o(a) finado(a) tinha poucos recursos, também se lançava mão do uso da **chita preta** como vestimenta mortuária. Esse tecido

<sup>849</sup> GAMA, Márcia Oliveira. “*Em nome da Santíssima Trindade encomendo a minha alma*”, op. cit., p. 73.

<sup>850</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos...* op. cit., p. 199.

<sup>851</sup> *Inventário de Estácia Maria*, Caixa 21 – 2328, 1875, p. 21.

<sup>852</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa...* op. cit., p. 190.

<sup>853</sup> “Tecido feito de lã da alpaca, um ruminante da América do Sul. Muito utilizado na confecção de paletós.” (PUELLES, Alice Aparecida Labarca. *O vestuário e seus acessórios em São Paulo em meados do século XIX: uma construção de vocabulário para compreender indumentária*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da USP, 2014, p. 52.)



ordinário de algodão já era normalmente usado pelas mulheres no dia a dia. Comprava-se, também, a chita roxa ou pintada. Maria Barboza da Conceição, mulher pobre falecida em 1887, foi vestida para o sepultamento com chita preta e um par de sapatos de tranças pretas.<sup>854</sup> Na década de 1860, foi notificado o uso de tecidos como **cambraia preta** e **madrasto** para os forros dos caixões. A cambraia era “um tecido fino e transparente de algodão”<sup>855</sup> e, sendo um pano mais nobre, agradava aos abastados, enquanto o madrasto era usado naqueles funerais mais simples. Por causa disso, também constavam na lista de compras do Hospital de Caridade de Aracaju peças de madrasto para mortalha a fim de se envolver os cadáveres dos enfermos que estavam recolhidos naquela instituição. Em contrapartida, o **veludo**, outro tecido nobre e mais macio, foi comprado por alguns consumidores mais bem posicionados socialmente para forrar caixões. Para o forro do caixão do professor Antônio Diniz Barreto, falecido em 1886, comprou-se **velbutina**<sup>856</sup> (belbutina na grafia atual), que seria um tecido assemelhado ao veludo. Poderia ser encontrado nas lojas de fazendas finas da cidade, como na de Guilherme José Vieira Filho, que vendia velbutina preta e lisa.

A partir dos anos 1870, se verificou que o **merinó**, um tecido de lã fina, passou a ser bem usado no vestuário para luto, sendo também vendido pelos negociantes da cidade em peças prontas como os xales. Já o **brim preto**, tecido grosso feito de linho, apareceu com menos recorrência nas listas de compras, talvez porque representasse um maior refinamento aristocrático, segundo o pesquisador Aguiomar Bruno. Para o vestuário de luto dos filhos de Francisco Querino da Cunha, foram comprados calças, paletós de brim e **japona**, “casaco largo, sem abas, que chega abaixo da cintura.”<sup>857</sup> Em adição, na “*Tamancaria 2 de julho*”, que funcionava na Rua de Laranjeiras, sob a administração de Manoel José Moreira, foram comprados tamancos para os meninos João, José, Francisco, Antônio e Manoel.<sup>858</sup> Vale lembrar que, em 1882, a Fábrica de Tecidos Sergipe Industrial começou a funcionar em Aracaju, fato que deve ter aumentado a oferta de variados tipos de tecido no comércio. No geral, observamos a predominância da cor preta nos tecidos consumidos, o que estava diretamente ligado à associação dessa cor ao luto e à morte. Para Ariès, “o preto tem dois sentidos: o caráter

<sup>854</sup> *Inventário de Maria Barboza da Conceição*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 28 – 2335, 1887, p. 9.

<sup>855</sup> BRUNO, Aguiomar Rodrigues. *A morte como negócio: os mercadores fúnebres no interior fluminense (Piraí, Século XIX)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, p. 122.

<sup>856</sup> *Inventário do professor Antônio Diniz Barreto*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 27 – 2334, 1886.

<sup>857</sup> PUELLES, Alice Aparecida Labarca. *O vestuário e seus acessórios em São Paulo em meados do século XIX...* op. cit., p. 84.

<sup>858</sup> *Inventário de Francisco Querino da Cunha*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 30 – 2337, 1893, p. 12.

sombrio da morte, que se desenvolve com a iconografia macabra, mas principalmente a ritualização mais antiga do luto; a roupa preta expressa o luto e dispensa a gesticulação mais pessoal e mais dramática.”<sup>859</sup>

Havia também registros da compra de acessórios como xales, brincos pretos, chapéus de baeta ou feltro, lenços, pulseiras etc. De acordo com Juliana Schmitt, a vestimenta do luto acabava se tornando mais complexa para as mulheres do que para os homens porque “[...] o luto feminino era muito mais severo, exigia que as mulheres tivessem um guarda-roupa completamente negro, incluindo acessórios como sombrinhas, bolsas e lenços na mesma cor e sem ornamentos.”<sup>860</sup>

Em 1892, para o enterro da menina Maria do Carmo, falecida em 7 de julho, no mesmo dia em que o seu pai de criação, foram realizados gastos com a mortalha e com uma “*grinada para a menina*”<sup>861</sup>, que custou seis mil réis (6\$000). Mesmo estando em uma grafia diferente do português usado atualmente, supomos se tratar de uma grinalda, coroa feita de flores que deveria ser usada para enfeitar a criança. Naquele mesmo recibo, constatou-se que um valor de oitenta mil réis (80\$000) foi destinado ao luto, ou seja, aos trajes que mostrariam à sociedade as perdas tão recentes daquela família que residia na rua atrás do quartel da cidade. A escolha da roupa também era importante para aqueles(as) que acompanhavam o funeral. *Innocentes mocinhas* vestidas “à pureza” acompanharam o cortejo fúnebre, da Igreja Matriz até o cemitério, de Amenaide, filha de Manuel Dias Ferreira Lima e de Martinha Maria Dias Lima, realizado no dia 26 de dezembro de 1889.<sup>862</sup>

Já no final do século XIX, estava sendo inaugurada para compor o vestuário dos homens da cidade a *Alfaiataria Janota*, situada na Rua de São Cristóvão. Seu proprietário era Antônio Ponciano. Muito antes disso, na década de 1870, há registros de que Domingos Francisco de Oliveira Rocha mantinha a sua tenda de alfaiate na mesma rua antes de se mudar para a Rua da Aurora.<sup>863</sup> A Rua de São Cristóvão congregava muitos estabelecimentos por ser uma rua comercial e também era o endereço, em 1891, da oficina de Almeida Alfaiate, que comercializava paletós, calças, fraques, coletes etc. Na Rua de Propriá, os fregueses poderiam encontrar a oficina de Manoel Pereira de Oliveira. Também se dedicava a essa profissão José

<sup>859</sup> ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*.. op. cit., p. 217.

<sup>860</sup> SCHMITT, Juliana. *Mortes vitorianas*... op. cit., p. 117.

<sup>861</sup> *Inventário de Manoel Nicolau dos Santos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 30 – 2337, 1892, p. 66.

<sup>862</sup> *Gazeta de Sergipe*, Edição nº 03, 1º de janeiro de 1890, p. 3.

<sup>863</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 754, 1876, p. 4.

Pereira da Cruz, que, chegado do Rio de Janeiro, abriu uma oficina de alfaiate na Rua de Laranjeiras, esquina com a de Japaratuba, no ano de 1880.<sup>864</sup>

### 6.3 A escolha da última morada

A documentação analisada até aqui nos fez supor que, nas décadas de 1850 e 1860, o costume de se enterrar nos cemitérios ainda não estava tão difundido e que o cemitério existente na capital, muitas vezes comparado a um simples cercado, não possuía capacidade e estrutura para receber cadáveres de outras freguesias. Talvez isso explique as solicitações dos testadores para serem sepultados na Vila do Socorro, por exemplo. Existiram pedidos, inclusive, de pessoas que manifestaram o desejo de terem os seus despojos colocados dentro da Igreja Matriz daquela vila. Mesmo com a proibição dos enterramentos no interior das igrejas, essa prática de sepultamento ainda acontecia na província sergipana àquela época. Além disso, deve-se considerar a hipótese de que os sítios e engenhos devessem ter uma maior proximidade geográfica com aquela localidade do que com a nova capital, Aracaju. Nesse sentido, são poucos os registros que conseguimos encontrar de enterramentos no primeiro campo santo de Aracaju. Dentre eles, um se refere ao sepultamento de Joanna Francisca da Conceição, falecida em 6 de fevereiro de 1861, dois anos antes da inauguração do Cemitério de Nossa Senhora da Conceição.

No mesmo dia de seu falecimento, em 11 de junho de 1870, a alagoana Maria Floripes de Araújo Santos, de 84 anos, foi sepultada na Capela de Santo Antônio do Aracaju, algo que não era tão comum de se ver nos registros paroquiais. Essa capela estava localizada no alto de uma colina situada no povoado de mesmo nome.

**Figura 25:** Colina de Santo Antônio: Igreja de Santo Antônio



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=441008&view=detalhes>.

---

<sup>864</sup> *Jornal de Sergipe*, Edição nº 18, 1880, p. 4.

As fontes indicam que Maria Floripes morava no Povoado de Santo Antônio e que ela possuía um razoável espólio no ano em que fez a passagem para o outro mundo. Nessa lista, constavam dez escravizados, um sítio de terras na “Praia do Aracajú”, uma morada de casa de taipa e telha no Povoado de Santo Antônio, com casa de farinha e estribaria, além de senzala. Possuía, ainda, quatro salinas no apicum da Getimana.<sup>865</sup> Talvez por conta da sua posição econômica e da influência que a família tinha no povoado, foi sepultada na capela mais utilizada pela comunidade, já que o cemitério de Aracaju ficava um pouco longe para quem ali habitava.

Maria Floripes também era sogra do major reformado do Exército Manoel Agostinho da Silva Moreira, que já tinha idade avançada e era casado em segundas núpcias com Maria Diniz da Silva Moreira. Desde os anos primeiros de fundação da capital, Manoel Agostinho teve participação em acontecimentos sociais e políticos importantes de Aracaju, e assim foi lembrado na época do seu falecimento ocorrido em 17 de julho em 1881: “*era um militar provado nas durezas dos combates; fora veterano da independencia e depois de possuir alguns bens de fortuna, morreu pobre e cheio de dores moraes.*”<sup>866</sup> Segundo a publicação, muitas dessas *dores morais* estavam ligadas à má conduta de seu filho Antônio da Silva Moreira, neto de Maria Floripes. O Cadete Antônio Moreira foi acusado de atentar contra a vida da prima Ceciliana Gerasina de Castro por motivos amorosos. O “*ousado criminoso*” Antônio Moreira foi condenado em 1878 à pena de galés por 20 anos e chegou a ser recolhido na casa de prisão de Aracaju, apesar de ter fugido dali para procurar abrigo na casa do seu velho pai. Em pouco tempo foi recapturado pela polícia.<sup>867</sup> Meses depois desse ocorrido, o corpo de Manoel Agostinho Moreira foi sepultado na tarde do dia 18 de julho no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição.<sup>868</sup>

Os dados referentes ao imposto predial de 1878 mostraram que a maioria dos membros da família ainda mantinha e morava em seus imóveis naquele “Bairro de S. Antônio”. Por exemplo, a casa nº 1.051 que estava alugada, era de Manoel Francisco dos Santos, único filho de Maria Floripes. Já o imóvel nº 1.036 era da sua irmã, Anna Joaquina de São José, e a casa vizinha estava registrada no nome de Antônio Francisco dos Santos, marido de Anna Joaquina. Ambas as casas eram ocupadas pelos seus proprietários. Francisco Ponciano dos Santos, um dos genros de Maria Floripes de Araújo, era dono da residência nº 1.038, na qual deveria morar

---

<sup>865</sup> *Inventário de Maria Floripes de Araújo*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 01 - 2083, 1870.

<sup>866</sup> *Echo Liberal*, Edição nº 46, 1881, p. 2.

<sup>867</sup> *Jornal de Sergipe*, Edição nº 04, 22 de janeiro de 1881, p. 4.

<sup>868</sup> *Family Search*. Óbitos (1879-1886). Livro 5. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 4327, p. 82.

com a esposa e homônima da mãe, Maria Floripes. Quando faleceu em 1884, Francisco morava no Rio de Janeiro, enquanto a família permanecia no povoado. De todos os herdeiros, Antônia Salustiana da Trindade foi a única que não foi mencionada no imposto daquele ano.<sup>869</sup> Porém, em registro da imprensa datado de 1858, consta que ela foi relacionada para o pagamento da décima urbana daquele ano, o que nos faz inferir que possuía algum imóvel na localidade.

Já em 1896, Anna Joaquina de São José, natural de Aracaju, revelou na sexta verba testamentária uma dívida de cunho religioso deixada pelo seu marido: “*Peço á meu primeiro testamenteiro o Commendador Candido do Prato Pinto, que pague a Igreja de Santo Antonio, deste povoado a quantia de cem mil reis, que a mesma ficou devendo meu fallecido marido Antonio Francisco dos Santos.*”<sup>870</sup> O inventário também revelou que, dentre os poucos bens de Anna Joaquina, constava uma casa naquele Povoado de Santo Antônio, porém não deixou em seu testamento a referência do local em que desejava ser inumada, apenas como deveria ser a sepultura: “*Tirada ainda as despesas do meu funeral, que será feito com toda simplicidade, e o meu cadaver sepultado em sepultura rasa [...]*.”<sup>871</sup>

Mesmo com a proibição dos enterramentos nos interiores das igrejas, o Cônego Agostinho Rodrigues Braga, morador de Aracaju, mas que passou seus últimos momentos no Povoado de Santo Antônio, explicou que queria ser sepultado na Igreja Matriz da Vila de Nossa Senhora do Socorro: “*Declaro que desejo ser sepultado no meo habito salar e **condusido d’aqui para a Matriz do Socorro com commendação simples do Reverendo Vigario e sepultado em cova commum debaixo do altar de minha Mai Madrinha Nossa Senhora do Socorro.***”<sup>872</sup> O *Jornal do Aracajú* escreveu a notícia desse passamento e também contou que as últimas vontades do religioso em relação ao seu enterro foram respeitadas: “*Foi dado o seu corpo ao sepulchro hontem depois de meio dia, na villa do Socorro, para onde se o conduzira **por ser esta recomendação de seu testamento.***”<sup>873</sup>

Em testamento feito no ano de 1890 em conjunto com a esposa, Adelaide Maria das Mercês, Manoel Gomes dos Santos Ferraz declarou o desejo de ser sepultado no seguinte local:

Declaramos que qualquer de nós que fallecer primeiro será sepultado no Cimiterio dos desvalidos **digo dos variolosos d’esta Cidade juncto aos tumulos dos nossos filhos, cujo Cimiterio fica nos fundos do de São Benedicto e da Misericordia**, sendo o tumulo para o que de nós fallecer

<sup>869</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 992, 1878, p. 4.

<sup>870</sup> *Testamento de Anna Joaquina de São José*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível – Subsérie Testamento, Cx. 01 - 2153, 1896.

<sup>871</sup> *Ibidem*.

<sup>872</sup> *Testamento do Cônego Agostinho Rodrigues Braga*, 1873, p. 3.

<sup>873</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 366, 05 de abril de 1873, p. 2.

primeiro no indicado lugar, na superfície da Terra, se por ventura não admittirem ser nelle feito por meio de escavação. (grifo nosso)

Ao que tudo indica, o casal deve ter perdido os filhos na epidemia de varíola de 1888, época em que foi criado um cemitério para os que morressem por essa doença. Por isso, desejavam ser sepultados lá *na superfície da terra*, caso não permitissem a escavação, uma vez que remexer naquele local onde foram inumados tantos cadáveres vítimas de uma doença contagiosa seria um ato prejudicial à salubridade pública. Porém, o registro de óbito nos mostrou que Manoel Gomes Ferraz, falecido em 16 de maio de 1893, foi enterrado no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição e não no dos variolosos, como era a sua última vontade.

Também destacamos aqui os indivíduos que pediram para serem sepultados em seus engenhos e propriedades, como foi o caso do Coronel Gonçalo Vieira de Mello e do Capitão Antônio Simões dos Reis. Em testamento, Gonçalo disse: “*Declaro que quando a minha alma separar-se de meo corpo, quero que sêja em volto em habito preto, e sepultado em a Capella erecta n’este meo engenho, em commendado pelo Parocho da Freguezia, e mais um Sacerdote.*”<sup>874</sup> Seu pedido foi obedecido, e o sepultamento foi realizado no dia 19 de janeiro de 1878 em uma catacumba na Capela de Nossa Senhora da Boa Luz, situada no Engenho Ribeira. Além deste, o finado também era proprietário do Engenho Praia, de casas na cidade de Laranjeiras e na Vila do Socorro, além de ser dono de uma escravaria razoável, composta por 57 cativos.

Já o Capitão Antônio Simões dos Reis desejava fazer da Capela de Nossa Senhora da Madre de Deus a sua última morada. O capitão havia comprado o engenho de mesmo nome há pouco tempo do Capitão Conrado Carneiro de Menezes pelo valor de nove contos de réis e, por isso, afirmou que ser enterrado lá “*será o único proveito que delle posso tirar, faleça onde falecer.*”<sup>875</sup> De acordo com João Paulo Berto, “os ricos, por exemplo, construía capelas ou outros edifícios religiosos com a finalidade de ali serem sepultados, uma vez que o enterramento dentro dos templos era sinal de salvação.”<sup>876</sup> Ao analisar o contexto português, Fernando Catroga (1999) enxerga essa atitude tomada principalmente por pessoas notáveis de um lugar como resistência pacífica aos enterramentos *extra muros*. Isso quer dizer que o governo abria exceções à lei ao dar autorização para o funcionamento desses cemitérios particulares.

<sup>874</sup> *Inventário de Gonçalo Vieira de Mello*, p. 5.

<sup>875</sup> *Testamento do Capitão Antônio Simões dos Reis*, AGJES, Fundo: Aracaju, 1ª Cível (Subsérie Testamento), Cx. 01-2153, p. 19-20.

<sup>876</sup> BERTO, João Paulo. *Liturgias da Boa Morte e do Bem Morrer...* op. cit., p. 90.

Alguns testadores que estavam em viagem para outras cidades manifestaram o desejo de serem ali sepultados quando morressem, como foi o caso de Arlinda Leopoldina de Rezende, natural de Divina Pastora. Por estar doente, imaginamos que ela deve ter retornado à sua vila natal para se tratar acompanhada da família, já que não tinha filhos com o marido, o Cadete Olavo Gonçalves da Cruz. Em outubro, ela fez o testamento explicando como desejaria que fosse o seu enterro: “*Declaro que fallecendo aqui, quero ser sepultada no cemiterio desta Villa e na mesma sepultura de minha mai, envolta em habito preto e não quero pompa alguma no meu enterro.*”<sup>877</sup> Assim como ela desejou, foi sepultada no cemitério daquela vila em novembro de 1891.

Em alguns casos, revelaram-se tensões que envolveram os sepultamentos e a Igreja Católica. Assim aconteceu com Libório José de Santa Anna, músico do corpo de polícia da capital. Em 26 de junho de 1880, o seu corpo foi sepultado no “Cemitério dos Pagãos” pelo fato de o jovem de 28 anos ter tirado a própria vida com um tiro no coração.<sup>878</sup> Diferentemente dos demais registros feitos pelo vigário Olímpio Campos, no assento de óbito de Libório apenas constavam nome, idade, estado civil, data e local de sepultamento, não havendo referências naquela fonte sobre os sacramentos recebidos, a vestimenta fúnebre e a encomendação. O caso desse suicida repercutiu no *Jornal de Sergipe*, periódico de grande circulação na capital. De acordo com a matéria, o suicídio teria acontecido na tarde do dia 25 de junho na casa do militar, que estava localizada na Rua de Laranjeiras. Em carta supostamente feita de próprio punho pelo falecido e transcrita pelo jornal, as motivações para tal ato teriam sido conjugais: “*Estou corrido desta casa, já não sou dono della. Estou sem minha mulher a quem perdôo tudo que fez a mim.*”<sup>879</sup>

O ponto mais interessante é que a crítica da matéria se dirigiu à Igreja Católica por se recusar a prestar os ritos necessários para garantir a boa passagem daquele infeliz homem: “*A igreja não quiz resar por alma delle e seus officios funebres, abandonando-o quando mais elle precisava dos seus socorros. Acha-se sepultado no cemiterio dos pagãos, d’onde fugiu a cruz do Deus de mesericordia, tão mal entendido pelos homens.*”<sup>880</sup> Seguiu-se a determinação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que, em seu título 57 (*Das pessoas, a quem se deve negar a sepultura Ecclesiastica*), do livro quarto, enfatizavam em que situações as pessoas perdiam esse direito à sepultura: “*III. Aos que estando em seu juizo perfeito por*

<sup>877</sup> *Inventário de Arlinda Leopoldina Rezende*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, 1891, p. 7.

<sup>878</sup> *Family Search*. Óbitos (1879-1886). Livro 5. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 4039, 1880, p. 45.

<sup>879</sup> *Jornal de Sergipe*, Edição nº 57, 30 de junho de 1880, p. 4.

<sup>880</sup> *Ibidem*.

*desesperação, ou ira voluntariamente se matarem, (4) ou mandarem matar, morrendo também sem sinais de arrependimento.*”<sup>881</sup> Bayard completa que, desde o século V, a “Igreja Católica romana condena o suicídio e a eutanásia, porque a vida humana, que tem caráter sagrado, está nas mãos de Deus, o único Senhor com o poder de decidir sobre ela.”<sup>882</sup>

Um outro caso acontecido anteriormente, no ano de 1872, envolveu a negação de sepultura a um cadáver de uma mulher no cemitério da cidade. Segundo as autoridades eclesiásticas, a negação aconteceu pelo fato de ela ter falecido em estado de impenitência, isto é, quando o(a) cristão(ã) não demonstra sinais de arrependimento na hora da morte. Por causa disso, ela foi sepultada “*em lugar que não é, certamente, apropriado, e muito menos decente para repositório dos cadáveres dos nossos semelhantes.*”<sup>883</sup> Nesse sentido, a presidência da província encarregou a comissão administrativa do Hospital de Caridade de construir ao lado do cemitério um lugar devidamente **cercado** para acomodar esses cadáveres banidos ou de outras religiões, já que eles não podiam estar no mesmo espaço bento que os demais católicos.<sup>884</sup> Na época, entendia-se que essa coexistência “seria um fator de promiscuidade gerador de uma espécie de poluição metafísica.”<sup>885</sup> Portanto, o poder político teve de intervir no assunto e criar uma solução alternativa. Cláudia Rodrigues mostrou em artigo que a Igreja Católica já vinha se mostrando intolerante com as práticas funerárias consideradas desviantes desde o final da década de 1860.

A comissão que administrava o cemitério público realizou, no início de 1891, com os donativos recebidos, melhoramentos como a construção de 28 carneiros, visto que “*ja vae sendo insufficiente para os enterramentos.*”<sup>886</sup> Só que é importante ressaltar que o cemitério pertencia ao Hospital de Caridade e não ao município de Aracaju. Findado o regime de Padroado e iniciada a República, percebemos uma alteração na relação com o passado a partir da introdução de conceitos como secularização e laicização. Assim, somos levados a nos questionar: o horizonte de expectativa desses sujeitos históricos, na perspectiva de Reinhart Koselleck, estava em crise, já que o futuro não era mais determinado por buscar a salvação da alma? O trecho a seguir revela a existência de uma **proposta de secularização** feita pelo mordomo Luiz Marcolino Machado de Souza e que foi enviada ao governador do Estado de Sergipe:

<sup>881</sup> VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Feitas e Ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide..., Livro Quarto, Título LVII, 1853, p. 300. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>.

<sup>882</sup> BAYARD, Jean-Pierre. *Sentido oculto dos ritos mortuários...* op. cit., p. 195.

<sup>883</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 337, 1872, p. 2.

<sup>884</sup> *Ibidem*.

<sup>885</sup> CATROGA, Fernando. *O céu da memória...* op. cit., p. 69.

<sup>886</sup> *Gazeta de Sergipe*, Edição nº 331, 18 de fevereiro de 1891, p. 1.



*O fim dessa medida é dar abrigo no cemiterio do hospital a todos os despojos mortaes pertençam elles a que religião pertencerem; porquanto não tendo a municipalidade cemiterio seu, vêem-se os acatholicos forçados a sepultar os seus mortos em lugares que não têm para isto as garantias exigidas.*<sup>887</sup> (grifo nosso)

O primeiro artigo do projeto apresentado na sala de sessões do Hospital de Caridade, em 21 de janeiro de 1891, estabelecia que “*Fica secularizado o cemiterio publico d’esta cidade, podendo ser exercido n’elle qualquer acto funebre ou religioso, independente das leis do Arcebisnado ou Parochiaes.*”<sup>888</sup> Ou seja, naquela necrópole, enquanto propriedade pública e neutra, não deveria haver discriminação por motivos religiosos ou filosóficos. Neste caso, a difusão do moderno conceito de cidadania contribuiu para incutir a ideia de que o cemitério era um espaço aberto a todos os cidadãos. Além disso, o projeto rumava para a desconstrução da hegemonia exercida pela Igreja Católica no que concerne às práticas de enterramentos e administração dos cemitérios. Esse projeto de secularização estava em consonância com o que foi anteriormente sancionado durante o Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca pelo Decreto nº 789, de 27 de setembro de 1890: “Art. 1º: *Compete ás Municipalidades a polida, direcção e administração dos cemiterios, sem intervenção ou dependencia de qualquer autoridade religiosa.*”<sup>889</sup> A nova organização dos cemitérios também foi matéria integrante da nossa primeira Constituição Federal Republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Através do recebimento de telegramas do Rio de Janeiro, o jornal *Gazeta de Sergipe* deu publicidade aos artigos da Carta Constitucional assim que eles iam sendo aprovados, dentre eles o artigo 72, o qual estabelecia que os cemitérios passariam a ter caráter leigo.<sup>890</sup>

Voltando ao projeto, ressaltava-se ainda que o cemitério continuaria sendo guiado pelas “leis policiais da higiene”. A opinião pública considerava altas as taxas cobradas pelos carneiros do cemitério, e, dessa forma, o artigo terceiro previa a alteração nos valores cobrados, que passariam a ser: “*Os carneiros de 1ª ordem para adultos e crianças custarão o aluguel de 28\$000 e 16\$000 para, os de 2ª para os mesmos 22\$000 e 12\$000, e de 3ª para crianças 10\$000; e as sepulturas 5\$000 e 3\$000.*”<sup>891</sup> Pelo visto, a determinação foi seguida, pois, em

<sup>887</sup> Ibidem.

<sup>888</sup> Ibidem.

<sup>889</sup> SENADO FEDERAL. Secretaria de informação legislativa: *Decreto n. 789 - de 27 de setembro de 1890*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-789-27-setembro-1890-552270-publicacaooriginal-69398-pe.html#:~:text=Estabelece%20a%20secularisa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20cemiterios,cumprimento%20ao%20disposto%20no%20art>. Acesso em: 21 mar. 2023.

<sup>890</sup> *Gazeta de Sergipe*, Edição nº 308, 1891, p. 2.

<sup>891</sup> Ibidem.

1895, Nicolau Tolentino pagou o valor de vinte e dois mil réis (22\$000) por uma carneira de segunda ordem, onde seria sepultado o corpo da menina Antônia Clarismunda.<sup>892</sup> Na última década do século XIX, colocou-se em prática a ideia de construir um novo cemitério público para a capital. Durante essa fase de edificação, foram importados da Europa portões, grades de ferro e outros objetos a serem usados na obra do cemitério.<sup>893</sup>

E assim, em 1898, o governo objetivava “*realizar quanto antes, **transferencia para o novo cemiterio dos enterramentos em cova rasa, atendendo ao grande beneficio da hygiene publica desta capital** [...]*.”<sup>894</sup> Para isso, precisavam ser realizados melhoramentos na estrutura urbana que circundava o local, como a desobstrução da Rua do Bomfim, que seria uma das vias de acesso ao novo campo santo. Não temos como afirmar com plena certeza se essa necrópole correspondia ao atual Cemitério da Cruz Vermelha, mais conhecido como “*Cemitério dos Cambuís*”, que foi inaugurado em 15 de janeiro de 1902, durante o governo do Monsenhor Olímpio Campos. Situava-se ao sul do Hospital Santa Isabel, no subúrbio da cidade, recebia os cadáveres das classes mais pobres e, assim como o Cemitério Santa Isabel, também era administrado pela Associação Aracajuana de Beneficência. No relatório da Associação daquele ano, o presidente Joseph Doria Neto afirmou que aquele cemitério se destinava para “[...] *as inhumações em sepulturas rasas, ficando assim satisfeita uma necessidade higienica imposta pelo estado de saturação do cemiterio antigo*.”<sup>895</sup> Foi uma época em que, na área da saúde, a cidade sofreu com os surtos de varíola e de peste bubônica.

#### 6.4 A maçonaria e os seus últimos rituais

A Loja Simbólica Cotinguiba do Oriente de Aracaju foi fundada em 10 de novembro de 1872, durante o Segundo Reinado. A historiadora Maria Thetis Nunes afirmou que a referida Loja Maçônica foi criada “sob os auspícios do Grande Oriente do Brasil, sendo eleito seu patrono São João Batista. A Loja era integrada por nomes representativos da sociedade aracajuana – comerciantes, professores, magistrados, intelectuais.”<sup>896</sup> Ariosvaldo Figueiredo, estudioso da História Política de Sergipe, mostrou qual era o lugar ocupado pela maçonaria

<sup>892</sup> *Inventário de Possidonia Maria da Conceição*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 29 - 2336, p. 117.

<sup>893</sup> VALADÃO, Manoel Presciliano de Oliveira. *Mensagem do Governador de Sergipe para a Assembleia*. Edição nº 01, 1895, p. 28.

<sup>894</sup> *O Estado de Sergipe*, Edição nº 25, 03 de agosto de 1898, p. 1.

<sup>895</sup> *Ofício do presidente da Associação Aracajuana de Beneficência*, Fundo Governo – G1, Vol. 1941, 1º de janeiro de 1902, p. 1.

<sup>896</sup> NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II...* op. cit., p. 237.

naquele período: “A Loja Maçônica Cotinguiba é, fim do Império, começo da República, único refúgio sergipano de liberais, resistência de uma elite que não deixa a liberdade de pensamento ser soterrada pela violência dos autoritários e dogmáticos [...]”<sup>897</sup> Em se tratando das novas necrópoles erigidas no século XIX, para Catroga, a maçonaria representava, assim como os políticos, “os profissionais artísticos, etc., [...] símbolos de significado mais profano e cívico [...], reflexo directo da crescente afirmação de valores seculares.”<sup>898</sup> A maçonaria foi assim definida por José Anderson Nascimento, autor de livros sobre o assunto:

[...] devemos entender que a Maçonaria é uma sociedade civil secular e de caráter universal, com cunho moral e educacional, cujos membros cultivam os princípios da liberdade, democracia e igualdade, aperfeiçoamento intelectual e fraternidade, pugnando pela justiça social e humanidade. É uma associação iniciática, filosófica, educativa e filantrópica. Os maçons estruturam-se e reúnem-se em células autônomas, designadas por oficinas ou Lojas, como são conhecidas.<sup>899</sup>

Praticava-se, na recém-criada Loja Cotinguiba, o Rito Escocês Antigo e Aceito, de acordo com a orientação do Grande Oriente do Brasil. A instalação da pedra fundamental para a edificação do prédio da Loja deu-se em 4 de fevereiro de 1877 na Rua de Santo Amaro. Em terras aracajuanas, a agremiação editava um periódico chamado *A Fraternidade*, no qual pudemos constatar o quanto os maçons estavam envolvidos com as questões sociais e políticas daquela época. De fato, a imprensa se tornou, na segunda metade do século, um espaço privilegiado de divulgação das atividades maçônicas em diversas partes do Império. Porém, os informes da Loja também eram publicados em outros jornais que circulavam em Aracaju, como se pode notar no anúncio a seguir:

---

<sup>897</sup> FIGUEIREDO, Ariosvaldo, *História Política de Sergipe...* op. cit., p. 86.

<sup>898</sup> CATROGA, Fernando. *O céu da memória...* op. cit., p. 114.

<sup>899</sup> NASCIMENTO, José Anderson. *Maçonaria: educação, cultura e direitos humanos*. 1. ed. Aracaju: Segrase, 2022, p. 65.

**Figura 26:** Anúncio da Loja Cotinguiba

Fonte: *Jornal A Notícia*, Edição nº 175, 10 de outubro de 1896, p. 3.

O *A Fraternidade* foi objeto de análise do historiador Rafael Bedenik Barbero, que, em 2021, escreveu um trabalho monográfico<sup>900</sup> sobre a sociabilidade maçônica em Aracaju na década de 1870. Vale ressaltar a existência, naquele momento, da contenda entre Estado e Igreja Católica, o que culminou na chamada Questão Religiosa. Durante esse período, “além da perseguição e da explícita exortação que faziam os membros do clero contra a Maçonaria, houveram também excomunhões de maçons, proibição de enterros e expulsão dos membros das ordens religiosas que também fossem iniciados em lojas maçônicas.”<sup>901</sup>

Em alguns artigos, como o intitulado “*Questão de Liberdade*”, verifica-se a veiculação de ideias em prol da causa abolicionista, sendo a escravidão no Brasil classificada como um “escândalo”. E, ainda, essa mesma matéria convocava cada maçom a “*levantar seu brado em favor dessa liberdade.*”<sup>902</sup> Em outro momento, houve a defesa da separação entre Estado e Igreja no Brasil e, conseqüentemente, da liberdade religiosa: “*Enquanto o Estado fizer do padre um funcionario publico, impondo sua auctoridade sobre as populações, fanatisando-as, embrutecendo-as, as nossas aspirações de progresso hão de encontrar em um poder estrangeiro, em Roma, uma barreira insuperável [...]*”<sup>903</sup> Identificamos, nesse trecho, uma crítica à reforma católica Ultramontana, pois foi o Papa Pio X que levou a cabo essa política de

<sup>900</sup> BARBERO, Rafael Bedenik. *O Tabuleiro, o esquadro e as tintas: Sociabilidade Maçônica na década de 1870*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

<sup>901</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>902</sup> *A Fraternidade*, Edição nº 08, 1875, p. 2.

<sup>903</sup> *A Fraternidade*, Edição nº 14, 17 de fevereiro de 1876, p. 1.

reorganização e fortalecimento da Igreja, gerando conflitos com os maçons, defensores do progresso, da racionalidade etc.

E podemos dizer que os funerais eram ocasiões em que essa sociabilidade entre os irmãos também era reforçada, como veremos nos parágrafos seguintes. O jornal destinava um espaço para tratar das demandas cotidianas da cidade e, dentro disso, anunciava a morte de maçons, bem como a realização de missas de sétimo dia em sufrágio da alma deles. Vale sublinhar que “a Maçonaria se constituiu em princípio como espaço de sociabilidade, iniciática e secreta. Aspectos que a afastava de outras formas de organizações civis.”<sup>904</sup> No ano de criação da Loja Cotinguiba, faleceu o Capitão Prianno Alves Ramos, natural de Laranjeiras. Exercia o cargo de 1º escrivão da Tesouraria Provincial, além de ocupar um assento na Câmara Municipal de Aracaju. O sepultamento ocorreu no dia 20 de outubro de 1872 no cemitério da cidade, e, de acordo com a imprensa, seu funeral foi bastante concorrido:

*O feretro foi acompanhado por toda a população desta capital, sendo-lhe prestadas todas as honras funebres, quer religiosas, quer militares. Acompanhado igualmente por todos os maçons residentes nesta cidade, recebeu ainda destes o último adeus á beira da sepultura, celebradas todas as ceremonias de seus rituais e proferido um discurso pelo snr. Severiano Cardoso [...].*<sup>905</sup> (grifo nosso)

Pelo que consta no assento de óbito, Prianno foi confessado, sendo seu corpo envolto em hábito preto e encomendado por três sacerdotes, além do vigário da Freguesia, José Luiz de Azevedo.<sup>906</sup> Esse vigário foi bem elogiado no periódico maçônico por agir com prudência e pelo espírito conciliatório que possuía, principalmente naqueles tempos de conflito religioso. Dito de outra forma, os maçons enalteceram o fato de o vigário da capital não se negar a dar os sacramentos católicos àqueles(as) que o procuravam. A imprensa divulgou que as “[...] *exequias foram feitas ás expensas dos seus companheiros ou irmãos de maçonaria.*”<sup>907</sup> Como se vê, os demais maçons ajudaram a custear o enterramento do falecido, que não deve ter sido dos mais baratos, visto que contou com o acompanhamento de mais de um padre.

Isso também quer dizer que, se a família não tivesse condições de realizar o funeral, eles se reuniam e financiavam a celebração litúrgica de despedida do falecido em prol da

<sup>904</sup> FRANCISCO, Renata Ribeiro. A dinâmica abolicionista nas Lojas Maçônicas de São Paulo (1850-1888). *Almanack*, Guarulhos, n. 32, 2022, p. 3. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/zGtG7T89DWRf7mNRZkFyKfM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2023.

<sup>905</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 319, 23 de outubro de 1872, p. 2.

<sup>906</sup> *Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1656, p. 22.

<sup>907</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 319, 23 de outubro de 1872, p. 2.

beneficência, uma das virtudes defendidas pela associação. E mais, seus irmãos de agremiação também mandaram rezar, na Capela de São Salvador, uma missa de *réquiem* pelo descanso eterno da alma do capitão. Em se tratando de caridade, a Loja arrecadava dinheiro para ajudar as vítimas da seca que assolava as províncias do Norte do Império, e, além disso, noticiou-se, na década de 1880, que a Loja Cotinguiba ofertou para os filhos dos maçons pobres um curso noturno destinado ao Ensino Primário.<sup>908</sup> As aulas aconteciam no prédio da Loja, localizado na Rua Santo Amaro.

O Comendador José Narbone, negociante nascido em Argel, foi um dos representantes da filiação de estrangeiros à maçonaria local. No geral, essa era uma característica relacionada à maçonaria do século XIX. Narbone participou ativamente do processo de desenvolvimento da nova capital da província sergipana, onde fixou residência. Também contribuiu para a instalação da Loja Cotinguiba em 1872, como se constata no trecho retirado do jornal *A Família*, do Rio de Janeiro: “*Mais um templo á virtude acaba de erigir-se em Aracajú, provincia de Sregipe, com o titulo distinctivo de Cotinguiba, sob os auspicios do Gr.: Or.: Unido. Aos esforços do Rep.: Ir.: o Sr. comendador J. Narboni se deve em grande parte este bello serviço á nossa augusta ordem.*”<sup>909</sup> Faleceu em 27 de outubro de 1876 aos 65 anos, e, no dia seguinte, o corpo foi deixado no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição sem o registro de recebimento de sacramentos católicos ou encomendações. O *Jornal do Aracajú* noticiou esse passamento:

*Sepultou-se na tarde de 28, e pertencendo a religião protestante foram feitas as cerimoniaes funebres pela maçonaria, a que filiara-se e onde tinha um grau elevado e era bastante apreciado. Muitos cavalheiros de diferentes classes acompanharam o feretro até o cemitério. (grifo nosso)*<sup>910</sup>

O cemitério seria um segundo lugar, depois da casa do morto, onde poderia haver breves homenagens ao irmão que acabou de passar para o “oriente eterno”, assim como descreveu Jean-Pierre Bayard:

Na cerimônia do cemitério – depois da passagem ou não por um culto religioso - os irmãos, considerados pertencentes à família seguem o cortejo imediatamente depois dos parentes. Ornados com o cordão de mestre virado (lado do luto), formam círculo em volta do caixão, sobre o qual deposita a insígnia do irmão falecido, no grau simbólico mais elevado que ele tinha. Depois do elogio fúnebre, a corrente de união, à qual faltava um elo, é

<sup>908</sup> *Echo Sergipano*, Edição nº 03, 1884, p. 3.

<sup>909</sup> *A Família*: jornal dos interesses maçônicos, Edição nº 17, 26 de dezembro de 1872, p. 2.

<sup>910</sup> *Jornal do Aracaju*, Edição nº 745, 1º de novembro de 1876.

emendada, e o presidente faz circular de novo da boca ao ouvido a “palavra de esperança”. Cada irmão atira um ramo de acácia ou de mimosa na cova. O presidente se junta à família para receber as condolências da assistência.<sup>911</sup>

Mas também havia casos de maçons que eram católicos, e, a esse respeito, a associação defendia que “*O Padre de bôa fé sabe, que a Maçonaria não é uma associação de atheos, pelo contrario, nella não se admite homem algum que não seja religioso.*”<sup>912</sup> Segundo Katia Mattoso, “grande parte do clero era membro de lojas maçônicas, apesar da condenação destas pela Santa Sé.”<sup>913</sup> Também causou comoção nos habitantes da cidade o sepultamento do bacharel Manoel Pereira Guimarães, falecido em 1879: “*Dous discursos que primavão pela belleza e profundo sentimento com que forão recitados fizeram-se ouvir pelos distinctos oradores João Diniz Villas Boas e Etelvino de Barros, no acto de dar-se á sepultura aquelle cadaver.*”<sup>914</sup> O jovem advogado foi enterrado no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, e a encomendação do corpo ficou a cargo do padre João Ponciano dos Santos.<sup>915</sup> Manoel Guimarães, que, ao longo da vida, ocupou cargos importantes, integrava a irmandade do Santíssimo Sacramento, ao mesmo tempo que se dedicava à vida maçônica. Nela, ascendeu até o grau 33, o mais alto daquela associação e “consagrado à administração suprema do Rito.”<sup>916</sup> Além de ser um dos fundadores, também foi um dos que contribuíram para a regulação da Loja Cotinguiba no ano de 1873, como se vê abaixo:

*Os irmãos Francisco José Martins Penna Junior, Manoel Pereira Guimarães e Thomaz Narciso Ferreira regularizaram, com todas as solemnidades do ritual, a loja Cotinguiba, em 16 de fevereiro, sendo proferidos dous discursos, entusiasticamente applaudidos, e patenteando todos os obreiros o maior zelo maçônico e a mais decidida vontade de fazerem progredir a nossa Ordem na provincia de Sergipe.*<sup>917</sup>

Em setembro daquele mesmo ano, aconteceu a regularização da Oficina “*Segredo e Amizade*” ao Oriente de Aracaju.<sup>918</sup> Essa Loja maçônica também seguia o Rito Escocês, composto por 33 graus. Um dos seus mais conhecidos e distintos operários, chegando a alcançar o posto de Venerável da Loja, era o farmacêutico Sizino Ribeiro Pontes, já citado em outro momento deste trabalho. Ao contrário da Loja Cotinguiba, que se encontra em atuação até os

<sup>911</sup> BAYARD, Jean-Pierre. *Sentido oculto dos ritos mortuários...* op. cit., p. 169.

<sup>912</sup> *Jornal A Fraternidade*, Edição nº 01, 1871, p. 3.

<sup>913</sup> MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia no século XIX*, op. cit., p. 339.

<sup>914</sup> *Jornal de Sergipe*, Edição nº 104, 1879, p. 2.

<sup>915</sup> *Family Search*. Óbitos (1879-1886). Livro 5. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 3851, p. 15.

<sup>916</sup> NASCIMENTO, José Anderson. *Maçonaria...* op. cit., p. 61.

<sup>917</sup> *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*, Edição 02-03, 1873 a 1877, p. 115.

<sup>918</sup> *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*, Edição 10-12, 1873 a 1877, p. 99.

dias de hoje, a *Segredo e Amizade* não teve vida longa, sendo constatada a sua extinção já na década de 1890. Manoel Pereira Guimarães mantinha relações próximas com a família de José Narbone, tendo sido, inclusive, testemunha do casamento<sup>919</sup> de Fortunata Gomes Narbone com Antônio Joaquim de Figueiredo, natural de Portugal, comerciante e também membro da Loja Cotinguiba, falecido em 29 de novembro de 1875.

No momento em que o corpo de Antônio Joaquim descia à sepultura no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, em 1º de dezembro de 1875, o orador oficial da Loja, Prudêncio José Botelho, pronunciava uma oração fúnebre, a qual foi transcrita pela imprensa maçônica da capital. O fato de pessoas leigas proferirem discursos à beira do túmulo pode ser entendido como um elemento simbólico introduzido nos ritos fúnebres, que passaram a ter um caráter mais profano, típico da época romântica. O objetivo era mostrar o sentimento de pesar pela morte do outro, bem como para enaltecer as qualidades (em alguns casos, políticas) e a memória do defunto. A historiadora Cláudia Rodrigues alegou que, “no Brasil, foi justamente nos anos de 1870 que pude identificar um dos primeiros funerais com a presença destes elementos de caráter civil e não simplesmente de oposição.”<sup>920</sup>

A transcrição do discurso foi iniciada com a colocação de que não se devia lamentar a morte, mas sim dar sequência aos ritos necessários aos mortos porque o corpo do ser humano está inevitavelmente fadado à corrupção – traços esses de um pensamento mais racional e cientificista. Além disso, deixa claro que a morte é um mistério do Cristianismo que está longe de ser explicado ou entendido. E Antônio, que estava iniciando a vida, “*não pode vencer os dias da mocidade, um anjo macilento e pallido descarregou-lhe golpe tão certo, que os laços de seu corpo quebraram-se e a vida lhe fugio.*”<sup>921</sup> Essa referência feita ao anjo, muito comum nos escritos daquela época, remete à ideia de que ele é o símbolo do sonho que é a morte. Isso quer dizer que, nessa batalha, o anjo da morte levou a melhor, roubando a existência de um jovem de 32 anos. O orador reforçou ainda que a Loja Capitular Cotinguiba estava de luto por causa dessa grande perda e, no fim, conclamou: “*E nós meus II., digamos á este corpo inanimado o nosso ultimo Adeus, e prestemos-lhe o derradeiro tributo Maçon.*”<sup>922</sup> Envolveram

<sup>919</sup> *Family Search*, Casamentos (1864-1883). Livro 2. São Salvador. Aracaju, Sergipe, nº 204, p. 37.

<sup>920</sup> RODRIGUES, Cláudia. Funerais, oposição e protesto entre a França e o Brasil do século XIX. *Almanack*, Guarulhos, n. 9, abr. 2015, p. 66. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/7GmzwZTRdpq39JfYWQNdGcQ/?format=pdf&lang=pt>.

<sup>921</sup> *A Fraternidade*, Edição nº 08, 1875, p. 2.

<sup>922</sup> *Ibidem*.



o corpo de Antônio Joaquim em hábito preto, foi encomendado pelo pároco da Freguesia, contudo não recebeu os sacramentos católicos.<sup>923</sup>

No sexagésimo dia do passamento do comerciante, mais uma oração foi emitida por Prudêncio Botelho durante a sessão fúnebre ocorrida no dia 29 de janeiro de 1876 na Loja Cotinguiba. Bayard diz que, normalmente, “em data mais ou menos distanciada da cerimônia fúnebre, comemora-se a recordação do defunto em sua loja.”<sup>924</sup> E assim o orador frisou que Antônio Figueiredo dedicou-se a levar a vida dentro dos preceitos cristãos, mas que os seus irmãos precisavam tributar ao finado os últimos sufrágios maçônicos. Inicialmente, o orador se pôs a descrever a atmosfera daquela reunião: “*As columnas deste Templo Augusto estão ornadas de crepe, eu, e meus II.. sentimos o coração trespassado de dôr, e tudo que nos cerca denuncia tristeza: é a perda de um obreiro desta officina, que pugnou pelos direitos da humanidade, mas que agora dorme o sono da eternidade!*”<sup>925</sup> Cobrir de crepe as casas e os templos era um ato que simbolizava o luto pelo falecimento de alguém. A viúva, Fortunata Gomes Narbone, estava trajada de luto e assistiu à sessão em uma cadeira de honra sentada ao lado do Venerável Mestre, Dr. Sancho de Barros Pimentel, que, assim como os demais irmãos, deveria estar usando as suas insígnias. A sessão fúnebre também repercutiu no Boletim do Grande Oriente: “*A officina, para honrar a memoria do seu prestante operario, celebrou uma sessão funebre, sendo o elogio do finado proferido pelo orador, o irmão Prudencio José Botelho.*”<sup>926</sup>

## 6.5 A morte continua sendo uma festa

### NO CEMITERIO

*[...] Fui contemplando, fui lendo, uma por uma, as inscrições das bellissimas grinaldas que as saudades dos amigos, haviam alli depositado, como sincera homenagem a memoria da santa que partira, tão cedo, do socego do lar para a voragem do tumulo.*

*- Eu também levava uma... Mas o que! tecida por outra forma, com flores de outra natureza, menos bellas, mais tristes, talvez sem as cores que a natureza imprime aos amores perfeitos e as saudades; sem aquellas fitas longas e largas de velludo e seda, onde se distinguem as grandes lettras ouro que lembram uma virtude, que recordam um sentimento.*

<sup>923</sup> *Family Search*, Óbitos (1874-1877), Livro 03, Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, p. 52-53.

<sup>924</sup> BAYARD, Jean-Pierre. *Sentido oculto dos ritos mortuários...* op. cit., p. 169.

<sup>925</sup> *A Fraternidade*, Edição nº 12, 1876, p. 2.

<sup>926</sup> *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*, Edição nº 01-04, 1876, p. 394.

*- A minha grinalda tinha por unico merito a modesta pobreza das flores que a entretinham; achei-a deslocada no meio da homenagem que aquellas outras traduziam, na sua belleza de fórma, como se fossem corações transformados em flôres para coroar aquele tumulo; rezolvi-a, pois, trazel-a commigo demais, a primeira lufada do vento a levaria, o primeiro orvalho do ceu a extinguiria desde logo, rezolvi collocar-a neste lugar, onde lembrará ao companheiro e amigo auzente, que a homogeneidade de sentimento que nos unificou na luta e na victoria, permanece a mesma para a saudade e para a tristeza.<sup>927</sup>*

O texto transcrito acima reflete o sentimento de tristeza do seu autor, Homero de Oliveira Ribeiro, frente à morte de alguém tão ilustre. A “santa” a que ele se referiu e que partiu prematuramente era ninguém menos que a primeira-dama do Estado de Sergipe, D. Joaquina Guilhermina de Menezes Valadão (em outras fontes citada como Joaquina Guimarães de Menezes Valadão), ou simplesmente “*Quininha*”, que vinha padecendo com acessos de febre desde novembro de 1895. Joaquina era filha de Joaquim Fernandes de Carvalho Guimarães e de Thereza de Menezes Guimarães. No ano em que ela nasceu, a família morava no Rio de Janeiro, e, naquela província, seu pai atuava como Juiz de Paz na Freguesia de Guaratiba.<sup>928</sup>

Algumas notas foram publicadas na imprensa local sobre as pequenas melhoras da consorte do presidente, que, logo em seguida, piorava da saúde. A ilustre enferma mudou algumas vezes de ares, buscando fugir da atmosfera viciada de Aracaju, e se refugiou em São Cristóvão. Voltou à capital, arranchou-se no Bairro da Fundação por causa da sua proximidade com o mar e, em pouco tempo, se transferiu para o Povoado de Santo Antônio do Aracaju. Foram tentativas em vão. Portanto, viajar para a capital do país a fim de curá-la foi o último recurso disponível naquele momento para a família.

O historiador Ibarê Dantas explicou que a administração de Oliveira Valadão “[...] foi marcada por arbitrariedades e perseguições políticas, afastamento de magistrados, brigas prolongadas com o Judiciário, tudo contribuindo para desorganizar a vida institucional que vinha sendo construída com dificuldades.”<sup>929</sup> Sendo assim, o Coronel Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, líder dos “pebas” e chefe do partido republicano federal em Sergipe, decidiu a viagem ao Rio de Janeiro com o intuito também de tratar de sua saúde, mas a partida atrasou em decorrência de condições climáticas não favoráveis. A previsão era de que a viagem só se iniciasse nos dias 26 ou 27 de março. O próprio presidente alegou, em mensagem datada de 14 de março à Assembleia Legislativa, que não pôde entrar em todos os detalhes que diziam respeito às repartições estaduais por causa da urgência em sair do estado. Por isso, naquele

<sup>927</sup> *Jornal A Notícia*, 22 de abril de 1896, p. 1.

<sup>928</sup> *Correio Mercantil e Instructivo, Politico Universal*, Edição nº 169, 20 de junho de 1862, p. 1.

<sup>929</sup> DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República (1889-2000)*, op. cit., p. 27-28.

mesmo dia, o governo passou para as mãos do presidente da Assembleia, o padre Antônio Leonardo da Silveira Dantas.

O triste e comovente embarque aconteceu no dia 15 de março, tendo como protagonista uma primeira-dama debilitada pelos acessos perniciosos. Relatou o *Diário Oficial* que “*na physionomia de todos os espectadores havia um quer que fosse de funebre, uns tons que anunciavam iminente desgraça.*”<sup>930</sup> Contudo, depois de três dias a bordo do vapor *Penedo*, Epifânio Dória nos conta que o casal “teve então que desembarcar, agravando-se os males de D. Joaquina que veio a falecer no dia 22 de março.”<sup>931</sup> Antes disso, para dar maior comodidade à enferma, a família instalou-se na casa do Desembargador José de Barros Accioli de Menezes. Naquela residência, Joaquina lutou contra a morte e contou com a assistência de alguns médicos como Dr. Daniel Campos, Dr. Ladislau Barreto, Dr. Barbosa Cardoso e Dra. Paula Freire. Também estava ali, presenciando os últimos momentos da finada, o padre Dantas, “*ministrando-lhe os sacramentos da religião christã, que ella professava sem ostentações, como verdadeira crente, que era.*”<sup>932</sup> No dia 21 de março, a situação agravou-se bastante:

**A casa onde a desolada senhora se estorcía no leito de moribunda, regorgitava de amigos que,** afflictos e consternados, testemunhavam a scena dolorosa, esperando a cada instante ouvir correr de labio em labio esta palavra sinistra, que synthetisa o Nada: - Morreu!!... [...] Foi ao romper da manhan de 22 que ella, depois de ter soffrido tanto, transpoz os humbraes da vida, immergindo-se, como uma estrella que desmaia na penumbra do infinito, deixando uma lagrima em cada olhar, uma saudade em cada coração, e um mundo de recordações no lar para sempre enlutado. Sim, ella já não existe; **mas a sua veneranda memoria ficará eternamente viva entre nós,** como symbolo da bóa mãe e virtuosa esposa. Páz a sua alma.<sup>933</sup> (grifos nossos)

Como se leu, Joaquina fez a sua passagem rodeada de amigos e parentes. De acordo com a imprensa, naquele momento de dor, o Coronel Valadão “[...] *tem estado cercado de amigos e de muitas familias. O enterro realisa-se hoje ás 5 horas.*”<sup>934</sup> Allan Kellehear considera que, nesse momento, temos uma experiência de boa-morte, “um morrer compartilhado com parte da comunidade com a qual a pessoa havia passado toda a vida privada e profissional.”<sup>935</sup> A redação do *Jornal do Commercio*, um dos maiores da capital federal, foi informada via telegrama do falecimento e noticiou que os representantes dos periódicos *Diário Oficial*

<sup>930</sup> *Diário Oficial*, Edição nº 162, 24 de março de 1896, p. 2.

<sup>931</sup> DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. v. 1. Organização de Ana Maria Fonseca Medina. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2009, p. 517.

<sup>932</sup> *Diário Oficial*, Edição nº 164, 27 de março de 1896, p. 1.

<sup>933</sup> *Diário Oficial*, Edição nº 162, 24 de março de 1896, p. 2.

<sup>934</sup> *Gazeta de Notícias*, Edição nº 00083, 23 de março de 1896, p. 1.

<sup>935</sup> KELLEHEAR, Allan. *Uma história social do morrer*, op. cit., p. 459.

(fundado durante a administração de Valadão) e *A Notícia* “**apparecerão tarjados de luto, em homenagem á esposa do Coronel Valladão, fallecida ante-hontem. As repartições estadoaes conservão a bandeira nacional em funeral.**”<sup>936</sup> Os trajes fúnebres e as bandeiras a meio mastro são maneiras tradicionais de se anunciar que, naquela comunidade, a morte se faz presente.

Concordamos com Suelayne Andrade quando diz que “O anunciar a morte dá início o movimento que gera o acontecimento social, mobiliza e reúne pessoas que contribuem para tornar o evento um espetáculo.”<sup>937</sup> A imprensa carioca ressaltou, ainda, as divergências existentes entre os médicos a respeito do diagnóstico da moléstia que fez a primeira-dama sofrer por tantos meses. Diante disso, se divulgou que a causa da morte foi “impaludismo”<sup>938</sup>, nome pelo qual era conhecida popularmente a malária. Em tom de “tragédia anunciada”, o pesquisador Antônio Samarone afirmou que “a violência das pestes atingiu até o centro do poder.”<sup>939</sup> Já tratamos nos capítulos anteriores das condições sanitárias de Aracaju ao longo do século XIX e da proliferação de doenças na capital.

**Figura 27:** Diário Oficial dando conta da morte de D. Joaquina Guimarães de Menezes Valadão



Fonte: *Capa do Diário Oficial*, Edição nº 163, 25 de março de 1896, p. 1.

<sup>936</sup> *Jornal do Comércio*, Edição nº 0085, 1896, p. 1.

<sup>937</sup> ANDRADE, Suelayne Oliveira. *O jornal Folha de Sergipe e os anúncios necrológicos*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017, p. 77.

<sup>938</sup> *Jornal do Comércio*, Edição nº 83, 1896, p. 2.

<sup>939</sup> SANTANA, Antonio Samarone. *As Febres do Aracaju...* op. cit., p. 142.

Como é de se imaginar, o funeral de Joaquina Valadão foi muito concorrido e pomposo. No velório, iniciado às três da tarde, o cadáver foi depositado “*no ataúde, ricamente forrado de veludo preto e com galões de ouro.*”<sup>940</sup> Depois de constatada a morte, “o corpo é exposto mais ou menos longamente na sala ou no corredor da casa. Em geral, é velado pela família ou pelos amigos; às vezes, as ‘carpideiras’ reforçam o velório [...]”<sup>941</sup> O viúvo e a filha estavam inconsoláveis. A descrição continuou sendo feita pela Imprensa Oficial do estado: “***O caixão foi depositado em um rico catafalco***<sup>942</sup>, a frente do qual a imagem do Homem-Deus, assistia o arfar de tantos seios oprimidos pela angustia de tão precoce passamento. [...] ***Sobre o ataúde e a eça estavam collocadas as grinaldas com as seguintes dedicatórias*** [...]”<sup>943</sup> Diante do grande número de grinaldas enviadas e da impossibilidade de expor todas no caixão, optou-se por distribuí-las entre os membros do corpo de segurança para que as carregassem até o cemitério. Assim como os discursos à beira do túmulo, as grinaldas e coroas também demarcavam essa presença dos ritos profanos. Além do pesar transmitido por Homero de Oliveira, percebemos, pela sua ida ao cemitério, a existência de elementos que separavam ricos e pobres, mesmo na hora da morte.

O primeiro a ser destacado é a grinalda. E a última morada de D. Joaquina estava repleta de “*belissimas grinaldas*”, compostas de lindas flores, fitas de veludo e letras douradas que evidenciavam o prestígio de quem morreu. A alta sociedade sergipana e aracajuana esteve representada nas grinaldas enviadas pelas famílias Motta, Accioli, Porto e Lobo. Termos como *saudade, lembrança eterna e saudosa recordação* compuseram o vocabulário dessas grinaldas. Àquele ano, 1896, as flores como forma de homenagem já se faziam mais presentes na hora da partida de entes queridos. Além disso, os cemitérios começavam a ficar floridos e ajardinados como consequência de um desejo de distinção e para ajudar a produzir uma certa melancolia naqueles espaços, reflexo de uma sociedade em que o individualismo ganhava mais terreno. A referência às flores era utilizada também nos aniversários, momento em que se completava “mais uma primavera”.

Geralmente, as grinaldas fúnebres eram depositadas nos túmulos, que, como vimos, também se configuravam como elemento importante de diferenciação social. Em outra situação,

<sup>940</sup> *Diário Oficial*, Edição nº 162, 24 de março de 1896, p. 3.

<sup>941</sup> BAYARD, Jean-Pierre. *Sentido oculto dos ritos mortuários...* op. cit., p. 179.

<sup>942</sup> “Estrado alto coberto de crepe sobre o qual se coloca o féretro ou representação de um esquife. O mesmo que essa.” (NUNES, Verônica Maria Meneses. *Glossário de Termos sobre Religiosidade*. Aracaju: Tribunal de Justiça; Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, 2008, p. 37).

<sup>943</sup> *Diário Oficial*, Edição nº 162, 24 de março de 1896, p. 3.

o Coronel Apulcro Motta, funcionário do governo, enviou à Vila do Rosário do Catete uma coroa mortuária para ser depositada no túmulo do Coronel Júlio Barreto, falecido em junho de 1896. A coroa assim foi descrita pelos representantes do *A Notícia*: “[...] *leva fita roxa com letras douradas a seguinte e singela inscrição: - Saudades de Julio. Apulchro Motta.*”<sup>944</sup> Quase um ano depois da morte de D. Joaquina, o falecimento precoce de Zulnara Motta, filha de Apulcro e Dejanira, também cobriu de luto a cidade de Aracaju.<sup>945</sup>

Depois do breve velório, o relógio já marcava cinco da tarde do dia 22 quando o caixão foi retirado da essa para dar início ao cortejo fúnebre, que reuniu um grande séquito de admiradores da defunta: “*Todos a porfia queriam ter a honra de pegar nas alças do caixão, que encerrava o despojo mortal da viajeira que se partira [...].*”<sup>946</sup> O historiador português Fernando Catroga explicou que, segundo os requisitos do direito canônico, eram três os atos distintos do funeral: “a unção e transferência do corpo para a igreja, a função litúrgica realizada no templo com ofício dos defuntos e missa; a condução do caixão ao cemitério.”<sup>947</sup> Além da multidão que acompanhava o corpo morto de Joaquina pelas ruas e praças da cidade, pessoas consternadas saíram às portas das casas e dos prédios para ver o triste cortejo passar. Antes do cemitério, fez-se uma parada na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, onde ricos e pobres assistiram à realização da encomendação solene: “*Na nave do templo, erguia-se um luxuoso catafalco, com inscrições latinas referentes á transitoriedade da vida humana, na superfície do qual foi depositado o cadaver da veneranda senhora.*”<sup>948</sup> Além do padre Leonardo Dantas, também participaram desse ato religioso o vigário Olympio Campos, o padre Diogo e o vigário João Florêncio, de São Cristóvão.

Terminadas as orações fúnebres no templo sagrado, o préstito seguiu até o cemitério público, e a aglomeração só aumentava: “*Não houve ainda nesta capital um funeral, que apresentasse tanta magnificencia no seu trajecto lugubre.*”<sup>949</sup> E muitos aguardavam a chegada do cortejo na porta do cemitério. Primeiro, depositou-se o cadáver na capelinha para que os amigos e o viúvo pudessem se despedir definitivamente e também para que os ossos da sua filha pudessem se juntar aos seus. Às 18 horas, Joaquina foi para a sua última morada, tendo sido o cadáver acomodado numa carneira de primeira ordem, comum para as pessoas distintas

<sup>944</sup> *Jornal A Notícia*, Edição nº 71, 02 de junho de 1896, p. 1.

<sup>945</sup> Ver: CERQUEIRA, Rafael Santa Rosa. *Nos domínios de Hades: a representação social da morte em Aracaju/SE durante a Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

<sup>946</sup> *Diário Oficial*, Edição nº 162, 24 de março de 1896, p. 3.

<sup>947</sup> CATROGA, Fernando. *O céu da memória...* op. cit., p. 64.

<sup>948</sup> *Ibidem*.

<sup>949</sup> *Ibidem*.

em vida como ela. Antônio Motta afirmou que “nos túmulos acumulavam-se cadáveres, cada um conservando parte de sua individualidade, invocando lembranças comuns, memórias genealógicas, pois os túmulos passaram a ser também habitações familiares.”<sup>950</sup> E, cada vez mais, as famílias estavam preocupadas em construir túmulos imponentes, reforçando a ideia de que o cemitério também era um lugar que simbolizava poder e prestígio. Seis dias antes da inesperada morte de Joaquina, faleceu no Rio de Janeiro sua irmã, D. Christalina de Barros, vítima de febre tifoide. Assim ela foi lembrada pela imprensa aracajuana: “*A falecida era uma senhora de excelentes qualidades, cujas virtudes domesticas enchiam o lar e a sociedade em que se vivia de grandes atractivos.*”<sup>951</sup>

O Dr. Homero de Oliveira, advogado nascido em Recife e residente em Divina Pastora, levantara a bandeira do conservadorismo nos tempos do Império, época em que exerceu o cargo de promotor público da Comarca de Aracaju, vindo a se tornar desembargador no início da República. Foi o responsável por elaborar o projeto da Constituição do Estado de Sergipe, promulgada em 1892.<sup>952</sup> No necrológico publicado por ocasião da sua morte no ano de 1913, Homero foi qualificado como um dos mais ilustres sergipanos.<sup>953</sup> Em meio à consternação pela partida da finada e como amigo da família, o bacharel também levou ao Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, onde foi sepultada D. Joaquina, uma grinalda, qualificada por ele como menos pomposa que as demais dispostas perto do túmulo. Por isso, alegou que resolveu retirar dali o singelo objeto com medo de que o vento ou a chuva a destruíssem. Porém, o fato de ele considerar a sua grinalda “pobre” nos revela que, no imaginário da época, era de bom tom utilizar símbolos que estivessem em conformidade com a posição social do morrente.

Então, o Dr. Homero, conhecedor da filosofia, exímio orador e “*portador de uma linguagem poetica que lhe é peculiar*”<sup>954</sup>, preferiu demonstrar os seus pêsames escrevendo o poema “*Entre cyprestes – A memoria de Joaquina Valladão*”, publicado na sequência do texto inicial. Torna-se importante fazer um comentário sobre o título porque ele carrega um certo simbolismo, em primeiro lugar porque o cipreste passou a ser a árvore mais recomendada pelos higienistas para as necrópoles oitocentistas, estando de acordo com a nova sensibilidade romântica. De fato, “a vegetação visava converter o cemitério numa espécie de antigo bosque sagrado, de modo a que os visitantes pudessem sentir e ler, cheirar e ver as lições morais e

<sup>950</sup> MOTTA, Antonio. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas. *Horizontes Antropológicos*, n. 33, jan./jun. 2010, p. 02. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/wJjKsbncPPNh9QCPrJNnd/?lang=pt&format=pdf>.

<sup>951</sup> *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, Edição nº 164, 27 de março de 1896, p. 5.

<sup>952</sup> *O Republicano*, Edição nº 294, 1892, p. 2.

<sup>953</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Edição nº 02, 1913, p. 20.

<sup>954</sup> *Jornal de Sergipe*, Edição nº 83, 1880, p. 2.

religiosas que emanavam da semântica das tumbas.”<sup>955</sup> Em segundo lugar, sendo a morte um fato certo, essa ação de escrever para perpetuar a lembrança de alguém querido é reveladora da existência, naquela sociedade, da reverência pelos mortos e da crença do culto pela memória e pela recordação. Decerto o autor compartilhava dos mesmos espaços que Manoel Valadão, que também era um homem das letras.

**Figura 28:** General Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão

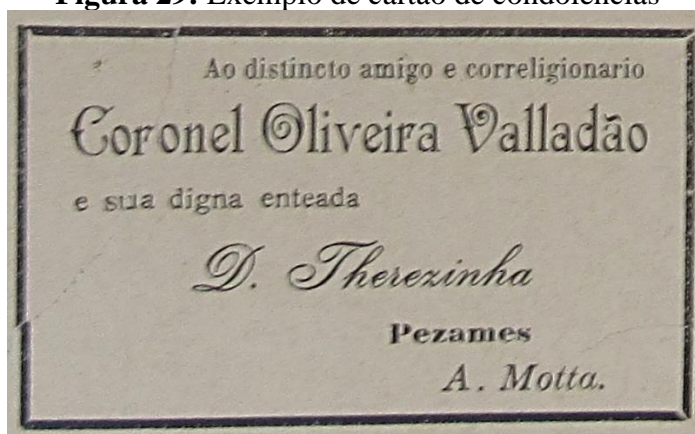


Fonte: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Edição nº 07, 1917, p. 1.

Durante os dois meses que sucederam o passamento da primeira-dama, telegramas, cartas e cartões de condolências foram enviados ao viúvo enlutado, e diversas missas em diferentes localidades foram celebradas pela alma da falecida. Os anúncios de funerais e aniversários da morte daquele(a) que se queria lembrar também eram elementos que integravam esse culto pela memória.

<sup>955</sup> CATROGA, Fernando. *O céu da memória...* op. cit., p. 117.



**Figura 29:** Exemplo de cartão de condolências

Fonte: *Diário Oficial*, Edição nº 162, 24 de março de 1896, p. 7.

Uma missa de sétimo dia “*por alma da virtuosa esposa desse benemérito sergipano [...]*”<sup>956</sup> foi realizada na manhã de 28 de março de 1896 na Igreja São Francisco de Paula pelos amigos e apoiadores sergipanos de Valadão, integrantes da conhecida “Colônia Sergipana”, que estavam no Rio de Janeiro. No mesmo dia e horário, celebrou-se uma missa na Igreja Matriz de Aracaju. Já na Igreja de Santo Antônio aconteceu outra missa no dia 30 de março, desta vez solicitada pelos empregados da Secretaria de Polícia do Distrito Federal, repartição que foi chefiada pelo tenente-coronel sergipano por cerca de três anos, a convite do Presidente Floriano Peixoto.<sup>957</sup>

Em Aracaju, a missa de trigésimo dia do passamento de D. Joaquina foi celebrada pelo padre e presidente do estado, Leonardo Dantas, na Igreja Matriz da cidade, hoje conhecida como Catedral Metropolitana. Naquela ocasião, “*O templo esteve repleto de pessoas de todas as classes sociais e musica do 26 e do 1º corpo de segurança, tocaram dolentes peças do seu repertorio.*”<sup>958</sup> A família também convidou os amigos residentes no Rio de Janeiro para assistirem a uma missa em homenagem aos 30 dias de falecimento da primeira-dama.

E foi de lá que o Coronel Manoel P. Valadão enviou uma pedra para ser colocada no túmulo de Joaquina. De acordo com a notícia, diversas pessoas de estima do político “*foram em piedosa romaria ao cemiterio desta cidade*”, e toda a cerimônia foi acompanhada pela banda do 1º corpo de segurança. Esses tipos de manifestações ocorridas na necrópole oitocentista denotam a importância que a recordação tinha para aquela sociedade, pois “o recordar não se esgota num acto ensimesmado ou meramente subjectivo, mas diz-se na

<sup>956</sup> *Jornal do Comercio*, Edição nº 00087, 1896, p. 9.

<sup>957</sup> *Jornal do Comercio*, Edição nº 00088, 1896, p. 8.

<sup>958</sup> *Jornal A Notícia*, 22 de abril de 1896, p. 1.

linguagem pública, *colectiva e instituinte* do rito.”<sup>959</sup> O hábito de se visitar os cemitérios, lugares de produção e de reprodução memória, segundo Catroga, se tornou uma “consequência da sobrevalorização pedagógica e cívica do culto”<sup>960</sup>, intensificando-se a partir da segunda metade do século XIX nos países majoritariamente católicos. Esse autor nomeou as visitas ao cemitério por amigos, políticos, correlegionários etc. de **Romagens Cívicas** porque as famílias já não são mais os únicos agentes cultuadores da memória. Depois de dar o informe, o jornal transcreveu a inscrição tumular presente na pedra:

**Figura 30:** Inscrição no túmulo de D. Joaquina  
*«Restos mortuos de d. Joaquina Guim-  
 rães de Menezes Valladão, nascida em 20 de  
 Abril de 1862, fallecida em 22 de Março de  
 1896, e da innocente Idu de Menezes Valla-  
 dão, nascida em 3 de Novembro de 1894 e mor-  
 ta em 17 de Fevereiro de 1895.»*  
*«Se eu morrer aqui, ajunta no meo caixão  
 os ossos de nossa querida filhinha.»*  
*Tributo de amor conjugal e paternal.*

Fonte: *Jornal A Notícia*, 19 de maio de 1896, Edição nº 60, p. 1.

Fabíola Santana diz que “as pedras, na representação da morte, validam e garantem a presentificação do morto na memória social.”<sup>961</sup> Também contribuiu para isso a individualização das sepulturas, ocorrida durante o século XIX. Por outro lado, o historiador Fernando Catroga conseguiu ilustrar muito bem, através de uma passagem de sua obra, esse simbolismo que envolvia a dupla finalidade do túmulo, principalmente quando se refere à capacidade deste de alimentar no ser a ficção de que o corpo não está condenado ao desaparecimento:

Se o túmulo tem por tarefa devorar e digerir o cadáver, por outro lado, ele é constituído por uma sobreposição de significantes (cadáver vestido, caixão, pedra tumular, epitáfio, estatuária, fotografia, etc.) que induz metaforicamente à aceitação da incorruptibilidade do corpo, elevando-se a “metonímia real, num prolongamento sublimado, mas real, da sua carne.”<sup>962</sup>

<sup>959</sup> CATROGA, Fernando. *O céu da memória...* op. cit., p. 21.

<sup>960</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>961</sup> SANTANA, Fabíola de Jesus Soares. *A Retórica Fúnebre: uma abordagem histórico-discursiva de epitáfios, obituários e memoriais virtuais*. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011, p. 61.

<sup>962</sup> CATROGA, p. 15.

Por meio do epitáfio, pudemos constatar ainda que o anjo da morte começou a rondar a ilustre família no início de 1895, com o falecimento da pequena Ida de Menezes Valadão, que, apesar de ter poucos meses de idade, também teve a sua memória eternizada naquela pedra. Daí a importância da família no culto aos mortos, pois, “[...] em primeira instância, o culto na sua incidência mais profana, é sobretudo um rito familiar; ele não só se celebra em família, como está investido de uma carga simbólica especificamente familiar, ao reiterar e reforçar os elos de parentesco.”<sup>963</sup> Somado a isso, no último quartel do século XIX, as inscrições tumulares passaram a ser o “lugar privilegiado de uma nova manifestação pública face à morte infantil.”<sup>964</sup> Ida foi batizada no mesmo dia em que o seu pai comemorava mais uma primavera, 4 de janeiro de 1895. Tragicamente, a garotinha faleceu pouco tempo depois da chegada da família a Aracaju. Carregado de uma sensibilidade romântica que tornava explícito o sofrimento causado pela morte do outro, o jornal *Folha de Sergipe*, propriedade do Capitão Capitolino Henrique da Costa, emitiu uma nota de pesar, embora houvesse divergências políticas entre o dono do periódico e o pai da menina:

#### **Fallecimento**

*Mais um anjo evolou se da terra, indo reunir-se aos outros que voejam no céo. Esse que assim se partiu tão depressa do lar onde nascera e onde recebera os primeiros afagos e os múltiplos carinhos de seus extremos progenitores era inocente [pela], filha do sr. Coronel Manoel Prisciliano de Oliveira Valladão, há pouco chegado do Rio de Janeiro. O anjo a que nos referimos, segundo nos consta, desembarcou nesta capital já trazendo em si o germen da moléstia que o arrebatou ás caricias do amor maternal.*<sup>965</sup>

No momento da morte, o que importava era prestar solidariedade e abrandar o sofrimento daqueles que acabaram de perder alguém para ela. Por vontade da sua genitora, foram reunidos no mesmo túmulo os restos mortais da pequena criança e da mãe recentemente saída do mundo dos vivos. No poema escrito pelo Dr. Homero, revela-se através das estrofes que a tristeza e a saudade pela perda da filha atingiram violentamente a existência de D. Joaquina:

- Não te queixes de mim, que ia fazer,  
**Desde que ella se foi, a nossa Ida,**  
**Foi-se com ella o amor, foi-se-me a vida.**  
 Como póde, meu Deus, sem a filha, a mãe viver?  
 [...]

<sup>963</sup> CATROGA, p. 28.

<sup>964</sup> VAILATI, Luiz Lima. Representações da morte infantil durante o século XIX no Rio de Janeiro e na Inglaterra, op. cit., p. 265.

<sup>965</sup> *Folha de Sergipe*, Edição nº 410, 19 de março de 1895.

Foi este o meu destino, bem vês, e não me queixo.  
**E para unir-me a Ida na Terra tudo deixo;**  
 - Amor, vida, prazer, o affecto mais ditozo;  
 A filha que adorava o idolatrado espozo.  
**- Só peço-te, recorda-te, que aberto o meu caixão**  
**Tu deites, dentro delle, o seu caixão de arminho;**  
 A quero junto a mim, bem junto ao coração,  
 Pois sabes que na terra ahi foi o seu ninho [...] <sup>966</sup> (grifos nossos)

Durante a cobertura jornalística feita por ocasião da sua morte, declarou-se que D. Joaquina “*costumava dizer na intimidade que a morte da filha concorreria para a sua morte.*”<sup>967</sup> Apesar de o casal sempre estar acompanhado dos seus filhos, frutos de relacionamentos anteriores, Ida nasceu do segundo casamento da jovem Quininha, que tinha apenas quatro anos de matrimônio com Valadão e 33 anos de vida. Entre as idas e vindas ao Norte, era comum que os familiares de Valadão o acompanhassem nessas viagens. Seu filho, o Alferes Diogo de Oliveira Valadão, também seguia com a carreira militar, servindo no Quartel Militar de São Cristóvão.

Trabalhando na capital federal, teve atuação destacada no combate aos insurgentes na ilha de Moncanguê-Grande e Niterói, focos de combate durante a Revolta da Armada (1893-1894). A versão oficial construída a respeito desse conflito conta que, durante três dias e três noites, o cadete sargento Diogo passou fome e sede juntamente com outros prisioneiros militares a fim de retomar o território que estava nas mãos dos revoltados. Por causa da profissão que exercia, ao longo da sua breve carreira, mudou várias vezes de estado. No Rio de Janeiro, a família Valadão morou durante alguns anos na Rua do Conselheiro Barros, nº 17, numa casa bem aparelhada e mobiliada confortavelmente com móveis de jacarandá e vinhático, porcelanas finas, espelhos, tapetes, pinturas, entre outros itens. Em 24 de outubro de 1894, Manuel Valadão assumiu a presidência do Estado de Sergipe pela primeira vez.

Ao retornar a Aracaju no mês de junho, o chefe político foi bem recebido e aclamado pelos correligionários e pela população em geral. Além das graves perdas familiares, os anos de 1895 e 1896 tornaram-se ainda mais difíceis para o Coronel Valadão, já que o Estado enfrentava uma violenta epidemia de varíola, e, nesse ínterim, o governador teve de renunciar ao cargo por causa de problemas de saúde. Regressou ao Rio de Janeiro em 24 de agosto de 1896 em companhia de sua enteada, Thereza de Figueiredo, a *Theresinha*.<sup>968</sup> A jovem órfã se casou com o engenheiro Capitão José Joaquim Pereira Lobo, que, no ano da morte da sogra, foi

<sup>966</sup> *Jornal A Notícia*, 22 de abril de 1896, p. 1.

<sup>967</sup> *Diário Oficial*, Edição nº 162, 24 de março de 1896, p. 2.

<sup>968</sup> *Jornal A Notícia*, 25 de agosto de 1896, p. 1.

eleito deputado e se candidatou ao cargo de vice-presidente do Estado de Sergipe ao lado de Martinho Garcez.<sup>969</sup> Certamente, esse casamento foi fruto da aproximação política entre o seu padraсто Valadão e o Capitão Lobo.

**Figura 31:** Thereza de Figueiredo Lobo



Fonte: *Revista Fon-Fon*, 1929, Edição nº 12, p. 39.

No Dia de Finados, em 2 de novembro de 1896, já era prática costumeira entre as pessoas ir ao cemitério para cultivar a memória dos entes queridos que se foram. Assim também aconteceu com Quininha Valadão, que não foi esquecida por aqueles que conviveram com ela. O viúvo pediu que os Deputados Messias Valladão e João Menezes fossem até o campo santo e transferissem as capelas mortuárias da igreja para o túmulo de Joaquina.<sup>970</sup> Apesar de o Senador Valadão não mais residir na capital de Sergipe, no aniversário de um ano da morte de Joaquina, 22 de março de 1897, aconteceram homenagens e visitas de autoridades e familiares ao último jazigo da ex-esposa do político sergipano.

Naquele mesmo dia, foi mandado rezar na Matriz da cidade pelo irmão do Coronel Valadão, Capitão Messias Ludgero de Oliveira Valladão, “*as exequias funebres por d Joaquina*

<sup>969</sup> GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Edição do Estado de Sergipe, 2003, p. 319.

<sup>970</sup> *Jornal A Notícia*, Edição nº 193, 03 de novembro de 1896, p. 1.

*Valladão, saudosíssima espôsa do nosso prestimoso chefe senador Valladão.*”<sup>971</sup> Ao mesmo tempo, no Rio de Janeiro, também ocorria uma missa em sufrágio da alma de Joaquina, na Igreja da Cruz dos Militares.<sup>972</sup> Mais um capítulo dessa história mórbida da família foi escrito em agosto de 1898: Diogo Valadão faleceu na cidade de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul,<sup>973</sup> para onde havia sido transferido em fins de 1894. Assim foi noticiada a sua morte por um jornal carioca:

**Bem moço ainda, está na memória de todos que combatem pró ou contra o marechal Floriano Peixoto**, durante a revolta de 1893, o alferes Valladão, então simples praça, que foi feito prisioneiro na ilha de Mocanguê, sendo tratado pelos seus inimigos com a consideração generosa e nobre que se dispensa aos bravos e valorosos, a quem a sorte das armas é adversa. O finado era filho do sr. Coronel Valladão.<sup>974</sup> (grifo nosso)

Rememorar grandes feitos como o de Diogo e a vida dos “grandes homens” era um dever cívico para aquela sociedade, já que se buscava legitimar o novo regime instaurado em 15 de novembro de 1889. No final de junho de 1896, a Assembleia Legislativa Estadual realizou uma sessão fúnebre para homenagear a memória do ex-Presidente Marechal Floriano Peixoto, e o Dr. Homero de Oliveira esteve como orador oficial da solenidade.<sup>975</sup> Esse tipo de comemoração de caráter cívico “enforma-se de componentes estéticos, dinâmicos, corporais (o desfile) e orais (os discursos) mais explícitos, de modo a realizar programadamente as suas intenções educativas e sociais.”<sup>976</sup> Isto é, são práticas que servem para reforçar a identidade dos grupos com vistas a garantir a imortalidade do evocado, e é nessa hora que se idealiza a personalidade, se engrandecem as qualidades pessoais do indivíduo e se minimizam os seus defeitos. A respeito da relação próxima entre Floriano Peixoto e Valadão, Mallu Ticiane afirmou: “Existe concordância na historiografia que Oliveira Valladão e o Marechal Floriano Peixoto eram muito amigos. Este, quando a República foi proclamada e se tornou vice-presidente do Brasil, nomeou Valadão para ser seu secretário.”<sup>977</sup>

<sup>971</sup> *Jornal A Notícia*, Edição nº 304, 22 de março de 1897, p. 1.

<sup>972</sup> *O Paiz*, Edição nº 4552, 21 de março de 1897, p. 6.

<sup>973</sup> *Jornal Cidade de Salvador*, Edição nº 00493, 1º de setembro de 1898, p. 1.

<sup>974</sup> *A Notícia* (RJ), Edição nº 00190, 03/04 de agosto de 1898, p. 1.

<sup>975</sup> *Jornal do Comércio*, Edição nº 184, 1896, p. 1.

<sup>976</sup> CATROGA, Fernando. *O céu da memória...* op. cit., p. 25.

<sup>977</sup> SANTOS, Mallu Ticiane Conceição dos. “*Viva a República*”: Análise das disputas pelo poder em Sergipe entre os republicanos Históricos e Adesistas (1889-1898). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021, p. 93.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aracaju, a nova capital planejada, já nasceu num contexto em que a questão do fim dos enterramentos estava na pauta das discussões há alguns anos. Logo nos primeiros meses de fundação, a grave epidemia de cólera morbus de 1855-56 impulsionou remodelações no espaço citadino que se estava construindo, mesma época em que, na Província de Sergipe, a construção de cemitérios para o sepultamento dos coléricos, mesmo que provisórios, “saiu do papel”, porém não podemos generalizar, já que em alguns locais isso não aconteceu num primeiro momento. A maioria das obras desses jazigos dos mortos foi viabilizada pela doação ou compra de terrenos e foi capitaneada por particulares que celebraram contratos com o governo.

Vivenciou-se uma relação diferente com a morte na qual as decisões do poder laico interferiram nas práticas religiosas da população. Nesse quesito, normas higiênicas foram impostas aos ritos fúnebres, que tiveram de ser alterados no momento de gravidade da epidemia, pois se recomendou a não realização de dobras de sinos, procissões e encomendações, por exemplo. De maneira geral, os membros do clero citados no primeiro capítulo não reagiram contra a transferência dos enterramentos para fora das igrejas, embora existissem alguns casos pontuais de resistência a essa nova medida. A exceção à regra eram os sepultamentos de sacerdotes, que continuavam sendo realizados dentro dos templos. O caso mais extremo de desobediência encontrado foi o que culminou na prisão do vigário Eugênio Lopes da Costa, que foi conduzido à cadeia de Aracaju mediante as ordens do governo provincial. Mesmo a contragosto da presidência, o sacerdote foi solto. Porém, esse ato era exemplar aos demais membros da igreja porque através dele o governo quis mostrar que estava disposto a fazer cumprir a lei. Ademais, os presidentes de província assumiram, através dos relatórios, a dificuldade em se contabilizar os mortos, já que muitos cadáveres foram sepultados nos pastos dos engenhos, campos e estradas, dificultando a contagem dos mortos, bem como o local exato dos sepultamentos.

Os jornais e os documentos oficiais revelaram as tensões existentes entre as autoridades civis, que estavam antenadas ao discurso medicalizador da morte, e eclesiásticas envolvidas nessa questão. Muitos padres queixavam-se da “falta de autoridade” ou da perda dela quando se tratava das relações com o poder público. Delegados, subdelegados e vigários protagonizaram discussões e desavenças num momento em que a população carecia de providências para debelar o mal. Os indivíduos residentes das vilas e cidades mais afastadas padeciam esperando o socorro necessário.

Mesmo sendo desacreditada por muitos, com o passar dos anos, Aracaju foi se desenvolvendo, e o contraste foi se tornando cada vez mais claro porque se privilegiava a organização das ruas e praças de dentro do tabuleiro de xadrez, proibindo, por exemplo, a retirada de barro que alimentava o trabalho nas olarias, além da construção e reedificação de casas de palha que atrapalhavam o aformoseamento da cidade. No segundo capítulo, foram relatados alguns casos de precárias habitações atingidas por incêndios, deixando os seus donos e moradores à própria sorte. Eram pobres que somente recebiam assistência do poder público quando este achava prudente recolhê-los rapidamente nos lazaretos ou hospitais caso tivessem contraído a varíola ou outra enfermidade. Aracaju, que possuía o status de capital da província e depois do Estado de Sergipe, chegou ao final do século XIX ainda carente de infraestrutura básica e sem uma demarcação eficaz dos seus limites.

Em 1862, foi inaugurada uma obra de que tanto carecia a cidade: o Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, localizado numa região mais distante da zona central. Esse foi o resultado das teorias médicas em discussão na época, mas, ao longo dos anos, problemas estruturais da cidade, como a falta de estradas e de aterramento e calçamento das ruas, tornaram embaraçoso o cotidiano fúnebre daquela população. Autoridades civis e eclesiásticas continuaram se envolvendo em tensões provocadas por questões de funcionamento e administração do Cemitério de N. Sra. da Conceição. Na verdade, era uma disputa entre o poder religioso, que desejava manter-se à frente de instituições desse tipo, e do poder civil, que cada vez mais estava interferindo no campo religioso. O próprio espaço interno do cemitério reproduzia as distinções sociais ao delimitar quais cadáveres deveriam ser enterrados nas carneiras disponíveis.

Notamos, através dos inúmeros casos apresentados ao longo do texto, que Aracaju se transformou no campo de coexistência e também de disputa de sistemas normativos. Estão dentro desse campo, no sentido bourdieusiano, os agentes e grupos ocupantes de diferentes posições que tentaram impor e reproduzir as suas práticas e estratégias, como o Estado, a Igreja Católica, detentora do capital religioso e encarregada da gestão dos bens de salvação, e os médicos, detentores de capital científico e que tentaram impor uma concepção particular de ciência. Para Bourdieu, “o objetivo dessas lutas reside na apropriação do capital específico do campo (obtenção do monopólio do capital específico legítimo) e/ou redefinição desse capital.”<sup>978</sup> A título de exemplo, vimos no capítulo terceiro que, a primeira diretoria do Hospital de Caridade de Nossa Senhora da Conceição (atual Santa Isabel) não possuía nenhum membro

---

<sup>978</sup> CATANI, Afrânio Mendes et al. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 65.



da Igreja Católica na sua composição. O último sacerdote que fez parte da comissão de administração foi o vigário Elisiário Telles, porém atuou antes da inauguração do hospital em 1862. Os integrantes eram nomeados pelo presidente da província, e o primeiro diretor do hospital, que o administraria por dois anos, foi um médico, profissional que galgava uma maior autoridade de fala nesse campo de disputas. É importante saber que o hospital estava diretamente vinculado ao governo e não a irmandades religiosas, apesar de muito se discutir sobre em quais mãos deveria ficar o controle dessa instituição de saúde por causa do seu caráter filantrópico. Mas, isso não significa dizer que o hospital não estava atrelado a nenhum compromisso religioso. Dentro do hospital existia uma preparação para garantir o amparo necessário aos que ali morriam. O mordomo era o responsável por cuidar do enterramento dos cadáveres, o corpo era envolto em uma mortalha branca pelos enfermeiros e serventes, que também poderiam convidar o padre (se o médico autorizasse) para prestar os socorros espirituais aos doentes.

Assim que foi criada, a cidade e “joia” de Inácio Joaquim Barbosa rapidamente teve, por muitas vezes, o seu brilho ofuscado pelas epidemias e crises que a acompanharam durante o resto do século XIX. Falando nisso, do conjunto das moléstias que faziam parte do quadro nosológico de Aracaju, a perigosa varíola foi uma das que mais incomodou a população aracajuana de tempos em tempos. Entretanto, constatamos que as recorrentes epidemias de bexigas não impediram que os ritos necessários para a salvação da alma continuassem sendo executados pelos aracajuanos. Ainda se dava importância à redação do testamento, enquanto rito inicial de separação, e à veste fúnebre, por exemplo. A maioria dos mortos por varíola foi à sepultura com seus trajes brancos, e os parentes adquiriam nos comerciantes da cidade objetos e tecidos para compor o vestuário adequado para o luto. Falando nisso, no penúltimo capítulo listamos os nomes de vários comerciantes, armadores, carpinteiros, pedreiros, entre outros profissionais que atuavam no mercado fúnebre aracajuano. Conseguimos entender que esses produtos chegados à capital provinham das principais redes de abastecimento existentes na província. Porém, algumas famílias acabavam comprando objetos ou contratando serviços oferecidos por comerciantes de outras cidades.

No geral, não se comprovou a hipótese considerada no início da pesquisa de “descaracterização da morte barroca” na freguesia urbana de Nossa Senhora da Conceição, pois os funerais possuíam elementos que, segundo João José Reis, são característicos desse estilo de morte. Nos funerais realizados até pelo menos a Proclamação da República, ainda se queimava uma grande quantidade de velas, e a pompa também se caracterizava pela participação dos padres, autoridades e músicos nos cortejos fúnebres. Os sinos das igrejas continuaram a badalar

para avisar que alguém daquela comunidade havia feito a sua passagem para o além. Esse serviço era, inclusive, mais caro em Aracaju do que na cidade de São Cristóvão e na Vila do Socorro.

A priori, relacionamos as mudanças nas atitudes fúnebres da população mais abastada ao progressivo empobrecimento da primeira elite da capital, fenômeno constatado em trabalho anterior. O funeral mais caro encontrado nas fontes foi justamente de uma integrante desse grupo social porque, na hora da morte, as diferenças sociais do mundo dos vivos deveriam ser mantidas e reforçadas. Por outro lado, também existiram indivíduos da elite que nada mencionaram em seus testamentos sobre como deveriam ser organizados os funerais e enterramentos. Além disso, não podemos afirmar que o número de testamentos encontrados para essa comarca é um indício forte de que os habitantes de Aracaju deixaram de redigi-los, assim como se cogitou na fase inicial da pesquisa.

Ao olhar mais de perto os testamentos, vimos que os pedidos de sufrágios ainda integravam a lista de últimas vontades dos testadores da Comarca de Aracaju em fins do século XIX, embora tivessem diminuído. E, com base no estudo das fórmulas testamentárias, percebemos que, durante boa parte da segunda metade do século, a visão que a sociedade aracajuana tinha sobre o morrer e a morte ainda era influenciada pela *pedagogia do medo*, principalmente em relação à preocupação com o destino da alma após a morte. Apesar de o testamento ter adquirido cada vez mais o caráter de instrumento de transmissão de heranças, nos documentos encontrados para a década de 1890, os indivíduos continuavam a se declarar católicos e externalizavam a preocupação com a realização dos enterros, por exemplo.

Contudo, esses poucos casos não são suficientes para concluir que os fiéis deixaram de reproduzir fórmulas religiosas ou de crer na vida após a morte. Reforçam essa nossa afirmação os dados obtidos pelo pesquisador Rafael Cerqueira, que examinou 100 testamentos existentes no mesmo arquivo, mas referentes à Primeira República. Apesar da gradativa perda de influência da Igreja Católica naquele período, o estudioso mostrou que “algumas fórmulas presentes nos testamentos continuaram a ser utilizadas pelos testadores no ato das suas disposições finais [...]”<sup>979</sup>.

Pudemos constatar, no último capítulo, a partir do exemplo do funeral e de toda a repercussão que a morte da primeira-dama do Estado, D. Joaquina Valladão, teve que o morrer continuava sendo um acontecimento social relevante, em especial quando o(a) defunto(a) era uma pessoa importante para aquela sociedade. Entendemos que a espetacularização acontecia

---

<sup>979</sup> CERQUEIRA, Rafael Santa Rosa. *Nos domínios de Hades*, op. cit., p. 48.

a partir da integração de elementos da esfera religiosa aos novos ideais em circulação na época, que acabaram por estimular o crescimento de um novo culto aos mortos, característico do processo de secularização, mas não de descristianização da morte. O que se pretende dizer é que enxergamos uma conjugação de elementos característicos do enterramento civil com os ritos da Igreja Católica, apesar de o administrar da morte já não estar exclusivamente nas mãos do poder religioso, mas sim da gestão familiar. E, como exemplo dessa nova relação, pautada na evocação memorial e em uma nova afetividade em relação aos defuntos, temos as visitas periódicas aos cemitérios, o cuidado com os jazigos, os aniversários de falecimento do ente querido etc.

Existem vários caminhos possíveis que nos levam ao futuro desta pesquisa. Pretendemos escrutinar o processo de criação dos demais cemitérios da cidade já na primeira metade do século XX, como o Cemitério do ABC (que atualmente se encontra inativo), o Cemitério Helena Alves Bandeira (conhecido como Cemitério da Atalaia Velha) e o Cemitério da Cruz Vermelha (Cambuís). No caso desse último, devemos nos debruçar sobre o acervo histórico da Associação Aracajuana de Beneficência, mantenedora do cemitério desde a sua inauguração. Ainda tratando de filantropia, surgiu o interesse em se estudar a atuação da Sociedade Humanitária Tobias Barreto, agremiação pia fundada em 1909 para oferecer assistência às pessoas pobres inclusive na hora da morte.

Vale a pena investigar, também, como o mercado funerário aracajuano foi se especializando durante a Primeira República, tema que ainda não foi estudado. Avançar no recorte temporal pode nos ajudar a encontrar mais dados que reforcem a hipótese de que as famílias passaram a gerir cada vez menos os enterramentos dos seus parentes, delegando essa responsabilidade para os profissionais funerários. Nesse aspecto, a pesquisa nos levaria a descobrir como se deu o surgimento das primeiras funerárias em Aracaju. Como se vê, ainda há muitas contribuições a dar ao campo da historiografia sergipana sobre a morte, em especial no que tange à capital do Estado. Aos poucos, nós que aqui estamos vamos escrevendo sobre a história dos que descansam em paz na terra dos cajueiros.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia

ABREU, Laurinda. A luta contra invasões epidêmicas em Portugal: políticas e agentes, séculos XVI-XIX. *Ler História*, v. 73, p. 93-120, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/4118>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ALENCAR, José de. *Senhora*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira. *A peste serve qual partido?: disputas políticas e epidemia do cólera (Ceará, 1862-1863)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2020.

AMARAL, Sharyse Piroupo. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. 273 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana. Atividades Produtivas. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Org.). *Textos para a História de Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

ANDRADE, Suelayne Oliveira. *O jornal Folha de Sergipe e os anúncios necrológicos*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

ANTONIO, Edna Maria Matos. “A independência do solo que habitamos”: poder, autonomia e cultura política na construção do Império Brasileiro. Sergipe (1750-1831). 391 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011.

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

BARBERO, Rafael Bedenik. *O Tabuleiro, o esquadro e as tintas: Sociabilidade Maçônica na década de 1870*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

BAYARD, Jean-Pierre. *Sentido oculto dos ritos mortuários: morrer é morrer?* São Paulo: Paulus, 1996.

BERTO, João Paulo. *Liturgias da boa morte e do bem morrer: práticas e representações fúnebres na Campinas oitocentista (1760-1880)*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014.

BRIZOLA, Jaqueline Hasan. *A terrível moléstia: vacina, epidemia, instituições e sujeitos: a história da varíola em Porto Alegre no século XIX (1846-1874)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BRUNO, Aguiomar Rodrigues. *A morte como negócio: os mercadores fúnebres no interior fluminense (Piraí, Século XIX)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMARGO, Luís Soares de. *Viver e Morrer em São Paulo: A vida, as doenças e a morte na cidade do século XIX*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARBONETTI, Adrián; RODRÍGUEZ, María Laura. Cholera epidemics in Córdoba as seen through the press. The supply of preventive and curative products during the 1867-68 epidemic. *Hist. Cienc. Saúde*, Manguinhos, v. 14, n. 2, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/JFHDk86pC4Y3JZfgTNYT9yc/?lang=en>. Acesso em: 10 out. 2021.

CARDOSO NETO, Amâncio. *Sob o signo da peste: Sergipe no tempo do cholera (1855-1856)*. Dissertação de Mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 2001.

CARVALHO, Fernando Lins de. *Vizinhos, sim; enterros à parte*. Os cemitérios Santa Isabel e São Benedito. Aracaju, SE (1862-1933). Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

CATANI, Afrânio Mendes et al. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

CERQUEIRA, Rafael Santa Rosa. *Nos domínios de Hades: a representação social da morte em Aracaju/SE durante a Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

CUNHA, Tatiane Oliveira da. *Liberdade religiosa em questão no Brasil: práticas e representações e imprensa nos conflitos entre católicos e protestantes em Sergipe (1867-1927)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro -UNIRIO, Rio de Janeiro, 2021.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHERNOVIZ, P. L. N. *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das familias contendo a descripção das causas, symptomas e tratamento das moléstias; As receitas para cada moléstia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis*. A. Roger & F Chernoviz, Paris, 1890.

CRUZ, Jeferson Augusto da. *Uma mão de verniz sobre o Tabuleiro de Pirro: Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918-1926)*. Teresina: Cancioneiro, 2022.

DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, Orlando Vieira. *A Vida Patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível. Epidemia do cólera na Bahia em 1855-56*. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH, UFBA, 1994.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300-1800)*. Companhia de Bolso, 2009.

DIELE, Karel et al. *Sobre a definição da zona de apicum e a sua importância ecológica para populações de caranguejo-Uçá *Ucides cordatus**. 2013, p. 10. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepene/images/stories/publicacoes/btc/vol19/art01-v19.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. v. 1. Organização de Ana Maria Fonseca Medina. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2009.

ÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. Vol. II.

DÓRIA, Epifânio. *Veneráveis da Loja Cotinguiba*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1961.

FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves. Vestidos para a sepultura: a escolha da mortalha fúnebre na Braga setecentista. *Tempo*, v. 22, n. 39, jan./abr. 2016, p. 112. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2016/04/06-Norberto-Vilaca.pdf>.

FIGUEIRA JÚNIOR, Oseas Batista. *A ordem médica sobre o alagadiço: higienismo, epidemias na Alagoas oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Maceió, 2018.

FIGUEIREDO, Angela Cristina Sarvat de. *D. Romualdo Antônio de Seixas e o poder: entre a fé e a política*. 2014. 222 f. Tese (Doutorado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe (Do golpe de 15-11-1889 ao Golpe de 31-3-1964)*. 1º Volume, 1986.

FONTES, José Silvério Leite. Cidades e Vilas de Sergipe no Século XIX – Depoimentos. *Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História* – ANPUH, Belo Horizonte, setembro de 1973.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

FRANCISCO, Renata Ribeiro. A dinâmica abolicionista nas Lojas Maçônicas de São Paulo (1850-1888). *Almanack*, Guarulhos, n. 32, 2022, p. 3. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/alm/a/zGtG7T89DWRF7mNRZkFyKfM/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 16 jan. 2023.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe (1575-1855)*, 3. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IGHSE, 2013.

FREYRE, Gilberto. *Vida Social no Brasil nos meados do século XIX*.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos – Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15. ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, C. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

GAMA, Márcia Oliveira. GAMA, Márcia Oliveira. “*Em nome da Santíssima Trindade encomendo a minha alma*”: morrer na cidade de São Cristóvão/SE (1864-1886). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

GONÇALVES, Monique de Siqueira. Entre livros e apólices: a trajetória do clínico, lente e acadêmico Antonio Corrêa de Souza Costa. In: CAMPOS, A. P.; RIBEIRO, G. S. (Orgs.). *Histórias sobre o Brasil no Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2016.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Edição do Estado de Sergipe, 2003.

JESUS, André Luiz Sá de. *Uma história da primeira estação ferroviária de Aracaju (1910-1976)*. 138f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

JOHNSON, Steven. *O mapa fantasma: uma epidemia letal e a epopeia científica que transformou nossas cidades*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

JUÁREZ, Mariano Monge. La epidemia de cólera morbo de 1884 en Elche; un elemento de cambio de sociedad y una nueva categoría de la contemporaneidad. *Cultura de los Cuidados* (Edición digital), v. 22, n. 51, mayo-ago. 2018. Disponível em: [https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/77590/1/CultCuid\\_51\\_04.pdf](https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/77590/1/CultCuid_51_04.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

KELLEHEAR, Allan. *Uma história social do morrer*. Trad. Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

LEÃO, Letícia Pereira; MURTA, Nadja Maria. O uso terapêutico dos alimentos em meados do século XIX. *Demetra – Alimentação, Nutrição e Saúde*, v. 16, 2021, p. 7. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/55945/37226>.

LIMA, Gláriston Santos. *A cultura do material escolar: desvelando a formatação da Instrução de Primeiras Letras na Província de Sergipe (1834-1858)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

MARTINS, José de Souza (Org.). *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1983.

MATRANGOLO, B. H. S. *Formas de bem-morrer em São Paulo: transformações nos costumes fúnebres e a construção do cemitério da Consolação (1801-1858)*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia no século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MENDONÇA, Manoel Curvello de. *Sergipe republicano: estudo critico e histórico*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1896.

MESQUITA, José Carlos Vilhena. Para a História da Saúde no Algarve: As epidemias de cólera mórbus no século XIX. *Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, n 15, 2015, p. 33. Disponível em:

<https://sapiencia.ualg.pt/bitstream/10400.1/10865/1/Para%20a%20Hist%C3%B3ria%20da%20Sa%C3%BAde%20no%20Algarve.%20As%20epidemias%20de%20c%C3%B3lera%20m%C3%B3rbus%20no%20s%C3%A9culo%20XIX.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MOTT, Luiz R. B. *Pardos e pretos em Sergipe: 1774-1851*.

MOTTA, Antonio. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas. *Horizontes Antropológicos*, n. 33, jan./jun. 2010, p. 02. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/wJjKsbnckPPNh9QCPrJNnd/?lang=pt&format=pdf>.

NASCIMENTO, Mara Regina do; DILMANN, Mauro (Orgs.). *Guia didático e Histórico de verbetes sobre a morte e o morrer*. Porto Alegre: Casalettras, 2022.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840/1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006.

NUNES, Verônica Maria Meneses. *Glossário de Termos sobre Religiosidade*. Aracaju: Tribunal de Justiça; Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, 2008.

OLIVA, Terezinha Alves de. Estruturas de Poder. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Org.). *Textos para a História de Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

OLIVEIRA JUNIOR, João Mouzart de. *A cor da oração: sociabilidades e resistências na irmandade de São Benedito em Aracaju-SE*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

PERROT, Michele et al. *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PIMENTA, T. S.; MOTA, A.; FRANCO, S. P. (Orgs.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória: EDUFES, 2019.



PIMENTA, T. S.; GOMES, F.; KODAMA, K. Das enfermidades cativas: para uma história da saúde e das doenças. In: TEIXEIRA, L. A.; PIMENTA, T. S.; HOCHMAN, G. (Orgs.). *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2018.

PORTO, Fernando. *A cidade do Aracaju (1855-1865) – Ensaio de Evolução Urbana*. Aracaju: Livraria Regina, 1945.

PUELLES, Alice Aparecida Labarca. *O vestuário e seus acessórios em São Paulo em meados do século XIX: uma construção de vocabulário para compreender indumentária*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da USP, 2014.

QUÍRICO, Tamara. A representação do Juízo Final como imagem devocional. *XXIII Simpósio Nacional de História - lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*, 2015, p. 2. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439811339\\_ARQUIVO\\_TamaraQuirico-ANPUH2015final.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439811339_ARQUIVO_TamaraQuirico-ANPUH2015final.pdf).

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 2. ed. (Edição de 30 anos revista e ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da Vida Privada no Brasil 2: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Igrejas e Cemitérios: as transformações nas práticas de enterramentos na cidade de Cuiabá - 1850 a 1889*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas Fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Cláudia. Funerais, oposição e protesto entre a França e o Brasil do século XIX. *Almanack*, Guarulhos, n. 9, abr. 2015, p. 66. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/7GmzwZTRdpq39JfYWQNdGcQ/?format=pdf&lang=pt>.

SÁ, Lenilde Duarte de et al. Práticas terapêuticas e praticantes de cura na cidade da Parahyba - 1889 a 1920. *História da Enfermagem: Revista Eletrônica*, v. 2, 2011, p. 148. Disponível em: <http://www.here.abennacional.org.br/here/vol2num2artigo10.pdf>.

SANGLAD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Caridade e filantropia: elites, estado e assistência à saúde no Brasil, p. 153. In: TEIXEIRA, L. A.; PIMENTA, T. S.; HOCHMAN, G. (Orgs.). *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2018.

SANTANA, Antonio Samarone de. *As Febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju, 2005.

SANTANA, Cleber de Oliveira. Sonoridades na cidade aracajuana: sons, vozes e práticas culturais. *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*, v. 1, n. 1, p. 124-148, jan./jun. 2018. Disponível em: [https://revistas.uneb.br/index.php/nhipe/user/setLocale/en\\_US?source=%2Findex.php%2Fnhipe%2Farticle%2Fview%2F5278%2F3330](https://revistas.uneb.br/index.php/nhipe/user/setLocale/en_US?source=%2Findex.php%2Fnhipe%2Farticle%2Fview%2F5278%2F3330).

SANTANA, Fabíola de Jesus Soares. *A Retórica Fúnebre: uma abordagem histórico-discursiva de epitáfios, obituários e memoriais virtuais*. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SANTOS, Bárbara Barbosa. *Moléstias do corpo escravo: doenças e morbidade entre cativos em Sergipe (1865-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

SANTOS, Bruna Morrana dos. *Riqueza e Sociedade na Comarca de Aracaju: um estudo sobre a dinâmica familiar da primeira elite de Aracaju (1855-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SANTOS, Fernanda Carolina Pereira dos. *As Relações Comerciais entre Estância e Salvador: redes de abastecimento e a importância do crédito no século XIX*. In: MALAQUIAS, Carlos de Oliveira; ANTONIO, Edna Matos (Orgs.). *Revisitando Sergipe Oitocentista, fontes históricas e novos temas de pesquisa*. Aracaju: Editora SEDUC, 2022.

SANTOS, Israel Silva dos. *D. Romualdo Antônio de Seixas e a reforma da Igreja Católica na Bahia (1828-1860)*. Tese de Doutorado - Salvador, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2014.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Festas do Aracaju: tramas da tradição religiosa em uma cidade moderna (1900-1950). *Ateliê Geográfico*, v. 9, n. 1, abr. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/download/29557/18597/149949>.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Um passeio em dias de tormentas: a viagem do Conde d'Eu às províncias do Antigo Norte do Brasil. *História*, São Paulo, v. 36, ed. 6, 2017, p. 16. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/wvtpd3FJHR6PfrksMRrfYs/?lang=pt&format=pdf>.

SANTOS, Mallu Ticiane Conceição dos. *“Viva a República”*: Análise das disputas pelo poder em Sergipe entre os republicanos Históricos e Adesistas (1889-1898). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

SANTOS, Sidnei Ferreira dos. *A construção social do mercado funerário no Brasil: agentes, instituições e estratégias de negócios*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação

em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara/SP, 2019.

SANTOS, Waldefranklin Rolim de Almeida. *Modernização centralizadora: território e desenvolvimento urbano na Província de Sergipe (1855-1860)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SCHMITT, Juliana. *Mortes vitorianas: corpo, luto e vestuário*. São Paulo: Alameda, 2010.

SILVA, Deuzair José da. *A (re)invenção do fim: lugares, ritos e secularização da morte em Goiás no século XIX*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

SILVA, Erika Amorim da. *O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, Henrique Batista. *História da Medicina em Sergipe*. Aracaju, 2006.

SILVA, Rodrigo Otávio da. “Querem matar de fome”: médicos e “bestas-feras” na dietética do Hospital de Caridade Juvino Barreto em Natal (1909-1927). *Revista Ingesta*, São Paulo, v. 3, n. 1, set. 2020, p. 238. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaingesta/article/download/167892/163459/435597>.

SOHIET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUZA NETO, Edvaldo Alves de. “Ô levanta nego, cativo se acabou”: experiências de libertos em Sergipe durante o pós-abolição. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

TEIXEIRA, L. A.; PIMENTA, T. S.; HOCHMAN, G. (Orgs.). *História da Saúde no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2018.

TELLES, M. P. Oliveira. *Sergipenses (escriptos diversos)*. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

TORRES, Acrísio. *Imprensa em Sergipe*. Brasília, 1993.

VAILATI, Luiz Lima. Representações da morte infantil durante o século XIX no Rio de Janeiro e na Inglaterra: um esboço comparativo preliminar. *Revista de História*, São Paulo, n. 167, jul./dez. 2012.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

## Jornais

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 26, 10 de abril 1850.

- Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 33, 04 de maio de 1850.
- Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 38, 22 de maio de 1850.
- Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 48, 26 de junho de 1850.
- Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 81, 23 de outubro de 1850.
- Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 92, 04 de dezembro de 1850.
- Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 6, 21 de janeiro de 1852.
- Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 60, 03 de setembro de 1853.
- Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 95, 20 de dezembro de 1854.
- Correio Mercantil*, Edição nº 17, 18 de janeiro de 1855.
- Jornal do Comércio*, Edição nº 81, 22 de março de 1855.
- O Republico*, Edição nº 138, 24 de março de 1855.
- Correio Mercantil*, Edição nº 89, 1º de abril de 1855.
- O Liberal Pernambucano*, Edição nº 755, 18 de abril de 1855.
- Jornal do Comércio*, Edição nº 160, 10 de junho de 1855.
- O Republico*, Edição nº 157, 02 de julho de 1855.
- Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 33, 04 de julho de 1855.
- Diário de Pernambuco*, Edição nº 155, 07 de julho de 1855.
- O Republico*, Edição nº 161, 14 de julho de 1855.
- Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 45, 3 de outubro de 1855.
- Diário de Pernambuco*, Edição nº 232, 08 de outubro de 1855.
- Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 49, 27 de outubro de 1855.
- O Republico*, Edição nº 193, 17 de novembro de 1855.
- Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 55, 24 de novembro de 1855.
- Correio Mercantil*, Edição nº 324, 24 de novembro de 1855.
- Jornal do Comércio*. Edição nº 326, 27 de novembro de 1855.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 56, 1º de dezembro de 1855.

*Jornal Correio Mercantil*, Edição nº 339, 09 e 10 de dezembro de 1855.

*Correio Mercantil*, Edição nº 340, 11 de dezembro de 1855.

*Correio Mercantil*, Edição nº 359, 31 de dezembro de 1855.

*Correio Mercantil*, Edição nº 1, 1º de janeiro de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 1, 05 de janeiro de 1856.

*Correio Paulistano*, Edição nº 353, 08 de janeiro de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 2, 09 de janeiro de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 3, 15 de janeiro de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 04, 19 de janeiro de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 12, 27 de fevereiro de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 14, 19 de março de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 15, 29 de março de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 17, 05 de abril de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 18, 09 de abril de 1856.

*O Correio da Tarde*, Edição nº 83, 10 de abril de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 25, 03 de maio de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 26, 07 de maio de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 29, 17 de maio de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 32, 31 de maio de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 26, 12 de julho de 1856.

*Correio Mercantil*, Edição nº 193, 14 de julho de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 40, 02 de agosto de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 41, 09 de agosto de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 43, 16 de agosto de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 51, 02 de setembro de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 57, 11 de outubro de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 54, 1º de outubro de 1856.

*Jornal do Comércio*, Edição nº 284, 13 de outubro de 1856.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 24, 13 de maio de 1857.

*Jornal do Comércio*, Edição 00153, 05 de junho de 1857.

*Correio Sergipense*, Edição nº 38, 12 de agosto de 1857.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 42, 19 de setembro de 1857.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 45, 09 de outubro de 1857.

*Jornal do Comércio*, Edição 00324, 25 de novembro de 1857.

*Correio Sergipense*, Edição nº 46, 1858.

*Jornal do Comércio*, Edição nº 115, 29 de abril de 1858.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 25, 12 de maio de 1858.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 34, 10 de julho de 1858.

*Correio Sergipense*, Edição nº 35, 14 de julho de 1858.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 36, 17 de julho de 1858.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 38, 21 de julho de 1858.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 42, 14 de agosto de 1858.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 17, 23 de março de 1859.

*Jornal do Comércio*, Edição nº 90, 1º de abril de 1859.

*Jornal do Comércio*, Edição nº 104, 16 de abril de 1859.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 89, 30 de dezembro de 1859.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 06, 11 de janeiro de 1860.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 07, 16 de janeiro de 1860.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 41, 16 de maio de 1860.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 70, 15 de agosto de 1860.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 76, 19 de setembro de 1860.

*Jornal do Comércio*, Edição nº 290, 19 de outubro de 1860.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 57, 20 de julho de 1861.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 57, 30 de julho de 1861.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 64, 14 de agosto de 1861.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 16, 20 de fevereiro de 1862.

*Correio Mercantil e Instructivo, Politico Universal*, Edição nº 169, 20 de junho de 1862.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 56, 10 de julho de 1862.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 08, 31 de janeiro de 1863.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 15, 23 de fevereiro de 1863.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 39, 21 de maio de 1864.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 66, 24 de agosto de 1864.

*Jornal Correio Sergipense*, Edição nº 09, 1º de fevereiro de 1866.

*Jornal A Fraternidade*, Edição nº 01, 1871.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 343, 15 de janeiro de 1872.

*Jornal do Aracajú*, Edição nº 272, 11 de maio de 1872.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 291, 17 de julho de 1872.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 297, 07 de agosto de 1872.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 297, 07 de agosto de 1872.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 313, 02 de outubro de 1872.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 319, 23 de outubro de 1872.

*Jornal do Aracajú*, Edição nº 321, 1872.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 327, 20 de novembro de 1872.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 337, 1872.

*A Família*: jornal dos interesses maçonicos, Edição nº 17, 26 de dezembro de 1872.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 345, 22 de janeiro de 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 349, 1873.

*Jornal do Aracaju*. Edição nº 350, 08 de fevereiro de 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 351, 12 de fevereiro de 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 352, 15 de fevereiro de 1873,

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 353, 19 de fevereiro de 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 354, 22 de fevereiro de 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 355, 26 de fevereiro de 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 360, 15 de março de 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 361, 19 de março de 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 362, 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 364, 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 365, 02 de abril de 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 366, 05 de abril de 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 367, 09 de abril de 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 369, 19 de abril de 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 374, 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 377, 17 de maio de 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 385, 14 de junho de 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 387, 21 de junho de 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 389, 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 429, 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 430, 19 de novembro de 1873.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 442, 08 de janeiro de 1874.



- Jornal do Aracaju*, Edição nº 448, 28 de janeiro de 1874.
- Jornal do Aracaju*, Edição nº 458, 03 de março de 1874.
- Jornal do Aracaju*, Edição nº 481, 06 de maio de 1874.
- Jornal do Aracajú*, nº 491, 10 de junho de 1874.
- Jornal do Aracaju*, Edição nº 524, 1874.
- A Fraternidade*, Edição nº 08, 1875.
- Jornal do Aracaju*, Edição nº 585, 27 de abril de 1875.
- Jornal do Aracajú*, Edição nº 595, 1875.
- Jornal do Aracaju*, Edição nº 597, 05 de junho de 1875.
- Jornal do Aracaju*, Edição nº 601, 19 de junho de 1875.
- A Fraternidade*, Edição nº 08, 05 de dezembro de 1875.
- A Fraternidade*, Edição nº 12, 1876.
- A Fraternidade*, Edição nº 14, 17 de fevereiro de 1876.
- Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*, Edição nº 01-04, 1876.
- Jornal do Aracaju*, Edição nº 727, 1876.
- Jornal do Aracajú*, Edição nº 731, 1876.
- Jornal do Aracaju*, Edição nº 745, 1º de novembro de 1876.
- Jornal do Aracaju*, Edição nº 754, 1876.
- Jornal O Americano*, Edição nº 47, 17 de dezembro de 1876.
- Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*, Edição 02-03, 1873 a 1877.
- Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*, Edição 10-12, 1873 a 1877.
- Jornal do Aracaju*, Edição nº 788, 04 de abril de 1877.
- Jornal do Aracaju*, Edição nº 798, 1877.
- Jornal do Aracaju*, Edição nº 801, 1877.
- Jornal do Aracaju*, Edição nº 915, 1878.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 919, 1878.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 992, 1878.

*Jornal do Aracaju*, Edição nº 33, de 1879.

*O Guarany*, Edição nº 45, 1879.

*Jornal de Sergipe*, Edição nº 104, 1879.

*Jornal de Sergipe*, Edição nº 11, 1880.

*Jornal de Sergipe*, Edição nº 18, 1880.

*Jornal de Sergipe*, Edição nº 57, 30 de junho de 1880.

*Jornal de Sergipe*, Edição nº 77, 25 de agosto de 1880.

*Jornal de Sergipe*, Edição nº 80, 1º de setembro de 1880.

*Jornal de Sergipe*, Edição nº 83, 13 de setembro de 1880.

*Echo Liberal*, Edição nº 46, 1881.

*Jornal de Sergipe*, Edição nº 03, 1881.

*Jornal de Sergipe*, Edição nº 04, 22 de janeiro de 1881.

*Jornal de Sergipe*, Edição nº 25, 31 de março de 1881.

*Sergipe*: jornal dedicado aos interesses da lavoura, commercio e melhoramentos geraes da provincia (SE), Edição nº 070, 1882.

*O Guarany*, Edição nº 28, 1883.

*Echo Sergipano*, Edição nº 03, 1884.

*Jornal A Reforma*, Edição nº 11, 1888.

*Jornal A Reforma*, Edição nº 54, 15 de janeiro de 1888.

*Jornal A Reforma*, Edição nº 56, 29 de janeiro de 1888.

*Jornal A Reforma*, Edição nº 63, 18 de março de 1888.

*Jornal A Reforma*, Edição nº 75, 17 de junho de 1888.

*Jornal A Reforma*, Edição nº 78, 1888.

*Jornal A Reforma*, Edição nº 82, 1888.

*Jornal A Reforma*, Edição nº 87, 1888.

*Jornal A Reforma*, Edição nº 94, 28 de outubro de 1888.

*Jornal A Notícia*, Edição nº 78, 1888.

*Jornal A Notícia*, Edição nº 79, 1888.

*Jornal A Notícia*, Edição nº 81, 1888.

*Jornal A Reforma*, Edição nº 107, 02 de janeiro de 1889.

*A Reforma*, Edição nº 149, 28 de setembro de 1889.

*Gazeta de Sergipe*, Edição nº 41, 19 de fevereiro de 1890.

*Gazeta de Sergipe*, Edição nº 78, 1890.

*O Republicano*, Edição nº 227, 1890.

*O Republicano*, Edição nº 06, 14 de janeiro de 1891.

*Gazeta de Sergipe*, Edição nº 308, 1891.

*Gazeta de Sergipe*, Edição nº 331, 18 de fevereiro de 1891.

*Jornal O Republicano*, Edição nº 94, 1891.

*Gazeta de Sergipe*, Edição nº 03, 1º de janeiro de 1890.

*O Republicano*, Edição nº 207, 10 de agosto de 1890.

*Gazeta de Sergipe*, Edição nº 373, 1891.

*Gazeta de Sergipe*, Edição nº 479, 30 de agosto de 1891.

*O Republicano*, Edição nº 294, 1892.

*Folha de Sergipe*, Edição nº 410, 19 de março de 1895.

*Gazeta de Notícias*, Edição nº 37, 06 de fevereiro de 1896.

*Gazeta de Notícias*, Edição nº 00083, 23 de março de 1896.

*Jornal A Notícia*, 07 de abril de 1896.

*A Notícia*, 09 de abril de 1896.

*Jornal A Notícia*, 11 de abril de 1896.

*Jornal A Notícia*, 22 de abril de 1896.

*Jornal A Notícia*, Edição nº 71, 02 de junho de 1896.

*A Notícia*, 07 de julho de 1896.

*Jornal A Notícia*, 17 de julho de 1896.

*Jornal A Notícia*, 25 de agosto de 1896.

*Jornal A Notícia*, Edição nº 193, 03 de novembro de 1896.

*Jornal do Comércio*, Edição nº 83, 1896.

*Jornal do Comércio*, Edição nº 0085, 1896.

*Jornal do Comercio*, Edição nº 00087, 1896.

*Jornal do Comercio*, Edição nº 00088, 1896.

*O Paiz*, Edição nº 4552, 21 de março de 1897.

*Jornal A Notícia*, Edição nº 304, 22 de março de 1897.

*Jornal Cidade de Salvador*, Edição nº 00493, 1º de setembro de 1898.

*A Notícia* (RJ), Edição nº 00190, 03/04 de agosto de 1898.

*Jornal do Comércio*, Edição nº 184, 1896.

*O Estado de Sergipe*, Edição nº 25, 03 de agosto de 1898.

*Gazeta da Tarde*, Edição nº 103, 1901.

### **Banco de imagens**

*Family Search*, Casamentos (1864-1883). Livro 2. São Salvador. Aracaju, Sergipe, nº 204.

*Family Search*, Óbitos (1864-1872). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 424.

*Family Search*. Óbitos (1871-1884). Livro 06. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 12.

*Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

*Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1656.

*Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1735.

*Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 02. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1814.

*Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 02. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1884.

*Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1942.

*Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 2061.

*Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 2133.

*Family Search*, Óbitos (1874-1877), Livro 03. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

*Family Search*. Óbitos (1874-1877). Livro 03. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 2911.

*Family Search*. Óbitos (1879-1886). Livro 5. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 3851.

*Family Search*. Óbitos (1879-1886). Livro 5. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 4039, 1880.

*Family Search*. Óbitos (1879-1886). Livro 5. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 4327.

*Family Search*. Óbitos (1879-1886). Livro 5. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 4238.

*Family Search*. Óbitos (1879-1886). Livro 5. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 4368.

## **Documentos**

ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatorio apresentado a assembleia provincial de Sergipe*.

Typographia Provincial de Sergipe, 1861. Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=40&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1035%2C-1%2C3653%2C2577>.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, Edição nº C00040, 1883.

AMÂNCIO NETO, Cardoso. Apud [Ofício do Juiz Municipal, Paulo Freire de Mesquita Barreto, ao Barão de Maruim. Nossa Senhora do Socorro, 22 de novembro de 1855]. APES, Coleção Câmara Municipal, CM<sup>3</sup>, Vol. 17.

*Anais da Câmara dos Deputados*, Edição nº 007, 1906.

ANDRADE, Amâncio João Pereira de. *Falla que dirigio a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe na abertura da sua sessão ordinaria no 1º de março de 1850*. Sergipe: Typographia provincial, 1850. Disponível em:

Typographia provincial, 1850. Disponível em:

[http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item\\_id=5383#c=0&m=19&s=0&cv=1&r=0&xywh=-986%2C-1%2C3507%2C2474](http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item_id=5383#c=0&m=19&s=0&cv=1&r=0&xywh=-986%2C-1%2C3507%2C2474).

ANDRADE, Amâncio João Pereira de. *Falla com que dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe na abertura da sua sessão ordinária*. Sergipe: Typographia Provincial, 1851. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item\\_id=5383](http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item_id=5383).

AGJ - AJU/C. 2º OF. *Inventário de Thomaz José d'Aquino*. Cx. 13/2320.

AJU/1ª V. CRI Cx. 01/2552, *Documento nº 1033*.

AJU/1ª V. CRI *Processo Crime*: diversos. CX. 01/2552.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 45, Documento sem Número, 1857.

APES, *Coleção Câmara Municipal*, CM<sup>1</sup> Vol. 40, 13 de dezembro de 1851.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup> Vol. 47. Ofício ao presidente de província Dr. Manoel da Cunha Galvão. 04 de março de 1859.

APES, *Coleção Câmara Municipal*, CM<sup>1</sup>, Vol. 47, 21 de março de 1859.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 47, 29 de setembro de 1859.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 47. *Ofício ao presidente da província Dr. Manoel da Cunha Galvão*. 21 de março de 1859.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 47. 04 de abril de 1859.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 48. 03 de setembro de 1860.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 49, 17 de dezembro de 1861.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 53, 08 de agosto de 1863.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 53, Documento 11. 04 de fevereiro de 1865.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 53, Documento 10. 21 de fevereiro de 1865.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 54, Documento n° 12, 17 de julho de 1866.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 57, Documento n° 06, 10 de fevereiro de 1869.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 58, 28 de janeiro de 1870.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 58, Documento n° 11, 19 de setembro de 1870.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 59, 23 de janeiro de 1871.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 59, Paço da Câmara da Capital em sessão extraordinária do 1° de junho de 1871.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 59. Paço da Câmara Municipal de Aracajú em sessão extraordinária, 14 de junho de 1871.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 60, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, 24 de maio de 1872, Documento n° 08.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 60, Documento n° 12, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, 21 de junho de 1872.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 61, Documento n° 13, 30 de abril de 1873.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 61, Documento n° 26, 04 de dezembro de 1873.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 62, 26 de junho de 1874.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 62, 30 de dezembro de 1875.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 65, 18 de janeiro de 1877.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 66, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, 07 de fevereiro de 1878.

APES, *Coleção Câmaras Municipais* CM<sup>1</sup>, Vol. 66, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, 19 de junho de 1878.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 69, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, 22 de janeiro de 1881.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 66, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, 09 de junho de 1881.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 70, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, Documento n° 53, 05 de junho de 1882.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 71, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, Documento nº 42, 16 de fevereiro de 1883.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 74, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, Documento nº 09, 24 de novembro de 1886.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 75, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, 21 de janeiro de 1887.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 76, Paço da Câmara Municipal do Aracajú, Documento nº 52, 04 de julho de 1888.

APES, *Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 52.

APES, Fundo Clero, AG4 Vol. 10, *Doc. 17*.

APES, Fundo Clero, AG4, Vol. 18, *Documento nº 22*.

APES, Fundo Clero AG4 Vol. 10, *Doc. 24*.

APES, Fundo Clero AG4 10, *Documento nº 73*, 08 de outubro de 1855.

APES, Fundo Clero, AG4 Vol. 10, *Doc. 69*, 31 de outubro de 1855.

APES, Fundo Clero AG4 Vol. 10, 21 de novembro de 1855, *Doc. nº 76*.

APES, Fundo Clero AG4 Vol. 10, *Doc. 84*.

APES, Fundo Clero AG4 Vol. 10, 10 de dezembro de 1855, *Doc. nº 87*.

APES, Fundo Clero, AG4, Vol. 13, *Doc. 31*.

APES, Fundo Clero, AG4, Vol. 13, *Doc. 89*.

APES, Fundo Clero, AG4, Vol. 22, *Documento nº 63*.

APES, *Fundo Clero*, AG4 Vol. 13, 05 de novembro de 1857.

APES, Fundo Clero, AG4 Vol. 13, *Doc. 152*, 21 de outubro de 1857.

APES, Fundo Clero, AG4 Vol. 15, *Documento nº 108*.

APES, Fundo Clero, AG Vol. 19, *Documento nº 167*, 30 de maio de 1868.

APES, Fundo Clero, AG4 Vol. 30, *Documento nº 260*, 17 de setembro de 1888.

APES, Fundo AG4 10, *Doc. 78*.

APES, *Fundo Clero AG 13*.



APES, Fundo AG4 13, *Doc. 24.*

APES, Fundo G1 Vol. 2204, *Doc. 48.*

APES, Fundo Governo G1, Vol. 2204, *Doc. 37*, 12 de agosto de 1855.

APES, Fundo AG4. *Doc. 63. Ofício do Provedor de Saúde Interino Guilherme Pereira Rabelo para o Presidente da Província João Dabney D'Avellar Brotero*, 31 de maio de 1858.

APES, Fundo AG4, *Doc. 64. Ofício do Provedor de Saúde Pública Interino Guilherme Pereira Rabelo para o Presidente da Província João Dabney D'Avellar Brotero*, 1º de julho de 1858.

APES, Fundo AG04, *Doc. 65. Ofício do Provedor de Saúde Pública Interino Guilherme Pereira Rabelo para o Presidente da Província João Dabney D'Avellar Brotero*, 02 de julho de 1858.

APES, Fundo G1, 2204, *Doc. 65*, 02 de julho de 1858.

APES, Fundo G1, 2204, *Doc. 68*, 19 de julho de 1858.

APES, Fundo G1, 2204, *Documento sem número*, 23 de julho de 1858.

APES, Fundo G1, 2204, *Documento sem número*, 27 de julho de 1858.

APES, Fundo Governo G1 Vol. 2204, *Doc. 94.*

APES, Fundo Governo G1, Vol. 2204, *Doc. 97.*

APES, Fundo Governo G1, Vol. 2204, *Doc. 102.*

APES, Fundo Governo G1, Vol. 2204, *Doc. 104.*

APES, Fundo Governo G1, Vol. 2204, *Doc. 106.*

APES, Fundo Governo G1, Vol. 2204, *Doc. 107.*

APES, Coleção Câmaras Municipais, CM Vol. 43. *Ofício da Câmara Municipal de São Cristóvão*, 19 de setembro de 1855.

APES, Fundo Governo G1, Vol. 2204, *Doc. 82.*

APES, Fundo Governo G1, Vol. 2204, *Doc. 101.*

APES, Fundo Governo G1, Vol. 2204, *Doc. 102.*

BARBOZA, Inácio Joaquim. *Relatório com que foi aberta a sessão ordinária no dia 1º de março de 1855*. Sergipe: Typografia Provincial, 1855. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1050/>.

BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe*. Bahia: Typ. Carlos Poggetti, 1856. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1051/>.

BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da undécima legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*, 1857, Anexo G. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item\\_id=5389#?c=0&m=31&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1102%2C0%2C4011%2C2830](http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item_id=5389#?c=0&m=31&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1102%2C0%2C4011%2C2830).

BROTERO, João Dabney. *Relatorio com que foi aberta 1ª sessão da duodecima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe*. Bahia: Typographia de A. Olavo da França Guerra, 1858, Anexo G, p. 5. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item\\_id=5389#?c=4&m=34&s=0&cv=1&r=0&xywh=-822%2C604%2C3274%2C2310](http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item_id=5389#?c=4&m=34&s=0&cv=1&r=0&xywh=-822%2C604%2C3274%2C2310).

BROTERO, João Dabney. *Relatorio com que foi aberta 1ª sessão da duodecima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe. Mappa estatístico da população livre e escrava da provincia de Sergipe*, nº 01.

BROTERO, João Dabney. *Relatorio com que foi aberta 1ª sessão da duodecima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe*. Mapa nº 04.

BROTERO, João Dabney. *Relatorio com que foi aberta 1ª sessão da duodecima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe*, Mapa nº 12.

CARDOSO JUNIOR, Francisco José Cardoso. *Relatorio com que o exm. snr. tenente-coronel Francisco José Cardoso Junior abriu a 1ª sessão da 19ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*. Typ. do Jornal do Aracaju, 1870.

CARDOZO JUNIOR, Francisco José. *Relatorio com que o exm. snr. Tenete-Coronel Francisco José Cardozo Junior abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*. Typ. do Jornal do Aracajú de 1871. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=66&s=0&cv=1&r=0&xywh=-262%2C772%2C2350%2C1658>.

*Carta de Francisco José da Silva Porto ao vereador municipal Capitão Manoel Pedro de Barros*, APES, Fundo Clero, AG4, Doc. 18, 1851.

*Carta de Francisco José da Silva Porto ao presidente da Câmara municipal Tenente Coronel Manoel Paes de Azevedo*, APES, Fundo Clero, AG4, Doc. 18, 1851.

*Carta de Francisco José da Silva Porto ao Delegado de Polícia Capitão Antônio Ferreira de Novaes e Mello*. APES, Fundo Clero, AG4, Doc. 18.

*Código de Posturas da Câmara Municipal da Vila do Espírito Santo*. APES, Fundo Câmaras Municipais, CM Vol. 43, 20 de dezembro de 1855.

*Coleção Câmaras Municipais*, CM<sup>1</sup>, Vol. 50, p. 1, Documento nº 10/11. 11 de setembro de 1862.

*Diário Oficial de Sergipe*, Edição nº 06, 1895.

*Diário Oficial*, Edição nº 162, 24 de março de 1896.

*Diário Oficial*, Edição nº 164, 27 de março de 1896.

*Diário Oficial do Estado de Sergipe*, Edição nº 164, 27 de março de 1896.

Fundo Clero AG4 Vol. 10, *Doc. 81*, 13 de novembro de 1855.

Fundo Clero, AG4 Vol. 19, *Documento nº 66*, 02 de maio de 1868.

Fundo Clero, AG4 Vol. 16, *Documento nº 118*.

Fundo Clero, AG4 Vol. 18, *Documento nº 30*, 10 de janeiro de 1870.

Fundo Clero, AG4 Vol. 20, 11 de janeiro de 1871.

Fundo Clero, AG4 Vol. 21, *Anexo do documento nº 36*, 13 de março de 1871.

Fundo Clero, AG4, Vol. 30, *Documento nº 249*, 21 de junho de 1888.

Fundo Clero, AG4, Vol. 30, *Documento nº 258*, 30 de setembro de 1888.

Fundo Clero, AG4, Vol. 30, *Documento nº 265*, 1º de outubro de 1888.

Fundo Governo (G1) Vol. 2204, *Documento 58*.

GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da duodecima Legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe no dia 27 de abril de 1859*. Disponível em [http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item\\_id=5383#?c=0&m=35&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1201%2C-1%2C4161%2C2936](http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms&item_id=5383#?c=0&m=35&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1201%2C-1%2C4161%2C2936).

GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatorio com que foi aberta a 2ª sessão da duodecima legislatura*. Bahia: Typographia de Carlos Poggetti, 1859.

GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatorio apresentado a Assembléa Provincial de Sergipe*. Bahia: Typographia Poggetti de Catellina & Comp., 1860, p. 100. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=37&s=0&cv=1&r=0&xywh=-4%2C1634%2C1899%2C1339>.

*Inventário de Felisberto José do Sacramento*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 314.

*Inventário de José Teixeira da Cunha*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 22.

*Inventário de Carolina Maria do Nascimento*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 20 – 2327.

*Inventário de José Pinto da Cruz*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2328, nº 336.

*Inventário de José Narbone*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 2329, nº 346.

*Inventário de Francisco dos Santos Flores*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 22 – 2329, nº 347.

*Inventário de Maria Vieira Barreto de Vasconcelos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 14 – 2321, 1857.

*Inventário de Manoel Pereira Guimarães*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 24-2331, nº 379.

*Inventário de Domingos José da Silva*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 18 – 2325, 1866.

*Inventário de Josephina Leroy Salles*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 18-2325, nº 266, 1867.

*Inventário de Constança Maria dos Prazeres*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 19 – 2326, 1868.

*Inventário de José Angelo dos Santos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 18 - 2325, 1868, nº 277.

*Inventário de Clemência Maria dos Anjos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 19 – 2326, 1870.

*Inventário de Maria Floripes de Araújo*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 01 - 2083, 1870.

*Inventário de Maria Rosa da Conceição*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 19 – 2326, 1870.

*Inventário de Francisco Lourenço dos Reis*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Caixa 20 – 2327, 1873.

*Inventário de Estacia Maria de Jesus*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 21-2328, nº 333, 1875.

*Inventário de José Pinto da Cruz*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 21-2328, nº 336, 1875.

*Inventário de Gonçalo Vieira de Mello*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 23-2330, 1879, nº 366.

*Inventário de Joaquina Maria da Conceição*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 23- 2330, 1879.

*Inventário de Maria Umbellina dos Anjos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, Cx. 25-2332, 1881, nº 410.

*Inventário de Maria Calista de Jesus*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 26 (2333), 1884.

*Inventário do professor Antônio Diniz Barretto*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 27 – 2334, 1886.

*Inventário de Maria Barboza da Conceição*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 28 – 2335, 1887.

*Inventário de João Rodrigues Affonso*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 28 - 2335, 1888.

*Inventário de José da Cruz dos Santos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 28 - 2335, 1888.

*Inventário de Pedro Barretto da Silva*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 29 – 2336, 1890.

*Inventário de Possidonia Maria da Conceição*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 29-2336, 1890.

*Inventário de Arlinda Leopoldina Rezende*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, 1891.

*Inventário de Felisbella Carvalho de Andrade*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 02 -2084, 1891.

*Inventário de Manoel Nicolau dos Santos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 30 – 2337, 1892.

*Inventário de Francisco Querino da Cunha*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 30 – 2337, 1893.

*Inventário de Maria Etelvina da Paixão*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx.31- 2338, 1894.

*Inventário de Maria Thereza de Jesus*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx.31- 2338, 1894.

*Inventário de Galdino Alexandrino Bispo*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 02-2084, nº 465, 1896.

*Inventário do Coronel José Augusto Ferraz*, Cx. 2342, 1906.

*Inventário de João Victor de Mattos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 05 – 2087, 1909.

*Inventário de Possidonia Maria da Conceição*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 29 – 2336.

MACEDO, Luiz Alvares de Azevedo. *Relatorio apresentado perante a Assembléa Legislativa Provincial da província de Sergipe pelo exm. snr. presidente da mesma*. Typ. do Jornal do Aracajú, 1872. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=70&s=0&cv=1&r=0&xywh=-739%2C594%2C3327%2C2347>.

MELLO, Antonio Dias Coelho e. *Relatorio com que foi aberta no dia 3 de maio de 1864 a primeira sessão da decima quarta legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*. Sergipe: Typ. Provincial, 1864, Relatório do Inspector de Saúde Pública, p. 7. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=50&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1369%2C0%2C4385%2C3093>.

MELLO, Antonio Dias Coelho e. *Relatorio com que foi aberta no dia 3 de maio de 1864 a primeira sessão da decima quarta legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe, Relatório da Comissão Administrativa do Hospital de Caridade*.

MELLO, Antonio Dias Coelho e. *Relatorio com que foi aberta no dia 3 de maio de 1864 a primeira sessão da decima quarta legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*. Relatório do Chefe de Polícia.

MENDONÇA, Joaquim Jacinto de. *Falla com que foi aberta a 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*. Documento nº 07, *Regulamento do Cemitério*, 1862. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=43&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1158%2C0%2C4170%2C2941>.

MENDONÇA, Joaquim Jacinto de. *Falla com que foi aberta a 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*. *Regimento do Hospital de Caridade de Nossa Senhora da Conceição*.

MIRANDA, Antonio dos Passos. *Relatorio com que o exm. snr. dr. Antonio dos Passos Miranda abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe*. Typ. do Jornal do Aracaju, 1874.

MORAES, José Pereira da Silva. *Relatorio com que foi aberta no dia 21 de janeiro de 1867 a segunda sessão da decima sexta legislatura da Assembléa Provincial da província de Sergipe*. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1867, p. 2. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=56&s=0&cv=1&r=0&xywh=-317%2C1226%2C2386%2C1683>.

*Ofício do Vigário para Dr. Amâncio João Pereira de Andrade (Presidente da Província)*. APES, Fundo Clero AG4, Doc. 135, 02 de agosto de 1850.

*Ofício de Manoel Joaquim Nunez (Vigário Colado) para Dr. Amâncio João Pereira de Andrade (Presidente da Província)*. APES, Fundo Clero AG4, Doc. 136, 07 de agosto de 1850.

*Ofício do Vigário da Freguesia de Santo Antonio e Almas de Itabaiana.* APES, Fundo AG4 10, Doc.121, 16 de março de 1854.

*Ofício do Barão de Maroim, ao Vigário Geral.* Aracaju, 3 de novembro de 1855. APES, Fundo Clero AG4, Vol. 10.

*Ofício do Inspetor de Saúde Pública Joaquim José de Oliveira para o Vigário Manoel José Alves.* Estância, 18 de abril de 1855. APES, Fundo AG4, Doc. 38.

*Ofício do Vigário Elizario Vieira Muniz Telles, ao Barão de Maroim.* Nossa Senhora do Socorro, 2 de dezembro de 1855. APES, Fundo Clero AG4, Vol. 10.

*Ofício de Antônio Joaquim Pitanga para Ignacio Joaquim Barbosa.* APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 68, 10 de setembro de 1855.

*Ofício de Antônio Joaquim Pitanga para o vice-presidente Major José da Trindade Prado.* APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 66, 21 de setembro de 1855.

*Ofício do Barão de Maroim, ao Vigário Geral.* Aracaju, 30 de outubro de 1855. APES, Fundo AG4, Vol. 10.

*Ofício de Agostinho José Ribeiro Guimarães ao Barão de Maruim.* Laranjeiras, 09 de novembro de 1855. APES, Coleção Câmara Municipal, CM – Vol. 43.

*Ofício do Vigário Geral Antonio da Costa Lobo para o Barão de Maruim.* APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 99, 01 de dezembro de 1855.

*Ofício de Antônio Joaquim Pitanga para o Barão de Maruim.* APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 89, 06 de dezembro de 1855.

*Ofício do Vigário José Cardoso de Fraga para o Barão de Maruim.* APES, Fundo Clero AG4 Vol. 10, Doc. 92, 10 de dezembro de 1855.

*Ofício de José Saraiva Salomão ao presidente da província.* APES, Fundo Clero AG4 Vol. 10, Doc. 88, 17 de dezembro de 1855.

*Ofício Ofício do Vigário da Freguesia de Santo Antonio e Almas de Itabaiana para o Barão de Maruim.* APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 91, 23 de dezembro de 1855.

*Ofício de Antônio Joaquim Pitanga para o Barão de Maruim.* APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 96, 27 de dezembro de 1855.

*Ofício de Antônio Joaquim Pitanga para o Barão de Maruim.* APES, Fundo Clero AG4 10, Doc. 95, 28 de dezembro de 1855.

*Ofício do vigário Manoel José Álvares ao vice-presidente da província Barão de Maruim.* APES, Fundo Clero AG4 13, Doc. 78, 1º de janeiro de 1856.

*Ofício de Antônio Joaquim Pitanga para o Barão de Maruim.* APES, Fundo Clero AG4 Vol. 13, Doc. 15, 08 de fevereiro de 1856.

*Ofício de vigário José Gonçalves Barroso ao presidente da província Salvador Correia de Sá e Benevides.* APES, Fundo Clero AG4 Vol. 13, Doc. 23, 04 de março de 1856.

*Ofício do Vigário Manoel Ribeiro Pontes ao Vice-presidente da província Barão de Maruim.* 09 de fevereiro de 1856, APES, Fundo Clero AG4 Vol. 13, Doc. 07.

*Ofício de Eugênio Lopes da Costa ao Vice-presidente da província Barão de Maruim.* 15 de fevereiro de 1856, APES, Fundo Clero AG4 Vol. 13, Documento nº 10.

*Ofício de Francisco José dos Santos ao Vice-presidente da província Barão de Maruim.* 28 de fevereiro de 1856, APES, Fundo Clero AG4 Vol. 13, Doc. 09.

*Ofício de Raimundo de Campos e Silveira (Vigário da Freguesia da Estancia) para Dr. José Antônio de Oliveira Silva (Presidente da Província).* APES, Fundo Clero AG4, Doc. 14.

*Ofício do Vigário Raimundo de Campos e Silveira ao Presidente da Província Dr. Amâncio José Pereira de Andrade,* APES, Fundo Clero, AG4 Vol. 10, Doc. 16.

*Ofício de Francisco José da Silva Porto ao Vigário Geral da Província José Francisco de Meneses Sobral.* APES, Fundo Clero, AG4, Vol. 12, Doc. 18.

*Ofício de Francisco José da Silva Porto ao Vigário Geral da Província José Francisco de Meneses Sobral.* APES, Fundo Clero, AG4, Vol. 12, Doc. 18.

*Ofício de Francisco José da Silva Porto ao Vigário Geral da Província José Francisco de Meneses Sobral.* APES, Fundo Clero, AG4, Doc. 18.

*Ofício de Antonio Ribeiro Lima.* APES, Fundo Clero AG4 Vol. 10, Doc. 29.

*Ofício de Francisco José Travassos para Dr. José Antônio de Oliveira Silva (Presidente da Província).* Fundo Clero AG4, Doc. 33.

*Ofício do Vigário José Luiz de Azevedo para o Presidente da Província Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior,* 13 de dezembro de 1869, Fundo Clero – AG4, Vol. 20, Doc. nº 140.

*Ofício do presidente da Associação Aracajuana de Beneficência,* Fundo Governo – G1, Vol. 1941, 1º de janeiro de 1902.

MORAES, José Pereira da Silva. Relatório com que foi aberta no dia 21 de janeiro de 1867 a segunda sessão da décima sexta legislatura da Assembléa Provincial da província de Sergipe. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1867. Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=56&s=0&cv=1&r=0&xywh=317%2C1226%2C2386%2C1683>.

*Posturas Municipais.* APES, Fundo Câmaras Municipais. CM<sup>43</sup>, Cidade da Estância, 18 de agosto de 1855.



RAMOS, Angelo Francisco. *Falla com que foi aberta, no dia 20 de janeiro de 1866, a primeira sessão da decima quinta legislatura da Assembléa Legislativa d'esta provincia*. Sergipe: Typographia Provincial, 1866.

RAMOS, Angelo Francisco. *Falla com que foi aberta, no dia 20 de janeiro de 1866, a primeira sessão da decima quinta legislatura da Assembléa Legislativa d'esta provincia. Mapa demonstrativo do movimento do Hospital de Nossa Senhora da Conceição*.

RECENSEAMENTO do Brazil em 1872. Vol. 12 (Sergipe). Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>.

*Relatório do Ministério do Império de 1874*.

*Relatório Provincial de 1874*.

*Relatório Provincial de 1888, Anexos*.

*Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros*, Sergipe, 1891.

*Relatório dos Presidentes de Estado*, Edição nº 01, 1895.

*Relatório de 1903*.

*Relatórios dos presidentes dos Estados Brasileiros*, Edição nº 01, 1907.

SEBRÃO, Cyprianno de Almeida. *Relatorio com que o exm. snr. dr. Cyprianno d'Almeida Sebrão, 1º vice-presidente, abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe*. Typ. do Jornal do Aracaju, 1873.

*Testamento de José Luis da Silva*, 1855.

*Testamento de João Luís da Silva*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 14 - 2321, 1855.

*Testamento do Capitão Manoel de Souza Furtado*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 01-2153, 1862.

*Testamento de Francisca Josefa da Luz*, AGJES, Fundo: Aracaju, 1ª Cível (Subsérie Testamento), Cx. 01-2153, 1863.

*Testamento de Joaquim da Silva Marques*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 18 – 2325, 1866.

*Testamento de Josepha Maria do Espírito Santo*, AGJES, Fundo: Aracaju, 1ª Cível (Subsérie Testamento), Cx. 01-2153, 1868.

*Testamento de Ignacia Francisca de Jesus*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 19-2326, 1870.

*Testamento de Manoel Pedro de Mello*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 01-2153, 1871.

*Testamento do Cônego Agostinho Rodrigues Braga*, 1873.

*Testamento de Anna Joaquina da Purificação*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 01 – 2083, 1874.

*Testamento de Maria Pastora do Espírito Santo*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 01 – 2153, 1875.

*Testamento de Bonifácia Maria das Virgens*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício – Livro do Registro dos Testamentos, Cx. 01-2143, 1880.

*Testamento do Padre Manoel Joaquim da Silva Oliveira*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício – Livro do Registro dos Testamentos, Cx. 01-2143, 1880.

*Testamento de Guilherme José Vieira*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 01-2153, 1884.

*Testamento de Cláudio José de Mendonça*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 28-2335, 1887.

*Testamento de Pedro Homem dos Santos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 02-2084, 1887.

*Testamento de Antônio Correia Dantas*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 01-2153, 1889.

*Testamento de Carlota Rosa do Amor Divino*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 01-2153, 1889.

*Testamento de Pedro Paulo dos Santos*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício Cível, Cx. 29-2336, 1889.

*Testamento de José Albino de Moura*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, Cx. 01 – 2143 – Livro do Registro dos Testamentos, 1890.

*Testamento de Pedro Barretto da Silva*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 01-2153, 1890.

*Testamento de Arlinda Leopoldina Resende*, AGJES, Fundo: Aracaju, 1ª Cível (Subsérie Testamento), Cx. 01 – 2153, 1891.

*Testamento de Anna Joaquina de São José*, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício Cível, Cx. 01-2153, 1896.

*Testamento do Capitão Antônio Simões dos Reis*, AGJES, Fundo: Aracaju, 1ª Cível (Subsérie Testamento), Cx. 01-2153.

VEIGA, Evaristo Ferreira da. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe no 1º de março de 1869*. Typ. do Jornal de Sergipe, p. 14. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=61&s=0&cv=1&r=0&xywh=-104%2C1383%2C1842%2C1299>.